

A Cidade

O cotidiano de **Porto Alegre**

nas crônicas de

Roque Callage (1925-1930)

Organização

Luciana Murari

Volume 1

A Cidade

Rural x Urbano

Custo de Vida

Solidariedade

 **ediPUCRS**

 **editoraufsm**

A CIDADE:
O COTIDIANO DE
PORTO ALEGRE
NAS CRÔNICAS DE
ROQUE CALLAGE
(1925-1930)

VOLUME 1

PUCRS

CONSELHO EDITORIAL EDIPUCRS

Chanceler Dom Jaime Spengler

Reitor Evilázio Teixeira | **Vice-Reitor** Manuir José Mentges

Carlos Eduardo Lobo e Silva (**Presidente**), Luciano Aronne de Abreu (**Editor-Chefe**), Adelar Fochezatto, Antonio Carlos Hohlfeldt, Antonio de Ruggiero, Cláudia Musa Fay, Helder Gordim da Silveira, Lívia Haygert Pithan, Lucia Maria Martins Giraffa, Maria Martha Campos, Norman Roland Madarasz, Walter F. de Azevedo Jr.

MEMBROS INTERNACIONAIS

Fulvia Zega - Universidade de Gênova, **Jaime Sánchez** - Universidad de Chile, **Moisés Martins** - Universidade do Minho, **Nicole Stefane Edwards** - University Queensland, **Sebastien Talbot** - Universidade de Montréal.

UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor Luciano Schuch | **Vice-Reitora** Martha Bohrer Adaime

Diretor da Editora Enéias Tavares

Adriano Mendonça de Souza, Alcir Luciany Lopes Martins, André Valle de Bairros, André Zanki Cordenonsi, Elisete Medianeira Tomazetti, Enéias Tavares (**Presidente**), Fernanda Alice Antonello Londero Backes, Jucemara Antunes, Lana D'Avilla Campanella, Marcelo Battesini, Márcia Lenir Gerhardt, Odailso Sinvaldo Berté, Paulo Roberto Costa, Raone Somavilla, Ricardo de Souza Rocha, Rosani Spanevello, Sara Regina Scotta Cabral.

Conforme a Política Editorial vigente, todos os livros publicados pela editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS) passam por avaliação de pares e aprovação do Conselho Editorial.

LUCIANA MURARI
(PESQUISA, SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E NOTAS)

A CIDADE:
O COTIDIANO DE
PORTO ALEGRE
NAS CRÔNICAS DE
ROQUE CALLAGE
(1925-1930)

VOLUME 1



PORTO ALEGRE
2023

© EDIPUCRS 2023

CAPA EDIPUCRS

DIAGRAMAÇÃO EDIPUCRS

PREPARAÇÃO Melissa de Moraes Peres

REVISÃO Ana Carolina Leal Buzzetto

ASSISTENTE DE PESQUISA Marisa Schneider Nonnenmacher

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 A cidade [recurso eletrônico] : o cotidiano de Porto Alegre nas crônicas de Roque Callage (1925-1930) / Luciana Murari organizador. – Dados eletrônicos.– Porto Alegre : ediPUCRS : editoraufsm, 2022.
1 Recurso on-line (420 p.)

Modo de acesso: <<https://editora.pucrs.br>>
Obra em volumes
ISBN 978-65-5623-322-2 (ediPUCRS v.1)
ISBN 978-65-5716-078-7 (editoraufsm v.1)

1. Crônicas brasileiras. 2. Literatura brasileira. 3. Callage, Roque, 1886-1931. I. Murari, Luciana.

CDD 16. ed. 869.9987

Lucas Martins Kern CRB-10/2288

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.



Editores Universitários da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs



Editora da Universidade Federal de Santa Maria

Prédio da Reitoria – Campus Universitário
Camobi – CEP 97105-900
Santa Maria – RS – Brasil
Fone: (55) 3220 8610
E-mail: editora@ufsm.br
Site: www.ufsm.br/editora

Ai de nós, ai do paciente leitor! Verdade que para cumprir à risca o espontâneo compromisso assumido, *A Cidade* sempre teve o concurso eficaz e indispensável dessa outra cidade leal e valorosa, que aí está com seus vícios e virtudes, com os seus defeitos e os seus melhoramentos. Se esse concurso falhasse, tudo o mais falharia; desapareceria a razão de ser desta crônica martelante e insulsa. Ele, porém, nunca falhou, graças a Deus...

Roque Callage, A Cidade, 3 de maio de 1927.

Para Flávio Loureiro Chaves.

SUMÁRIO

VOLUME 1

ESTA COLETÂNEA	11
PREFÁCIO: AS CRÔNICAS DE ROQUE CALLAGE SOBRE A <i>CIDADE</i> : UM CALEIDOSCÓPIO DA VIDA URBANA.....	13
APRESENTAÇÃO UM VASTO EMPÓRIO DE MISCELÂNEAS: A CIDADE EM SEU TEMPO	19
PRÓLOGO CRÔNICAS EM AUTOANÁLISE.....	51
1. OS TEMPOS VAREIAM E AVARIADO TÁ TUDO: A CIDADE VISTA DO CAMPO.....	107
2. AS ALTAS EXIGÊNCIAS DO ESTÔMAGO E AS PRECÁRIAS SITUAÇÕES DA NOSSA BOLSA: A LUTA PELA VIDA NA SELVA URBANA.....	143
3. O RARO PERFUME DA SOLIDARIEDADE HUMANA: A CAPITAL DOS DESAFORTUNADOS	305
ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	397
ÍNDICE TOPONÍMICO.....	409
ÍNDICE ONOMÁSTICO	417
PLANO DA OBRA	421

ESTA COLETÂNEA

Esta coletânea é uma seleção de crônicas publicadas por Roque Callage na coluna *A Cidade*, do *Diário de Notícias* de Porto Alegre, entre março de 1925 e dezembro de 1930. Dentro de um universo de cerca de 1800 crônicas, realizamos uma escolha baseada no interesse histórico, na qualidade literária e na representatividade dos temas abordados, buscando refletir a trajetória da coluna e seus maiores objetos de interesse. Os textos selecionados passaram por atualização ortográfica e tiveram corrigidos, apenas, erros óbvios de diagramação, tipografia e pontuação, priorizando sua legibilidade sem desconsiderar o necessário respeito à escrita do autor (e às suas possíveis “imperfeições”).

As crônicas foram recolhidas nos acervos das seguintes instituições, às quais agradecemos: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre); Biblioteca Rio-grandense (Rio Grande); Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (Erechim); Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Optamos por não incluir duas categorias de textos: as cartas de leitores, mesmo quando acompanhadas de comentários do cronista; e as colunas não assinadas por Roque Callage, redigidas por colegas nos momentos em que o escritor se encontrava afastado de suas funções, principalmente em razão de problemas de saúde. Buscamos valorizar o caráter autoral da coluna, privilegiando a personalidade do cronista titular e a continuidade de seu discurso, não obstante a eventual riqueza e originalidade dos textos de seus leitores e

companheiros de jornalismo. O leitor deve considerar não apenas a historicidade dos eventos, mas também a do universo de valores e visões de mundo que contextualizam as análises do cronista em seu tempo.

As notas de rodapé possuem caráter informativo, e foram redigidas a partir de pesquisa em jornais e consultas a diversas enciclopédias e dicionários. No que diz respeito à história da cidade, a principal referência foi o *Guia Histórico de Porto Alegre*, de Sérgio da Costa Franco (2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992).

As crônicas selecionadas foram, a partir daí, classificadas por temas, a partir dos quais foram organizadas em volumes. Ainda que sua recorrência seja variável, tais categorias formam nítidas linhas de digressão, que permitem entrever a forma como o cronista organiza seu universo de interesses. No primeiro volume, estão incluídas suas reflexões sobre a própria coluna (prólogo), a relação entre o espaço urbano e a tradição rural (capítulo 1), as condições materiais da vida urbana (capítulo 2) e as manifestações de solidariedade e compaixão pelos desafortunados que povoavam a cidade (capítulo 3). As crônicas do segundo volume compreendem a modernização do espaço urbano (capítulo 4), a vida cultural, o esporte e o lazer (capítulo 5). No último volume, os textos versam sobre os serviços públicos (capítulo 6) e o debate político (capítulo 7).

PREFÁCIO

AS CRÔNICAS DE ROQUE CALLAGE SOBRE A *CIDADE*: UM CALEIDOSCÓPIO DA VIDA URBANA

A História e a crônica trabalham o tempo e a memória como matérias de reflexão, porém de formas e com objetivos diferentes. Desde o final século XIX, a crônica foi uma das formas de escrita que permitiram às elites letradas pensarem a trajetória de transformações da sociedade urbana brasileira no tempo. A modernização das cidades e a complexificação da estrutura social, bem como as contradições e os dilemas desse processo foram abordados por diversos cronistas na imprensa brasileira. Em Porto Alegre, como em outras capitais do país, gerações de cronistas ao longo do século XX estabeleceram uma “outra” forma de contar a história da cidade.

Num ensaio sobre crônica, história e cidade, Margarida de Souza Neves perguntava-se: o que o historiador poderia aprender com a crônica?¹ Em primeiro lugar, poderia aprender a respeito do processo de seleção realizado pelo cronista no cotidiano, visando interpretar um acontecimento, a partir de sua ótica, para seus leitores contemporâneos. A interpretação dos acontecimentos que o cronista realiza em relação à temporalidade, cotidiana ou do processo histórico,

¹ NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. A crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995. p. 15-31. p. 23.

é uma das leituras possíveis do real, e não o real “redivivo” como pretendiam os positivistas em seu “nobre sonho”².

A partir das crônicas, pode-se pensar sobre as relações entre o tempo narrado e o tempo experienciado pelo cronista: o do cotidiano e o que “mais alargadamente se vive”. Pode-se problematizar as pontes entre a percepção subjetiva do cronista e a construção social de explicações sobre o tempo presente e sua relação com o passado, no sentido de que o cronista traduziria, em sua escrita, uma construção social – de seu grupo, de uma camada da sociedade – da percepção do tempo. Essa tradução seria feita através da forma particular de interpretar os acontecimentos e de empregar a linguagem escrita visando comunicar-se com um público leitor. Segundo Margarida Neves de Souza:

Uma primeira possibilidade a ser explorada é que ambas – história e crônica – constroem memória, o que equivale a reconhecer que desejam identidades, sejam elas identidades de uma geração, sejam elas identidades de gênero, de grupos sociais ou de recortes espaciais bem definidos. [...] Se é verdade que a memória construída pela história tem como referência principalmente o recorte nacional, aquela que é tarefa mais eminente da crônica é, sem dúvida a memória da cidade.³

A crônica e a história podem ser consideradas “lugares de memória”, segundo a definição de Pierre Nora, pois se constituem em espaços materiais, simbólicos e funcionais em que a memória é constantemente elaborada, reelaborada e interpretada.⁴ Por meio

² *Ibid.*, p. 23.

³ *Ibid.*, p. 25.

⁴ NORA, Pierre. Entre mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire I: La République*. Paris: Gallimard, 1984. t. I, p. XVII-XLII.

dessas duas diferentes formas de escrita, os grupos sociais elaboram a memória coletiva, interpretando os acontecimentos e os processos socioculturais, econômicos e políticos no tempo.

Crônica e história, de maneiras diferentes, são formas de escrita que elaboram a passagem do tempo e a memória de um grupo ou de uma sociedade por meio da seleção proposta pelo filtro do tempo presente. Cronistas e historiadores desempenham o papel social de intérpretes da memória coletiva. Eles realizam uma leitura da memória coletiva promovendo cortes, seleções, acréscimos e silenciamentos. Ambos produzem uma memória social a partir da ótica e dos interesses de determinado grupo, embora sua escrita pretenda dar conta da experiência coletiva de toda a sociedade.

Trata-se de uma escrita que, por meio de convenções de linguagem e normas disciplinares, expressa a interpretação realizada por um grupo social e um campo profissional sobre a memória coletiva, que é, em sua origem, plural, polifônica, fragmentária e complexa. São escritas que, através de suas particularidades formais e disciplinares, selecionam sujeitos, tempos, espaços e tecem tramas, urdindo os acontecimentos na busca de interpretá-los para o conjunto da sociedade.

Logo, enquanto se apresentam como escrita social de um tempo, produção de interpretações de uma experiência social urbana, enquanto narrativas sobre o cotidiano da cidade, é que se pode tomar as crônicas como “documentos”.⁵ De antemão, admitindo-se que as crônicas “falam” sobre a forma de um grupo de letrados, num contexto temporal e sociocultural determinado, percebem-se as transformações *no* e *do* espaço urbano.

Dessa forma, tanto as crônicas quanto a produção historiográfica são lugares de memória. A crônica é tanto um lugar simbólico

⁵ Sigo aqui a proposta de NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas, SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 75-92. p. 76.

de representação dos sujeitos, espaços e tempos da experiência urbana no passado, quanto um lugar material, de suporte físico e meio de difusão de uma determinada matriz explicativa sobre o passado coletivo.

As crônicas não são um simples eco da memória coletiva, mas uma seleção, com cortes, silêncios e ênfases sobre certos sujeitos, lugares e tempos da experiência coletiva que produzem uma imagem do passado, uma explicação sobre a passagem do tempo, as transformações sociais, culturais, econômicas e da paisagem urbana. Uma memória social que está ligada ao lugar social, cultural e temporal de quem fala (escreve) e para quem se fala (se escreve). A crônica é um gênero ou uma forma de escrita de fronteira, lugar privilegiado para os olhares cruzados da história e da literatura, nos domínios de uma nova história cultural.

É nessa margem que se pode compreender como as crônicas sobre a cidade de Porto Alegre escritas por Roque Callage entre 1925 e 1930 tornam-se ricas para pensar a releitura e a reescritura da memória coletiva, em paralelo e em contraponto à produção historiográfica sobre Porto Alegre. Elas gerem a passagem do tempo, permitindo a compreensão das transformações da paisagem urbana e das sociabilidades públicas. Asseguram, dessa forma, a compreensão de uma continuidade na experiência pública e de identidade entre o passado e o presente da sociedade porto-alegrense, em meio às mudanças sociais, políticas e culturais provocadas pelas reformas urbanas empreendidas pelas administrações municipais de Otávio Rocha e Alberto Bins – reformas urbanas que visavam construir uma imagem de cidade moderna para Porto Alegre, como ocorrera em outras grandes capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte) e internacionais.⁶

⁶ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

Os movimentos de escrita de suas crônicas trabalham, em sua trama, com vários fios, em uma urdidura complexa e variada de espaços e tempos do acontecer urbano. A elaboração do processo das reformas urbanas e das formas de sociabilidade nas crônicas de Roque Callage representa as disputas em curso pelo espaço urbano na sociedade porto-alegrense. Embora ele não deixasse de privilegiar a ação das elites dirigentes na construção do espaço e da cultura urbana, acolheu as críticas sobre as mesmas e também narrou o caos provocado pelas inúmeras obras na cidade, dando espaço para a voz dos leitores. Nesse sentido, ainda que se perceba em suas crônicas o filtro social de um membro da elite letrada, pertencente às camadas médias urbanas, também se tem acesso a outras vozes e percepções sobre as reformas e o acontecer urbano com suas contradições e disputas no passado.

A organizadora da obra é pesquisadora de fôlego sobre literatura e sobre as crônicas de Callage, e nos brinda com uma seleção criteriosa e representativa da vasta produção de crônicas desse escritor. Ao longo dos três volumes, é possível saborear seu estilo moderno, ágil e combativo ao falar da cidade e de seus habitantes no contexto de expansão e modernização urbana dos anos 1920. A organizadora, a Editora UFSM e a EDIPUCRS realizam uma importante contribuição para pensar a história de Porto Alegre no contexto das comemorações dos seus 250 anos. Certamente, os leitores e leitoras poderão reconhecer na escrita de Callage um apaixonado pela cidade, que, com os cuidados de um amante, desenhava através das linhas de sua coluna no jornal um retrato das disputas por sua amada.

Charles Monteiro (PUCRS/CNPq)

APRESENTAÇÃO

UM VASTO EMPÓRIO DE MISCELÂNEAS: A CIDADE EM SEU TEMPO

Entre 1925 e 1930, Roque Callage escreveu para o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, na coluna *A Cidade*, pertencente à seção *Ecos e Notas*. A coluna aparecia já no primeiro número do jornal fundado por Leonardo Truda e Pedro Moura, e havia sido idealizada pelo próprio Callage.¹ Assinada apenas com a letra C., era publicada diariamente – exceto nas segundas-feiras, quando o jornal não era editado – e formava uma espécie de mosaico textual dedicado ao registro do cotidiano urbano, ao acompanhamento e à discussão sobre as mudanças no espaço social da capital do Rio Grande do Sul. *A Cidade* não era, aliás, o único espaço ocupado por Callage no *Diário*, sendo comum a presença de sua assinatura em *Ecos e Notas* – *Registro*, coluna dividida com outros jornalistas, e, mais raramente, de seu nome completo em artigos específicos. No entanto, apesar do eventual diálogo entre *A Cidade* e *Registro*, a primeira foi idealizada e mantida primordialmente por ele, seu “cronista-proprietário”, na expressão de um colega (08/04/1928)².

¹ Sobre o *Diário de Notícias*, ver GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

² Salvo indicação ao contrário, as datas citadas nesta Apresentação correspondem às publicações da coluna *A Cidade*, do *Diário de Notícias* de Porto Alegre.

A Cidade foi, podemos dizer, o ponto alto da precoce carreira jornalística do escritor, que, nascido em Santa Maria em 1888, já em 1908 dava seus primeiros passos na imprensa como colaborador em semanários e jornais locais. Atuou em sua cidade natal, em São Gabriel, São Paulo e Rio de Janeiro – onde exerceu também um cargo na Biblioteca Nacional. Na imprensa de Porto Alegre, sua primeira publicação para o *Correio do Povo* deu-se em 1910, quando Caldas Júnior abriu espaço para a divulgação de um de seus contos.³ A partir de 1917, passou a colaborar assiduamente com este jornal, assinando as crônicas da primeira página e as colunas *De relance* e *Semanário*. Seus textos versa sobre temas bastante diversos, como a situação política nacional e internacional, as superstições populares, as figuras do meio literário, a paixão pelo futebol e a chegada da primavera. Nestas crônicas, Callage já se aproxima bastante do estilo que o celebrizaria em *A Cidade*: o humor hiperbólico, o tom irônico, o gosto pela polêmica, a observação dos aspectos mínimos do cotidiano, o interesse pelas mudanças comportamentais, o acento encomiástico no tratamento dos temas da história do Rio Grande do Sul, o amargo realismo na observação da situação brasileira, o lirismo na evocação da paisagem sentimental da cidade.

Callage já manifestava, também, seu interesse pelas questões políticas. Em 1923, engajou-se na Revolução Assisista, que congregava os adversários do regime castilhistaborgista, viajando a São Paulo para publicar *O Drama das Coxilhas*, na editora de Monteiro Lobato. Trata-se de um panfleto mobilizador, voltado para a denúncia do caráter ditatorial e arbitrário do regime, de maneira que o intuito de reportagem mistura-se à manipulação dos lugares-comuns do regionalismo gaúcho (Callage, 1923).⁴ O engajamento político levou-o posteriormente

³ CALLAGE, Roque. O veneno da imprensa: especial para o *Correio do Povo*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXXVII, n. 9, p. 3, 11 jan. 1931.

⁴ CALLAGE, Roque. *O Drama das Coxilhas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

a publicar *Episódios da Revolução*, novo libelo propagandístico, agora em louvor à Revolução de 1930, tema que acabou por invadir *A Cidade*, que acompanhou o dia a dia do movimento, novamente um misto de literatura regionalista e crônica de guerra.⁵ Pouco depois, foi nomeado pelo governo provisório inspetor de ensino do Ginásio Lemos Júnior, na cidade de Rio Grande.

O jornalismo, para Callage, foi também um veículo para difusão de seu programa literário. Já em 1917, publica no *Correio do Povo* o artigo “Poesia popular” – mais tarde republicado na coletânea *O fogão do gaúcho* (1929) – que pode ser lido como a enunciação dos valores que referendavam seu programa regionalista, legitimados como autênticos valores populares (20/06/1917).⁶ Participante do processo de consagração dos emblemas do gauchismo, sua literatura concentrou-se em um número relativamente limitado de temas: a glorificação do passado bélico do estado, a difusão literária das narrativas e versos populares orais, o elogio da determinação exercida pelo meio físico da Campanha gaúcha na formação psicológica e fisiológica do sul-rio-grandense, a idealização de valores políticos como a liderança e a luta pela liberdade.

Crescentemente, no entanto, Callage avançou em direção à percepção das transformações do espaço social da Campanha com a decadência das elites tradicionais e a ascensão de valores e práticas modernizantes. Ainda no *Correio do Povo*, publicou alguns estudos de análise sociológica e cultural que demonstravam sua inquietação frente ao avanço da modernidade no estado, o que se expressava tanto em sua preocupação com a atualização técnico-produtiva quanto

⁵ CALLAGE, Roque. *Episódios da revolução*. (3 a 24 de outubro de 1930). Porto Alegre: Globo, 1930.

⁶ CALLAGE, Roque. Poesia Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXIII, n. 144, p. 1, 20 jun. 1917.

em sua observação da mudança comportamental que colocava em desuso algumas manifestações da tradição popular.

Assim, jornalismo e ficção literária correram paralelos em sua trajetória. No mesmo ano em que estreou na imprensa, 1908, Callage publicou seu primeiro livro, *Prosas de ontem*, reminiscência simbolista que não deixava entrever o rumo que sua carreira literária viria a seguir, tendo sido posteriormente renegada pelo próprio autor. Entretanto, sua publicação seguinte, *Escombros*, de 1912,⁷ já acena para a linha regionalista que o celebrizaria na literatura do estado, e que viria consagrar sua primeira coletânea de contos, *Terra gaúcha*, de 1914. Define-se, neste momento, o rumo de sua produção ficcional, que, ao longo dos anos, tendeu a tornar-se mais complexa do que fazia supor esta primeira obra genuinamente regionalista. Nesta linha, seguiram-se *Rincão: cenas da vida gaúcha*, de 1921, e *Quero-quero: cenas crioulas*, de 1927, coletâneas de contos. Seu interesse pela tradição gauchesca daria, ainda, origem a duas coleções de ensaios sobre temas regionais, *Terra Natal*, de 1920, e *No fogão do gaúcho*, de 1929. Adicionalmente, levando-se em conta que os anexos lexicais eram uma praxe na literatura regionalista brasileira, publicou o *Vocabulário gaúcho* em 1926, seguido de uma versão revista e aumentada, em 1928.

De forma aparentemente paradoxal, o escritor de nostálgicos contos regionalistas acompanhava, nas crônicas de *A Cidade*, as reformas modernizadoras em Porto Alegre. Em um momento histórico em que a percepção da ruptura com o passado despertava tanto o entusiasmo pelas novidades quanto o temor da perda dos referentes culturais consagrados, a implantação do sentido da modernidade envolvia, além das dimensões técnico-produtivas, valores, comportamentos e práticas, ao passo que o ritmo das transforma-

⁷ CALLAGE, Roque. *Prosas de ontem. Escombros*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

ções sociais nem sempre era coerente com as expectativas a seu respeito. Neste contexto, *A Cidade* convertia-se em uma tribuna, em que o jornalista externava suas posições a respeito dos mais variados temas, desde que considerados relevantes para o dia a dia de Porto Alegre: a vida artística, a manutenção e a transformação da infraestrutura urbana, os serviços públicos, o comportamento e os hábitos populares, a criminalidade, os flagrantes da rua da Praia, os assuntos discutidos nas rodas dos cafés, o consumo e a carestia, a transformação do comportamento feminino e, por vezes, a política regional e nacional. Nas palavras de Alcides Maya, em carta dirigida à coluna, *A Cidade* era:

um pequenino caleidoscópio urbano, que tem a vastidão de abranger, sob múltiplos, breves, coloridos e práticos aspectos, todos os problemas, tão esquecidos entre nós, da velha data, referentes ao desenvolvimento e ao primor de certos serviços de urbanismo e cultura social. (*Diário de Notícias*, 24/05/1931).

A leitura diária da coluna a convertia em um espaço que, além da objetividade do cotidiano, abria espaço para a subjetividade, os gostos e opiniões de seu titular. Seus temas iam sendo desenvolvidos no ritmo da vida urbana e das questões que esta propunha ao observador crítico, interessado e participativo, mas que não conferia àquele espaço no jornal qualquer pretensão de neutralidade, mantendo o lirismo, a revolta, o partidarismo e a ironia. Apesar deste caráter fragmentário das crônicas, a coluna foi, aos poucos, escrevendo sua própria história e assumindo uma identidade marcada pelas idiosincrasias de seu “proprietário”.

Por outro lado, apesar de cada crônica constituir uma unidade autônoma de sentido, *A Cidade* foi também escrita na perspectiva de um diálogo descontínuo com o público, em torno de um conjunto

de temas de interesse comum. A coluna muitas vezes soava como uma conversa iniciada por acaso com um desconhecido sobre temas de interesse geral – entre eles, diga-se de passagem, o clima, o mais prosaico tema que dois desconhecidos quaisquer podem ter em comum quando ocupantes de um mesmo espaço geográfico. Além deste espaço, a cidade possui também, é claro, muitas outras dimensões: personagens, enredos e cenários sobrepõem-se na cena pública. Essa se oferece ao observador a partir de sua capacidade de recortar a experiência coletiva, significá-la e convertê-la em uma espécie de texto a ser, também, lido coletivamente.

Não por acaso, *A Cidade* evoca “a alma encantadora das ruas”, expressão sorvida da crônica de João do Rio que deu nome ao seu livro mais conhecido, marco da crônica urbana brasileira. O uso da expressão evoca o intenso movimento de pedestres e o melancólico sentimento impresso por sua interrupção, pela chuva ou pelo frio (22/05/1927). João do Rio era uma referência fundamental, mas o espaço construído por Callage tinha características essencialmente diversas. O cronista carioca favorecia o que havia de pitoresco ou patético nas personagens “invisíveis” do espaço da cidade, sobretudo as que exerciam as “pequenas profissões ignoradas”, como os tatuadores, os vendedores de orações, os agenciadores de coroas funerárias, trabalhadores ambulantes como os músicos e os vendedores de livros, os mendigos e os mineradores escravizados. João do Rio é, acima de tudo, um observador distanciado de ambientes sociais a que não pertence, um repórter que apresenta a seus leitores mundos desconhecidos, ocultos no espaço urbano.⁸ Callage não se interessa tanto pelo que a cidade esconde. Pelo contrário, busca os aspectos mais imediatos e mais corriqueiros da vida cotidiana: o preço do pão e da carne, o clima, o movimento dos bondes, a criminalidade,

⁸ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

a falta de luz, temas que faziam parte da experiência diária de seus leitores – a pequena parcela da população alfabetizada de então – e dele próprio. Os miseráveis, os pobres, os doentes, os marginalizados encontrarão seu espaço em *A Cidade*, mas, sobretudo, quando emergiam em um espaço social no qual pareciam contraditórios.

Como observa Charles Monteiro, a crônica se consagra como uma tradição de escrita no contexto porto-alegrense por meio de autores como Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) e Aquiles Porto Alegre (1848-1926). Como a história, ela contribuía para a introjeção da consciência do tempo e para o processamento da memória social, de acordo com as expectativas de autores que projetavam sua imagem para o conjunto da sociedade.⁹ Um dos motivos da popularidade da coluna reside na identificação da crônica com a experiência coletiva, formando um espaço público de intercâmbio simbólico e de consequente fortalecimento dos vínculos de comunhão política.

Poderíamos evocar, a este respeito, as ideias de Benedict Anderson sobre a formação dos vínculos imaginários que enraizariam a formação de uma “comunidade no anonimato”, ou seja, a nacionalidade.¹⁰ Segundo ele, desde suas origens, o jornal profetizava a obsolescência do consumo de massa ao promover uma cerimônia coletiva diária em que milhares de pessoas, em seu espaço privado e simultaneamente, adquiriam a consciência do compartilhamento das narrativas do cotidiano com outras pessoas que, individualmente, desconheciam. À medida que esta cerimônia ia sendo repetida, fortalecia-se a percepção do convívio em um espaço comum por meio de uma experiência que alicerçava o imaginário da identidade coletiva na rotina concreta do dia a dia.

⁹ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**. Histórias e memórias da cidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

¹⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 69.

Perdendo em sofisticação teórica, mas ganhando na percepção do contexto mental de *A Cidade*, podemos avaliar a importância da imprensa na formação de uma “comunidade imaginada”, recorrendo também a um contemporâneo de Callage que foi uma de suas maiores referências intelectuais: o jurista e teórico do autoritarismo brasileiro Oliveira Vianna. No artigo “Minas da tradição e Minas do progresso”, escrito a partir de uma viagem a Minas Gerais realizada em 1929, Vianna observava a ansiedade com que a população da pequena cidade de Ponte Nova aguardava a chegada do trem que trazia os jornais e revistas ilustradas do Rio de Janeiro, à qual se seguiam momentos de dispersão em que as pessoas se recolhiam silenciosamente em suas casas, “lendo, saboreando, devorando as novidades do Rio”. Ele prossegue:

Estas observações me levam a uma conclusão incidente: a do papel da grande imprensa como fator da formação da nossa consciência nacional. É preciso ter observado estas pequenas cidades do nosso interior para sentir que formidável agente de unificação espiritual não é o grande jornal. Ele exerce uma ação incomparável neste sentido – porque atua com um poderoso reduto desse espírito de localismo, que a nossa imensidade territorial tende, espontaneamente, a desenvolver e acentuar.¹¹

No caso de *A Cidade*, este sentimento de comunidade simbólica era alimentado tanto na esfera mais restrita de Porto Alegre, através da criação de um canal imediato de comunicação em que o indivíduo dialogava com o grupo sobre as mínimas questões urbanas, quanto na esfera nacional, ponto de referência para a discussão mais ampla sobre questões políticas, comportamentais e culturais,

¹¹ VIANNA, Oliveira. Minas da tradição e do progresso. In: *Pequenos estudos de psicologia social*. 3.^a ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 54-70.

e, ao mesmo tempo, para o estabelecimento dos parâmetros mais relevantes para a avaliação do estado de progresso da capital do Rio Grande do Sul. É importante levar em conta que, como observa Oliveira Vianna depois de anotar a ansiedade dos interioranos em tomar conhecimento do que se passava no Rio de Janeiro, este sentido de progresso não deslegitimava as diferenças regionais e locais. Pelo contrário, havia uma aclimação das práticas culturais consagradas como mais atuais ou mais prestigiosas à mentalidade do grupo, o que a crônica de Callage ressaltará inúmeras vezes ao fazer o trânsito entre o “moderno” (ou, podemos dizer, aquilo que se estabelecia como o “universal”), o nacional, o regional, o local, além de outras dimensões como o rural e o urbano.

Além disto, *A Cidade* foi também exímia em valorizar o que poderia parecer desimportante: sensações, vivências subjetivas, estados de humor, sentimentos que não poderiam ser vividos coletivamente, mas que podiam ser compartilhados a partir de um ponto de referência: o cronista. Por isto, o registro multiforme e personalíssimo da vida de Porto Alegre nas linhas da coluna transformou Callage em uma figura pública singular no cotidiano de Porto Alegre, uma espécie de celebridade local, sendo convidado para a composição de júris, por exemplo, como o da escolha da melhor fantasia na “Festa dos bichos”, desfile caricato dos estudantes, juntamente com Raul Pilla, em 1926 (25/04/1926). O sinal mais evidente da popularidade rapidamente adquirida pelo colunista é, certamente, o caso de um engenheiro, Domingos Corrêa, que havia sido preso por estupro depois de conseguir se aproximar de uma moça de distinta família local alegando ser o autor dos artigos assinados como “C.” no *Diário de Notícias*. Reportando o ocorrido, o cronista assume o discurso da modéstia e da humildade no serviço ao interesse público: “A honra de ser o C. desta e de outras seções do *Diário de Notícias*, é uma honraria que não honra ninguém e que de modo algum recomen-

damos ao Dr. Domingos Corrêa ou a qualquer outro que dela queira fazer uso" (16/04/1925).

Apesar da lacônica assinatura C., a coluna acabou sendo identificada pelo público com a figura de Roque Callage, que reporta em diversas ocasiões ter sido parado na rua para ouvir demandas e reclamações dos leitores, ou para constatar um determinado problema urbano, e em seguida comentá-lo no jornal. Ainda no primeiro ano da coluna, o cronista conta ter sido abordado por um comerciante quando passava pela rua Voluntários da Pátria, sendo convidado a adentrar seu estabelecimento para testemunhar a dificuldade de manutenção das condições de higiene reclamadas pelo cronista. Este acaba por reconhecer o mérito do problema, levando em conta as péssimas condições de manutenção da via pública, sempre atingida pela poeira ou pela lama (16/07/1925). Outra evidência do personalismo assumido pela coluna é o fato de que, no período estudado, apenas as crônicas escritas por Callage eram assinadas, sendo as de seus substitutos sempre anônimas. A melhor ilustração disto são os versos abaixo, enviados por carta ao cronista:

Melhor não era "Cidade"
 Se em vez do C. simplesmente
 Por direito e por verdade
 Você (que ninguém se aterre)
 Ao seu isolado C.
 Antepusesse o seu R.
 E nisto de jornalismo
 Diária escrevinhação
 Eu sou um C. de bobage...
 Você não! Você escreve
 E quando se mete a agir
 De prumo, pedra e cal... age
 (21/04/1926)

Outro bom índice do reconhecimento público da coluna é o fato de que ela acabou por se tornar um agente intermediário entre a população e o poder público, através da publicação das cartas enviadas à redação do *Diário de Notícias*. Os convites recebidos pelo jornalista para percorrer instalações e obras públicas em curso são um sinal disso, como reportado pela entusiástica crônica em que ele visita a nova companhia hidráulica municipal (09/09/1927). Muitas vezes, os leitores escrevem para a coluna na expectativa de que através dela suas demandas chegassem às autoridades. “Não seria de bom alvitre que V. Sa. se interessasse pelo assunto, escrevendo um comentário a respeito, reclamando a reconstrução da referida ponte?”, pergunta o leitor BM em carta publicada em 8 de dezembro de 1927, referindo-se ao péssimo estado da ponte na estrada do Cristal à Tristeza. Na crônica de 22 de outubro de 1929, lê-se: “Temos aqui uma carta solicitando a intervenção da *A Cidade* junto à administração municipal”. Neste momento, o cronista assume este como um papel da coluna, “dando conta da reclamação que nos foi dirigida e levando-a por intermédio desta seção ao conhecimento de quem de direito”, apesar de confessar sua descrença quanto à resolução do problema.

O resultado é o reconhecimento dos leitores, como um daqueles que enviaram cartas à coluna: “quero aproveitar a oportunidade para agradecer-vos pelo muito que tem feito e conseguido pelas colunas da sua *A Cidade*, em benefício da população desta capital” (30/09/1928). Por outro lado, o cronista fazia questão de ressaltar o papel de *A Cidade* como espaço de comunicação voltado a intermediar a relação entre os cidadãos e o poder público, remetendo a ele qualquer responsabilidade pelos problemas urbanos, e assim evitando a cobrança dos leitores à medida que estes não se resolviam: “A reclamação não é conosco. É com o Sr. Major Intendente ou com quem faça as vezes na administração local” (14/05/1930).

Manifestações como essas podem, por outro lado, ser atribuídas ao humor inconstante do cronista em sua interação com o público.

A posição programática de *A Cidade* no que diz respeito ao poder público é a de manutenção da justiça e da independência. O cronista não assume, de fato, qualquer posição dogmática na avaliação das ações dos agentes públicos, que assume tonalidades das mais variadas na história da coluna. Certamente, em termos quantitativos, o mais frequente é a crítica, que conduz o cronista a desenvolver algumas campanhas sistemáticas. Como exemplo, citamos a que é movida contra os novos métodos de cobrança do imposto predial, que, na visão de Callage, favorecia os proprietários de arranha-céus e grandes edifícios, em detrimento dos inquilinos, e conduzia ao aumento do custo de vida da população pobre. Neste momento, o jornalista faz uso de um de seus procedimentos característicos, qual seja, a partir de uma situação específica, enuncia uma sentença de sentido geral, ao remeter o exemplo a um diagnóstico da situação política do país, uma república indiferente ao povo:

É preciso também ter-se em conta que a vida de Porto Alegre é a vida do pobre, da população que moureja a luta e que, não possuindo casas próprias, vai ser sacrificada com essa lei porque ao senhorio nada acontece: ele desaperta para a esquerda... Entretanto, o novo projeto, enquanto favorece escandalosamente o capitalismo, mete um arrocho à nossa enorme população sacrificada e pobre. (06/12/1927).

Mesmo no caso da atuação da polícia, a organização mais duramente combatida pelo cronista, chega a haver uma crônica em elogio à sua reformulação, em 15 de agosto de 1925, o que será prontamente desmentido nas crônicas seguintes. Outra instituição contra a qual o jornalista se indispõe frequentemente é a Inspetoria de Veículos, responsável pela regulamentação e controle do tráfego

urbano, denunciada, por exemplo, pelo grande número de acidentes causados pelo excesso de velocidade dos ônibus: “Ela é a maior responsável pelos desastres, exatamente porque não faz cumprir à risca as disposições das posturas municipais em relação ao excesso de velocidade, não exigindo, no mesmo tempo, como devia exigir, a carteira de habilitação de chofer.” (26/11/1926). Também neste caso, contudo, não deixam de ser encontradas, na coluna, manifestações favoráveis às iniciativas para sua reformulação, posteriormente desmentidas: “E nós a elogiar as atitudes e atos da Inspetoria, convencidos de que ela ia endireitar de fato o nosso anarquizado serviço de veículos. Tempo perdido.” (26/12/1926).

Callage deixa transparecer uma certa solidariedade para com os agentes públicos, ao reconhecer os conflitos de interesse que faziam com que a administração municipal inevitavelmente despertasse alguma forma de oposição. Em crônica de 1927, por exemplo, ele se vê às voltas com as posições divergentes assumidas pelos veranistas e pelos moradores da Pedra Redonda, a respeito da criação de um balneário que, beneficiando os primeiros, comprometia a tranquilidade dos segundos. Segundo ele, sempre haveria posições contrárias à opinião majoritária sobre um dado problema, devendo ser reconhecida a legitimidade destas desde que mantivessem a racionalidade em sua defesa do interesse público, e mesmo do interesse particular. Em outros casos, diz ele, vigorava a oposição sistemática ou mesmo um apego condenável à rotina. “Como é difícil satisfazer cabalmente a opinião pública!”, exclama ele, expressando não apenas a condição do administrador público às voltas com os interesses divergentes no contexto da cidade, mas também a de si próprio, como colunista de um espaço social comum que não poderia deixar de garantir a manifestação do contraditório (17/12/1927).

A observância desse princípio faz com que o autor não deixe de oferecer o espaço da coluna aos agentes públicos, para que se

defendam das críticas do cronista e dos leitores. Em 26 de setembro de 1929, por exemplo, é publicada uma carta enviada por Otávio de Oliveira, engenheiro fiscal da Intendência, em resposta à crônica do dia anterior, defendendo-se das acusações de abandono do belvedere construído entre as ruas Duque de Caxias e Coronel Fernando Machado, e reportando as providências assumidas pela administração municipal para melhoria daquele espaço. Em 1º de dezembro de 1925, o cronista apresenta, em resposta à carta de um leitor, a correspondência enviada pelo chefe da seção de jardins da municipalidade em que este apresenta o plano de ajardinamento e arborização do parque da Redenção, naquele momento ainda na primeira fase de sua construção. A coluna assume, assim, uma função informativa, levando ao conhecimento público os projetos da Intendência, o que ajudava a aplacar as críticas dos cidadãos e também criava um canal de comunicação entre o povo e seus representantes. Em outra ocasião, o cronista sente-se obrigado a justificar-se pelas críticas feitas à Intendência, depois que um de seus altos representantes envia a ele os projetos que já haviam sido aprovados e que desmentiam as informações publicadas no dia anterior em *A Cidade* (17/06/1928).

Por outro lado, a adoção de uma atitude de deferência em relação aos agentes públicos pode ser observada através do “culto” à figura de Otávio Rocha, homenageado em diversas crônicas que alimentam a mística do “grande remodelador de Porto Alegre”. Inicialmente, o cronista confessa um certo pudor em enaltecer figuras do mundo político, em parte por sua postura oposicionista, mas esta disposição acaba por ser desmentida quando o assunto era Otávio Rocha. Talvez isto se deva em parte ao fato de que o intendente morreu precocemente, em 1928, após apenas três anos de mandato, tendo anunciado, mesmo antes disso, seu afastamento do cargo para assumir uma cadeira de representação federal do Rio Grande do Sul. Callage sente-se, neste caso, obrigado a justificar sua postura:

Inimigos que somos, por temperamento, ao elogio pessoal, às manifestações laudatórias aos que têm em suas mãos uma parcela do poder – tanto mais quando esses louvores ou essas homenagens podem ser mal-interpretadas pelos espíritos prevenidos e acanhados – não podemos, entretanto, deixar de lamentar, com toda a sinceridade, o afastamento da administração municipal do brilhante remodelador da cidade.

.....

Adversários sinceros e convictos da situação política que domina o Rio Grande, nem por isso estamos presos à crítica de má vontade ou de censura sistemática, a maioria das vezes exercida por um estreito partidarismo. Pelo contrário, aqui proclamamos, com simpatia e entusiasmo, a grande obra iniciada e em grande parte concluída, pelo chefe do executivo municipal. (15/01/1928).

A intensificação do diálogo entre Callage e seu público em torno das questões urbanas acabou por converter os leitores em cronistas adjuntos da coluna. Crescentemente, *A Cidade* passou a abrir espaço para manifestação acerca das diversas questões da vida urbana, publicando a correspondência enviada à seção, acompanhada ou não do comentário do escritor. A maioria destes “colaboradores” reportava questões locais e expandia o alcance dos temas abordados, buscando fazer representar seus próprios interesses e opiniões. Com o aumento da demanda de leitores pela divulgação de suas cartas, Callage passou a resumir seu conteúdo, ou a publicar trechos curtos delas: “Infelizmente, a extensão de umas, a inconveniência de outras, obrigam-nos a resumi-las, a seguir com os comentários que julgamos cabíveis” (09/01/1930).

Um dos aspectos curiosos deste intercâmbio entre o cronista e os leitores é que nem sempre suas opiniões convergem. Especialmente à medida que passa a receber uma correspondência mais volumosa,

as trocas de farpas entre o jornalista e os leitores vão se tornando mais frequentes, motivadas pelo desejo do cronista de manter a coerência temática da coluna ou por divergências quanto às sugestões e pedidos apresentados pelos leitores. É o caso de uma carta que solicita espaço na coluna para a publicação de versos românticos: “Vê-se que o distinto moço tem grande inclinação para o ridículo. Francamente, não lhe louvamos a especialidade” (09/01/1930). Ou, ainda, a carta assinada pelo “paladino da moralidade”: “O seu pseudônimo é positivamente chato. Dá ideia de qualquer coisa dez mil vezes pior que as ideias e os lugares-comuns do Conselheiro Acácio” (12/02/1930). Outras vezes, as cartas são recebidas entusiasticamente, por apresentarem novos temas ou renovarem alguns já tratados pelo colunista, como no caso da carta de 14 de dezembro de 1927, assim anunciada: “De um espírito fino e cheio de bom senso, que modestamente se oculta sob o pseudônimo de ‘Um amigo da cidade’, recebemos a carta que a seguir publicamos.”

Outras cartas tentam emular o tom irônico tão característico de *A Cidade*, como no caso do leitor que elogia a sujíssima água oferecida pelas companhias hidráulicas de Porto Alegre por sua capacidade de criar imunidade, vacinando a população contra o tifo (25/12/1925). Outro bom exemplo é a hilária carta de uma leitora – que assina “uma artista” e é atribuída a “uma fulgurante ‘estrela’ das nossas pensões ‘chiques’” – passando-se por uma prostituta em defesa da “liberdade profissional”:

À Rua Riachuelo, principalmente, existem disseminadas por algumas quadras várias pensões “artísticas”. Acontece que as pensionistas, quando se recolhem, geralmente da o hora às 4 da madrugada, após seus fulgurantes triunfos nos “centros de arte”, que os há de fama, não o fazem sem certo constrangimento e tudo devido a uma mal-entendida tolerância da autoridade: ainda se permite que na supracitada

rua morem famílias burguesas a reclamarem a noite para o descanso! Veja que desaforo! (16/12/1927).

Em um único momento na história da coluna seu sentido dialógico e sua vocação para o debate franquearam espaço à polêmica entre leitores. Em questão estava a carta de um leitor publicada em 10 de outubro de 1929, em que este protestava contra os barulhentos foguetes que confeririam “características coloniais” às festas promovidas em Porto Alegre. Callage demonstra sua concordância com a reclamação do leitor, endossando a acusação de atraso ao defender que “a metrópole gaúcha é uma verdadeira aldeia”, advogando pelo silêncio e pela ordem pública. Dois dias depois, entretanto, a coluna abriga a carta de outro leitor que defende o direito das sociedades veteranas de homenagear seus fundadores, o que significava não mais que dar continuidade a suas tradições. A contenda continua com a publicação de nova carta no dia 15 do mesmo mês. Desta vez, Callage decreta seu encerramento definitivo: “Infelizmente a discussão dos dois dignos missivistas está tomando ares de polêmica. Em razão disso vamos parar aqui. Deixemos de lado os tiros e os foguetes, até que a polícia e as posturas municipais resolvam tomar providências a respeito.” (15/10/1929). O silêncio do cronista a respeito da questão, remetida às regulações jurídicas, talvez deva-se à delicada situação que a polêmica evoca: de um lado está o controle da ordem pública dentro dos padrões estritos da racionalidade progressista, que condenava os hábitos tidos como primitivos; de outro, está a percepção do espaço da cidade como um espaço comunitário que deveria ainda zelar pela memória de seus antigos usos e costumes.

As cartas dos leitores ocupam na história de *A Cidade* um espaço considerável, cerca de um quarto do total. No seu último ano de publicação, 1930, o cronista estabelece que as cartas seriam publicadas apenas uma vez por semana, e “de preferência as que tratam de assunto de palpitante interesse público” (24/05/1930). A primeira

carta havia sido publicada no dia 6 de maio de 1925, dois meses depois da estreia da coluna, o que leva a crer que, se a publicação de cartas não fazia de fato parte do projeto inicial, foi rapidamente incorporada a ele. Inegavelmente, a publicação dos escritos dos leitores constitui um espaço de interlocução do cronista com seu público, mas possui também uma outra função: ajudá-lo a preencher o papel em branco. Esta não é uma ilação fortuita, se observarmos a frequência com que Callage toma como assunto a falta de assunto, o que é compreensível quando se leva em conta que a coluna era publicada diariamente.

Relembrando a convivência com Callage, um colega escreveria: “Parece-me que o vejo ainda, curvado sobre o jornal, à procura do assunto – o tormento de todos os dias...”¹² Ao mesmo tempo, as crônicas sobre a falta de assunto tornam-se mais frequentes nos seus dois últimos anos de atuação em *A Cidade*. Os registros iniciais tratam contrariamente, do excesso de temas. É o caso da crônica de 1º de março de 1926, comemorativa do primeiro aniversário da coluna, uma das melhores manifestações do “programa” do cronista e seu primeiro balanço sobre sua atuação, com seu característico registro modesto – e, comumente, autodepreciativo:

No decorrer de um ano, essa modesta seção não foi uma só vez interrompida. Tantos foram os números que circularam desta folha, quantas foram às vezes que ela apareceu.

Essa assiduidade não lisonjeia o seu autor, muito menos aos leitores do *Diário de Notícias*, obrigados a vê-la, monotonamente, desataviada e rústica, entre as cercaduras desta coluna.

¹² Artigo assinado por A.G., à página 5 da edição do *Diário de Notícias* de 24 de maio de 1931, dia seguinte à morte de Roque Callage.

A culpa de tudo, entretanto, cabe exclusivamente ao Assunto que não falhou. O Assunto, que é sempre a tremenda dificuldade de todos os que são obrigados dia a dia a escrever em terra pequena, nunca fugiu, nunca escasseou, nunca se distanciou do nosso pensamento. Basta olhar em torno, para qualquer ponto que se busque da cidade, para que ele surja vivo, completo, integral, pedindo, insistentemente, três ou quatro tiras de comentário. É o que temos feito. (01/03/1926).

A diversidade de temas que compõem a coluna de Callage levou-o, por outro lado, a refletir sobre o processo diário de escolha com que, inevitavelmente, ele se via às voltas. Embora os temas mais comuns da coluna fossem os problemas concretos da vida urbana – especialmente os relativos aos serviços públicos e à administração local – a percepção subjetiva do espaço tinha também lugar garantido, embora a “função social” de temas como este fosse bem menos óbvia. Na crônica de 5 de junho de 1926, encontramos uma manifestação disto, na medida em que o cronista reflete sobre o quão legítimo era, naquele momento, falar da beleza de uma tarde outonal, frente à multiplicidade dos aspectos práticos – necessários, mas desagradáveis – que demandavam comentário. O elogio da paisagem tem que ser explicado em face de problemas como o fornecimento de energia elétrica, a incompetência da polícia, o preço da carne, o abandono dos bairros e a criminalidade. No entanto, diz ele, eram raros os dias em que a beleza da tarde tinha força suficiente para afastar o olhar dos “lamentáveis quadros das nossas ruas”.

Ao tentar justificar os devaneios líricos de uma observação da paisagem que se contrapunha às atribulações do cotidiano, a crônica citada acaba por acentuar a gravidade dos problemas de Porto Alegre, que, por final, ocupam um espaço bem maior que o elogio da natureza, que era, afinal, o tema proposto. Muitas outras crôni-

cas, por outro lado, assumirão essa perspectiva subjetivista e lírica sobre o cenário urbano, acentuando o caráter autoral da coluna e expandindo seu significado para muito além do de outras colunas jornalísticas que tratavam de temas cotidianos. Não era, portanto, por falta de assunto que uma bela tarde tornava-se um tema digno de atenção. Pelo contrário, além de ser um tema igualmente valioso, justificava-se pelo próprio desânimo despertado pela observação dos aspectos negativos da cidade (05/06/1926).

A primeira crônica que assume o tema da falta de assunto é a de 3 de maio de 1927, ou seja, no terceiro ano da coluna. Nesta, o cronista contrasta esse problema com o fato de serem os temas urbanos uma fonte inesgotável. Segundo ele, não se tratava de existirem ou não assuntos, e sim da impossibilidade de encontrar algo específico que despertasse o interesse necessário para a escrita. Há, já neste momento, a manifestação de certo desgaste provocado pela manutenção de uma coluna diária, mesmo levando-se em conta o uso das cartas de leitores: “Há mais de dois anos que aqui estamos, sem interrupção, nesta situação monótona e desesperadora de dar dia a dia um prato novo, uma nova nota aos nossos leitores sobre assunto privativo da *urbs*”. Novamente, a crônica traz à tona a multiplicidade de aspectos urbanos dignos de figurarem na coluna, o que, apesar de aparentemente paradoxal, não é contraditório com a falta de assunto: não se tratava de encontrar sobre o que falar, mas de encontrar em um determinado assunto um nexos discursivo que possibilitasse um fluxo espontâneo e contínuo de ideias: “A pena vacila no papel; desperta, luta, emperra. E nada! Falta qualquer coisa que a faça correr, livre, desembaraçada, em demanda a um determinado ponto.” (03/05/1927).

A falta de assunto e conseqüente repetição de temas, poderiam gerar desinteresse pelo comentário de problemas relevantes, mas já muito batidos. A repetição é, primeiramente, atribuída ao

provincianismo da cidade, que limitava os assuntos de interesse (17/08/1927). Em seu estudo da crônica urbana porto-alegrense, Sandra Pesavento demonstrou que a falta de assunto era uma queixa comum no jornalismo local, sendo de fato muitas vezes associada ao que a autora denomina “amargura provinciana”: o pesar frente a uma cidade acanhada que não oferecia atrações suficientes para o exercício da prosa cotidiana.¹³ No caso de Callage, entretanto, o uso deste argumento não é frequente.

Na crônica acima citada, a dificuldade de encontrar um tema é fruto da dificuldade de superação dos problemas crônicos da vida urbana: a falta de espírito cívico, a inoperância da gestão pública, a ineficiência dos prestadores de serviços e a procrastinação aparentemente infinita de projetos. Em questão estavam não apenas os eventos diários e as mudanças na vida urbana, mas, sobretudo, as continuidades, lamentadas como sinais de estagnação ou de incapacidade de assumir um ritmo de atualização coerente com as expectativas alimentadas pelo avanço de outras cidades.

Frente a isto, transparece o desânimo, como na crônica de 16 de julho de 1927, em que os problemas de saúde da população, derivados da característica instabilidade climática da cidade, são transferidos à própria coluna, que “anda também vai não vai...”. A “falta de assunto” ajuda a explicar não apenas a retomada de temas, mas a eventual – apesar de rara – repetição de crônicas já publicadas ou, ainda mais raramente, a “reciclagem” de textos antigos. É o caso das duas crônicas sobre o espanto causado pela passagem de uma mulher de longos cabelos louros, em plena vigência do corte à *la garçonne*. Entre a primeira, publicada em 26 de novembro de 1925, e a segunda, em 11 de julho de 1928, há em comum persona-

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano. Paris. Rio de Janeiro. Porto Alegre. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 335-350.

gens, sentenças, peculiaridades vocabulares, referências literárias e mundanas, embora não sejam as duas crônicas de fato idênticas.

Por outro lado, quando as crônicas são lidas em conjunto e retrospectivamente, percebe-se que a repetição é também um importante recurso discursivo, pois, à medida que os temas vão sendo reiterados, eles próprios se fortalecem. Além disto, ao longo do tempo, o cronista reutiliza imagens, ideias e conceitos que, a cada vez que são retomados, estreitam sua conexão com o leitor. A coluna diária cria, assim, uma espécie de cumplicidade entre o cronista e seu público cativo, aquele capaz de identificar o sentido de recorrências que seriam possivelmente estranhas a leitores desavisados: o “raio X”, “o pauzinho”, o “nu artístico”¹⁴. As repetições ajudam também a definir determinados temas que se tornam objeto de verdadeiras campanhas assumidas pelo cronista: a proteção aos animais de tração, a arborização da cidade com espécies nativas, o bonde noturno, o recenseamento da população. Além disto, determinados personagens urbanos repetem-se e aprofundam a sensação de familiaridade com o universo da coluna: o poeta modernista, os basbaques, os almofadinhas, o gaudério na cidade, os bolinas.

Outro fator que, segundo Callage, determina a falta de assunto é a limitação da temática da coluna aos assuntos locais. Na crônica de 17 de agosto de 1927, o narrador encontra um interlocutor que se encarrega de ajudá-lo a enfrentar a falta de assunto, sugerindo a ele diversos temas: os buracos na rua, a falta de iluminação nos subúrbios, a remodelação urbana. Mas todos eles são tidos como repetitivos, e “não há nada mais intolerável do que a monotonia da repetição”. Ao final, o interlocutor sugere a sucessão presidencial, assunto que era uma verdadeira novidade. O tema é rechaçado, uma

¹⁴ Termos utilizados para se referir, respectivamente: aos raios de sol, que à contraluz permitiam visualizar o corpo feminino sob os trajes leves de verão; ao cassetete dos policiais; à moda dos vestidos curtos e fluidos.

vez que “não é assunto do município; é assunto do Estado, escapando, portanto, às atribuições desta crônica puramente local”. No entanto, o argumento era falso, possivelmente fruto da forma enfática e sempre prolixa com que o autor tratava a falta de assunto. Na verdade, as questões políticas nacionais e estaduais eram temas há muito incorporados pela coluna. A justificativa para isto era simples e recorrente: o cronista nada mais faria do que reportar aos leitores o que ouvia nas rodas de sociabilidade, nas confeitarias e nos cafés da capital, o que legitimava o tratamento do tema.

Durante a Revolução de 1930, e mesmo no período que a antecedeu, Callage engajou-se enfaticamente, e *A Cidade* assumiu os eventos políticos como tema primordial, tornando-se uma trincheira através da qual ele difundia seu ânimo revolucionário. O cronista chegou, na coluna de 21 de outubro de 1930, em plena Revolução, a ensaiar o tratamento de temas habituais como as reclamações sobre o serviço de bondes da Companhia Carris e a arrecadação do imposto sobre o comércio e a indústria. Entretanto, ao ver o povo acorrer ansiosamente, ao toque das sirenes que anunciavam as novidades nos painéis dos jornais, acaba mudando de ideia e volta a tratar dos boatos e das manobras de guerra: “nos dispusemos a tratar dos dois assuntos apenas em começo linhas acima, quando uma outra ‘sirenada’ nos chama a atenção. O povo, ansioso como sempre, já está devorando na pedra a última nova” (21/10/1930). As notícias da cidade mais uma vez ficariam para o fim do conflito.

De fato, a Revolução era o assunto palpitante da vida de Porto Alegre. No entanto, seu término em 24 de outubro encontrou o cronista saudoso de seus temas habituais, que não eram os grandes feitos e as grandes inflexões históricas, e sim o corriqueiro dia a dia, o lento processo de construção da paisagem física e humana da cidade:

Palavra de honra que estávamos com saudade de você, – ó cidade amiga!... Mas de você nos seus aspectos triviais de

todos os dias: o tráfego de veículos, o aformoseamento urbano, a higiene das ruas, o abandono dos bairros suburbanos, os excessos de velocidade, além de uma infinidade de outros assuntos do dia a dia da *urbs*. Até da gatunagem e dos batedores de carteira – até mesmo do “jogo do bicho” estávamos com saudade, palavra... (28/10/1930).

No entanto, a restrição temática sempre deu motivo a reclamações sobre a falta de assunto: “Se ao menos a gente pudesse falar do Sr. Mussolini, de uma nova revolução no México ou de qualquer ocorrência na China, o problema para o cronista estaria definitivamente resolvido.” (19/11/1930). Mas a percepção do autor sobre a falta de assunto é deveras subjetiva e pessoal, e parece antes refletir seu estado de espírito e sua disposição a alimentar o espaço que conquistara no *Diário de Notícias* do que qualquer outro propósito. É curioso que, ao fazer o balanço de 1927, ano em que o tema emergiu na coluna, Callage o tenha obliterado completamente, afirmando que “não houve um dia que a matéria-prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiri-la neste vasto empório de miscelâneas que é em verdade a nossa valorosa e progressista capital” (03/01/1928). Neste momento, o entusiástico elogio ao desenvolvimento da “metrópole” (termo utilizado pelo autor nessa crônica) não dá lugar a manifestações de desânimo.

O próprio cronista dá a entender que a falta de assunto era, de fato, uma expressão de seu estado de ânimo, ao atribuí-la, por exemplo, ao frio do final de maio, em que “o espírito é que não funciona, e, portanto, não encontra o assunto” (29/05/1929). Uma manifestação bastante peculiar do tema surge em 1º de maio de 1929, quando é publicada uma crônica sobre o poder discricionário dos burocratas, texto que em nada deixa transparecer qualquer problema de falta de assunto. Nas linhas finais, entretanto, ele o invoca, atribuindo o problema, naquele momento, à impossibilidade de sair de casa. A

confissão pode ser lida como um pedido de desculpas em face de um texto de resultado talvez insatisfatório para seu autor, ou como fruto de um desejo de comunicar ao leitor as circunstâncias de sua escrita. Esta última postura é nítida na crônica de 29 de maio de 1928, que revela as impressões colhidas através da vidraça, num dia de chuva em que lhe teria faltado coragem de enfrentar o mau tempo. A vida de Porto Alegre é comunicada, então, a partir da perspectiva fixa do observador em seu mirante, “em dias que a gente é como os prisioneiros que olham a vida sempre de um mesmo ponto”.

É possível deduzir que a própria falta de assunto tenha conquistado um lugar no repertório temático de *A Cidade*, uma vez que as crônicas sobre o tema constituem uma espécie de metadiscursos em que a coluna questiona seus propósitos, motivações e condições de produção. A própria linguagem das crônicas deixar-se-ia contaminar pelo problema, pois a falta de assunto explicaria um dos recursos mais utilizados pelo jornalista, a reprodução de conversas virtualmente ouvidas na rua, no bonde, nos cafés, ou travadas por ele com algum amigo ou mesmo com algum desconhecido que sabia de sua posição na imprensa: “o diálogo – distinto missivista – é a maneira mais cômoda de disfarçar a falta de assunto” (14/05/1930). Através deste tema, é posta em xeque a disposição do autor em manter este “já monótono palmo da coluna, onde uma mesma pena, acanhada e sem brilho, está a pedir substituto que melhor desempenhe tão delicada incumbência” (19/02/1929). No dia seguinte a essa declaração, a coluna (sem assinatura) anunciava o afastamento de Callage, para tratamento de saúde. Seu retorno dar-se-ia, sem alarde, em 19 de abril.

Não havia sido essa a primeira licença do jornalista. Em 5 de fevereiro de 1928, ele próprio anunciara a interrupção de sua assinatura na coluna, que seria escrita por outros jornalistas. A edição seguinte, sem assinatura, cuidou em reafirmar, entretanto, a identificação de

A Cidade com Callage. A retomada deu-se em 10 de abril do mesmo ano, quando o cronista, lançando mão de sua costumeira analogia política, faz uma avaliação do período, no tom de severa autocritica com que vinha já imprecando contra a “falta de assunto”:

O velho processo, tão antipático nas diversas modalidades da nossa vida política e administrativa, foi aqui bem-sucedido e deu ótimos resultados! O que nos parecia tão condenável em todos os aspectos por que fora do jornal os encarávamos, foi para *A Cidade* uma verdadeira medida salvadora. Cada companheiro que se abancava à mesa para traçar “provisoriamente” o comentário dessa seção, fazia-o de boa vontade e com raro brilho. Ao cronista “provisório” nunca faltaram a beleza do estilo e a atração imediata do assunto. Abençoado regime que nos poupou de um desagradável esforço cotidiano, e ao mesmo tempo livrou os leitores da monotonia de uma leitura que já se fazia prolongada e irreverente. (10/04/1928).

E, doravante, tudo seria feito para que a seção angariasse novamente o prestígio que ela havia conquistado junto aos leitores. “Assunto naturalmente não nos faltará”, declara enfaticamente, chamando a atenção para o ritmo intenso das transformações do espaço urbano de Porto Alegre.

Em 1930, último ano da coluna, observa-se um número maior de pequenas interrupções da participação de Callage, com a publicação de algumas crônicas que não trazem assinatura.¹⁵ Ao final de agosto de 1930, um colega jornalista reporta o caso jocoso de uma leitora que, não tendo reparado a ausência do característico *C.* ao final da coluna de 29 de agosto, escrita por ele a pedido do cronista titular, enviou

¹⁵ Isso havia ocorrido em 23/06/1929. No ano de 1930, exemplos de crônicas não assinadas por Callage são as de 22, 23 e 25 de fevereiro, 29 de agosto, e 22 e 23 de outubro.

uma carta ao redator reproduzindo trechos da crônica e atribuindo a pouca inspiração à falta de assunto – o que arranca do jornalista substituto um constrangido “muito obrigado...” (31/08/1930). O ocorrido dá bem a medida da intimidade dos leitores de Callage com seu estilo e seus temas, inclusive o da falta de assunto.

Em 11 de janeiro de 1931, o escritor publica a primeira crônica de sua nova fase no *Correio do Povo*, deixando *A Cidade* aos cuidados de outros jornalistas do *Diário de Notícias*. Recordando sua estreia jornalística, diz-se acometido do mal inevitável da carreira das letras: o esforço torturante para realizar algo que estava de antemão destinado a causar desapontamento. Uma nova esperança, prossegue ele, sempre surgia em face de cada desilusão, à medida que a “atração facínora pela letra de forma” absorvia todas as aspirações, como uma meta sempre inalcançável. “Estranho caso esse: quanto mais reconheço a inutilidade desse esforço, mais vontade tenho de prosseguir” (11/01/1931).

Compreendem-se as dificuldades da carreira intelectual no Brasil, mas Callage já havia, naquele momento, alcançado sensível reconhecimento público, e é eloquente que esta nova fase seja iniciada com um conjunto de crônicas de viagem pelo interior do Rio Grande do Sul. A série de artigos publicada a partir de 1º de fevereiro esboça um amplo painel da diversidade do estado, em evidente diálogo com a anterior atuação do escritor como cronista urbano e com seu engajamento fervoroso na Revolução de 1930. Seu principal objetivo era avaliar as condições de progresso econômico e social do Rio Grande do Sul, tomando como pontos de referência a iniciativa, a intervenção e o apoio do Estado à iniciativa privada. Estão em debate as condições de comunicação e transporte, a infraestrutura para os setores produtivos e de serviços, o sistema tributário, a relação entre a União e os estados, temas caros àquele momento em que, após a vitória revolucionária, percebia-se que era chegado

o momento da verdadeira transformação. Ao colocar-se a serviço do ideal revolucionário, Callage concebe o jornalismo e a política como dimensões comunicantes e cooperantes. Dá exemplo disto o último artigo da série, *Na fronteira*, em que a figura do próprio Getúlio Vargas é mobilizada para o enfrentamento da condição deplorável do transporte ferroviário no sul do estado: cabia ao jornalista tornar pública a realidade, mas cabia ao governo agir sobre ela (17/05/1931).¹⁶

Este seria o último artigo publicado por Callage, que morreu uma semana depois, em 23 de maio. Subscrições e eventos como a “Semana de Roque Callage”, promovida pela Livraria do Globo, fizeram parte de um conjunto de iniciativas para arrecadar fundos para a manutenção de sua viúva e seus dois filhos, mobilizando a imprensa porto-alegrense por alguns meses. A comoção no meio jornalístico dá ensejo à reflexão sobre o legado literário e jornalístico do escritor. Pedro Vergara, Manoelito de Ornellas, Aurélio Porto, Valter Spalding e Vargas Neto são alguns dos intelectuais que vão aos jornais de Porto Alegre prestar-lhe homenagens, e é principalmente como um cultor sincero e espontâneo do regionalismo gauchesco, como um “belicista da nossa tradição”¹⁷, que ele é elogiado por seus pares.

Quanto às suas crônicas urbanas, as referências são bem menos grandiloquentes. A mais representativa delas foi publicada em *A Cidade* no dia seguinte a sua morte, em uma crônica não assinada em que Callage foi definido como “um colaborador eficiente da remodelação urbana de Porto Alegre, empreendida pela férrea tenacidade de Otávio Rocha” (24/05/1931).¹⁸ O escritor certamente se sentiria

¹⁶ CALLAGE, Roque. Na fronteira. Cacequi – A ponte de Santa Maria, Alegrete – Uruguaiana a B. G. S. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 114., p. 3, 17 maio 1931. Sobre esta série de crônicas, ver MURARI, Luciana. “A configuração do espaço regional nas crônicas de viagem de Roque Callage”. Varsóvia, *Revista del Cesla*, n. 15, 2012. p. 29-46.

¹⁷ Expressão cunhada por um editorial do *Estado do Rio Grande*, e citada pelo *Correio do Povo* em sua edição de 28/05/1931, p. 5.

¹⁸ ROQUE CALLAGE. A solidariedade de seus colegas de imprensa e de seus amigos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XXXVII, n.123, p. 5 24 maio 1931.

lisonjeado ao ver seu nome associado ao do “grande remodelador”. Não por acaso, em alguns momentos Callage havia se referido à sua coluna como uma outra cidade: “Outono, delicioso outono! Ainda és o único encanto desta desenxabida cidade, desta, que aqui diariamente escrevemos e da outra, sobre a qual diariamente falamos...” (24/04/1926). O artifício retórico do cronista revela que ambas, a cidade real e a cidade da crônica são, igualmente, textos que iam sendo escritos e lidos no cotidiano de Porto Alegre.

“Todos os dias são bons e todos os dias são maus. Tudo depende daquele mero estado de alma que o poeta sentiu primeiro para cantar depois”, escreve Roque Callage n’*A Cidade* de 22 de maio de 1928, refletindo sobre a retomada do ciclo semanal em uma sonolenta segunda-feira de nevoeiro em que a preguiça de recomeçar e a expectativa de realização revezam-se na tomada de consciência do retorno à rotina. A recorrência da temática do clima nas páginas de *A Cidade* é a mais eloquente demonstração da busca pelo cronista de criar o sentimento de um espaço cotidiano partilhado entre e com seus leitores. Sem dúvida, trata-se do assunto que, mais explicitamente, define as circunstâncias ambientais que conformam a vida cotidiana – embora as possibilidades de resposta a estas circunstâncias possam ser bastante diversas. O clima pode ser também o objeto por excelência para representar a sucessão temporal no cotidiano, uma vez que descrevê-lo permite definir como se passou um dia e como este pôde ser vivido, individual ou coletivamente, tanto em termos das condições objetivas da experiência quanto das sensações e estados de espírito inspirados pelo ambiente. Falar do clima é, além disto, o expediente por excelência da abertura de um espaço de diálogo independente de vínculos pessoais e um bom pretexto para dar início a uma conversa que pode, a partir daí, afluir para os mais diversos temas.

No cotidiano da cidade, os rituais da rotina organizam a multiplicidade de trajetórias individuais, dinâmicas corporais e estímulos externos que convergem nos lugares públicos, imprimindo ao tempo-espaço moderno uma aparente previsibilidade. Naturalizando a vivência coletiva, a repetição automática dos gestos e condutas que tornam possível a assimilação do meio urbano ao dia a dia de cada cidadão atua no sentido da manutenção dos arranjos que conformam uma determinada ordem social. Reiterando o comportamento aprendido, a rotina permite renunciar ao pensamento e ao esforço de decisão, e lidar sem (muitos) sobressaltos com a reiterada sucessão de imagens e estímulos sensoriais que permeiam a experiência urbana. Cabe à subjetividade, entretanto, a significação positiva ou negativa, ou, alternativamente, a indiferença em relação aos inúmeros convites que o meio urbano oferece à excitação dos sentidos.

Neste contexto, a passagem dos dias do calendário é preenchida de significados, de maneira que as unidades de tempo – dias, meses, anos, estações – definem-se por meio da reflexão sobre o vivido, de referências culturais e de tradições passadas em revista. Segundo Callage, por exemplo, o mês de maio desvestia-se de toda a mística do passado à medida que entrava em decadência a festa do Divino, enquanto a linguagem poética que havia consagrado suas qualidades perdia o antigo lirismo. Observa-se, assim, a emergência de uma percepção de que a modernidade teria invadido a própria natureza, perturbando os ciclos climáticos. Nada tem de nova, portanto, a sensação de que não há mais inverno e de que o ciclo natural das estações está irrevogavelmente perturbado em relação a um “antigamente” ideal em que ainda havia constância e previsibilidade – os tempos da modernidade são, de fato, tempos de perturbação de nossa capacidade de ordenamento do mundo tal como até então o compreendíamos.

Oferecemos, através desta coletânea, um mosaico da vida de Porto Alegre em um dos períodos mais dinâmicos de seu processo

de atualização. Isto diz respeito, certamente, à remodelação urbana que conferiu à cidade alguns de seus mais característicos espaços, mas também compreende a observação das possibilidades oferecidas por ela, como um lugar onde se exercitam novas formas de viver em grupo, de experimentar a liberdade e de criar, cotidianamente, um sentido moderno de comunidade. Este sentido depende não apenas de aprender a compartilhar um espaço, mas também envolve a tarefa de escrever, cotidianamente, a narrativa das repetições automáticas e das peripécias semi-heroicas de seus cidadãos, que encontraram em *A Cidade* um paradoxal diário íntimo, tão pessoal quanto coletivo.

Nas colunas reproduzidas no capítulo 1, a cidade é vista a partir de fora, observada por forasteiros que a contrapõem a seu universo de referência, o mundo rural. À contracorrente da desvalorização do campo típica do olhar modernizador, os sinais do progresso encontram-se nessas crônicas frequentemente negativados. Isso porque, por vezes, as inovações técnicas e sociais pareciam não corresponder às expectativas; por outras, não haviam sido plenamente alcançadas na Porto Alegre “provinciana” da década de 1920, quando comparadas às “verdadeiras” metrópoles. Nas crônicas que seguem, da perspectiva de um escritor que dedicou boa parte de sua carreira literária à vida no mundo rural, a cidade se mostra encantadora, surpreendente, mas ao mesmo tempo potencialmente opressiva e fatigante.

No capítulo 2, encontramos a cidade em uma de suas alcunhas mais comuns: a selva urbana. No espaço onde se desenrolava o drama da luta pela sobrevivência, a dependência em relação ao mercado condicionava a obtenção de víveres à disponibilidade de recursos monetários, que pareciam cada vez mais limitados em um contexto de tímido crescimento econômico, instabilidade política e crises recorrentes, agravadas em alguns contextos pela falta de numerário. Nesse capítulo, as crônicas encontram os habitantes da cidade em

momentos de exasperação em face da carestia, da desordem urbana e de uma percebida degradação dos padrões de vida das camadas médias e da população mais pobre. Acompanhados pelo cronista, que demonstra não apenas solidariedade, mas pertencimento à massa de trabalhadores, os cidadãos encontram aqui um espaço de reconhecimento e cobrança dos poderes públicos.

A miséria dos doentes, dos pobres, dos injustiçados, dos que restavam à margem da cidade “oficial” é o tema do capítulo 3, dedicado às crônicas escritas por Callage em favor dos esquecidos de Porto Alegre. Para estes, pouco restava a não ser contar com a caridade do público, organizado em instituições benemerentes que recebem do cronista elogios e divulgação de seus esforços. Empenhado em colaborar com campanhas promovidas a favor de diferentes causas, o colunista mostrou-se sempre aberto e atuante. Embora estejam aí as cenas mais sombrias registradas pela coluna, nesse conjunto encontramos alguns dos seus relatos mais comovedores, pois o cronista não apenas abre seu espaço para dar visibilidade às causas pelas quais se bate, mas também demonstra sua identificação com as personagens mais humildes de Porto Alegre.

PRÓLOGO

CRÔNICAS EM AUTOANÁLISE

Em vários momentos, Roque Callage refletiu sobre sua coluna, expressando a angústia do excesso ou da falta de assunto, avaliando a repercussão de seus escritos e dialogando com os leitores (às vezes diretamente) sobre temas de interesse comum, como quem puxa assunto com um desconhecido. As crônicas que se seguem exemplificam a constante autoanálise a que o escritor submeteu a coluna, em sua contínua busca por conectar suas ideias e sua sensibilidade com a experiência coletiva no espaço porto-alegrense. Escritas em algum grau da escala entre o “calor senegalesco” e o “frio cortante”, essas crônicas exibem também o “clima” que as condicionava: por vezes, o cronista parece sentir-se um agente relevante da vida da cidade, enquanto em outras questiona os propósitos e a validade de seu próprio esforço cotidiano na redação do jornal.

16 de abril de 1925

Com toda a franqueza: o Dr. Domingos Corrêa, bacharel e engenheiro civil, preso agora pela polícia, por crime de estupro praticado em São Paulo, é um homem de mau gosto. De mau gosto, pelo menos, no tocante às coisas de literatura e de jornalismo.

Segundo informam os nossos colegas do *Correio do Povo*, "aqui enamorara-se ele de uma moça de família distinta, tendo declarado aos pais dela que era advogado e colaborador do *Diário de Notícias*, onde escrevia os artigos assinados com a letra C."

Não sabemos que honra ou que título de glória obrigava em tudo isso o ilustre doutor, para iludir a boa-fé da família da gentil senhorinha de quem se enamorara. A única coisa que, se lhe desse glória, também não o desdouraria, era colaborar nesta folha, se de fato assim fosse, isso pela simples razão de que conta, felizmente, o *Diário de Notícias*, com inúmeros colaboradores entre os mais dignos e brilhantes espíritos desta capital.

Quanto à outra parte, a de que o Dr. Domingos Corrêa havia declarado que escrevia nestas colunas artigos assinados com a letra C., de modo algum lhe gabamos a intenção. Se com isso aquele bacharel e engenheiro civil queria elevar-se ao conceito de sua bem-amada, que juízo então devia ela ficar fazendo daqueles dois títulos que ele conquistou e que, espalhafatosamente, fazia alarde em possuir?

A honra de ser o C. desta e de outras seções do *Diário de Notícias*, é uma honraria que não honra ninguém e que de modo algum recomendamos ao Dr. Domingos Corrêa ou a qualquer outro que dela queira fazer uso.

Quem escreve esta seção é um modesto e humilde sujeito que nunca foi bacharel e, muito menos, engenheiro civil. O C., que esta seção rabisca e assim não pensou ainda em iludir a boa-fé de quem quer que seja, por muito satisfeito se dá em continuar a comentar honestamente fatos e coisas da vida da cidade, sem outro intuito do que o de vê-la cada vez mais engrandecida.

12 de maio de 1925

Intrometer-se a gente em coisas alheias não é lá de muita polidura. Toda vez que tal matéria vinha a talho, exarava Bernardes, o

clássico, acre censura, e moía Filinto, o doutíssimo Francisco Manuel das lídimas traduções de La Fontaine, o desagrado que de momento lhe abroilhava pelas limpas veredas do pensamento.¹ Não era de molde entre eles o enveredar por atalhos entaliscados que a miúdo iam atestar em querelas que lhe não diziam respeito. Homem que, no seu ver e claro entender, semelhante coisa perpetrasse – coisa feia e de má nota – devia ser debreado com açoite de boa trança, para exemplo forte e duro de outros metediços em casos que lhes não vinham a pelo.

Entendiam assim os antigos, gente de estofa e de melhor medida. Por aqui, nos toca a justeza da censura, e bom é que ainda a reconhecemos.

Que temos feito nós? Coisa grave e punível: andamos a embicar em tudo o que não nos diz respeito desta valorosa cidade, de Sepúlveda de além, o austero Marcelino de aquém². Topamos a cada passo falhas em tudo e não nos arredamos de lhes envolver na acrimônia destas mal-aventuradas arengas desentoadas. Aspectos de tal jaez, que por aí se atulham, são de ver e de calar. Esgaravatar minúcias para expô-las à luz da crítica peca por mau fado e por mau gosto.

Não nos resolvemos, porém, em pôr bridão à língua, e por aí de vez saímos fazendo atoarda, sem temer os perigos e os empeços que esse maldizer provoca das turbas que se amotinam diante da taramela que nos faz moça. Eis aí um vício de dizer mal sem nunca

¹ Manuel Bernardes: padre e escritor (1644-1710); Filinto Elísio (pseudônimo de Francisco Manuel do Nascimento: padre e escritor, 1734-1819); Jean de La Fontaine: escritor (1621-1695).

² O capitão Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda (1735-1814) fugiu de Portugal após ter sido condenado à morte em função do assassinato de um capitão escocês. Em 1765, assumiu no Brasil o nome de José Marcelino de Figueiredo, permanecendo no Rio Grande do Sul por quinze anos, durante os quais contribuiu com a defesa das fronteiras portuguesas contra os espanhóis no extremo sul. Como comandante da capitania de São Pedro do Sul, fundou a cidade de Porto Alegre, para onde transferiu o governo. In: KÜHN, Fábio. Um governador em apuros: A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). apud DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio C. de Almeida (org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR, 2008. p. 169-180.

se dizer bem. Em contingências tais, como no tratar da cidade, aqui nos encontramos; mas é de bom aviso, e assim assevera o autor dos *Apólogos Dialogais*³, vestir por vezes o ruim de coisas suaves e boas. Pouco custa mudar a forma dos conceitos, se para tanto se faz mister. Mudemo-las em tempo que pouco custa a quem vive preocupado em mudá-las.

Prudente aviso é esse não só para enganar a alma como para iludir os olhos de humanos mortais que devem ver as coisas belas que não são vistas e deixar de ver as feias que se veem. Deixemos em paz por hoje a cidade; e que ela se atenha em possuir coisas boas, embora tais coisas não passem de... “engano d’alma led e cego. Que a fortuna não deixa durar muito”⁴.

1^o de março de 1926

A Cidade também completa hoje o seu aniversário.⁵

No decorrer de um ano, essa modesta seção não foi uma só vez interrompida. Tantos foram os números que circularam desta folha quantas foram as vezes que ela apareceu.

Essa assiduidade não lisonjeia o seu autor, muito menos aos leitores do *Diário de Notícias*, obrigados a vê-la, monotonamente, desataviada e rústica, entre as cercaduras desta coluna.

A culpa de tudo, entretanto, cabe exclusivamente ao Assunto que não falhou. O assunto, que é sempre a tremenda dificuldade de todos os que são obrigados dia a dia a escrever em terra pequena, nunca fugiu, nunca escasseou, nunca se distanciou do nosso pensamento.

³ *Apólogos Dialogais*: obra de autoria de Francisco Manuel de Melo (1608-1666), publicada em 1721.

⁴ Referência a versos do episódio de Inês de Castro em *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões (1524-1580), canto III, 120: “Estavas, linda Inês, posta em sossego/De teus anos colhendo doce fruto, Naquele engano da alma, led e cego,/Que a fortuna não deixa durar muito.”

⁵ Referência ao primeiro aniversário do *Diário de Notícias* e da coluna *A Cidade*.

Basta olhar em torno, para qualquer ponto que se busque da cidade, para que ele surja vivo, completo, integral, pedindo insistentemente três ou quatro tiras de comentário. É o que temos feito. Jamais, porém, o deturpamos, jamais alteramos os seus relevos e contornos, jamais o fantasiamos ao sabor da imaginação para dar cores que ele não tivesse, para vestir de outra roupagem que não fosse a sua própria, que não fosse a mesma com que ele sempre se apresenta.

Com isso, de sobejo, justificamos o aparecimento permanente desta seção. Devemos, entretanto, declarar, na falta absoluta de outro qualquer mérito desta crônica, que no comentário e na crítica, dentro de limitado espaço em que a exercemos, nunca falseamos a verdade, nunca procuramos desvirtuar a sinceridade da nossa observação.

Se, por vezes, exercemos o direito de censura, foi tão somente porque encontramos e continuamos ainda a encontrar fatos dignos disso, na vida de Porto Alegre.

Outro intuito, porém, não tivemos, não teremos, senão o de desejar ardentemente o engrandecimento da nossa terra, deste pedaço formoso do Rio Grande.

5 de junho de 1926

À hora em que escrevemos estas linhas, a tarde está no seu máximo de esplendor e de formosura. É sempre um belo tema a descrição de um dia outonal assim. Por isso, preferimos o admirável encantamento da natureza, as galas de céus e terras, com que se apresenta esta entrada de junho, a todos os outros aspectos da vida da nossa capital.

Claro está que se entregamos a devaneios a nossa pena neste palmo de coluna, não é porque nos falte assunto no momento. A cidade, como sempre acontece, está cheia de novidades palpitantes, que dariam margem aos mais vivos e aos mais fortes comentários, uns de louvor, outros de censura. Agora mesmo, quantos temas, quantos

aspectos interessantes, quantos pontos a analisar e a criticar, não estão aí chamando a nossa atenção?

Mas, ao cronista despidido de paixão e de má vontade é sempre mais agradável falar de um trecho de paisagem que emoldura a *urbs*, do que dos defeitos desta; diz-lhe melhor o espírito arredondar um período sobre uma nesga de céu azul do que assentar comentários sobre a Energia Elétrica⁶, sobre a falta de policiamento da cidade, sobre o péssimo serviço da carne verde⁷, sobre o lamentável abandono dos nossos arrabaldes ou sobre a onda de gatunos, reconhecidos batedores de carteira, que um *habeas corpus* acaba de entregar de novo ao pleno exercício de sua "atividade"...

São deveras desagradáveis esses e outros assuntos que Porto Alegre fornece diariamente ao noticiário e ao comentário dos jornais. Seria de bom tom e de bom gosto evitá-los, o mais possível.

Nem sempre, porém, o dia é belo; nem sempre os encantos da tarde têm forças suficientes para nos desviar a atenção dos lamentáveis quadros das nossas ruas.

1^o de julho de 1926

O mês que ontem findou foi pródigo, felizmente, em nos fornecer assuntos para esta monótona seção de dia a dia.

As contínuas inconstâncias do tempo, os múltiplos acidentes diários da nossa vida urbana, os episódios de toda a ordem, que por todos os cantos da cidade surgem pedindo o comentário ligeiro e desprezioso do jornal foram, em junho, fontes inesgotáveis, das quais tantas vezes nos socorremos para que esta seção não saísse em branco sob pretexto de falta de assunto...

⁶ Energia Elétrica ou Energia: Companhia Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), empresa criada em 1923.

⁷ Carne verde: carne fresca, não salgada nem refrigerada.

O mesmo se deu durante os trinta dias de junho, se dará naturalmente com o mês que hoje se inicia.

Não será por falta de assunto, certamente, que *A Cidade* deixará de aparecer nesta negra cercadura habitual. Por muito pobre que seja o dia, ele sempre nos fornece os mais variados temas. Toda a questão está em procurá-los, em trazê-los à nossa frente e alinhar em torno os comentários que ele requer, que ele reclama, de louvor e de crítica.

Porto Alegre, exatamente por ser uma cidade de província que, se tem pouco de capital, não deixa de ter outro pouco de aldeia, é uma cidade que oferece margem para os comentadores e cronistas de todos os paladares registrarem diariamente as suas impressões, quer sob o ponto de vista social e intelectual, quer sob o administrativo. Os cronistas poderão faltar – pois não é coisa das mais agradáveis ser-se cronista obrigado – mas os assuntos nunca faltarão. Tudo está em procurá-los com o interesse e os cuidados devidos. Só não terá assunto quem não se quiser dar a esse trabalho, aliás fácilimo. A prova está na própria *A Cidade* de hoje. Pois fiquem sabendo que ela nesta ocasião aparece com grandes dificuldades.

Tudo o que acima dissemos foi conversa fiada, devido à falta de assunto.

10 de novembro de 1926

A nossa capital tem sofrido nesta entrada de novembro as inconstâncias da nossa inconstante temperatura. Assim é que, depois de dois dias de calor senegalesco, verdadeiramente asfixiante, tivemos logo em seguida dois dias de frio intenso, de forte e congeladora neblina, que matou toda a vida e o movimento todo da cidade, domingo último.

Foram dois aspectos completamente diversos que se registraram com uma pequena diferença de horas: intenso calor e intenso frio!

Ontem, porém, tivemos uma temperatura deliciosamente outonal. Foi em verdade um dia maravilhoso de ouro e azul, de suprema poesia enternecedora; raro dia de beleza rara, como poucos nesta época em que tudo anda variando, o homem e a própria natureza.

Tão lindo foi esse dia, que nem convém exaltar demasiado a sua beleza, sob pena de comprometermos outros dias formosos que naturalmente ainda estão por vir. Muito é de temer que tiremos do Observatório e da Banda Municipal⁸ esse estranho privilégio de alterar o próprio tempo à força de confiar na sua firmeza.⁹

Nós, felizmente, não decantamos o dia de amanhã. Glorificamos apenas o de ontem. Não seria justo que o deixássemos passar indiferentemente, como um dia ordinaríssimo qualquer, sombrio, ventoso, poeirento, como são de resto quase todos os da mal-humorada primavera porto-alegrense. O que ontem passou e que não volta mais merece um registro especial. Com a beleza do seu céu, com a maravilha do seu sol, com a delícia da sua temperatura, até a cidade se tornou mais alegre, mais vistosa e buliçosa, mais asseada e risonha.

É, entretanto, uma ilusão. Mas é uma ilusão que nos agrada e nos faz bem.

Oxalá pudéssemos viver sempre assim, nessa enganadora miragem de que tudo aqui vai às mil maravilhas. Quando, porém, assim começamos a nos convencer de ilusões, rapidamente se desfazem. Lá vem, então, a realidade. E aí, nem o sol de ouro, nem a beleza do céu, nem o todo maravilhoso dia serão capazes de esconder e fealdade de certos aspectos de Porto Alegre.

⁸ Banda Municipal: conjunto musical fundado em 1925, inicialmente composto de 60 instrumentistas. Estreou no Teatro São Pedro em 13 de junho de 1926. Seu regente, José Leonardi, e muitos dos músicos contratados por concurso eram de origem italiana.

⁹ O chiste do cronista tem como alvo o Observatório Astronômico e Meteorológico, que errava frequentemente em suas previsões, de modo que, tendo anunciado bom tempo, usualmente chovia. O anúncio de uma retreta da Banda Municipal, apresentação à época realizada na praça da Alfândega, teria esse mesmo efeito de atrair a chuva, frustrando o público.

25 de janeiro de 1927

Com o domingo de anteontem, Porto Alegre encerrou uma das semanas de calor mais intenso que temos tido nestes últimos anos.

Desde segunda-feira passada que toda a população da capital se vem queixando do brutal aumento da temperatura.

- Que calor!
 - Que mormaço!
 - Que sol!
 - Que temperatura!
- Ou então:
- Está de matar!
 - Está de derreter!
 - Está de escachar!

Esta última frase é um plágio instintivo, mas perfeitamente justificado, da frase a cada momento empregada por uma das personagens de Eça, ante a figura superior de Fradique.

– Sim, senhor, está de escachar, ou mais do que isso – está de derreter untos!...

Tal qual o confuso e abrutalhado admirador do espírito superiormente belo que traçou, numa das suas admiráveis cartas à Clara, a Síntese das Religiões Comparadas,¹⁰ estamos todos nós aqui.

A exclamação em relação ao calor é sempre a mesma. Nem pode ser outra. Ele é nefasto em tudo, com exceção naturalmente da ardente influência que exerce no “nu artístico”¹¹, tornando-o mais patente, menos velado, portanto...

¹⁰ Fradique Mendes: personagem excêntrico, culto e irreverente criado pelo grupo *Cenáculo*, sobretudo por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Aparece nos romances *O Mistério da Estrada de Sintra* (1884), assinado pelos dois (1870), e *A correspondência de Fradique Mendes* (1900), obra póstuma do primeiro. Fazendo referência a esta última, Callage cita a comparação entre Jesus Cristo e Buda expressa na terceira carta a Clara e definida como “um curso escandaloso de Religiões Comparadas”.

¹¹ Nu artístico: termo utilizado pelo cronista para se referir à moda em vigor na segunda metade dos anos 1920: vestidos curtos, de formas soltas e feitos com tecidos leves, formando um visual que se completava com os cabelos curtos à *la garçonne*.

De fato, o calor entre nós derrete, escacha e mata. A população inteira da capital tem sentido os seus terríveis efeitos neste abafado findar de janeiro. Em virtude disso, continua a emigração, para fora, para os arrabaldes e para as praias, de uma grande parte dos habitantes da cidade. Não só os abastados, mas também os de posses medianas procuram fugir desta horrível fornalha que é Porto Alegre nos meses de janeiro e fevereiro. O maior martírio, porém, é daqueles que, permanecendo na capital, procuram aos domingos deliciar-se com o encanto dos nossos arrabaldes...

É uma ilusão formidável que se desfaz logo aos primeiros passos, ao se demandar esses passeios. A poeira, quer em caminho da Glória (deliciosa ironia), quer em caminho de Teresópolis, é simplesmente terrível. O mesmo acontece aos que caírem na asneira de visitar São João ou Navegantes. Por toda a parte o pó asfixia, em nuvens incessantes, pelas ruas e estradas. Ao cruzar de cada veículo, a poeira tolda os ares, escurece o céu e a terra como uma fatalidade, como um castigo da cólera divina. Dir-se-ia que vivemos não na terra que esqueceu a Deus, mas na terra de quem Deus se esqueceu, principalmente no verão, época em que entre nós o chope aumenta de espuma e de preço.

É uma calamidade.

O pior é que temos ainda quase dois meses desse terrível suplício, desse flagelo inominável que dia a dia nos persegue com poucos intervalos de trégua. O verão pode ser uma ótima estação em qualquer parte do mundo, até mesmo na África ou na zona tropical da América, menos em Porto Alegre.

Tudo nos falta aqui, a começar pela própria água, para resistirmos a essa tortura. E ainda por cima o "nu artístico" das ruas...

É realmente um suplício.

26 de abril de 1927

Para começar, ou à maneira de um simples ensaio da estação que vem, tivemos duas manhãs e duas noites de frio.

Em Porto Alegre, esse sintoma já é todo o inverno, carregado de minuanos e geadas. Um dia ou uma noite, apenas, pouco importa; basta que a mulher o sinta, para que se transmita à cidade inteira esses arrepios e sestros¹² com que ela sedutoramente se nos apresenta. Daí por diante, então, fica oficialmente inaugurado o inverno.

É o que acontece conosco aqui. Diante do leve manifestar belicoso da estação que se transmuda, a graça feminina imediatamente se insurge. Troca a leve e deliciosa toalette de véspera pela capa tépida e macia, rica de felpas e favores, que a porá a salvo da rude invernia impenitente, peculiar ao nosso clima e à nossa terra.

No outro dia já, todo um mundo de lindas e bizarras criaturas aparecem encouraçadas dos pés à cabeça, numa defesa instintiva contra a baixa desde sábado, sob a impressão dessa mudança, aliás, traiçoeira. Dois dias apenas bastaram para alterar radicalmente os nossos hábitos de vestir, por iniciativa exclusiva da mulher... Se não devemos a ela a inauguração do frio, devemos, entretanto, ao inverno que se oficializa...

Tudo isso é paradoxal, mas absolutamente verdadeiro.

E é pena que assim o seja, porque o inverno entre nós é um inimigo tremendo dos relevos e das linhas. Ele vela e elimina as formas sedutoras, esconde a plasticidade dos corpos e acaba por desmanchar a delícia arredondada das curvas. Desaparecem os aprumos geométricos perfeitos e de toda essa galeria perturbadora que temos diante dos olhos, nas ruas, nada mais fica do que uma enorme variedade de criações de moda. A mulher em si desaparece; nem mesmo as mais

¹² Sestro: manha, vício.

ousadas se animam a ir de encontro aos ditames da estação que ela própria oficializou sob a graça dos primeiros arrepios.

Porto Alegre vai, assim, se tornando um deserto. As flores que iam vingando tão bem, com suas pétalas e corolas palpitando à luz forte da vida, metem-se agora em estufas, embrulhadas, escondidas, num retraimento em que mal se adivinha a sua beleza de forma, as nuances do seu colorido, as minúcias do seu feitio bizarro.

Por isso, os homens, hoje, os mais guapos e fortes, são decididos inimigos do inverno, não pelo frio que ele nos traz, mas pelo calor que nos deixa de transmitir...

3 de maio de 1927

Nem por a fonte ser inesgotável ficamos livres da tortura da falta de assunto. Quando a gente menos espera, ele falha; falha redondamente, falha lamentavelmente. É um caso interessante este e até mesmo paradoxal: no meio de tanta abundância de matéria prima não se ter um alvo determinado e certo, em torno do qual se possa alinhar um ligeiro comentário. É verdade que tudo se esgota e se acaba. Há mais de dois anos que aqui estamos, sem interrupção, nesta situação monótona e desesperadora de dar dia a dia um prato novo, uma nova nota aos nossos leitores sobre assunto privativo da *urbs*.

Ai de nós, ai do paciente leitor! Verdade que para cumprir à risca o espontâneo compromisso assumido, *A Cidade* sempre teve o concurso eficaz e indispensável dessa outra cidade leal e valorosa¹³, que aí está com seus vícios e virtudes, com os seus defeitos e os seus melhoramentos. Se esse concurso falhasse, tudo o mais falharia; desapareceria a razão de ser desta crônica martelante e insulsa. Ele, porém, nunca falhou, graças a Deus... Só hoje que se mostra um

¹³ Apesar do lema do município ser grafado na bandeira de acordo com a forma arcaica "leal e valerosa", o cronista utiliza a forma contemporânea.

tanto arrisco e fugidio. A pena vacila no papel; desperta, luta, emperra. E nada! Falta qualquer coisa que a faça correr, livre, desembaraçada, em demanda a um determinado ponto. Não é propriamente a falta do motivo que nos impacienta, pois se dermos um balanço geral nas coisas da capital, logo verificamos a sua superabundância. Aqui é o péssimo serviço do tráfego, a ineficácia da Inspetoria de Veículos, a falta absoluta de policiamento. Mais um passo adiante, é o mau estado de certas ruas, as falhas e defeitos no serviço de esgotos, o lastimável estado em que se encontram as nossas praças públicas mais centrais. São, como se vê, temas abundantíssimos para comentar. E não são só esses. Há ainda outros e muitos outros. A sujeira e o abandono dos nossos arrabaldes e dos nossos bairros populosos, a falta de higiene e do saneamento de diversas zonas urbanas, a gatunagem desenfreada, os batedores de carteira, os larápios de toda a espécie que dia e noite “operam” sem descanso por toda a cidade, são outras tantas fontes que alimentariam um ano inteiro esta e outras seções do mesmo teor. E ainda não é tudo. Há mais coisas que reclamam a nossa atenção: estradas em abandono, irregularidades na iluminação particular e pública, de novo a mortandade pela anarquia do tráfego – serviços municipais, estaduais, federais, apresentando um desleixo aqui, um lamentável descuido ali, mais uma deficiência nesta ou naquela repartição, tudo isso, enfim, que a gente está vendo todos os dias, daria margem a toda espécie de comentários.

Entretanto, hoje, confessamos, nos falta assunto...

É que o que aí está já se nos apresenta por demais batido. Queremos o *algo nuevo*. Mas o algo novo é tão difícil. Já o próprio Salomão desanimara, confessando que nada de novo existe à luz do sol...¹⁴

E aqui encerramos esta nota local, tão falha, tão vazia de assunto.

¹⁴ Referência à frase bíblica, atribuída a Salomão, presente no livro do Eclesiaste, capítulo 1, versículo 9.

31 de maio de 1927

Há dois dias que a cidade está triste, tomada de uma profunda melancolia desoladora. Se coisa de nada basta para tornar insuportável a existência da *urbs*, quanto mais horas e dias assim, de insistente neblina de inverno, de demorados esfarelamentos de garoa... Dir-se-ia que a saudade anda em tudo dispersa, animando coisas passadas, vivendo outras horas já vividas, alimentadas apenas por lembrança. A sedução de uma figura ideal é intangível, a luz de um ligeiro olhar furtivo, mas que tanto basta para espancar a nossa treva, enchendo de ilusões e esperanças o rápido minuto que passa, tudo isso fica suspenso nestas prolongadas horas de monotonia...

Quem, vivendo na penumbra, não anseia pela luz – pela luz que anima e ilumina; pela luz que é a vida e a glória; pela luz que é a beleza e o amor?

Mas a cidade está triste e suas ruas desoladas. Quem por elas caminha, encoberto, apressado, dá-nos logo a impressão de que vai fugindo. E o feminino encanto, que mal se deixa ver nestes unidos dias de aguaceiro, desaparece lá longe, tirando à metrópole a única razão de ser da sua graça e de sua sedução. Parece que ela não virá mais... Não virá pelo menos enquanto durarem as impertinências do tempo, enquanto a neblina e a garoa por aí andarem lacrimejando por sobre a cidade, enchendo de mágoas a nossa alma....

E o mau tempo vai entrando pela noite, insistente na sua desolação e no seu espantinho, enquanto que a vida urbana decresce, tudo caindo na pasmaceira e no tédio.

São nesses dias assim que mais sentimos a saudade do sol ou de alguma coisa que, como o sol, nos ilumine, encorajando-nos para a luta tenaz de todos os momentos. E nessa nostalgia profunda o tempo parece a eternidade que não passa... Melhor diríamos que nós, e não o tempo, paralisamos longamente num determinado ponto da vida... Paradoxo? Talvez. A ilusão, porém, perfeita, e quem sabe

se a ilusão não é no caso a única verdade? E quem ousará duvidar do estranho poder dessa maravilhosa quimera que ainda hoje incandesce as almas e se vai perpetuando pelos séculos?

Mas... a cidade está triste. À hora em que escrevemos estas linhas, a chuva fina e penetrante continua a cair. E aquela estranha luz não virá, ainda hoje, nos iluminar com o divino poder do seu brilho...

19 de junho de 1927

É engraçado isto: em chegando o sábado, o dia transcorre sobriamente triste, quando não carrancudo e chuvoso, com cara de poucos amigos. Diz, porém, o ditado que não há sábado sem sol, nem domingo sem missa... Quanto ao segundo, de pleno acordo. Entretanto, em relação ao sábado, tem havido muitos, nesta álgica entrada de inverno, absolutamente sem sol. O que ontem podia ser apontado como exemplo, se pela manhã o sol não desse uma ligeira espiada cá para baixo. Isso, porém, nada adiantou, pois em seguida ele escondeu-se entre nuvens ameaçadoras, tornando-se assim mais aborrecido o sábado, mais desagradável a cidade. Esta que mantém tradicionalmente, nesse dia, um precioso mostruário de lindas carinhas femininas, na rua da Praia¹⁵, entregues à delícia do *footing*¹⁶ de classe, *flirt* tão discreto que é só o quanto dá para a gente ler ou adivinhar nos olhos travessos, esteve ontem simplesmente intolerável, tudo por exclusiva culpa da má catadura do dia.

O pior, entretanto, não é isso. O pior é que a gente, como as crianças, planeja tantas coisas para domingo, e no final das contas tudo falha. Em outra estação que não esta, os planos para este dia

¹⁵ Rua da Praia: oficialmente, rua dos Andradas.

¹⁶ *Footing*: ritual de sociabilidade e aproximação entre os sexos em vigor nas cidades brasileiras na primeira metade do século XX. Ocasão privilegiada para o flerte, na qual as moças caminhavam em pequenos grupos pelas vias elegantes, observadas pelos rapazes que se postavam para observá-las e trocar gracejos.

são feitos mais ou menos com uma certa precisão. Já na véspera, o suplicante sabe como vai transcorrer o dia vindouro, podendo até fazer uma distribuição matemática de todas as horas vadias: – uma para a missa, horas para visitas, hora para cinema e outras diversões, hora, enfim, para a malandragem, que é sempre o fecho domingueiro dos ociosos...

Mas, assim, com um sábado como ontem tivemos, os planos são todos problemáticos e hipotéticos.

Um amigo nosso, muito dileto, brilhante intelectual da nova geração, e que é ao mesmo tempo encantado contemplativo das mulheres – e quem não é? – se nos deparou, ontem, visivelmente preocupado, com um ar onde se traduziu o seu profundo aborrecimento e mal-estar.

Indagamos da causa.

– Pois você não está vendo? Com este sábado assim é quase certo que vamos ter um domingo igual. E, se isso acontecer, não terei a ventura de ver não os anjinhos da procissão de *Corpus Christi*, mas aquele adorado anjo que bem compreende o meu amor silencioso e oculto. Certo que, se a procissão sair à rua, ele também sairá para receber a adoração religiosa do meu super-religioso platanozinho [*sic*] que se manifesta num breve olhar, quando, rápida e acidentalmente, nos encontramos. O tempo, entretanto, está cada vez mais feio. Já vejo tudo perdido. Nem os anjinhos e nem o meu anjo... O remédio é ir amargando, por conta, a saudade ultravioleta que já me domina.

Silenciosamente.

Dolorosamente.

Amargamente!...

Pobre e desafortunado amigo...

16 de julho de 1927

Para nos compensar da rude invernia que nos castigou no fim do mês passado e na primeira semana do atual, temos tido, agora, dias verdadeiramente maravilhosos de sol, de uma tonalidade e de uma doçura de temperatura que até nos fazem desconfiar de alguma traição preparada pelo tempo. E ele é de fato traiçoeiro, principalmente nesta época. Quando menos se espera, a intempérie desanda, brusca e violentamente.

Daí o motivo de andar tossindo e pigarreando toda a população de Porto Alegre. Não há uma casa em que não haja um caso de gripe ou um simples resfriado. Todo o mundo está, assim, doente, em consequência das mudanças intempestivas da nossa volúvel temperatura.

Porém, de uns dias para cá – e já vai clima deveras delicioso, como se estivéssemos em pleno transbordamento da primavera. E as consequências dessa mudança anômala de temperatura se observam na própria vida da cidade que renasce. A sua animação e o seu movimento, quer de dia, quer de noite, são bem outros, são bem diferentes daqueles que então observamos dias atrás, em que a temperatura quase a zero e o minuano asperamente cortante tolhiam toda a agitação das nossas ruas. Agora, não.

A convite do sol, radioso e forte, da serenidade luminosa da natureza, tudo voltou de novo a gozar a delícia da vida, essa mesma delícia que se paralisara, encarangada de frio.

É, de fato, um renascimento. Cuidado, porém, com ele, ó leitor incauto! Os lindos dias que aí estão, com suas manhãs cheias de sol, com as suas tardes poentes douradas, bem podem, de um momento para outro, se transformar na mesma intempérie desoladora que, por semanas inteiras, rudemente nos supliciou. A amorável temperatura que estamos gozando, já há vários dias, não é deste mês, não é, portanto, natural. No que ela perceber o engano, dá a volta,

naturalmente, para trás – e era então uma vez a delícia primaveril que ora nos visita...

Com o nosso tempo não há que brincar. A prova está aí na infinidade de casos de pessoas doentes, em consequência das bruscas mudanças que se vêm ultimamente registrando nesta capital e em todo o Estado.

Com outra queda violenta de temperatura, vai à cama o resto da cidade, inclusive esta *Cidade*, que anda também vai não vai...

17 de agosto de 1927

A conquista do assunto, em certos dias e em certos momentos, é um caso sério.

Estávamos assim ontem, quando alguém, penalizado da nossa situação, condoído da nossa sorte, correu generosamente em nosso auxílio.

– Que está você a fazer aí, riscando o papel?

– A falta de assunto. Você não imagina, é uma tragédia! E o pior é que o linotipista já está de fogos acesos, à espera.

– Que diz você? Falar em falta de assunto, aqui, em Porto Alegre!... Só se você é muito duro de ideia porque assunto é o que não falta. Eles andam pulando aos montes na frente da gente. Cada passo que se dá na rua ou mesmo dentro de casa é motivo para uma infinidade de comentários. Olhe, por que você não fala dos buracos das ruas?

– Ora, isso já está muito batido e chato...

– Buraco de rua batido e chato!... Nunca vi, mas há ainda muitos outros motivos.

– Por exemplo...

– Por exemplo: a escuridão dos arrabaldes; a jogatina desenfreada; os antros de prostituição; a falta de policiamento; o saneamento do Riacho¹⁷...

– Tudo isso já serviu de tema para os comentários desta despreziosa *A Cidade*, que dia a dia vamos alinhavando de modo diverso da outra, sem calçamento, sem policiamento, sem iluminação, sem coisa alguma, a não ser algumas tiras de papel e a boa vontade da pena, quando ela não dá para emperrar como agora.

– Pois se não servem aquelas, temos outras e outras relações tão vastas e numerosas que dariam para você encher colunas inteiras. Fale, por exemplo, sobre as remodelações porque está passando a cidade.

– Mas já falamos; já estamos cansados de falar.

– Fale então da questão Quaresma...¹⁸ É um assunto interessante e exclusivamente local. Você não acha?

– Não há dúvida. Seria um bom assunto, se não tivéssemos infinito respeito pelos sofrimentos desse pobre homem infortunado que só terá tranquilidade e sossego quando desaparecer o último vintém da malsinada herança...

– Dessa maneira, meu amigo, não há assunto que lhe sirva. A todos eles você opõe logo embargos desarrazoados. Assim então dificilmente acharás motivos para comentários.

– Que quer você? Não há nada mais intolerável do que a monotonia da repetição. Falar em Quaresma ou nos buracos da rua, como elogiar este melhoramento ou louvar em êxtase aquela luminosa criatura que desaparece à distância, sob motivos quase que permanentes

¹⁷ Riacho: nome pelo qual era conhecido o arroio Dilúvio, que tem sua nascente no parque natural municipal Saint-Hilaire, em Viamão, e sua foz no lago Guaíba.

¹⁸ Referência à polêmica em torno de Antônio Alves do Vale Quaresma, herdeiro de Manuel Quaresma Júnior, interditado judicialmente em longa disputa pela herança recebida do irmão.

de um mesmo comentário, de uma mesma sequência de fatos e episódios que resumem a provinciana vida da cidade.

– Quer então você uma novidade?

– Naturalmente.

– Pois aí está a próxima sucessão presidencial...

– Sim, tem razão. Depois de um quarto de século, não deixa de ser uma novidade, uma grande novidade. Mas é pena que o tema não se preste. Não é assunto do município; é assunto do Estado, escapando, portanto, às atribuições desta crônica puramente local.

A falta de assunto... Que mistérios...

11 de setembro de 1927

Ninguém por certo ignora o fecho daquele admirável *"Hymne au Soleil"* no *Chantecler*, de Rostand:

*"Je t'adore, Soleil! Tu mets dans l'air des roses,
Des flammes dans la source, un dieu dans le buisson,
Tu prends un arbre obscur et tu l'apothéoses,
O Soleil! Toi sans qui les choses
Ne seraient que ce qu'elles sont."¹⁹*

E quem por aí haverá que não adore o sol em todas as suas mais íntimas manifestações? O sol é belo porque o sol é alegria e é vida. Pessoas há que não podem passar sem sentir a sua doce tepidez voluptuosa. Para certas criaturas, os dias de penumbra, esses longos dias de sombra fechada, são provocadores da melancolia e do tédio;

¹⁹ Versos do "Hino ao Sol", do *Chantecler* (1910), peça teatral em quatro atos de Edmond Rostand (1868-1918). Em tradução livre: "Eu te adoro, Sol! Você põe rosas no ar/Chamas na fonte, um deus no arbusto/Você toma uma árvore obscura e a apoteosa/Ó, Sol, você sem o qual as coisas/Não seriam o que elas são".

enchem a alma de uma inenarrável tristeza. Só o sol lhes encoraja para a luta decisiva de todas as horas.

A cidade esteve longos dias na ausência do sol. Tanto bastou para que uma profunda desolação toda dominasse. A chuva se veio prolongando por toda a semana numa insistência fria e monótona como uma última resistência do inverno em agonia. Ontem, porém, o tempo mudou. O sábado surgiu triunfantemente belo. O sol, o esquivo sol, apareceu! Depois de dias tão cheios de mágoa e tristeza, um sábado, como o que ontem tivemos, valeu por uma compensação. Foi um lenitivo, um verdadeiro bálsamo. Nas mínimas coisas sentiu-se a influência direta e tonificadora da luz do sol maravilhoso, do sol propiciatório das messes e da alegria.

Bem merecíamos “um dia assim de sol assim”. Porto Alegre é uma cidade perseguida pela invernã e pelo mau tempo; ela vive constantemente mergulhada na sombra, sobre a umidade e o charco. É uma cidade simplesmente doentia. De modo que, quando nos surge um dia como o de ontem, parece que adquirimos de novo a saúde perdida. Tudo, então, renasce sob a forte luz dourada do sol.

E foi bem assim esse primeiro sábado iluminado de setembro. O sol deu-lhe toda a luz, toda a vida e todo o fulgor; emprestou-lhe um encanto novo, uma nova animação, um deslumbramento como há muito não tínhamos, em consequência, por certo, das longas penumbras que envolviam melancolicamente a *urbs*.

Oxalá seja ele o prenúncio de outros dias dourados e belos, de outras manhãs inundadas de luz, de outras tardes cheias de esplendor e de animação.

Venha o sol, o sol animador e glorificador da vida, tão desejado agora como a visita de um ente querido que há muito se espera.

Je t'adore, Soleil!

3 de janeiro de 1928

Ano novo, vida nova. Mais uma vez, a trêfega e traidora esperança aí surge, enchendo-nos a alma de enganadoras ilusões neste aspirar constante pela ventura e pela felicidade que nunca chegam.

Deixemos, porém, de lado esse aspecto quase místico que a todos nós domina e empolga através dos nossos vaticínios e augúrios e falemos das possibilidades de que é capaz o ano que entrou em relação a esta obscura e acanhada coluna de jornal, onde diariamente arquivamos uma impressão da cidade.

Do que já se foi nada temos que nos queixar. Sombrio e triste para uns, alegre e prazenteiro para outros, o ano de 1927 foi simplesmente um ano de fartura... de assunto. Não houve um dia que a matéria prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiri-la neste vasto empório de miscelâneas que é em verdade a nossa valorosa e progressista capital. Tudo nos tem sido vasqueiro na vida, menos o assunto, que é a razão de ser desta croniqueta. Para qualquer ponto da cidade que se olhe, surge imediatamente o motivo ou o tema para o comentário desprezioso, feito não pelo prazer de se fazer, mas em razão de um espinhoso dever de ofício. Ora é um fato a censurar, ora um melhoramento a louvar; aqui, o registro de uma impressão de desagrado; ali, a nota viva e incisiva de um acontecimento brilhante – tudo isso vai constituindo o cabedal necessário para que diariamente se diga alguma coisa por meio deste inexpressivo palmo de coluna. O ano que findou foi, nesse particular, de uma prodigalidade a toda prova. Jamais nos sonegou a graça dadivosa desses favores. Logo pela manhã cedo, a primeira coisa que ele nos fazia era mostrar-nos sem muito trabalho a pesquisa, o assunto para o comentário do dia. Tudo o mais ele nos negou avaramente, menos esse.

Esperamos agora que o mesmo aconteça com esse enigmático 1928, que acaba de entrar com muito ruído e muitas promessas.

A cidade atravessa uma fase de forte transformação, de intensa e extraordinária atividade. Inúmeros problemas urbanos aí estão palpitantes anunciando a metamorfose da capital, enquanto outros reclamam realização urgente em benefício do próprio desenvolvimento da metrópole.

Não será por certo por esse lado que o ano que se inicia irá tolher a vida e a razão de ser deste comentário.

E se isso fizesse, que benefício para os nossos leitores!...

8 de janeiro de 1928

Esta crônica é escrita de relância, sem alvo determinado.

É como um caleidoscópio ou uma sucessão de quadros em Cosmorama²⁰.

Da janela de onde escrevemos, aqui, do alto da redação, divisamos um largo trecho da praça Senador Florêncio²¹, vendo-se os fundos do edifício dos Correios e Telégrafos²², um recanto da Alfândega em construção e, do lado oposto, a coberta de zinco de um galpão fronteiro ao Cais do Porto, faiscando ao sol.

São duas horas da tarde. Depois de vários dias de temperatura suavíssima, o calor voltou com a violência de uma fornalha alimentada a lenha de coronilha. Por sobre o topo das árvores imobilizadas na praça, algumas cigarras vagabundas estridulam uma canção “futurista”, assim como um chiado de chaleira esquentando nas brasas. Pelos bancos estragados e alinhados sob a sombra das árvores, a

²⁰ Cosmorama: exposição de pinturas em perspectiva que retratam diferentes paisagens do mundo.

²¹ Praça Senador Florêncio: logradouro que, em 1979, juntamente com a praça Barão do Rio Branco, deu origem à atual praça da Alfândega, correspondendo à área das ruas dos Andradas, Capitão Montanha, Siqueira Campos e Cassiano do Nascimento.

²² Edifício dos Correios e Telégrafos: localizado na praça da Alfândega, foi construído entre 1910 e 1940. Hoje sedia o Memorial do Rio Grande do Sul.

preguiça e a lombeira fazem uma longa estação de vadiagem. É a hora provocante e estimulante da sesta. As pessoas que ali estão sentadas não resistem à influência torpente da “quebreira”. Alguns cochilam, outros dormem a sono solto. Um cão sarnoso e sem dono fareja os pés de um mendicante exausto e, com um ganido de súplica, empresta ao companheiro de misérias a solidariedade do seu fado. Ambos se olham e se compreendem.

Logo adiante, no ponto mais movimentado da esquina, aparece a figura gesticulante de um camelô escandaloso, trazendo uma enorme víbora enrolada no pescoço. Bastou o espalhafato de suas atitudes para o primeiro basbaque estacar embebido. Daí a momento uma enorme roda se formava em torno do esperto comerciante ambulante. Passa um auto. Passa um ônibus. Um bonde de letra G atravança a rua, engasgado, por falta de força; outro mais desastrado aproveita a folga para consertar a alavanca quebrada. Nesse momento, uma criatura linda e esgalga resguarda-se da soalheira sob o refúgio de sua delicada sombrinha. Ao vê-la, começamos a fazer conjecturas. Pouco a pouco ela é tal qual a alguém que a gente ama, a alguém que deve viver à distância, inacessível à contemplação do olhar deslumbrado e triste... Há certas visões que são assim: através delas divisamos uma outra, a criatura ou a visão ideal que se quer. Nisto, a divagação cessa. Um inspetor de veículos, torrando ao sol, patrioticamente maneja o cassetete, dá disciplina ao tráfego, distribuindo direção aos veículos. Um auto-ônibus tenta passar na frente do outro. Seu condutor é imediatamente advertido da infração: 20\$000²³ de multa.

Episódio final: cortando a rua em sentido à calçada do edifício desta folha, uma dama vistosa e bela é integralmente devassada, não pelo ávido olhar dos que a contemplam deslumbrados, mas

²³ Desde o período colonial, a unidade monetária no Brasil era o real, plural réis. Com a progressiva desvalorização da moeda, tornou-se habitual o uso do mil-réis (\$000). Um conto de réis equivalia a 1 milhão de réis, ou seja, mil mil-réis (1.000\$000).

pelas irreverências do Raio X²⁴ do sol... O quadro, apesar de muito comum nesta época de calores sufocantes, é de uma beleza estupefante e atrai imediatamente, instintivamente, deliciosamente, a atenção dos que não fazem outra coisa, em esta hora do dia, senão admirar a vasta clientela do sol devassador, do sol amigo das formas perfeitas e imperfeitas...

5 de fevereiro de 1928

Por motivo de força maior nos desobrigamos, hoje, do compromisso de traçar *A Cidade*.

É um ligeiro alto que fazemos, em meio do caminho, para recobro de energias que esta seção em verdade não nos roubou, mas que outras eventualidades da vida grandemente nos subtraíram.

Entretanto, esta crônica não desaparecerá. Quis a ilustrada direção do *Diário de Notícias* que ela continue figurando entre as seções obrigadas desta folha. Como se vê, tal resolução é um elogio indireto, embora imerecido, feito, à falta de outros méritos, ao esforço e à dedicação com que há três anos, ininterruptamente, mantemos *A Cidade* para comentário honesto dos problemas e aspectos da nossa vida urbana, quer sob o ponto de vista da sua política administrativa, quer sob o ponto de vista de sua vida social.

A nossa fuga desta coluna trará, entretanto, para os inúmeros leitores desta folha, uma grata compensação à paciência com que até agora aqui nos toleraram. Será como que um hiato à monotonia da nossa prosa, pois os leitores de *A Cidade* nela irão encontrar do-ravante o encanto e o brilho que nunca lhe soubemos dar.

E só isso é para nós um motivo de sincero júbilo.

²⁴ Raio X: termo utilizado pelo autor para se referir aos raios de sol, que à contraluz permitiam visualizar o corpo feminino sob os trajes leves de verão.

10 de abril de 1928

Retomamos, hoje, o nosso convívio com *A Cidade* e a nossa familiaridade com os altos e baixos da capital.

Ainda bem que, nestes dois meses de ausência, a seção que a benevolência dos leitores desta folha tanto popularizou não sofreu a menor solução de continuidade. Antes pelo contrário: nesse espaço de tempo, em que Porto Alegre nos viu pelas costas, *A Cidade* se tornou mais viva e amável, mais bisbilhoteira e brilhante. Para que ela não desaparecesse dessa página incisiva dos *Ecos e Notas*, criada e mantida à risca, desde o primeiro número com que este jornal começou a sua trajetória triunfal, iniciou-se, em favor desta coluna, o verdadeiro regime dos “provisórios”. O velho processo, tão antipático nas diversas modalidades da nossa vida política e administrativa, foi aqui bem-sucedido e deu ótimos resultados! O que nos parecia tão condenável em todos os aspectos, por que fora do jornal o encarávamos, foi para *A Cidade* uma verdadeira medida salvadora. Cada companheiro que se abancava à mesa para traçar, “provisoriamente” o comentário desta seção, fazia-o de boa vontade e com raro brilho. Ao cronista “provisório” nunca faltaram a beleza do estilo e a atração imediata do assunto. Abençoado regime que nos poupou de um desagradável esforço quotidiano e ao mesmo tempo livrou os leitores da monotonia de uma leitura que já se fazia prolongada e irreverente.

Reempossado, agora, no velho encargo de ver, observar e comentar tudo o que a capital publicamente nos mostra dentro e fora de sua vida administrativa, esperamos, entretanto, não desmerecer do conceito do público. Sem a graça e o brilho, embora, dos amigos que, a título “provisório”, iam aqui dia a dia nos substituindo com bem marcada vantagem, tudo faremos para imprimir à seção que com tantos leitores conta, dentro e fora da capital, o mesmo prestígio que ela nestes últimos meses conquistou. Assunto naturalmente

não nos faltará. Uma cidade como Porto Alegre, que passa por transformações verdadeiramente impressionantes depois de trinta anos de apatia e indiferença administrativas, tem que forçosamente oferecer superabundância de motivos para comentários. A nossa capital é hoje, de fato, uma farta seara onde o cronista, por mais indiferente que o seja, fará ampla colheita de tudo o que necessita para este discreto registro de impressões diárias.

Esperamos que assim seja, que assim continue sendo por tempo indefinido. Só dessa maneira atenuaremos a rude aspereza rebarbativa desta prosa, o flagrante das ocorrências da *urbs*, pelo menos dos fatos que mereçam a nossa observação e comentário.

E com isso teremos reatado o nosso convívio com os amáveis leitores de *A Cidade*.

12 de maio de 1928

O inverno já nos fez a sua primeira investida acompanhada de frio e pampeiro. Embora breve, foi essa uma escaramuça audaciosa. Destarte, maio, que é o mês tépido e amável de veranico, dos grandes fachos de luz outoniça e suave, trouxe-nos, após as intensas chuvas destas últimas semanas, os primeiros arrepios a se manifestarem, em quem delicadamente se esquiva às suas carícias pouco amáveis... Assim é que, na luz de uns lindos olhos que, pela manhã de anteontem, topamos na rua, logo adivinhamos a presença do inverno em pleno maio, mês de ternura e encanto, que é apontado por todos os que penetram nos segredos e mistérios da natureza como sendo o das últimas despedidas da chama ardente do verão...

Muito ao contrário disso, o frio passava por nós representado no agasalho daquela morena criatura, que deslizava sutil rua em fora, tão fria como o próprio inverno... E outras e outras depois passaram resguardadas entre capas macias, embrulhadas na deliciosa carícia dos corações felpudos, feitos de pele legítima de certos animais

que, como o homem, só nasceram para ser criados e sacrificados em benefício da mulher...

E, diante do quadro que a manhã de anteontem se nos oferecia, ficamos convencidos, na realidade, que estamos em pleno inverno. Já não era uma simples sugestão que então nos dominava. Era o próprio frio verdadeiro que sentíamos em plena Rua dos Andradas, varrida pelo vento cortante que então soprava, afugentando dos passeios a graça das “criaturas matinais”, como diria certamente algum “futurista” maluco.

Com essa convicção de que o inverno havia feito de fato a sua entrada, embora fora de tempo, metemo-nos no sobretudo acolhedor que há tantos invernos nos acompanha com uma dedicação sem igual na história da indumentária boêmia e vagabunda...

E de que o inverno surgirá ameaçador, embora mesmo a título “provisório” não precisamos maior prova do que a que tínhamos naquela sedutora criatura a desaparecer depois num ônibus, com a luz e o calor dos seus grandes olhos indiferentes...

22 de maio de 1928

Segunda-feira.

O início da semana é sempre um dia de cansaço e de aborrecimento.

Pudera! Com ele vem a vida que recomeça, a atividade que de novo nos domina e empolga, impelindo-nos à luta, exigindo de todos nós a tenacidade, a constância e o sacrifício.

Na existência burguesa, o domingo tem o sabor bíblico do sétimo dia. É um intervalo ao trabalho, em que o homem, à semelhança de Deus, descansa também.

Por isso, despertamos na segunda-feira com um pouco de preguiça domingueira. E, por mais bela que ela se mostre, sempre procuramos maldizê-la. A vida de novo, de novo a atividade e o trabalho...

Que grande massada!

* * *

A cidade acorda envolta na tristeza gris do nevoeiro. Na rua agitada, há o vaivém tumultuário das sombras. A natureza hesitante e úmida espalha por tudo a melancolia e a mágoa, enchendo a manhã de uma grande saudade do sol.

Mas dona Esperança – como dizem os simbolistas decadentes – ainda não abandonou de todo as almas pessimistas. E, como uma clara visão luminosa, ela passa, espalhando qualquer coisa de estranho que ainda nos enche de ânimo e fé, mesmo numa segunda-feira de névoa...

Já então o dia substitui a tristeza, o aborrecimento e o tédio, pela alegria da vida.

* * *

E a cidade, malgrado a penumbra e a névoa, malgrado a falta do sol amável, já mesmo pela manhã é um sorriso de amabilidade. Dir-se-ia que a sombra deixou de ser sombra para ser um raio dourado de luz iluminando agora o espírito que não desanima...

Conclusão:

Todos os dias são bons e todos os dias são maus. Tudo depende daquele mero estado de alma que o poeta sentiu primeiro para cantar depois.

* * *

Segunda-feira, início da semana, vida que começa, atividade, trabalho, luta – novas esperanças a iluminar ainda uma vez a alma do homem.

Dia belo, portanto, o de ontem, mesmo com a sua falta de sol, mesmo com a tristeza gris do seu nevoeiro...

Registremos esse estranho aspecto da cidade que soube mostrar-nos assim uma segunda-feira tão diferente das outras – cheia de vida, de beleza e de esperança...

29 de maio de 1928

Nunca nos queixamos, felizmente, de falta de assunto para *A Cidade*. Quiséssemos nós e teríamos ontem encontrado superabundância de motivos e termos para divagar sobre coisas palpitantes da *urbs*. Faltou-nos, entretanto, a necessária coragem para enfrentar a violência da chuva que caía incessante, alagando e tornando quase que intransitáveis as ruas da capital. Daí a prudente resolução que tomamos em não metermos a cara fora, na rua. Muito mais prático e muito mais cômodo seria espiarmos o assunto através do embaciado vidro da vidraça. E ele viria como veio, por meio desse improvisado Cosmorama da janela, em dias que a gente é como os prisioneiros que olham a vida sempre de um mesmo ponto.

E assim, monotonamente, começamos a ver as coisas. A chuva caía copiosa, tamborilando nas pedras. Vultos à nossa frente passavam encapuzados e apressados. De quando em vez, uma figurinha feminina, com a sua sombrinha gotejando, estacava à espera de um ônibus ou de um bonde. Cavalheiros de bengala se resguardavam da intempérie sob a cobertura do Central; outros, mais corajosos, enfrentavam a água sem bengala e com guarda-chuva. Relâmpagos, trovoadas, grandes descargas elétricas. E a chuva sem parar parecia engrossar cada vez mais. E assim continuou, de manhã à tarde. Através do nosso mirante, o quadro se manteve o mesmo, sem outro aspecto, sem outra sucessão a não ser a da chuva caindo e alagando as ruas quase desertas.

Os leitores que nos perdoem se *A Cidade* hoje aparece cheia de goteiras.

É uma consequência lógica do mau tempo...

5 de setembro de 1928

Porto Alegre acordou ontem sob a impressão de um pesadelo formidável. O tufão que às primeiras horas da noite de anteontem se desencadeou com tamanha violência parecia ter arrasado uma grande parte da cidade.

E, realmente, não andou longe disso a fúria incontida do ciclone. De cada canto da capital, das suas zonas mais desabrigadas, mais expostas às calamidades da nossa natureza traiçoeira e impetuosa – mormente agora que a primavera começa a revolucionar a seiva e o sangue... – chegava-nos de momento a momento a notícia desoladora de um desastre ou de uma ocorrência dolorosa. Por onde passara o tufão aí deixara, ele, o sinal indelével de sua fúria infernal: uma árvore arrancada, um muro caído, uma saída desabada, homens, mulheres e crianças feridas. Tudo isso no espaço de um relâmpago, nos poucos minutos em que o fenômeno se manifestara. O tufão propriamente talvez não durasse mais do que uns dez minutos. Nem de tanto precisava a cidade para sentir as desastrosas conseqüências dessa vertigem encrespada da natureza da primavera que se aproxima. No geral, esta, quando volta, traz consigo as incontínuas perigosas da sua mocidade – a eclosão de sua volúpia ardente... Não foi por certo outra coisa que a cidade sentiu na noite de anteontem, senão o anseio descabelado e incontido dessa maga maravilhosa, animadora da vida...

Caro, porém, nos custou esse acordar impetuoso e selvagem.

Apanhada de surpresa, de um momento para outro, a população teve por certo a impressão apavorante de que Porto Alegre tinha sido arrasada por um cataclismo. Contemplada, calmamente, na manhã de ontem, a obra da devastação, esta em nada ficou atenuada. Antes, tomou proporções maiores, e sentimos ainda os arrepios conseqüentes de um forte abalo como nunca até então aqui fora registrado. A nossa capital esteve por isso presa a um objetivo único:

cadastrando os efeitos da fúria dantesca. Cada qual contava o que vira, o que observara e o que sentira no momento do tufão e após a passagem deste. Foi a palestra em que tons sombrios de tragédia avivaram todas as rodas, no lar como na rua, entre adultos como entre as crianças.

Felizmente passou. Passou como as grandes calamidades que deixam no espírito dos que sofreram uma visão que jamais se esfumará no olvido...

16 de outubro de 1928

O calor está chegando.

À maneira que se cobrem de verde as árvores, que se veste de novas folhagens a nossa natureza, que por tanto tempo permaneceu despida, desafiando a invernia, vai a cidade entrando nesse período de alta pressão que, em chegando aos meses de janeiro e fevereiro, atinge a uma verdadeira requeima.

Com a mudança da estação, Porto Alegre começa a alterar, também, os seus hábitos de inverno. É natural. Os sobretudos, os chapéus de pano, as roupas escuras e tudo o mais que constitui a indumentária do homem, vai sendo substituído pelos trajes leves, pelos tecidos claros, pelos chapéus de palha, pelo uso de vestimentas, enfim, que mais facilmente possam atenuar os rigores da canícula.

Isso, como dissemos, quanto às roupas do homem. No que toca ao vestuário feminino, a mudança é mais notável. Independente da fiel observância aos ditames autoritários da moda, outros fatores não menos poderosos atuam fortemente na substituição dos tecidos. Certas criaturas há, reconhecidamente pródigas em tudo, até mesmo na distribuição de seus olhares, de seus sorrisos, de suas amabilidades, que, ao chegar do verão, são de uma economia a toda a prova, no que toca ao uso de certas vestes, principalmente no comprimento dos vestidos... É uma economia que, às vezes, raia pela própria usura...

Quem vem lá de fora, acostumado com outros costumes e outros hábitos, estranha logo essa avareza metropolitana – ignorância natural de quem desconhece os quadros admiráveis da plástica e da forma, a beleza suprema do “nu artístico”, que, sendo novidade ultramodernista, é uma repetição da época primitiva do Paraíso...

Deixem lá, que vamos aqui para o mesmo caminho.

É só o calor apertar. O verão muito promete em Porto Alegre. E quando ele promete, cumpre mesmo; não falha. Lá para dezembro o Dr. Sol, como diz esse esbanjador de talento que é Teodomiro Tostes²⁵, estará com seu gabinete de Raio X, funcionando das duas às seis da tarde em plena Rua da Praia...

Exames grátis...

25 de outubro de 1928

Deixemos por um momento de lado, nesta hora de lindo sol e de belo dia, deveras tão lindo, tão belo, como o dia da felicidade, as queixas, as reclamações e os comentários sobre os problemas palpitantes da *urbs*, aqui diariamente tratados em traços rápidos, modestamente, sem pretensão, no desejo único de colaborarmos também na obra de transformação e de embelezamento da capital, iniciada pelo grande administrador desaparecido. Deixamos, porém, de lado hoje esse aspecto monótono de *A Cidade*, que já quase há quatro anos aparece diariamente, aos olhos dos leitores, e falemos um pouco desta tarde maravilhosa, a mais bela de quantas nos deu até agora a primavera hesitante que já vai a seu termo.

Diante de uma tarde assim, não há por certo quem não tenha vontade de fugir do artificioso contato com a metrópole intensa da cidade e reconciliar com o nosso natural instinto de nomadismo,

²⁵ Teodomiro Tostes (1903-1986): escritor e diplomata natural de Taquari (RS).

com a vida vivendo um pouco da bucólica existência silvestre onde a atividade rural da gleba natalícia é deveras expressiva e latente. Lá, sim, é que um dia como o de hoje é capaz de operar no homem cansado dos centros de urbanismo o milagre do vigor e da energia, e quem sabe se o próprio rejuvenescimento duvidoso de Voronoff²⁶... Só lá fora, afastado do bulício da metrópole, é que melhor se compreendem as galas e os encantos da nossa natureza, a poesia das manhãs de sol, limpas e serenas, sem o travamento e a fuligem das chaminés fumegantes, que na sua ânsia de progresso sujam o céu da cidade, maculando de um modo brutal e inevitável o azul garço, fino, delicado, transparente, que se desdobra infinito, pelas infinitas alturas.

Por isso, quando daqui contemplamos um dia assim, emocionalmente formoso, sentimos vontade de fugir, desejos de estarmos lá longe, na solidão campestre da terra, para melhor sentirmos o seu misterioso quebrante, toda a poesia, todo o encanto que ele derrama pelas longas planícies do fogão caroável²⁷.

Aqui, no centro de Porto Alegre, um dia como este até dá tristeza na gente.

17 de maio de 1929

O dia de ontem foi para a cidade como um lindo sorriso dourado de maio, não do tradicional maio do veranico, mas do maio dos primeiros frios da invernia que não tarda.

A amostra foi mesmo assim. Serenada a chuva que caiu quase sem cessar durante todo o dia anterior, a de ontem foi como a inauguração oficial do inverno. A manhã surgiu-nos luminosa e limpa, varrida

²⁶ Serge Abrahamovitch Voronoff (1866-1951): médico francês de origem russa, criador de um método terapêutico baseado no transplante de glândulas de macacos em seres humanos.

²⁷ Caroável: afetuoso, amável, amigo.

por um ventozinho cortante que, se não era o “minuano” genuinamente gaúcho, pelo menos tinha, deste, atitudes semelhantes. Com isso, o vestuário da nossa população foi de pronto substituído por outros mais grossos, mais pesados, mais quentes. Com exceção de alguns exemplares do “nu artístico”, que são, como se sabe, de uma resistência a toda a prova às ondas de frio (como se estivéssemos sob uma temperatura de 38º à sombra), com exceção desses belos quadros vivos da cidade, tudo o mais que observamos pelas ruas deixava ver que a estação evidentemente estava mudada. Homens com grossos agasalhos, damas com capas confortáveis davam bem a ideia de que o frio tinha de fato chegado. E chegou mesmo. Chegou sem estardalhaço, sem fita, sem o *reclame* das garoas e dos dias brumosos que no geral o procedem, com prenúncio de inevitáveis crueldades siberianas. Ele veio calmamente. Esperou a chuva para aparecer sereno e seco, sem ameaças de gripes e resfriados, enxotando imediatamente a mosquitama que a municipalidade cria com tanto carinho nos seus inúmeros viveiros...

Outro benefício que ainda devemos à chuva que o precedeu foi a limpeza que ela operou nas ruas de Porto Alegre. Como por encanto estas apareceram na manhã de ontem limpas e lustrosas, como há muito não se mostravam. Só mesmo a chuva é capaz desse asseio, livrando-nos por algumas horas da esterqueira dos nossos logradouros públicos, que estão completamente abandonados, sem a menor fiscalização. Se a Energia não tivesse feito tanto buraco e se a Intendência não gostasse de tanto rego, com a volta do inverno e com boas chuvas, de quando em quando, poderíamos, à revelia da municipalidade, conservar a capital mais ou menos limpa, livre pelo menos dos atoladouros permanentes e de outros abismos e sumidouros que por aí existem.

29 de maio de 1929

Não sabemos se é devido ao frio ou devido a qualquer outro fenômeno refrigerante que estamos hoje sem assunto. O fato não deixa de ser um tanto paradoxal. Falta de assunto numa capital como a nossa, onde há tantas e tantas novidades, é curioso, por certo. Falta de assunto, quando a gente, para qualquer lado que se volte, tem a Intendência à mão... É curiosíssimo, não há dúvida. Entretanto, estamos de pena em punho, sem tema, sem alvo certo, sem ponto determinado para onde possamos nos dirigir. Provavelmente essa situação é uma consequência da baixa da temperatura, que já aí deve andar em caminho de zero. O assunto não falta. O espírito é que não funciona e, portanto, não encontra o assunto. Por mais que o busquemos, ora olhando uma nesga da rua, ora contemplando um plátano que se desfolha, ora o estado de abandono e sujeira de certos logradouros, ora a encrucada avenida do viaduto²⁸, ora os buracos da Energia, ora os regos da Intendência, ora o forno do lixo e suas adjacências, ora a falta de iluminação dos arrabaldes da praça Montevideu para o aquário da praça Parobé²⁹, ora a gatunagem desenfreada, ora a localização do meretrício, ora a atitude de protesto dos proxenetes contra a mudança de local por motivo de paralisação de negócio – tudo isso, por mais que busquemos para tema de hoje, não dá ponto. Vem o assunto, mas não vem o modo ou o processo mais suave de o desenvolver. Aí é que está a questão. O leitor, naturalmente, dirá: – Mas, se os assuntos estão sobrando... Basta ver a lista acima. – Não há dúvida que a lista é variada e ótima. A gente tem ali de tudo. São pratos para todos os gostos e para todos os paladares, conforme a inclinação do freguês. Se este quiser, por exemplo, um prato simples e sem tempero, prontamente

²⁸ Referência à construção do viaduto Otávio Rocha, na avenida Borges de Medeiros, que se estendeu de 1928 a 1932.

²⁹ Praça Pereira Parobé: logradouro onde atualmente se localiza o terminal Pereira Parobé.

o terá nos amáveis buracos da Energia. Mas se, em vez disso, desejar mais apimentado que um vatapá à baiana, aí, então, é só discorrer sobre a atitude dos proxenetes e a localização dos seus açougues. Mas, para desenvolver tão variado menu, é que está a complicação única do cronista, que é, no geral, o cozinheiro do jornal. A nossa situação não deixa de ser deveras embaraçosa. Num dia como o de hoje e numa hora como esta, em que o minuano anda guasqueando a gente na rua e até mesmo pela fresta das portas, o espírito já duro de tranco, aí mesmo é que empaca. Não vai prá diante e nem prá trás. Fica redemoinhando e rebojando como pé de vento em volteadas de mato. É um sacrifício que só mesmo quem conhece a vida do dia a dia em jornal será capaz de avaliar.

Noto agora, leitor amável, que mesmo sem assunto a crônica saiu...

10 de julho de 1929

O dia de ontem nos fez esquecer que estávamos no mês em que a invernia é quase sempre rigorosa. De fato, em chegando esta época, temos o inverno acompanhado de chuvas frequentes, de geadas, garoas e neblina, rematando quase sempre com o assobiar navalhante do minuano que é, como se sabe, o mais poderoso cautério na estabilização do tempo, de mais efeito e de melhores resultados, sem dúvida, que o plano Washington na estabilização do câmbio...³⁰

Mas, como dizíamos, o dia de ontem quase que nos fez esquecer que estamos em plena estação invernososa, tal o esplendor primaveril de que se revestiu, enchendo de luz e de vitalidade a paisagem quase morta da nossa natureza profundamente aniquilada.

³⁰ Plano de estabilização de Washington Luís: reforma financeira estabelecida em 1926, baseada no padrão-ouro, na taxa de câmbio fixa e na formação de uma caixa de estabilização. Entrou em colapso com a crise financeira de 1929. In: VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. O pensamento político-administrativo e a política financeira de Washington Luís. *Revista de História*, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 105-146, 1960.

Foi um dia realmente bonito. A luz caiu em jorros por toda a cidade, espantando o mofo e bolor de uma quinzena inteirinha de umidade insalubre.

Porto Alegre precisa de quando em quando de dias assim, que sacudam os nervos da população entanguida, que anima os convalescentes das gripes e resfriados que por aí existem aos milhares. Mesmo fora do tempo, dias como o de ontem enchem-nos de alegria, de entusiasmo, de esperança, malgrado tenhamos que pagar caro, depois dessa volta brusca ao outono tépido e amável ou à primavera excitante e perturbadora. Não faz mal. Antes assim do que a monotonia dos dias de névoa, das noites varridas de vento frio, em que o termômetro baixa até às vizinhanças de zero. Porto Alegre sofre duramente nesta época, mais com as chuvas frequentes do que com o próprio frio, isso devido às condições das suas obras de saneamento, que são ainda muito precárias, apresentando falhas sensíveis, como se verifica na enorme extensão que vai do Caminho Novo³¹ até o campo de Gravataí. Toda essa zona, grandemente populosa, fica completamente alagada durante os meses de junho a agosto, refletindo-se o mal na saúde da população. Claro que se a zona suburbana da capital estivesse perfeitamente saneada, o mal que ora nos domina teria desaparecido, e o inverno, para nossa resistência física, seria pinto. Seria o mesmo que a gente brincar de frio...

Mas, no estado em que está a capital, não podemos de modo algum dispensar dias como o de ontem, animados de sol e de tépida temperatura.

Bom seria que amanhã ou hoje mesmo não se opere mudança brusca. Este calorzinho fora de tempo traz coisa...

³¹ Caminho Novo: via construída a partir dos primeiros anos do século XIX às margens do Guaíba, e desde 1870 oficialmente nomeada rua Voluntários da Pátria.

1º de dezembro de 1929

Primeira onda!

O calor chegou. Chegou devagarinho, na maciota, gradativamente subindo até nos proporcionar a elevada temperatura de ontem, e que hoje por certo se apresentará mais forte, se outras circunstâncias não determinarem o contrário, segundo a linguagem bastante falível do nosso Observatório Meteorológico.

O fato é que a primeira onda está aí. Aliás, Porto Alegre tem uma grande inclinação para as altas temperaturas. Depois, então, que entrou em franca atividade telegráfica o comitê perrepista³² da Rua Santana, essa temperatura (a do comitê) está sempre em ebulição, principalmente em relação às mentiras de toda a espécie e tamanho transmitidas para o Rio e São Paulo.

Mas, como dizíamos, a primeira onda está aí. E ela veio exatamente num sábado, para, aproveitando a concorrência ruidosa das ruas, inaugurar o *Salon* de quadros de pinturas da nossa prolecta e operosa Escola de Belas Artes e, ainda, aproveitando a mesma oportunidade, inaugurar o outro *Salon*, o do “nu artístico”, que quase sempre conta nesta época com uma série maravilhosa de quadros vivos...

Entretanto, a tarefa magnífica da onda não se restringiu só a isso. Ela foi além. O Dr. Sol – como já disse certa vez Teodomiro Tostes – tem gabinete de Raio X e ultravioletas instalado na Rua da Praia. É um processo novo para o tratamento da visão visual do homem por meio de helioterapia. Se, por um lado, esse processo deitou por terra o “toque” suspeitíssimo do professor Asuero³³, por outro lado, veio dar grande prestígio e importância ao método do professor Voronoff...

³² O comitê eleitoral do Partido Republicano Paulista se estabeleceu em Porto Alegre durante a campanha de Júlio Prestes à presidência da República, no pleito de 1930.

³³ Fernando Asuero (1887-1942): médico espanhol, criador de um polêmico método curativo baseado na cauterização do gânglio esfenopalatino e no poder de sugestão do médico.

O fato capital é que a onda de calor está em casa numa terrível ameaça, renunciando dias de canícula sem igual. O verão em Porto Alegre é, sem favor, uma verdadeira calamidade, especialmente para os que andam tinindo ao sol e na algibeira...

Os que daqui não podem fugir para gozar o ócio numa praia de banhos ou em algum ponto da serra ou campo, de branda e amável temperatura, sofrem com isso terrivelmente, porque o verão calcinante entre nós é sempre acompanhado de inúmeras outras calamidades.

O elemento pobre, o elemento lutador, não tem outro remédio senão se conformar com a sorte e aceitar calado a asfixia, a poeira, os mosquitos, e, ainda por cima, essa insistente exibição de quadros vivos...

É, não há dúvida, um martírio como poucos.

9 de janeiro de 1930

Cartas e cartas.

Queixas e reclamações.

Infelizmente a extensão de umas, a inconveniência de outras, obrigam-nos a resumi-las, a seguir com os comentários que julgamos cabíveis.

Um bairrista – Em longa carta endereçada a *A Cidade*, o missivista faz várias considerações sobre a necessidade de ser removida, para local mais alto e apropriado, a útil e esforçada Corporação dos Bombeiros, que, como se sabe, tem sua sede na pequena praça Visconde do Rio Branco. Acha o missivista, e com toda a razão, que o edifício daquela entidade, que conta em Porto Alegre com a solene inimizade da classe honradíssima dos incendiários, além de ser inestético e impróprio ao fim a que se destina, está enfeando a pequena

praça e tirando toda a vista do longo trecho da Avenida Júlio de Castilhos que tem frente para os fundos do galpão dos Bombeiros.

O mesmo assunto já foi por nós abordado por várias vezes nesta seção.

Cremos, porém, que em breve a útil corporação sairá dali para um edifício condigno, cujo terreno lhe foi doado pela municipalidade, na vizinhança.

L. P. – O assunto da missiva que nos dirigiu a 3 do corrente, e cuja publicação nos solicita, não interessa de modo algum a esta seção que, como o seu próprio título indica, é destinada a problemas e fatos que se relacionam com a vida da cidade.

Não é, portanto, o caso sobre o qual nos escreve o digno patricio. O que ora se verifica em Bagé, com uma das facções em luta sobre a sucessão intendencial daquele município, parece-nos, salvo melhor juízo, um assunto a que nada tem que ver esta seção restritamente local.

Queira, portanto, nos desculpar.

Vi-andante – O senhor naturalmente está maluco! Publicar versos na, *A Cidade*, e ainda por cima sobre as olheiras artificiais de sua namorada...

Vê-se que o distinto moço tem grande inclinação para o ridículo. Francamente, não lhe louvamos a especialidade.

Urbanista – Para que a futura Avenida Borges de Medeiros possa se prolongar em diagonal até à Praia de Belas, lembra V. S. a necessidade de ser desapropriado o novo grande edifício do Pão dos Pobres que, como uma barreira, embarga o prolongamento, até o rio, da futura artéria.

Talvez V. Ex. tenha razão. A Intendência e aquela pia instituição é que não devem estar pelos autos. Quem como amigo fala com tanta

facilidade em desapropriação, é porque naturalmente ignora que até agora a Intendência não desapropriou, na Rua General Paranhos³⁴, casas e terrenos de valor muito menor, quanto mais o novo edifício do Pão dos Pobres³⁵!

– Era só o que faltava – dirá, com razão, a Intendência.

12 de fevereiro de 1930

Conforme prometêramos, publicamos, hoje, com os comentários devidos, o resumo de várias cartas que recebemos:

P. S. – Põe o patricio as mãos na cabeça pelo fato de haver um colaborador epistolar desta seção feito referências a Porto Alegre e “aos seus 400.000 habitantes”.

V. S. ficou deveras assombrado. Acha “espantosa” tal afirmativa e diz textualmente que “tamanho é o descabro de tal organizador de estatística que chega a nos indignar...”

Francamente, o amigo se indigna por muito pouco... Pois olhe lá, pela nossa estimativa, a população de Porto Alegre anda beirando a casa de meio milhão.

Não desejamos com isso agravar a indignação do distinto misivista.

P. L. – Queixa-se V. S. – e com razão – das meninas e meninos desocupados que, com os seus carrinhos denominados “rema-rem”, andam o dia inteiro correndo nas calçadas e dando encontrões em todo o mundo.

³⁴ Rua General Paranhos: antiga rua do Poço, percorria o centro em sentido transversal, da rua General Andrade Neves à rua Coronel Genuíno. Deu origem à avenida Borges de Medeiros, então em construção.

³⁵ A construção do novo edifício do Pão dos Pobres estava ainda sendo concluída, tendo sido ele inaugurado em 13 de junho de 1930, pelo então presidente do estado, Getúlio Vargas.

Além de perigoso, trata-se de um condenável hábito de aldeia. A culpa, porém, não é dessa petizada taluda, é sim dos pais que consentem nesse mau costume de andarem os filhos ameaçando os transeuntes nos passeios, com um brinquedo deveras desagradável.

Mas, o que fazer no caso, amável missivista? O remédio não é fácil, mesmo porque educação não é coisa que se meta de um momento para outro na cabeça de qualquer pessoa.

Velho leitor – A sua carta em defesa da popular cachorrinha da Rua da Praia, a Fuzarca, é uma bela página de humor e de bondade. Com prazer a publicaremos em ocasião oportuna.³⁶

Leitor suburbano – Compreendemos e justificamos a sua expansão em quatro folhas de papel, datilografadas.

Realmente a situação de nossos arrabaldes é a mais precária possível. Saneamento, policiamento, iluminação, são necessidades palpitantes, senão de todos, pelo menos da maioria dos nossos populosos subúrbios. Eles reclamam de há muito esses melhoramentos que são, como se sabe, indispensáveis ao desenvolvimento e progresso desses bairros.

³⁶ A carta do “Velho leitor” sobre a cadela Fuzarca foi publicada em 14 de fevereiro de 1930, onde se lê: “Estando de pleno acordo como exposto naquela missiva, isto é, com a eliminação dos cães, venho, porém, impetrar um *habeas corpus* em favor da cadelinha denominada Fuzarca, residente à rua Ladeira nº. 318, de profissão fogueteira, pelo ‘baio’, sem rabo, sentinela alerta da rua da Praia. Nenhum cão em Porto Alegre pode-se gabar possuir virtudes como a ‘Fuzarca’. Seu olhar meigo de veado para os seus conhecidos torna-se feroz e implacável para os transeuntes de cor e que andam descalços; seu faro descobre à distância os que têm jeito de ‘urubu’, ‘malandro’. Ela protesta em altas vozes contra o abuso fogueteiro das agências de loteria e indica ao agente de veículos os autos que andam com descarga aberta. Nos cafés, os frequentadores lhe dão pastéis de carne. Ela não precisa pedir, porque ela conhece o seu valor. Ela pertence a Porto Alegre e à rua da Praia e não deve desaparecer como os outros. Seus olhos dizem que ela tem alma. Em suma, ela é nossa”. Como se vê, a cadela era uma personagem tão característica da rua da Praia que sua descrição assimila os preconceitos do público de elite que então a frequentava.

Entretanto, muito pouco se tem feito em seu favor. A municipalidade ainda não cuidou com o devido interesse de solucionar os nossos principais problemas suburbanos.

Um dia, porém, lá chegaremos.

Paladino da moralidade – O seu pseudônimo é positivamente chato. Dá ideia de qualquer coisa dez mil vezes pior que as ideias e os lugares-comuns do Conselheiro Acácio³⁷.

Quanto ao teor da sua carta, é supinamente ridículo.

Desculpe-nos a franqueza.

8 de junho de 1930

Temos em mão várias cartas endereçadas a essa modesta seção. Algumas dessas reclamações são justas, outras são injustas. Nem todas, porém, podem ser inseridas na íntegra, razão por que damos abaixo o resumo de várias.

Um maldizente – O pseudônimo de V. S. concorda perfeitamente com o teor da carta que acaba de nos endereçar. Toda a enorme tira datilografada que recebemos constitui uma série de queixas e críticas injustas contra a ação da municipalidade, ao cuidar de certas obras e certos melhoramentos que só aplausos merecem da nossa população. Tudo o que é digno de censura e de críticas V. S. deixou de lado para condenar sem dó nem piedade o que é digno de louvor.

Convenhamos, tal atitude não é justa, nem razoável.

³⁷ Conselheiro Acácio: personagem do romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, publicado em 1878. Suas sentenças pretensiosas, mediocres e inócuas deram origem aos termos “acaciano”, “acacista” e “acacianismo”.

Urbanista – Pergunta-nos o distinto missivista, que tão vivamente se mostra interessado no assunto, quando serão iniciadas as obras de transformação do Campo do Bom Fim em grandioso parque – o futuro grande Parque da Várzea?³⁸

A resposta não é difícil de dar. Falando há poucos dias com o ilustre Dr. Fernando Martins, secretário geral do município e que é um dos mais entusiastas e um dos maiores colaboradores desse admirável plano de embelezamento urbano, teve aquele técnico a gentileza de nos declarar que as obras terão começo logo que a espontânea contribuição do nosso povo possa garantir os juros para o empréstimo que a Intendência Municipal terá inevitavelmente que realizar para atender as necessárias despesas. E como por parte de toda a coletividade porto-alegrense há não só boa vontade, como verdadeiro entusiasmo e dedicação em prol de tão importante empreendimento público, é de presumir que as obras do parque sejam, muito em breve, atacadas.

J. de A. – O patricio está naturalmente equivocado. Esta seção, como o seu próprio título indica, foi criada para tratar de assuntos diretamente ligados à vida da capital, muito especialmente dos problemas urbanos. Não cabe, portanto, aqui, a publicação de versos que V. S. nos enviou com a simpática e louvável declaração de que “deseja aparecer no mundo das letras”.

Já falamos de tão complicado assunto, permita-nos a nossa franqueza: vai por mau caminho. É verdade que seus versos estão dentro dos moldes ultramodernistas. Nem por isso eles têm poesia. Em lugar de inspiração, o patricio denota uma aspiração bem acen-

³⁸ O cronista refere-se à região da antiga Várzea, na qual se planejava construir o futuro grande parque da cidade. Em 1935, este ganhou o nome de parque Farroupilha, já conhecido como parque da Redenção.

tuada para conviver no hospício – o que é muito menos agradável do que conviver com as musas...

Leitor amigo – O assunto de sua carta é deveras interessante. Tudo, porém, depende de oportunidade. Agora a ideia não vingaria. Aguarde o momento e com prazer abordaremos o caso. Ele é realmente digno de atenção por parte dos poderes públicos.

5 de julho de 1930

A cidade teve nos dias de anteontem e ontem a sua primeira manifestação de inverno, o seu primeiro arrepio de frio. E quem melhor o sentiu foi aquela loura, linda, e misteriosa criatura que, ao passar na nossa elegante artéria em atitude de quem não costuma vender o amor, deixou atrás de si uma onda de incontida curiosidade. Ela sentiu bem o rude entrar da invernia. Entretanto, melhor observada, o frio que sentia estava em franco contraste com as calorias imanentes de todo o seu ser. Seus olhos de brasa, sua boca de sangue retocada a batom, a alta temperatura dos seios arfantes, tudo isso, admirado em conjunto, davam a impressão de uma deliciosa estufa onde a temperatura podia se conservar a 40 graus, no mínimo, à sombra.

Aquela criatura, no entanto, tremia... Tremia enquanto outros diante dela, talvez por um efeito de sugestão, sentiam-se otimamente aquecidos como se estivessem à roda do fogo... Apesar de comuns, não deixam de ser curiosos casos, como esse, de altas pressões de temperatura em dias de frios como ontem...

Curiosíssimo, não há dúvida.

* * *

Deixemos, porém, de história, o frio está aí mesmo. E pretende, com certeza, prolongar-se, se o nosso Instituto Astronômico de Meteorologia não divisar no espaço qualquer ordem em contrário.

Quem está sentindo de verdade a “gélida carícia” é aquele mísero velhinho que ali vai, tão avançado em anos e mais avançado ainda na penúria de setenta invernos. O interessante é que ele passa rentinho à dama misteriosa e loura e não vê, e não sente, e não se aprecata que vai passando ao lado de um fogaréu, cujas chamas animam, esquentam e dão vida a tantas outras vidas...

É sempre assim: enquanto uns começam a manifestar visíveis sintomas de insolação, outros, como o pobre velhinho, tiritam....

* * *

Mais adiante, na mesma grande artéria do elegante mundanismo andejo, um outro quadro confirma a presença do inverno entre nós. Trata-se de um cavalheiro que passa ajaezado com dois sobretudos e um formidável par de luvas ainda por enfiar. O contraste é chocante e chama a atenção de um garoto espirituoso. Este, ao olhar o cavalheiro friorento, de nariz vermelho e gotejando, e vendo que as luvas não tinham ocupação, grita em tom severo:

– Enfia as luvas no nariz!...

E o cavalheiro “enfiou”³⁹...

15 de agosto de 1930

Sugestivo e encantador o pôr do sol ontem.

Raramente o mês de agosto oferece panoramas como esse que nos ficou indelével na retina.

³⁹ Enfiar: encabular-se, constranger-se.

Da murada do cais, onde, de quando em quando, costumamos admirar o movimento e a vida que se mostram sobre a líquida superfície suja da bacia do Guaíba, – da murada do cais, descortinamos lá longe, envolto na luz, sob a incidência dos últimos raios do sol, todo o Rio Grande. Era o Pago estremecido, a querência caroável do gaúcho palpitando o verde luminoso da sua paisagem – símbolo de uberdade do solo, – na poeira de ouro do seu sol – símbolo da riqueza da terra, – para se refletir ainda na coloração vermelha do poente – símbolo da altivez e da bravura da raça.

Assim, através daquele maravilhoso aspecto do dia conjecturamos, nós, sobre a vida gauchesca que se ocultava por trás do sol amoitando. Interessante, por certo, esse fenômeno que a luz, em determinados momentos, provoca no espírito da gente. Ela sugere coisas bizarras, notadamente quando o espírito encouraçado numa densa crosta “passadista”⁴⁰ investe, teima, insiste em pesquisar o passado. Pois foi assim, tal qual. Através daquele trecho que o raio visual abrangia embebido, só um quadro se nos deparava: a terra despertando da poeira do tempo com a alma e a ação dos seus homens de antanho. E tais visões vinham a propósito, vinham a confronto; e tínhamos a convicção de que o presente não desmentiria o passado... E tínhamos ainda a certeza de que os avoengos idos haviam de se explanar condignamente nos rebentos da hora presente, no gesto, nas atitudes e na ação dos seus homens. Cada ato, cada episódio da nossa vida tem a sua hora assinalada pelo destino. Enquanto essa hora não chega, o confronto pode apresentar disparidade. Mas disparidade toda aparente, porque, no fundo, a alma é a mesma, é o mesmo elo que liga através do tempo o passado, o presente, o futuro.

⁴⁰ Passadismo: termo utilizado por Roque Callage para contrapor-se ao “futurismo”, que à época designava genericamente as correntes artísticas da vanguarda modernista. Designa também posicionamentos tradicionalistas, nostálgicos ou conservadores em assuntos econômicos, sociais e políticos.

Estranhará sem dúvida o leitor a divagação? Cisma? Mero estado d'alma para o qual nada influi o maravilhoso pôr do sol de ontem? Perfeitamente. De pleno acordo. Mas a falta de assunto ontem para este modesto palmo de coluna obrigou-nos a procurar em qualquer ponto da cidade o tema que nos faltava.

Encontramo-lo num simples raio de sol. Ainda bem, quando o sol é uma esperança, um estímulo e um grande animador de energias...

28 de outubro de 1930

Ó cidade – eu já estava com saudade de você, palavra de honra...

A revolução, desde o seu início até o desfecho vitorioso de 24 de outubro, que culminou, como se sabe, com a queda fragorosa do Catete e com o triunfo completo dos ideais consubstanciados no programa da Aliança Liberal e no manifesto do seu ilustre candidato – a revolução, dizíamos, foi, desde o seu início, o tema único que absorveu integralmente esta seção, desviando-a da sua finalidade, ou pelo menos do seu principal escopo, que é o de propagar, analisar e comentar todos os problemas que se relacionam com os interesses urbanos, com a vida da cidade. E, como a revolução foi o pensamento único da cidade, quer na fase da sua gestação, quer na fase da sua explosão, claro estava que não podíamos deixar de lado o patriótico tema, palpitante e permanente, que vivia em nós desde que o assassinato do grande João Pessoa foi por nós constantemente abordado, senão claramente (temendo a dúzia de bolos com que alguém em carta nos ameaçou em nome do Sr. General Gil de Almeida⁴¹), pelo menos nas entrelinhas procurávamos dizer alguma coisa.

Traduzíamos nos nossos comentários a preocupação única, o pensamento único da capital.

⁴¹ Gil de Almeida: comandante da 3ª região militar do Rio Grande do Sul, por ocasião da Revolução de 1930.

E a cidade só pensava na revolução; só com o levante do povo, de armas na mão, poderiam Minas, Paraíba e Rio Grande desafrontar-se das ofensas recebidas. E nessa preocupação vivemos até o raiar de 7 de setembro.

– É hoje, diziam.

– Não há dúvida, tem que ser hoje, – concordavam os mais animados, os mais cheios de fé.

Mas o 7 de setembro passou murcho, silencioso, como sempre, sem que cousa alguma de anormal se notasse nos homens e nas cousas.

Nós, porém, não desanimamos; a cidade também não desanimou. A mesma esperança, a mesma confiança, a mesma certeza a todos dominava, com exceção apenas de meia dúzia de derrotistas e de pacifistas que a esta hora já aderiram com armas e bagagens à causa vitoriosa.

Na véspera de 20 de setembro, data gloriosa e imortal que comemora a epopeia de 35, de novo veio-nos o mesmo entusiasmo, a mesma certeza.

– É amanhã, sem falta!

– O golpe desta vez não falhará.

– Já está tudo preparado. A data não poderia ser mais bem escolhida.

Passou, entretanto, essa data, sem que nada de novo se registrasse.

O levante, entretanto, estourou. Veio no dia em que o povo menos esperava. Mas veio completo, decisivo, numa combinação admirável, explodindo no mesmo dia e hora em quase todo o país.

Desde então a leal e valorosa cidade de Porto Alegre não descansou. Viveu todo esse tempo única e exclusivamente para a revolução. Sem menosprezo às demais comunas do Rio Grande, foi ela quem deu mais impulso à causa, quem emprestou mais energia aos com-

batentes da grande cruzada; foi ela quem deu mais soldados e mais tudo à bandeira que daí em diante seria desfraldada e defendida nos campos de batalha.

Não era possível, pois, tratarmos aqui, neste cantinho, de outro assunto ou de outro tema que não fosse única e exclusivamente o da marcha da revolução libertadora.

Palavra de honra que estávamos com saudade de você, – ó cidade amiga! Mas de você nos seus aspectos triviais de todos os dias: o tráfego de veículos, o aformoseamento urbano, a higiene das ruas, o abandono dos bairros suburbanos, os excessos de velocidade, além de uma infinidade de outros assuntos do dia a dia da *urbs*. Até da gatunagem e dos batedores de carteira – até mesmo do “jogo do bicho” estávamos com saudade, palavra...

Por isso, de amanhã em diante, começaremos os nossos modestos comentários sobre esses vários assuntos da nossa querida metrópole.

13 de novembro de 1930

A primavera vai em meio.

Já os milhares de pardais da cidade realizaram suas festas de núpcias.

E, como resultado dessa brincadeira instintiva e inocente, estão eles a esta hora a ensaiar os filhotes na luta pela vida....

E Porto Alegre, que já é um centro terrivelmente barulhento, um centro apropriado à cultura da neurastenia, vai ter agora aumentada para o dobro a algazarra marota dos pardais.

Mas, como dizíamos, a primavera já vai em meio.

Os dias se sucedem dourados, animando a alma das criaturas. É o elixir da longa vida que a nova estação propicia à sensibilidade

dos nossos nervos, numa temperatura que vai gradativamente aumentando, isso quando a gente ainda tem sangue e nervos para sentir a ebulição perturbadora da primavera que volta...

Falemos, porém, da cidade, para dizer que a vida mundana da *urbs* se reanima. Quanto mais nos aproximamos do verão, tanto mais intensa ela se torna. Nos nossos passeios preferidos, nota-se agora um movimento crescente, um mais intenso bulício, principalmente à hora habitual do *footing*. É verdade que a metrópole nunca perdeu o movimento e o bulício dos seus *trottoirs*⁴². Antes e depois da vitória,⁴³ vibrou e estuou como nunca. Mas isso derivava, então, de um objetivo único, cujo símbolo era sem dúvida o nosso sentimento patriótico. Agora, não; são o ócio e a graça que, despreocupados de cogitações mais graves, animam a vida com o encanto de um sorriso ou com a luz de um olhar brejeiro.

A beleza desses últimos dias de céu bem fundo e bem limpo, de sol bem amável e bem prometedor, quebrou a determinação imposta aos sábados como dia de moda, para fazer a moda de todos os dias. E de segunda-feira até ontem, graças às três tardes maravilhosas que tivemos, a rua elegante de Porto Alegre foi um soberbo mostuário de atrações.

E para essas coisas não há como o verão. Inegavelmente.

⁴² *Trottoirs*: em francês, calçadas.

⁴³ O autor se refere à Revolução de 1930.

19 de novembro de 1930

Monotonia.

O mesmo tema de sempre:

Comentários.

Queixas.

Reclamações.

Observações.

E não vai variar o menu, invariavelmente o mesmo.

Um dos males para o cronista preso a assuntos diretamente ligados à *urbs* é, certamente, esse da restrição de ambiente onde a pena não pode, de forma alguma, correr. Tem que ficar presa aos temas locais, aos episódios locais, à vida local. Embora não se esgote a fonte, ela acaba por enfadar e enfartar; e não há coisa mais desagradável que o enfado, nem coisa mais intolerável que o enfartamento.

Estamos num desses dias. Poderíamos culpar no caso – no nosso caso – a influência desagradável do vento, que há bem uma semana varre dia e noite a cidade, envolvendo-a de moleza, de mal-estar e de poeira – vento que é peculiar à primavera que finda. Mas o vento não tem culpa alguma desta indecisão de atitude em relação ao dever de ofício de focarmos determinados problemas citadinos, analisando-os, comentando-os. Ao cronista, pois, não míngua o assunto. A nossa capital oferece uma infinidade de notas que em outra ocasião seria um ótimo auxílio para as queixas e reclamações dos jornais e do público. Entretanto, todos esses assuntos já foram por dezenas de vezes abordados. E que lucrariamos, agora, em abordá-los de novo, respigá-los uma vez mais? Absolutamente nada; porque nada ganharia com isso a cidade. A época anormal que atravessamos e a situação de abertura em que se acha a comuna forçam, naturalmente, a pôr de margem a solução de uma infinidade de problemas. De maneira que tratar de tais problemas, agora, é tempo perdido.

Daí a situação em que a gente fica sendo obrigado a bater noutra tecla, variando, portanto, o menu. Daí também as dificuldades em que se vê o rabiscador, tanto mais que o próprio título desta seção restringe-nos o campo, limitando o ambiente.

Se ao menos a gente pudesse falar do Sr. Mussolini⁴⁴, de uma nova revolução no México ou de qualquer ocorrência na China, o problema para o cronista estaria definitivamente resolvido.

Mas, qual nada, o assunto tem que ser aqui da cidade, monotonamente, invariavelmente o mesmo.

Vamos por isso fazer ponto final, antes que o leitor o faça por sua conta e risco.

2 de dezembro de 1930

Com a entrada de dezembro, a cidade se prepara para resistir às consequências do calor, sempre desagradável entre nós.

É verdade que a higiene e o saneamento de Porto Alegre vão, dia a dia, melhorando. A municipalidade muito já tem feito no sentido de tornar a nossa metrópole perfeitamente habitável. Mas muito há ainda que fazer, principalmente, nas zonas fora do perímetro urbano.

Dos males que sofre a nossa capital, no verão, um, sobre todos, constitui uma verdadeira calamidade.

O mosquito...

A música do mosquito...

A mordida do mosquito...

A infecção pelo mosquito...

Basta a presença do mosquito para comprometer seriamente o bom nome da cidade. E, quando ele começa a aparecer, como agora, vem em enxames, em nuvens densas, cantando. Zunindo numa ter-

⁴⁴ Benito Mussolini (1883-1945): então primeiro-ministro da Itália.

rível ameaça. E são mosquitos de várias espécies, desde o miudinho, de canto aflautado e impertinente, até o pernilongo silencioso e venenoso, que deixa marca viva por vários dias na pele da vítima.

É uma calamidade de que não nos livraremos tão cedo, pelo menos enquanto existir o Riacho, enquanto as águas pútridas permanecerem estagnadas nas ruas sem limpeza e sem esgoto, como acontece em São João e Navegantes e na vasta zona cortada de ruas entre Floresta⁴⁵ e Caminho Novo. São de todos esses focos de cultura microbiana que saem os mosquitos para exercer a sua ação em toda a cidade e isso desde novembro até meados de maio, quando de novo desaparecem tocados ou mortos pelo frio, de maneira que temos agora que aguentar durante seis meses o seu nefasto convívio.

Ruas há cujas habitações não são atingidas pela permanência ou visita de tão desagradáveis mordedores. Mas são muito poucas. A maioria, notadamente nas zonas acima indicadas, não se livra da sua presença. Que o digam, também, os moradores da Cidade Baixa, os habitantes das ruas transversais do Menino Deus, entre Praia de Belas e a Avenida 13 de Maio⁴⁶.

É um inferno.

E tudo isso por não estar a nossa capital completamente saneada, como seria de desejar, como é desejo de toda a sua população.

⁴⁵ Referência ao bairro Floresta ou à rua da Floresta, nomeada, a partir de 1892, rua Cristóvão Colombo.

⁴⁶ Avenida 13 de Maio: atual avenida Getúlio Vargas, bairro Menino Deus.

1. OS TEMPOS VAREIAM E AVARIADO TÁ TUDO: A CIDADE VISTA DO CAMPO

Quando *A Cidade* começou a ser publicada, Roque Callage já havia se celebrizado na vida cultural do estado como escritor regionalista, tendo publicado os livros *Terra Gaúcha*, em 1914, e *Rincão*, em 1924, coletâneas de contos de temática rural. Em 1927, auge de sua carreira no jornalismo, lançou outra coletânea, *Quero-quero*. A cultura gauchesca e os temas da história do Rio Grande do Sul inspiraram ainda a publicação de um *Vocabulário Gaúcho*, em 1926 (revisto e aumentado em 1928), e de duas seletas de crônicas e ensaios, *Terra Natal*, de 1920, e *No Fogão do Gaúcho*, de 1929.

A atuação simultânea de Roque Callage como cronista urbano e como contista rural é, certamente, um dos aspectos mais peculiares de sua trajetória intelectual, mas não chega a configurar um paradoxo. Pelo contrário, tanto sua crônica urbana quanto sua escrita regional eram movidas por uma mesma percepção das transformações modernizantes por que passava o estado e por um mesmo sentimento de que a exaustão do modelo econômico e político hegemônico durante o período anterior ao advento da República condenava à decadência o universo da campanha, que simbolizava (e ainda simboliza) a identidade regional.

A proposta programática da literatura regionalista vai ao encontro desta perspectiva, pois é justamente a decadência política e econômica das tradicionais estâncias de gado que inspira uma virtual necessidade de repertoriar a cultura gauchesca, conservan-

do as manifestações representativas daquele universo, que então pareciam condenadas ao esquecimento. Os contos regionais são escritos para registrar os modos de vida, as práticas, as narrativas, as crenças, os tipos sociais representativos, os meios de expressão característicos da sociedade pastoril. Como uma espécie de epitáfio daquele universo cultural, adotam o tom nostálgico de quem vê a modernidade como um processo destrutivo, mas ao mesmo tempo são conscientes de sua inexorabilidade e buscam promover a fixação do legado narrativo e imagético da campanha, através de uma literatura que se autoinveste de uma função patrimonial: recolher, guardar, fixar e dar a ver.

Ao mesmo tempo, Porto Alegre passava, na segunda metade dos anos 1920, por um período de intensificação das expectativas e demandas relativas à atualização do espaço urbano. A admiração que o autor nutria pela cultura rural aliava-se a este ânimo modernizador, à medida que o rural e o urbano definiam-se reciprocamente e que a dissolução do campo tradicional parecia ser o imediato equivalente ao aprofundamento da experiência urbana, de acordo com os padrões de modernidade estabelecidos pelas grandes metrópoles. Compreende-se, portanto, que nas crônicas em que o campo parece “invadir” a cidade, o sentimento do cronista divide-se entre a admiração pelos valores tradicionais e a hilaridade de quem vê algo fora do contexto.

Nas crônicas que tratam do tema, uma das funções discursivas assumidas pela adoção da perspectiva rural de observação da cidade é a valorização do olhar crítico do forasteiro, que seria capaz de ver o que o “nativo”, mergulhado naquele universo, poderia não perceber. Ao mesmo tempo, o autor se mostra consciente de que o próprio meio rural perdia muitos de seus aspectos tradicionais, afetado pela transformação tecnológica e pela influência da cultura moderna, que condicionava seus princípios, códigos de conduta e padrões estéticos.

Isto não impedia que, submetida ao estranhamento do forasteiro, a cidade parecesse perder grande parte de seus encantos, tidos como enganadores e superficiais por aqueles que viam, nas sociedades do passado camponês, as virtudes do enraizamento, ou seja, a profunda comunhão do homem com a terra.

Neste contexto, a permanência de hábitos tidos como incoerentes com o meio urbano é imediatamente assimilada aos vínculos da identidade regional com o campo e com a história guerreira que marcou a campanha. Em alguns momentos, os modos de vida tradicionais são tidos como positivos, e são imediatamente assimilados ao que de melhor o povo sul-rio-grandense poderia guardar do passado: a virtude da luta, a persistência no desejo de vitória, o vigor inabalável e a esperança. Estas mesmas virtudes, entretanto, podiam converter-se em graves distorções se transferidas à cidade e ao presente, e, nesse sentido, hábitos tradicionais, como a generalizada posse de armas nos ambientes urbanos, tornavam-se uma demonstração daquilo que o povo gaúcho poderia guardar de mais sombrio: o gosto pela violência, ou, em suas palavras, “as perigosas tendências de nosso instinto”. O legado da tradicional sociedade estancieira decerto deveria permanecer, não na vida, mas na literatura, no campo dos valores subjetivos e dos ideais coletivos, mas não das condutas.

Campo e cidade são, e devem ser, na visão do cronista, essencialmente distintos – ele sente, portanto, a necessidade de desculpar-se a um “amável leitor” imaginário pela referência ao Congresso de Criadores que aconteceria em Porto Alegre, partindo do pressuposto de que sua coluna não deveria reservar espaço para questões que interessavam apenas aos produtores rurais. Em outra crônica, o habitual tom irônico de Callage favorece esta polarização entre rural e urbano, manipulando a própria linguagem regionalista ao descrever o acampamento de carreteiros na Várzea como uma reminiscência das coxilhas em plena capital do estado. Neste momento, um cenário

que o projeto regionalista do escritor celebraria como referência sentimental à tradição campeira converte-se em sinal da incúria da administração municipal, que mantinha aquele espaço de todo incoerente com a cena urbana. O mesmo dava-se com o bairro nomeado, sintomaticamente, “Águas Mortas”. Em compensação, a utilidade das primitivas carretas para desatolar automóveis nas péssimas ruas da cidade torna-se uma irônica referência à precariedade da infraestrutura da capital.

Por outro lado, embora a identidade sul-rio-grandense estivesse ainda colada ao mundo rural, eram acentuadas as diferenças entre o homem da capital e o da campanha, tipos humanos definidos por sua resistência ao minuíano: enquanto o primeiro sofria com as consequências do vento frio, o segundo sentia-se fortalecido por ele. Apesar de tudo, diz o cronista, eram “gaúchos todos, todos produtos da mesma terra, todos com o mesmo sangue a lhes correr nas veias”. Trata-se, é claro, de um artifício discursivo que busca recriar a unidade regional em uma situação em que a diversidade tornava-se patente. A própria generalização do gentílico “gaúcho” – termo que inicialmente definia o trabalhador das estâncias pastoris – contribui para isto, de que dá exemplo a situação algo cômica do “ex-rei” da Saxônia, um admirador da cultura gauchesca que se vê frustrado ao conhecer um “gaúcho” urbano, em tudo diverso dos célebres cavaleiros do pampa.

A fundamental diferença entre eles não impede que, apesar dos estranhamentos mútuos, cidade e campo sejam descritos pelo cronista como espaços comunicantes, e não apenas no que diz respeito ao elogio da tradição. A reprodução da sociabilidade rural pela roda de chimarrão formada na praça da Alfândega é um dos exemplos mais eloquentes disto, o que converte em tema de “causo” as peripécias de um personagem tipicamente urbano, o célebre meliante “Mãozinha”. Do mesmo modo, a figura emblemática do gaiteiro cego

da Rua da Praia desperta a reminiscência dos sons da campanha e a memória afetiva dos “guascas¹ extraviados”. Enfim, o tom entusiástico com que as tradições culturais e o passado histórico do Rio Grande do Sul são celebrados pelo escritor dá exemplo do discurso autocongratatório que teria sua máxima expressão no movimento tradicionalista, naquele momento representado pelo Grêmio Gaúcho, entidade fundada em 1898 por João Cezimbra Jacques, para a celebração das tradições gauchescas.

As crônicas de *A Cidade* que se voltam para o tema da tradição são relativamente raras, mas assumem um significado especial à medida que fornecem elementos preciosos para observar os mecanismos de apropriação do passado criados pela cultura moderna. O cronista não resiste, decerto, à idealização, mas encontra no universo rural uma força oposta que permite a ele observar, ao mesmo tempo, as permanências que se apresentavam como mordazes sintomas dos embates de uma modernização em processo, e aquelas a serem cultivadas no terreno seguro do nativismo. As crônicas a seguir representam este encontro – nem sempre pacífico – entre o sentimento da tradição que fundamenta a identidade gaúcha e a percepção de que a modernidade não podia esperar.

1º de abril de 1925

Quem passa ali na Várzea tem a impressão de que o campo do Bom Fim² é uma invernada reiuna³, ou melhor ainda, é um pedaço

¹ Guasca: sujeito de origem rural.

² Campo do Bom Fim: região também conhecida como Várzea. Adquiriu esse nome em função da construção da capela Nosso Senhor Jesus do Bom Fim, nas últimas décadas do século XIX. Em 1884, seria nomeado oficialmente Campo da Redenção, uma vez que nele se estabeleceram ex-escravos libertados naquele ano. No local estava planejada a construção do futuro grande parque da cidade. Inaugurado em 1935, ganhou o nome de parque Farroupilha, mais conhecido como parque da Redenção.

³ Reiuno: pertencente ao poder público.

lindamente gauchesco da nossa campanha. O que se vê então são animais soltos no uso do gozo da sua liberdade nômade; aqui, cavalhada em tropilha girando de um lado para outro; ali, vacas e terneiros farejando a grama pisoteada em busca de um pasto apetecido; mais além, muares vadios e aposentados da sua alquebrada velhice, olhando entristecidos para os êmulos que passam em pontos vários do local; e, culminando o lindo cenário rústico da existência do campo, um grupo de carreteiros, arrinconados⁴ num dos extremos daquela planície expatriada bem no coração da *city*, faz correr de mão em mão o amargo delicioso das sesteadas e pousadas... A água ferve no fogo crepitante, enquanto se preparam nas panelas, retintas, dependuradas nas trempes de pau, o guisado tradicional. De quando em quando, como que variando a monotonia do tema, um “causo” extrapolítico, referente às filhas da comadre lá do distrito, abre em riso e alegria a dura face queimada daqueles velhos guascas carregados de trabalhos e de impostos. À roda, os cachorros humildes uivam a nostalgia do rancho ausente. É a saudade da querência amiga que eles sentem como soem sentir os bois na canga e os míseros matungos dos gaúchos. E de mistura com isso, a saudade dos carreteiros, também da desejada volta ao pago, livres dos embrulhos⁵ alarmentes da cidade...

E, para que não se queixem os regionalistas crioulos⁶, a municipalidade, num gesto patriótico de amor às tradições do Rio Grande – perpetua com carinho extremado aquele lindo cenário das coxilhas⁷...

⁴ Arrinconado: acampado.

⁵ Embrulhos: enganações.

⁶ Crioulo: no contexto, nativo, local.

⁷ Coxilhas: colinas localizadas em regiões campestres como o pampa.

15 de abril de 1925

Não se pode dizer que Porto Alegre seja uma cidade impolida e inculta. Se isso se dissesse, se tal coisa se afirmasse, cometeríamos uma grande injustiça. Há, porém, no meio disso, senão gravíssimos, costumes e hábitos perigosos, e se algum sociólogo menos penetrante nos quisesse analisar e julgar-nos através dessas falhas, ficaríamos colocados ao lado das sociedades mais bárbaras do mundo.

Desses hábitos e costumes, tão em moda na vida da capital, um, sobretudo, não pode deixar de dar uma má impressão ao estrangeiro que nos visita, ou mesmo aos nossos próprios patrícios, filhos de outros estados. É o hábito, ou melhor, o costume de andarmos armados até os dentes, como se Porto Alegre fosse um pedaço de faroeste.

O trabuco é arma predileta que vive dia e noite na nossa cintura, desde o calibre 32 até o terrível canhão-revólver 44. Não é só entre pessoas adultas que se observa esse uso e abuso de armas. Ele já está seriamente arraigado até mesmo entre crianças, entre jovens adolescentes ainda. Não há por aí quem deixe de carregar o seu revólver, até mesmo em reuniões da mais rigorosa etiqueta. É um fato comum esse em nossa vida, fato que se observa em todas as camadas, na baixa como na alta sociedade. A arma de fogo tanto anda entre nós na cintura do indivíduo mais perigoso, como no bolso do mais pacífico cidadão, quase sempre mal escondida, para não dizermos escandalosamente à mostra.

Claro está que, em casos tais, como o que se relaciona com o de Porto Alegre, onde é permanente esse abuso, a criminalidade terá de ser forçosamente grande. A facilidade com que se usa arma é por certo o maior condutor do crime. E isso só em grande parte descreverá quando a cultura geral do povo tiver eliminado tão bárbaro costume, tão fielmente observado entre nós. Cremos já ser tempo de corrigirmos com um pouco mais de educação essas perigosas tendências de nosso instinto.

4 de agosto de 1925

A *Cidade* de hoje, apesar de ser terça, vai em homenagem ao domingo.

O dia, malgrado a chuva da noite anterior, acordara luminoso de luz e de vida, de forte bulício pelas ruas e passeios, de animação intensa pelos cafés, pelos clubes, pelos cinemas, por todos os centros de diversão, dando, assim, a Porto Alegre, o aspecto atraente de grande *urbs*, entregue às suas horas de alegria domingueira.

Apesar de ser dia de agosto, ele em nada desmereceu os mais belos dias do ano, principalmente nas primeiras horas da tarde, em que um lindo sol, coando-se através de um lindo céu, tudo prometia para regalo e delícia da cidade.

Mas, em compensação, tudo falhou, a começar pelo próprio tempo, que acabou em chuva...

Às últimas horas da tarde, uma desilusão profunda abatia a cidade, e um lindo sonho tecido de louros e vitórias se desfazia, fugaz, para dar lugar à feia e brutal realidade das coisas. E por mais que torcêssemos, por mais que nos agitássemos, através de hipóteses e de cálculos, à maneira que as horas passavam, mais rapidamente se desmanchavam os castelos arquitetados.

Não houve jeito, não houve torcida, não houve nada. Tudo falhou de verdade. Porto Alegre estava realmente de peso⁸. O combinado de Porto Alegre perdia em São Paulo; os tenistas de Porto Alegre perderam no Rio; um outro clube de futebol perdia em Novo Hamburgo; um clube de Caxias saía vitorioso em Porto Alegre; o clube *Porto Alegre* perdia para o *Americano*; e, finalmente, o grande *Enjeitado* de Porto Alegre, um verdadeiro pingaço⁹ da lei, perdia nas grandes corridas do Rio...

⁸ Peso: opressão, mal-estar, incômodo.

⁹ Pingaço: aumentativo de pingo, cavalo forte e vistoso.

Foi um “peso” tremendo que nos aniquilou, que nos abateu de momento. De momento apenas, porque de novo, na luta, estaremos mais fortes, mais entusiastas, mais decididos, mais cheios de ardor e de fé, prontos outra vez para enfrentarmos o adversário valoroso. Essa energia, essa esperança, essa vibração intensa que nos alvoroça a alma, tudo isso que nos domina na hora do perigo e nos mais sérios momentos da vida, é o mais expressivo sintoma de quem sabe querer e vencer.

Seremos assim, realmente? Se assim for, contentemo-nos com isso, que já não é pouco.

6 de setembro de 1925

(Conversa com gente lá de fora¹⁰)

Foi quinta-feira última, à tarde, que topamos pela primeira vez com o Quinca por estas alturas. Cinquenta anos bem puxados de existência, sem nunca ter saído dos seus pagos, que não seria dele agora, escaramuçando a sua figura de índio destorcido pelas ruas de Porto Alegre.

No nosso abraço pelo encontro com quem tantas vezes mateamos¹¹ nas horas de seca, no galpão, ia também um mundo de curiosidades, de natural interesse em ouvir as impressões de um guasca largado, lá de fora...

– O amigo Quinca por estas alturas? Que novidade é essa?

– Pois é como me vê... Aqui ando de relancina, meio extraviado do rodeio. Mas uma coisa te digo: ovelha não é pra mato... Estou de cola alçada pra fincá pé no caminho, que é barbaridade. Ando assim

¹⁰ De fora: do campo, do meio rural.

¹¹ Matear: tomar chimarrão.

meio atempado¹² do vazio¹³; mas logo que o doutor me afrouxe, me boto de vereda na estrada. Não tem que chorá. Morrê aqui sem mais nem menos, é bobagem. Me retovem¹⁴ num couro fresco, mas pra cá outra vez, lo juro: – nem amarrado...

– Mas assim tão depressa, Quinca amigo... até não tem graça.

– Qual graça seu, qual nada. Já não aturo barulho. Barulho comigo só ferro de entrevero. Esses automóveis a gritar e esse povaréu de gente que passa que nem tropa de gado manso, me deixa atrapaia-do. Ainda esses dias fui me desviá dum danado que vinha a toda, no lançante¹⁵ da rua... ôta, amigo, coisa braba: quando dei por mim tinha me entreverado num bolo de moças!... Cada uma que le digo: um mimo, por Deus, mal comparando! Fiquei meio envergonhado, mas fiquei plantado no mesmo lugar, ôiando, vendo, assuntando... Muier aqui é tudo ansim como está se vendo, com a cabelema curta que parece home... e o bicho home, então, é aquela disgracia: vi uma tropilha deles, tudo parecido com muier, bem direitinho... Se aparecesse disso lá fora, a gente tinha que se benzê pra móde de perigo... Cruzes!

Eram realmente de espantar todas aquelas impressões de gaúcho. A crítica era mordaz e violenta à civilização elegante da nossa *urbs*.

Fizemos sentir ao Quinca que isto aqui é uma cidade, uma capital, e que não tinha, portanto, ligação alguma com a vida, os costumes e os hábitos lá de fora.

– Qual nada, seu, inté mesmo lá fora tá tudo mudado. Bicho home então é porquera mais maula¹⁶ que bicho muier. Escuite o que eu

¹² Atempado: adoentado.

¹³ Vazio: região lateral do abdômen e das costelas.

¹⁴ Retover: forrar ou revestir em couro.

¹⁵ Lançante: ladeira.

¹⁶ Maula: ruim, covarde, fraco.

le digo: o gaúcho mesmo às deveras é coisa que está mermando¹⁷. Gente como naquele tempo já não há: se eu roubava uma morocha¹⁸ na garupa do flete¹⁹ com a mesma esperteza com que se peleava uma novilha arrisca, o sangue, também, por dá cá aquela palha²⁰, coloreava na cara do próximo, de vergonha. Hoje não; é como V. vê. Os tempos vareiam e avariado tá tudo; até o minuano pra mode que mudou; a gente conhecia o bicho pela cara dos andantes e pelo gemido das coronilhas²¹. Agora, então parece até que ele se acolherou²² com o vento norte!... É uma mistura, menino, que dá pena!... Por Deus, tenho saudade!

O Quinca falava em saudade...

Foi quando então arriscamos:

– Quinca amigo, a saudade está sofrendo agora, guerra de morte pelos modernos espíritos aqui da terra. Não pronuncie mais essa palavra. É uma heresia.

– Pois eu te digo: a meu ver isso é bobage, e bobage grande. Que é por aí nesse mundo de Deus que não sente saudade? Inda é a coisa mais bonita que nós temos...

– E você acha que devemos ter saudade das nossas coisas passadas?

– Como não, seu.

– Pois olhe: o maior escritor do Rio Grande do Sul está sendo atacado por mostrar às vezes, nos seus livros, saudade de certos

¹⁷ Mermar: diminuir, reduzir-se.

¹⁸ Morocha: Mulher morena, mestiça.

¹⁹ Flete: cavalo forte, bonito, ricamente encilhado.

²⁰ Por dá cá aquela palha: por motivo insignificante.

²¹ Coronilha: árvore do sul brasileiro, de madeira resistente e pesada.

²² Acolherar: agrupar-se, reunir-se.

costumes que já se foram, que já desapareceram da vida gaúcha lá de fora.²³

– Pois que lo ataquem. Vancê pensa que ele perde? Tá bom perdê!... Mutuca também ataca a gente no verão, vem o inverno a mutuca morre a gente fica. Tudo é ansim...

27 de maio de 1926

A nossa capital surgiu, anteontem e ontem, bruscamente alterada na sua temperatura. Depois de dois dias de chuva forte e contínua, o minuano começou a soprar com violência por todos os cantos da cidade. Foi a primeira manifestação rude e fria de inverno que tivemos este ano. O minuano é o anunciador do bom tempo e da rígida invernia pampeana. A nossa capital, pela sua situação topográfica, é constantemente batida nesta época, pelos ásperos ventos correntes do sul. Encana-se ele pelas nossas ruas em hostis atitudes de ataque. Não há nariz que o resista, não há roupa que defenda suficientemente o corpo do seu esfuziante navalhar. Aqui na cidade, pelo menos, não há resistência. Lá fora sim. O gaúcho não o teme. O minuano é, pelo contrário, o melhor retemperador de sua energia; é um estimulante de todas as suas atividades; enche de esperanças e de risos o rude trabalho dos campos, a faina brava de todos os dias, onde o cavalo e o homem se transmudam em centauros, no mito glorioso das eras mortas da história.

²³ O autor refere-se a Alcides Maya, o mais célebre escritor regionalista gaúcho da época e a principal referência literária dos contos de Roque Callage. Em famosa polêmica publicada nas páginas do *Correio do Povo*, entre 1925 e 1926, Moysés Vellinho (sob o pseudônimo Paulo Arinos) criticava-o pelo que seria o pessimismo de sua literatura e sua tendência ao saudosismo, o que obstava a instrumentalização político-ideológica da figura do gaúcho. A posição ocupada por Maya na literatura do estado era, por outro lado, defendida por Rubens de Barcellos. In: CHAVES, Flávio Loureiro (org.). **O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979. p. 83-114.

O vento que aqui, na cidade, é um mal, gerador de resfriados e de goteiras no nariz, lá fora é um bem, o mais delicioso de todos, porque atira o gaúcho para a luta decisiva do trabalho, vencendo dificuldades e obstáculos, domando a própria natureza distendida e nua, amoldando, enfim, ao seu feito de vencedor os seres e as coisas que o cercam.

Eis o que é e o que vale o minuano na campanha rio-grandense.

Aqui, porém, ele muda radicalmente. É a tristeza, e o frio e a penúria e a mágoa e a desolação infinita...

30 de maio de 1926

As nossas autoridades policiais, segundo aviso já publicado pela imprensa local, vão proceder ao desarmamento geral em todos os centros de diversões que funcionam à noite.

Não sabemos se essa medida terá caráter duradouro. Ela é, entretanto, de grande necessidade, notadamente numa capital como Porto Alegre, que já ganhou foros, com ou sem razão, de civilizada e culta. É de presumir, entretanto, que ela seja cumprida por quem está incumbido de pô-la em prática. Se em outros centros menores se cuida com certa severidade do desarmamento geral, com mais forte razão devemos cuidar aqui desse serviço, acabando-se, de vez, com o uso e abuso de armas de qualquer espécie, muito principalmente de armas de fogo.

É fato comum na cidade de Porto Alegre verem-se crianças armadas até os dentes.

Todo mundo aqui anda armado. Quem, com autoridade necessária, desse uma busca nos nossos pontos de reunião, nos teatros, nos cabarés, nos clubes, nos inúmeros centros de diversões da cidade, aí encontraria verdadeiros arsenais de guerra.

Esses fatos constituem, como é de ver, verdadeiros atentados aos nossos sentimentos de povo pacífico e culto, que absolutamente

não tem necessidade de andar armado e, muito menos, de andar mostrando, a cada passo, o arsenal que carrega à cintura.

Por isso, julgamos louvável e justa a resolução agora tomada pelas nossas autoridades.

Já é tempo do nosso povo, pacífico por índole, mostrar que realmente o é em todos os seus atos.

O desarmamento é, portanto, uma necessidade, – quando mais não seja, para desmentir a pecha, que já por várias vezes nos tem sido atirada, de povo em cujos instintos ainda há qualquer coisa de bárbaro.

10 de março de 1927

Porto Alegre, nestes últimos dias, tem sido teatro de um grande número de suicídios e assassinatos, constituindo tais fatos, como já está consagrado no noticiário dos jornais, uma verdadeira “onda de sangue”.

Aliás, não é só aqui que a explosão dos instintos sanguinários se tem manifestado com aspecto tão sombrio e terrível. Por todo o interior do estado, vem se registrando a brutalidade desses episódios, de uma barbaria sem nome, de uma fria e espantosa ferocidade, como foi o do assassinato do Coronel Brisolará²⁴, e como foi o hediondo trucidamento do bravo Coronel Pedro Arão²⁵, que, depois de muti-

²⁴ O homicídio do Coronel José Luís Brisolará, industrial e influente opositor do regime castilhistas em Pelotas, foi cometido por um soldado da polícia administrativa e teve grande repercussão nos meios políticos do estado. *In: OS CARRASCOS do Sul*. Como foi covardemente assassinado o Coronel Brisolará em Pelotas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 9838, p. 2, 9 mar. 1927.

²⁵ O coronel Pedro Arão (Pedro Alberto de Mello), comandante maragato que atuou na Revolução Assisista, foi assassinado em 12 de fevereiro de 1927. Segundo o *Correio do Povo* de 4 de março daquele ano, ele foi mutilado e degolado na fronteira com a Argentina, a mando de um comandante de tropas borgista. O assassinato do coronel Luís Brisolará ocorreu dias depois. Reportagem de capa do *Correio do Povo* de 15 de março de 1927 reproduz matérias publicadas nos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã*, demonstrando o impacto da situação política do Rio Grande do Sul sobre a opinião pública do Rio de Janeiro.

lado, aos pedaços, foi o corpo, enfim, degolado pelos bandidos que o temiam frente a frente, como homem.

É que o período que atravessamos tem sido um revelador crudelíssimo de maus e perversos instintos. Entretanto, os sanguinários episódios que se vão desenrolando por vários pontos do interior podem ser produto de um meio inculto e bravio, onde tudo contribui para que eles se manifestem, a começar pela própria impunidade em que ficam, não raro, esses criminosos.

Mas, que diremos nós em relação à capital do estado, à nossa metrópole de educação e cultura?

É verdade que as cenas de sangue aqui desenroladas ainda não tomaram o mesmo terrível aspecto das registradas no interior rio-grandense. Mas nem por isso ficamos imunes da pecha de bárbaros.

Em maior ou menor grau, temos aqui também a revelação de almas afeitas ao crime por dá cá aquela palha. A crônica policial de Porto Alegre está cheia de fatos que muito pouco abonam os nossos sentimentos de povo que se diz civilizado. Para se ter a confirmação do que afirmamos, basta que o leitor se inteire do que vai pelo noticiário dos jornais locais. Diariamente, são dois a três crimes de morte, ou de tentativa, dos quais tem conhecimento a polícia. Se alguns se caracterizam pela legítima defesa, ou por desafronta à honra, outros há em que os criminosos surgem com a mesma frieza sombria dos bandidos, lá fora, afeitos à profissão de magarefes da pior espécie.

Essas cenas são, entretanto, uma prova evidente de que muito pouco temos progredido em matéria de educação dos nossos sentimentos. Ainda somos sombriamente bárbaros. A essa classificação nem mesmo a nossa capital escapa. Ela está dia a dia dando os mais expressivos exemplos do quanto ainda vai de selvagem e brutal na alma do nosso povo.

6 de maio de 1927

Maio entrou desta vez sem a suavidade de um sorriso. Já estamos a cinco, e ainda não tivemos um único dia sereno e límpido, de terra e céus iluminados. Todos eles vão decorrendo monotonamente, sem alegria, sem expressão, ora encobertos, ora respingados d'água, sujeitos e tristonhos. Às vezes nos surpreende um sintoma manifesto de frio; ou traz a elevação da temperatura desconcertante, tão incerta, aliás, em Porto Alegre, em qualquer época do ano. Por enquanto, nada tivemos que retratasse fielmente a fisionomia de maio: nem as delícias de seu celebrado "veranico", nem o azul, porcelanados seus céus profundos, decantados por essa falsa e contrafeita poesia dos nossos românticos artificiosos. Ao contrário, exatamente, maio vai passando insípido, como se fora o pior mês do ano, ele que é o mês de Maria, o mês escolhido e predileto para envolver a cidade na delícia dos fogos do Espírito Santo²⁶ e de tudo o mais que se segue ali na transformada praça da Matriz²⁷, tão diferente hoje da praça de antanho, principalmente para aqueles que, em outros maios passados, ali tiveram as suas horas deliciosas, de pinhão cozido e de amendoim torrado, de mistura com lânguidas olhadelas amorosas... Como é diferente o maio de agora, comparado com os maios pretéritos, com a época dos santinhos de cabelos compridos que ali surgiam todas as noites, gozando a delícia dos fogos de artifício e de outros fogos tão interessantes quanto aqueles!...

Objetos de raridade, essas figurinhas, encarquilhadas hoje, de longos cabelos naquela época, de cabelos à *la garçonne*²⁸ agora, de velhas, depois de avozinhas, devem sentir, naturalmente, uma imensa

²⁶ Divino, Fogos do Divino, Fogos do Espírito Santo: Festa do Divino Espírito Santo, uma das maiores celebrações do catolicismo popular, realizada tradicionalmente no mês de maio.

²⁷ Praça da Matriz: oficialmente, praça Marechal Deodoro.

²⁸ À *la garçonne*: corte de cabelos femininos à altura das maçãs do rosto, seguindo a tendência da moda da época. Alcançou popularidade nos anos 1920, inicialmente na França, consagrado posteriormente por meio das atrizes do cinema mudo.

saudade ao recomendarem aquele período pré-histórico – o maio de outros tempos. Para estas estamos a apontar, mil vezes preferível a trança daquela época do que o cabelo curto que hoje usam. Se tão grande agora é a mudança de hábitos, com razão idêntica é a mudança da Natureza. Tudo varia, tudo muda. Porque, então, estranhar que o decantado mês de maio esteja também mudado? Não mais a poesia de suas manhãs aljofradas de pérolas; não mais a beleza de suas tardes “inundadas de luz”: não mais o encanto de suas noites de “pálido luar”; não mais os amores castos das “virgens desvalidas”. Sobre esse grave particular, o que predomina agora é a teoria donjuanesca de Dâmaso²⁹: a bolina e a atração.

Os tempos estão mudados. Foi-se o maio primitivo de outras épocas, de que temos um vago conhecimento pelo que nos ficou dos bardos românticos daquelas eras remotas e mortais. O que agora aqui temos é um mês rigorosamente à moderna, com um céu de torneiras abertas, um sol esfarelado, noites de escuras gabardines em prestações e luars tecidos a creme de ovo...

Isso segundo a concepção do “modernismo” da época.

21 de maio de 1927

Porto Alegre vai assistir, dentro de poucos dias a instalação dos trabalhos do Congresso de Criadores do Rio Grande do Sul³⁰.

O leitor, naturalmente, não deixará de estranhar a incorporação dessa nova aos comentários diários dessa seção, consagrada em absoluto aos assuntos da cidade, representados em qualquer dos seus aspectos: material, moral, social e intelectual. *A Cidade*, como

²⁹ Dâmaso de Salcede: personagem do romance *Os Maias* (1888), de Eça de Queiroz (1845-1900), célebre pelo deslumbramento em face dos hábitos estrangeiros, sempre tidos por ele como superiores aos da cultura portuguesa.

³⁰ O 1º Congresso de Criadores do Rio Grande do Sul foi realizado em Porto Alegre entre os dias 24 e 29 de maio de 1927.

o seu próprio título indica, foi criada para isso somente, fazendo a crítica e o comentário leve sobre tudo o que mereça ser comentado e criticado, sugerindo ideias que nos pareçam mais acertadas sobre este ou aquele melhoramento local, sobre este ou aquele aspecto, enfim, da nossa vida urbana a correr, de ordinário, na mais profunda monotonia de província.

Por isso estranhará o generoso leitor que nos acompanha no respingar de *A Cidade*, tão monótono como a própria cidade em si, o termo metido neste palmo e meio de coluna, o caso da instalação do próximo Congresso de Criadores.

– Que diacho! – Dirá o leitor paciente – a troco de que santo vem aqui a história do Congresso? O assunto é exclusivamente dos nossos fazendeiros. Ele se prende tão só à economia dos criadores rio-grandenses. É um problema de capital importância, não há dúvida, mas é da vida de fora e não da vida da cidade, da existência dos campos e não das ruas. As teses a serem neles discutidas, a serem neles aprovadas ou reprovadas, dizem respeito ao crédito rural, à praga do zebu e ao permanente contrabando de gado. Não se vai tratar ali do calçamento, dos buracos das ruas, da água dos esgotos, ou da pendenga dos bondes e auto-ônibus que tanta gente já tem mandado para a paz do outro mundo, enquanto vão enchendo a cidade de cabeças partidas e pernas quebradas, de aleijados, de mutilados de todo o feitio. Se não é da urbe que tratará o futuro Congresso, por que cargas d'água vem ele então aqui?

Assim dialogará, naturalmente, o amável leitor.

A resposta, porém, nos acode pronta. A sua realização aqui é um motivo da cidade, é um aspecto novo da capital que se incorpora nos acontecimentos de sua vida. É daqui que vai partir a voz dos congressistas, é daqui que vão partir as resoluções a tomar na defesa da valorosa e laboriosa classe que tanto tem contribuído para a grandeza do Estado. Quando mais não seja, discursos e teses, teses e

discursos, iremos ouvir na futura assembleia onde se pretende traçar um novo rumo à nossa já progressista atividade pastoril.

Nada de extraordinário, portanto, em ser esse congresso um motivo local, um assunto que a nossa capital focaliza no momento. É isso bastante para o registrarmos na nossa seção habitual. E se a justificativa não prevalecer no ânimo do leitor amigo, que fique este, então, com a certeza plena de que ele aqui surgiu à falta de outro mais local, mais urbano – de que ele, enfim, surgiu, à falta de outro assunto...

9 de junho de 1927

A ninguém, por certo, tem passado despercebida, nestes últimos dias, a figura que, à noite, sentada à soleira das portas, à Rua da Praia, dá expansão ao luto dos seus olhos, tocando gaita, uma velha e humilde acordeona de foles, habilmente manejada.

Quando o ouço, naquela postura simples de artista e de mendicante, tenho a nítida impressão de um trecho ou de um aspecto da amável campanha natalícia, transportada para o coração metropolitano da cidade.

Ceguinho de estrada, o chamaria de certo, o estilista ilustre de *Tapera*.³¹ Comparo-o com os lá de fora e não atino em grandes diferenças.

É o mesmo que eu já vira e ouvira em ocasiões várias, de cruzada pelas coxilhas da querência³². Cego ou não, o tocador de gaita é uma figura diletta, é um tipo tradicionalmente nosso. Aos acordes do rude instrumento campineiro, há um alvoroço na nossa alma de guascas extraviados, que é todo um despertar de reminiscências sentidas,

³¹ Referência ao conto "Ceguinho de estrada", publicado por Alcides Maya (1878-1944) na coletânea *Alma Bárbara* (1922).

³² Querência: local de origem ou de criação, com o qual se estabelecem relações afetivas de pertencimento. Sinônimos: pago, rincão, torrão.

remembradas³³, que falam diretamente ao nosso coração. Logo nos vem a ideia do pago, onde o tocador de gaita constitui uma personalidade à parte, querida e disputada para tudo que é festa, para todos os divertimentos que se improvisam nos ranchos, nos galpões e até mesmo nos fandangos e saracoteios das estâncias retardatárias, ainda não invadidas pelos gramofones impertinentes...

Vendo-o embora em plena Rua dos Andradas, na artéria mais citadina da *urbs*, a minha impressão não se altera. É o mesmo tocador lá de fora, correndo os dedos ágeis pelo teclado de duas ordens, distendendo e encolhendo os foles ao sabor de uma arte toda sua, vencendo os segredos das “marcas” de execução mais difíceis.

Artista bronco e rude da campanha, tu não morrerás. O sentimento da tua música, o ritmo selvagem de tua inspiração, a tristeza infinita das tuas toadas, a posição inquieta do tradicional instrumento que manejas com amor e perícia – tudo isso é o Rio Grande sentimental e heroico do passado, a estremecer ao calor das tradições. Por mais que o progresso invada e domine a terra, tu ficarás vivendo com a saudade que não morre. Ignoras tu, ceguinho de estrada, hoje obrigado a seres cego de rua, o mal que fazes ao coração de quem não esqueceu, de quem não esquecerá jamais esse trecho querido da terra que se chama querência... Porque tu és, em verdade, um pedaço da querência, de lá arrancado pelas vicissitudes do tempo e da vida...

12 de junho de 1927

Dia feio o de ontem, dia morrinhento de inverno... Um ventozinho irritante zunia, frio, pelas ruas desertas, cortando como aço afiado de navalha. Por isso mesmo, poucos os que se arriscavam a enfrentar o desabusado minuano temível. Quem isso fizesse era logo guasqueado³⁴,

³³ Remembrado: relembrado.

³⁴ Guasquear: chicotear, fustigar.

sem dó nem piedade, pelo maleva³⁵ dos plainos e dos coxilhões, que outra coisa não faz nos dias que anda solto senão eriçar o pelo dos animais e encardir o rosto dos andantes a cavalo. Na cidade, então, por brinqueado no mais, o arteiro comete coisas piores: chega mesmo a transformar o nariz do próximo em goteiras de rancho pobre, num pinga-pinga que parece não querer cessar mais...

Já que falamos em minuano, vai aqui, a propósito, este flagrante gauchesco.

O Lautério viera à cidade a fim de assistir os fogos do Divino. Queria ver de perto a falada festa tradicional que ele só conhecia de nome. Dela se falava de “bombiá”³⁶, onde havia de tudo, com fartura, desde os morteiros que rebentavam no ar entre lágrimas de cores até os entreveros a beliscões provocados por alguma morocha as-sanhada, habituada “pelo mesmo conseguinte” a carregar de rijo no primeiro querendão³⁷ que topasse de jeito.

Mas o Lautério estava sem sorte, como urubu sem carniça. Depois de três dias inúteis, completamente perdidos, sem pombinhas e sem fogos, porque o tempo não se endireitava a preceito, ontem mesmo à tarde ia mandar roda na estrada, de volta ao rancho ausente. Foi quando alguém com ele topou.

– Então, por aqui, seu Lautério?

– É como vê. Mas desta bolada me vou... Vim pra os fogos, mas perdi a troteada. Me vou a la cria³⁸...

– Você vem mesmo a propósito, gaúcho dos bons como é. Diga-me, como entendido no assunto, se este ventozinho danado é o tal de minuano?

³⁵ Maleva: malévolos, rancorosos, criminosos.

³⁶ Bombiá: olhar, observar.

³⁷ Querendão: homem afetuoso.

³⁸ Ir-se a la cria: ir embora, cair no mundo.

– É ele mesmo. É o legítimo. Não há outro como ele pra nos temperar e dar coragem. O minuano é alma solta da campanha. Ele véve em nós, corre nas nossas veias...

O outro patrício citadino advertiu-lhe, no entanto, que era o minuano a causa do fracasso dos fogos. O Lautério, então, atalhou:

– Pois é; nunca pensei de encontrar festa tão mermada, tudo por causa do vento ou desta garoazinha de nada.... Isto é triste, o digo. Vem mostrar a ruindade da gente do povo... Gente fraca que não arresseste uma frescurinha destas!... Cruzes!

E longamente, numa impetuosa eloquência bronca, o Lautério começou a comparar o filho da cidade com o filho da campanha, gaúchos todos, todos produtos da mesma terra, todos com o mesmo sangue a lhes correr nas veias. Entretanto, havia entre um e outro uma diferença sensível na resistência e que se revelava ou que se mostrava ao sentir o sopro do minuano saudável das quebradas, alma errante das energias da raça, que por aí anda encorajando para a luta o gaúcho destemido.

– É pena, seu, que pra mode do minuano seja prejudicado a um que vem de longe conhecer os fogos!... Com esta eu é que me vou a la cria...

E, num adeus, seguido numa breve pousada da mão por sobre o ombro do patrício com quem conversava, o Lautério desapareceu, sem poncho nem pala, desafiando de frente o minuano...

18 de abril de 1928

As exigências da civilização e o progresso crescente da capital acabam de matar uma das tradições, senão do gauchismo puro, pelo menos de fundas raízes na existência rural do Rio Grande, que há muito se perpetuava num pedaço amável da *urbs*.

Referimo-nos ao Campo do Bom Fim, no trecho preferido por um sem número de carretas vindas de vários pontos dos municípios vizi-

nhos e que ali acampavam dias e dias, esquecidas da vida e do mundo, numa preguiça tão própria daquelas rudes e tradicionais viaturas.³⁹

Era então de ver o encanto pitoresco que constantemente surpreendíamos naquela larga face da Várzea. Transportaram-se para ali as sesteadas e pousadas de carreteiros, tal qual as conhecemos através da larga campina gaúcha. Nada faltava para dar àquele cenário de empréstimo a impressão perfeita do ambiente lá de fora. Assim, por exemplo, ao latir da cachorrada galguincha⁴⁰, ao fumegar da chaleira para o chimarrão, ao divisarmos aquele agrupamento acorado à roda do fogo, quer de dia ou à noite, quer no inverno, quer no verão, percebíamos de pronto que tínhamos diante de nós um quadro profundamente evocativo dos hábitos e costumes gauchescos. Era o Rio Grande de outros tempos que ali se retratava; eram as longas carreatas pelo deserto melancólico das planuras que ali contemplávamos, desafiando o cosmopolitismo artificioso da cidade. E a terra gaúcha ressurgia, então, aos nossos olhos, com todo o formidável acervo das suas glórias, com toda a simplicidade nômade de seus hábitos, resistindo às imposições violentas da civilização, às formidáveis exigências ditatoriais do progresso.

O quadro, entretanto, era por demais expressivo e característico para se perpetuar no coração da cidade ultracivilizada... Aquilo constituía por certo uma afronta ao urbanismo requintado dos parques e *boulevards* que se planeiam naquele local.

Não! O Campo da Redenção já deixou de ser um ponto de passeios, um recatado logradouro de idílios e promessas amorosas. Fora, portanto, com aquelas velharias da tradição campesina! Em lugar

³⁹ O Decreto nº 134, de 16/04/1928, transferiu para o Caminho do Meio o estacionamento de carretas então localizado no campo da Redenção.

⁴⁰ Galguincha: cão magro, sedento e faminto.

da carretama rechinante⁴¹ e molenga – o automóvel voluptuoso e delirante...

Compreendeu, em tempo, a municipalidade, que precisava arredar dali aquele estorvo de rodas que maculava o vertiginoso progresso da cidade.

E, por isso, a carreta, precursora da moderna viatura de encostos macios e sensuais, lá se vai, agora, vagarosa e gemebunda⁴² como sempre, batida, e enxotada pela civilização que tudo tora e perde, menos as ruinarias do passado...

9 de junho de 1928

Porto Alegre está gozando a esta hora o régio prazer da visita de um rei.

Tão elevada honra só teve esta provinciana capital há um século passado, quando por aqui andou o trêfego Pedro I, de tão acanhado espírito.

Trinta anos depois, recebia a cidade uma outra imperial visita: a do boníssimo Pedro II, modelo de virtudes democráticas à onda fantástica de exploradores da República.

Depois disso, nunca mais a cidade teve a presença de tão estranhas personalidades, a não ser os “príncipes” hindus⁴³ e outros da mesma dinastia que multiplicam entre nós a sua exploração aos incautos e ignorantes.

Porto Alegre, entretanto, está agora na presença de um rei autêntico, Frederico Augusto III da Saxônia⁴⁴. É verdade que se trata de

⁴¹ Rechinante: estridente, chiante.

⁴² Gemebunda: que geme muito, ou seja, que faz barulhos que se parecem com gemidos.

⁴³ Referência ao Professor Hindu, místico que então atuava em Porto Alegre, em um consultório localizado à rua dos Andradas.

⁴⁴ Frederico Augusto III (1865-1932): rei da Saxônia entre 1906 e 1918.

um rei destronado. Mas quem foi rei sempre é majestade, diz com acerto o ditado. E Frederico III aí está recebendo homenagens e a curiosidade da população. Apeado⁴⁵ do governo pelo desfecho que teve a Grande Guerra, nem por isso o ex-rei saxônico deixou de ser um homem interessante.

Mesmo tomando a sua cerveja, mesmo entregue à alegria e à pândega de uma roda essencialmente democrática, S. M. é um homem diferente dos outros, pelo menos, à força de sugestão. Todo mundo quer ver como ele caminha, como sorri, como toma o bom chope escuro, próprio à estação que atravessa, e como S. M. empilha as rodela de papelão para efeito da contagem final dos copos.

Tudo isso é um fato muito interessante num homem que já foi rei.

Mas o mais curioso é que S. M. foi atraído nesta visita ao Rio Grande pela fama das nossas tradições gauchescas. Queria S. M. conhecer de perto os cavalheiros rio-grandenses nas suas arremetidas vertiginosas ou entregues aos labores das nossas estâncias pastoris. E qual não foi o seu desapontamento ao desembarcar, vendo, em lugar de vasta campina verde, com os seus gaúchos galopando a cavalo, uma cidade civilizada e moderna, com suas chaminés fumegando e atordoada pelas descargas de vários milhares de automóveis.

– Pois é isso o Rio Grande dos gaúchos? – pergunta o ex-rei, em alemão.

– É isso mesmo, majestade – responde alguém. Apenas os gaúchos tradicionais estão lá fora, lá longe, na campanha, onde não chegaram ainda as exigências da civilização e do progresso.

E S. M., que veio de tão longe para conhecer de perto um outro monarca – monarca das coxilhas gaúchas –, não teve outro remédio senão se conformar com a sorte. Em lugar de montar um pingo apeado que deveria lhe esperar, a cabresto, S. M. subiu num Cadillac

⁴⁵ Apear: fazer descer, desmontar, derrubar.

elegantíssimo e desapareceu vertiginosamente no cimento armado da Avenida Júlio de Castilhos...

23 de janeiro de 1929

Pelo zelador do gabinete reservado⁴⁶ da praça da Alfândega⁴⁷ e mais dois amáveis companheiros de charla⁴⁸ – todos três figuras bem acabadas de gaúchos de lei – foi inaugurada, há dias, numa das alamedas da referida praça, a que fica fronteira ao edifício da Caixa Econômica, uma pitoresca seção de chimarrão bem à moda lá de fora. De sorte que, entre 10 e 11 horas da manhã, os três guascas metropolitanos, um sentado numa lata de querosene, outro num toco de pau, e, finalmente, o terceiro, numa cadeira mocha e nanica, formam a roda para o amargo habitual. No centro, está a chaleira chiando no improvisado fogão gauchesco. Enquanto a cuia corre de mão em mão, o grupo comenta entre chacotas e gaitadas gostosas os aspectos pitorescos da vida. É um prazer vê-los habitualmente no mesmo ponto referido, sob a fronte cariciosa de um plátano, onde por sinal um alegre casal de pardais empoleirados na copa costuma se intrometer na conversa com intempestivos pipilos de namorado. Paga a pena, francamente, admirar naquele campesino quadro gaúcho em pleno coração vertiginoso da urbe! É verdade que muita gente não gosta daquilo; reclama contra a interrupção do passeio onde formam roda os amigos do amargo, os continuadores patrióticos dos hábitos e tradições rio-grandenses; outros, lá de dentro do gabinete, muitas vezes em momento de grave apuro, bradam pela salvadora presença do zelador. Este, não raro, quando está no melhor da prosa, quando o mate está que nem apoio, espumoso e verde, lá abandona

⁴⁶ Gabinete higiênico ou gabinete reservado: banheiro.

⁴⁷ Praça da Alfândega: praça Senador Florêncio.

⁴⁸ Charla: conversa.

ele a roda e a cuia para atender o cliente em apuros. A conversa dos três guascas fica assim atorada⁴⁹ em meio.

Uma vez, porém, atendidas as necessidades urgentes do freguês daquele gabinete público, volta o zelador a retomar o seu lugar na roda amiga, palmeando um crioulo⁵⁰ e reatando a conversa.

– Inté nem sei onde é que estava?... Me cortaram o fio da história...

– Vancê estava na bandalheira do “Mãozinha”⁵¹, quando o alarife⁵² já ia feito com o “pacote”⁵³ pra riba do trouxa.

– Há, sim, agora me alembro...

E, de novo, a conversa readquire o tom pilhérico e pitoresco de momentos antes, até que um novo frequentador do espiritual “retiro” corta urgentemente o fio da oração do zelador.

– Olá, seu chefe; é na primeira ou na segunda?

– Na primeira.

– Está ocupada!

– Então na segunda...

E a roda do chimarrão continua.

26 de janeiro de 1929

Publicou esta folha em seu número de ontem a fotografia de mais um interessante aspecto gauchesco entre os muitos que a cidade apresenta aos olhos curiosos do público.

Trata-se de um pitoresco agrupamento de carreteiros situado num recanto da Rua Benjamin Constant, entre São João e Floresta. O quadro é formado por uma barraca, uma carreta sem tolda, um

⁴⁹ Atorar: cortar, partir.

⁵⁰ Crioulo: no contexto, cigarro de fumo enrolado em palha de milho.

⁵¹ Mãozinha: criminoso que atuava à época em Porto Alegre.

⁵² Alarife: espertalhão, velhaco.

⁵³ Golpe do pacote: golpe que consistia em convencer a vítima a trocar certa quantia de dinheiro por um pacote que conteria quantia maior.

pilungo⁵⁴ magro atado à soga⁵⁵, vários bois pastando em derredor e um cachorro sarnoso amoitado ao lado de dois chirus⁵⁶ que no momento tomam chimarrão.

Mesmo com a barraca intrusa que ali aparece, o flagrante não deixa de reproduzir um episódio característico tão comum ao longo das estradas do interior rio-grandense. Esse quadro, entretanto, não revela como tantos outros a opulência discreta de certos gaúchos amigos de carreteadas por todo o vasto Rio Grande afora. Muito pelo contrário, é um quadro de reconhecida pobreza. Aliás, pelo estado do matungo de montaria e pela miséria do humilde guaiepeca⁵⁷ sarnoso, logo se adivinha a penúria do anônimo e honesto carreteiro a quem a sorte, certamente, não tem ajudado, como a tantos outros que por aí andam, peludeando⁵⁸ embora, através do péssimo estado dos caminhos.

O que, porém, queremos registrar nesta coluna de modesto comentário cotidiano é que a vida do pago, nos seus aspectos tradicionais e característicos, vem sendo reproduzida com frequência dentro dos limites da metrópole supercivilizada.

Ainda há bem pouco tempo o Campo do Bom Fim (o futuro parque da Várzea) era o ponto de atração dos carreteiros da vizinhança que demandavam à capital vendendo galinhas, lenha, melado, rapadura e outros produtos da nossa acanhada indústria rural. Ali chegavam e acampavam. Semanas inteiras, as carretas estacionavam no local, dali só saindo depois de vendida a respectiva carga.

Entretanto, com o progresso crescente da capital, os carreteiros começaram a se afastar, afugentados, naturalmente, pelo formidável

⁵⁴ Pilungo: cavalo velho; o mesmo que matungo.

⁵⁵ Soga: corda trançada ou torcida utilizada para atar o animal que pasta.

⁵⁶ Chiru: índio ou mestiço de traços indígenas.

⁵⁷ Guaiepeca: cão pequeno ou vira-lata.

⁵⁸ Peludear: retirar uma carreta presa em um atoleiro. O mesmo que "tirar um peludo".

impulso que tomou a cidade nestes quatro últimos anos. Foram todos para São João e, muito em breve, talvez, não passem do Passo da Areia ou de qualquer outro ponto delimitador da cidade e do campo. É uma imposição natural da hora que passa, do período civilizador que atravessamos.

Assim, dentro de pouco tempo, a carreta terá desaparecido da nossa circulação suburbana.

E com isso, o automóvel possante e moderno perderá também o seu mais dedicado auxiliar, quando em apuros nos atoladouros dos caminhos...⁵⁹

12 de maio de 1929

Toda a variedade de temas urbanos que Porto Alegre oferece diariamente ao cronista do jornal resume-se, hoje, num só – nos atoladouros das nossas ruas.

Se a chuva, se aquela rica chuvazinha de quinta-feira continuasse por mais um dia, bem peneirada e miudinha, o espetáculo que teríamos que admirar em inúmeras artérias da *urbs* não seria inferior ao que frequentemente assiste o viandante por aí afora, ao ver os pacientes carreteiros arrancar “peludos” das nossas estradas peliagudas⁶⁰.

– Pois é pra ver, patrício... Já é sorte! A gente geme no imposto e ainda por cima esta maçada dos diabos...

E o carreteiro, então, desfia todo o seu rosário de mágoas, de mágoas sem revolta, contra o mísero estado dos caminhos.

Pois, tal qual o que se verifica na zona rural do estado, vê-se também aqui nas ruas da capital.

⁵⁹ Sobre este tema, Roque Callage havia escrito o conto “Represália”, publicado em 1924, na coletânea *Rincão*.

⁶⁰ Peliagudo: perigoso, arriscado.

E foi diante dessa semelhança de aspectos tão ao feitio do nomadismo primitivo, à maneira do tempo em que não havia estradas nem automóveis, que nos dirigimos ontem, pela manhã, à praça geral das carretas, situada logo à entrada do Caminho do Meio⁶¹. Para lá fomos com o fito único de ouvir os carreteiros sobre este palpitante assunto local: os buracos da Energia e os atoladouros e regos da municipalidade.

Não foi primeiro sem surpresa que estranhamos a mudança do local do estacionamento das mesmas, que passou definitivamente para o Caminho do Meio.

E a carretama, toda tocada pelo desenvolvimento e pelo progresso da capital, recuou, fugiu para aquela pitoresca nesga campesina que se vê ali na entrada da cidade.

– Então, de mudança neste rincãozinho? – indagamos do primeiro carreteiro que ali encontramos no momento em que o mesmo cevava o chimarrão.

– É pra vancê vê. Aqui estamos corridos da sorte, escorraçados como cachorro galguincha...

– Mas isso não há de ser nada. Naturalmente, a Intendência tomou essa resolução em virtude das próprias exigências do progresso. Você sabe, patrício: Porto Alegre já é uma grande cidade, é a capital do estado; você compreende... Não é nada agradável aparecerem carretas lá dentro. Elas estragam as ruas, afundam o calçamento e dão uma nota triste de atraso, e, tanto assim é, que elas já estão se acabando. Hoje em lugar do boi na canga o que predomina é o motor, é o automóvel, são os modernos meios de transporte.

– Frescos meios, patrício! Então vancê não sabe de nada. Rego e buraco fundo por aí, é imundície muito pior que lá nos pagos.

⁶¹ Caminho do Meio: também conhecido como estrada de Viamão, Caminho das Capelas e estrada do Capitão Montanha, corresponde às atuais avenidas Oswaldo Aranha e Protásio Alves, em Porto Alegre. A via atualmente conhecida como estrada do Caminho do Meio faz a ligação entre os municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

Automóvel peludeando em rua bonita, inté é praga! Há dois dias que a nossa boiada não faz outra coisa senão ajudar a arrancar “tatu”⁶² ali no tal Menino Deus...

– Rincão do Menino Deus – devemos chamar...

– Rincão do Inferno, lhe digo eu.

– Quer dizer que, com os tais atoladouros, arranjou o amigo um bom negócio?

– Amode que sim. Deixe no mais vir o inverno e a chuva começá de verdade, que eu estou logo de vorta, mandando roda na estrada.

– Para quê?

– Para quê? Entonces ainda pergunta? Pra ganhá dinheirama, seu. A 10\$000 por “peludo” bem arrancado inté serve de chamariz pra freguesia....

– Satisfeito então com o negócio?

– Como não! Tudo vai pelo mesmo consequinte: – Satisfeito e vingado.

– Vingado, diz o patrício??

– Pois então, não vê o patrãozinho que nos enxotaram lá de dentro, e estão a toda a hora precisando do nosso ajutório? São uns maulas! Maulas e presumidos...

O leitor há de concordar conosco. O carreteiro tem razão.

28 de agosto de 1929

Águas Mortas⁶³...

Ao ler esse nome, o leitor, como bom gaúcho que é, imagina imediatamente um trecho da nossa gloriosa e caroável campanha

⁶² Arrancar tatu: atolar-se.

⁶³ Águas Mortas: pequeno arroio nascente nas zonas de alto relevo da região da Cascata, posteriormente canalizado.

gaúcha. Águas Mortas? Sim, uma restinga lá longe, numa canhada⁶⁴ aquietada sob a desolação de cerros e tabuleiros desertos, um fundo triste de estância onde nem o gado nem o gaúcho emprestam um pouco de ação animadora da sua existência de nomadismo. Tudo ali é deserto imenso, a longa quietude melancólica dos ermos. Não fosse aquele nome uma expressão fiel do local... Águas Mortas... A solidão sem fim das planuras desabitadas.

Convém, entretanto, elucidar o leitor que essa denominação não se entende com coisas da nossa campanha nativa. Águas Mortas é o nome de um subúrbio, de um bairro da capital, entre o arrabalde da Glória e o morro de Cemitério, e que, ao invés de ser um local de desolação e de morte, como parecia indicar o seu nome, é um bairro agitado onde não raro os conflitos e as desordens põem em sobressalto a sua população.

Todavia, se a vida daquele ponto da capital não condiz com o seu nome merencório, a lembrar, como dissemos, um trecho perfeitamente gauchesco do meio físico, outras zonas e ruas de Porto Alegre não escapam à semelhança e à igualdade de confronto. A praça das Carretas⁶⁵, por exemplo, está dentro do estilo rigorosamente pampeano, assim como uma grande parte do Campo da Redenção, assim também como aquele trechinho pouco bucólico e muito pouco convidativo da praça da Alfândega, onde corre pela manhã uma roda de chimarrão, ali bem ao lado do “higiénico” gabinete que ornamenta o referido local...

E, se ainda esses pontos não servirem para um cotejo à maneira da campanha gaúcha, outros poderíamos ir buscar em certas ruas dentro do próprio perímetro urbano da *urbs*, onde os “atoleiros” e

⁶⁴ Canhada: vale.

⁶⁵ A antiga praça das Carretas, ou praça Visconde do Rio Branco, ficava localizada na praia do Estaleiro, no centro de Porto Alegre. Desde 1900 abrigava o Corpo de Bombeiros. O autor faz referência ao acampamento de carretas que ficava localizado no campo da Redenção.

as lagoas pútridas nada ficam a dever à existência rural dos mais descuidados municípios. Os “peludos” e o coaxar dos sapos em monótonos desconcertos de *jazz-band* oferecem a cada passo um espetáculo que supera a qualquer outro nas estradas lá de fora, nas águas mortas das canhadas nativas...

Nesse particular, a nossa metrópole não desmerece a vida e os hábitos da campanha. Pelo contrário, perpetua-os com especial carinho, principalmente no que toca a coisas da administração pública...

Se o bairro que linhas acima nos referimos não condiz com o seu fúnebre nome de “Águas Mortas”, outros há que estão a mostrar uma perfeita semelhança de aspectos...

Poupe-nos o leitor amável o trabalho de enumerá-los.

22 de dezembro de 1929

O gaúcho de lei, quanto mais se distancia do seu meio, quanto mais se afasta do ambiente verdadeiramente crioulo, onde nasceu, mais venera e ama as coisas do seu fogão. Assim é que hábitos, costumes e tradições que ele foi materialmente obrigado a perder por injunções de outro meio estranho e quase sempre hostil têm para sua alma e para o seu sentimento um culto que dia a dia se renova com mais fervor. Pode estar o “guasca” na grande avenida carioca ou em plena animação dos bulevares de Paris que o bicho não altera, não modifica a saudade que cria e anima a visão caroável e longínqua da querência...

Com filho de qualquer outro estado o fenômeno é bem diverso. Não o é, porém, com o gaúcho. A savana ou a planura verde, que torna o pago infinitamente grande, parece que transmite ao homem um poder de atração irresistível. Ele viverá sempre amando e querendo o Rio Grande acima de tudo.

Restrinjamos o caso, para falar apenas daqueles que vivem em Porto Alegre, daqueles que, por necessidade de vida ou por força

das circunstâncias, para cá se bandearam e aqui se radicaram. Pois nenhum deles perdeu o apego e o amor ao rincão nativo. Toda vez que a ocasião se lhes depara a jeito – e isso se verifica não só em relação ao homem rústico como com o cavalheiro de fina cultura e impecável na linha social – o gaúcho reponta integral no orgulho guasca e no amor às coisas lá de fora.

Temos aqui uma agremiação social que tem como escopo exclusivo perpetuar entre os seus associados as tradições, os hábitos e os costumes da campanha rio-grandense. E isso o faz com tal entusiasmo, com tal devotamento, que dir-se-ia vivermos ali no puro ambiente inconfundível da querência.

Referimo-nos ao “Grêmio Gaúcho”⁶⁶, velha e querida associação local. Toda a existência dessa sociedade é como que um prolongamento da vida da campanha natalícia em múltiplos e bizarros⁶⁷ aspectos e num, sobre todos, altamente digno: na solidariedade e delicadeza de sentimentos.

Quem visita o “Grêmio Gaúcho” tem em verdade a impressão de que a terra tradicional, quer na história heroica dos seus guerreiros, quer nos hábitos e costumes do seu povo, ali revive com carinho, amor e patriotismo.

13 de julho de 1930

O frio.

O minuano...

Um guascaço no nariz...

E o índio, sacudindo o corpo ágil, assim, como quem sai sereno e liso de uma rodada, deu de rédea no calcanhar, indiferente ao frio da

⁶⁶ Grêmio Gaúcho: entidade voltada para a exaltação das tradições campeiras, fundada em 1898 e inicialmente presidida por João Cezimbra Jacques (1848-1922).

⁶⁷ Bizarro: no contexto, excêntrico, vistoso, original.

manhã, gozando com saudade o ventozinho da querência que pela primeira vez, neste inverno, embocava nas ruas da cidade.

– Assim me gosta – monologou o taura⁶⁸ – inverno sem minuano é como churrasco sem farinha... A gente come, mas sempre com a ideia de que está faltando qualquer coisa...

Pois é isso, caramba! O gaúcho tem razão. O frio no Rio Grande, para ser frio às deusas, tem que vir com o acompanhamento indispensável do minuano. Entretanto, se o leitor duvidar da afirmativa, que consulte, então, os que em prosa e verso constituem hoje a flor dos glorificadores do pago. Referimo-nos a essa tropilha magote⁶⁹ de douradinhos⁷⁰ crioulos que lá vem dobrando a coxilha, constituída por Alcides Maya, João Fontoura, Darcy Azambuja, Álvaro Alencastro, Vargas Netto, Vieira Pires, Faria Corrêa, João Maia, Clemenciano Barnasque, Pery de Castro, Félix Contreiras e tantos outros macanudos⁷¹ de pelo fino e adelgado, que a gente de momento não retém o nome.

Eles dirão aos friorentos da capital o que é em verdade o minuano para limpar o ambiente das podridões e retemperar a fibra do gaúcho de lei. Se não fosse ele, nós não teríamos aí o Flores, o Luzardo, o Osvaldo Aranha, o João Neves⁷² e alguns mais da mesma têmpera, resistindo ao ambiente pestoso em que se debate, cheia de traições e de ciladas, a política do Brasil.

O fato é que o minuano aí anda arejando as ruas da cidade, as-sobiando nas portas e vidraças, cantando na cara da gente.

⁶⁸ Taura: homem forte, corajoso, destemido, valoroso.

⁶⁹ Magote: bando, agrupamento.

⁷⁰ Douradilho: cavalo de pelo castanho ou avermelhado com reflexos dourados.

⁷¹ Macanudo: superior, brilhante, forte.

⁷² Flores da Cunha (1880-1959), Batista Luzardo (1892-1982), Osvaldo Aranha (1894-1960) e João Neves da Fontoura (1887-1963): líderes da Revolução de 1930.

Cantando... Sim, uma cantiga fria e triste, cantiga que dói, que desperta e aviva na alma do guasca extraviado na cidade lembranças e recordações lá de fora, – profunda nostalgia da querência...

2. AS ALTAS EXIGÊNCIAS DO ESTÔMAGO E AS PRECÁRIAS SITUAÇÕES DA NOSSA BOLSA: A LUTA PELA VIDA NASELVA URBANA

A *Cidade* era vivida por seus leitores como a sucessão caleidoscópica dos eventos do dia a dia, condicionados por uma rotina experimentada não apenas a partir das sensibilidades e das sociabilidades no espaço urbano, mas também dos imperativos concretos da sobrevivência: comer, beber, trabalhar, deslocar-se, comprar, morar, pagar impostos... Entre a repetição mecânica dos movimentos e os acasos da convivência urbana, o cidadão-leitor é também um trabalhador e um consumidor, e, como tal, seu cotidiano é definido pelas condições de acesso aos meios de vida e aos artefatos da modernidade industrial que determinavam suas condições de conforto físico e bem-estar. A cidade é, portanto, o espaço de experiências que, mesmo que vividas individual e subjetivamente, dizem respeito aos intensos fluxos materiais que mantêm os cidadãos modernos em condição de interdependência.

A coluna de Roque Callage no *Diário de Notícias* assume, neste contexto, tonalidades explicitamente mobilizadoras, no sentido da afirmação de uma comunidade de leitores que, pela voz da imprensa, fazem ouvir suas inquietações em face dos diversos problemas relativos à segurança pública, à economia popular, ao custo de vida, à relação com o Estado. A coluna atuava, assim, como um espaço de identificação em que os homens comuns encontravam o relato de experiências e a análise de circunstâncias que, de uma maneira ou de outra, afetavam a maioria da população. Este espaço não possuía

pretensões de neutralidade, uma vez que buscava, explicitamente, afinar-se com as demandas de um público premido entre as necessidades do cotidiano e a ação nem sempre eficaz dos agentes responsáveis pela organização da cidade.

Em seu desejo de ordenamento e harmonização do convívio no espaço urbano, o cronista vê-se às voltas com os diferentes aspectos do caos urbano. Observando a rua, *locus* por excelência da convergência e da diversidade, o colunista não se furta à crônica mundana dos *footings* e do *flirt*, embora o faça num tom habitualmente ambíguo, dividido entre o elogio à beleza feminina e a ironia na observação do comportamento. A rua da Praia, grande “artéria elegante” da cidade, era um microcosmo em que ela se espelhava, um mosaico de imagens capazes de seduzir pelo belo, pelo inusitado, ou por sua mera capacidade de promover o cruzamento de realidades diversas, com seus personagens típicos: as elegantes, os bolinas, os sedutores, as rodas intelectuais, os grupos ruidosos de estudantes, os desocupados, os almofoadinhas, os basbaques – em um movimento incessante que se mesclava a vitrines, fachadas, anúncios da loteria, letreiros de cinema, cartazes publicitários, automóveis. Mas a rua permitia também o vislumbre de imagens e condições extremas. Principal via comercial da cidade, na rua da Praia muitos outros personagens buscavam ganhar a vida, apresentando sua miséria ou doença às consciências caritativas, ou exibindo sua anormalidade no *freak show* urbano. Outros encontravam meios de vida ludibriando os crédulos ou batendo carteiras.

Na crônica do cotidiano, em seu tom costumeiramente hiperbólico, Callage descreve a cidade como o “Eldorado da contravenção”, sendo seus cidadãos as vítimas indefesas de uma variedade de práticas ilícitas: o charlatanismo, os furtos e roubos, a jogatina, os golpes (principalmente o do pacote e o do bilhete premiado), os incêndios e falências fraudulentos, a falsa mendicância, o tráfico de drogas, os assassinatos, isto sem contar com os suicídios. O cronista

assume, diversas vezes, a condição de leitor de jornais, fazendo uso do espaço da coluna para comentar os casos de maior impacto no cotidiano da cidade, rupturas da rotina que, de tão repetidas, perdem o caráter do excepcional e surgem, em *A Cidade*, como a expressão da incapacidade das instituições estatais de ajustar sua ação ordenadora e repressora ao crescimento da cidade. Pelo contrário, a decepção com o regime republicano inspira no autor a ideia de que o roubo havia se tornado uma prática rotineira, que se estendia da contravenção comum a todos (os que faziam suas apostas no jogo do bicho, por exemplo), aos espetaculares golpes, desvios e assaltos a bancos que causavam sensação na imprensa.

Ao mesmo tempo, no trânsito, os veículos mecânicos – automóveis, ônibus, bondes, trens – haviam se tornado uma ameaça constante aos pedestres, premidos entre a precariedade da infraestrutura urbana e os atos impunes dos condutores negligentes e dos amantes da velocidade, pretensos “cidadãos honestos”. Ao percorrer os *fait-divers* dos jornais – acidentes, crimes, escândalos – *A Cidade* difunde a ideia de que o processo de atualização da cidade trazia inevitavelmente o recrudescimento dos comportamentos ilícitos, o que é de fato impossível precisar, mas é eloquente a respeito da percepção de que se viviam então novos tempos, admiráveis do ponto de vista das possibilidades de reorganização do espaço urbano, mas dotados de inéditas manifestações de desprezo pelos vínculos de solidariedade social que deveriam fazer da cidade um espaço vivido em comum. A superstição e as manifestações da religiosidade popular, no entanto, são remetidas pelo cronista para o campo da incultura. Parece persistir, na cidade moderna, uma constrangedora ingenuidade, que também se evidencia nos antigos e agora jocosos nomes tradicionais de ruas.

Do ponto de vista do suprimento das necessidades vitais, ao longo da história da coluna nenhum tema em particular foi tratado

de forma tão recorrente quanto a carestia, especialmente quando em questão estavam os constantes aumentos do preço da carne bovina, que, a crer no cronista, era mais elevado na capital que nas cidades do interior. O comprometimento do acesso ao produto básico da dieta rio-grandense serviu como tema para diversas crônicas, e se manteve na ordem do dia durante todo o período de 1925 a 1930. Embora os comerciantes sejam alvejados sem piedade, é contra a municipalidade que se volta mais violentamente a censura do cronista. Callage defendia a intervenção estatal no mercado de carne, sobretudo através da ação direta da Intendência no provimento do mercado – com o abate próprio de gado no matadouro municipal –, de maneira que a oferta do produto a preços mais baixos pudesse levar a uma queda geral dos preços. A premência do debate exige do cronista o estudo de problemas próprios àquele mercado e demonstra que, apesar do entusiasmo com que ele normalmente saudava a iniciativa particular, a intervenção do Estado no sentido de corrigir os vícios do mercado era vista como uma necessidade, em face do baixo nível de concorrência e da fragilidade do público consumidor, vitimado ainda pela fraude no peso da mercadoria – o que se dava, também, no comércio de pães.

Ao tratar da questão tributária, Callage oferece sua própria leitura do problema: a União e os estados sugavam a riqueza produzida pela “grande colmeia intensa”, sem que esta, a população, de fato chegasse a beneficiar-se dos investimentos produtivos necessários; a municipalidade, por sua vez, tampouco cumpria à risca suas atribuições, mas, segundo o cronista, era mais útil ao povo que as demais esferas de governo. A campanha do colunista contra os novos métodos de cálculo do imposto predial demonstra, por outro lado, o difícil equilíbrio entre as políticas modernizadoras e as reais condições de vida da população. Ao utilizar a política tributária para promover a renovação dos prédios do centro da cidade – em parti-

cular, através da taxação elevada das construções de madeira e da aplicação de alíquotas bastante reduzidas para os altos edifícios –, a municipalidade acabaria, segundo Callage, por forçar um drástico aumento dos aluguéis, enquanto os novos investidores, justamente as classes mais abonadas, pagariam taxas menores. Ao denunciar o caráter regressivo do novo sistema de cobrança do imposto, o cronista toma o partido da população carente, e, ainda que postulando a atualização da cidade, leva em conta o custo social de medidas como a então proposta pelo Conselho Municipal.

Em geral, apesar das pesadas críticas da coluna à forma arbitrária como eram decididos os parâmetros para a cobrança dos impostos, a ação do governo sobre a sociedade é requerida pelo cronista nas diversas situações em que se faz necessário não apenas promover a atualização da cidade, como também mediar conflitos e fazer valer não apenas a lei, mas também a ordem e a moral. A ineficiência da polícia não impede o cronista de demandar que ela assuma com eficiência suas tarefas na prisão dos ladrões, na repressão às drogas e à prostituição, como também tome para si a verificação gramatical e ortográfica das placas comerciais espalhadas pela cidade. Essa manifestação evidencia um país onde a precariedade educacional era a regra, e oferece um exemplo expressivo da função civilizadora atribuída às instituições pelo cronista, a ser lida de acordo com princípios republicanos, democráticos e modernizadores, ainda que nem sempre abertos a valores culturais alternativos e a transformações mais profundas nas estruturas de poder.

Em momento de otimismo, o cronista afirma que a transformação das condições materiais da vida urbana não se limitaria aos ricos, mas atingiria também os remediados que, através do sistema de crédito, passariam a ter inédito acesso à propriedade. Como sabemos, essa aparente conquista, que viria conduzir a uma transformação do mercado de terrenos capaz de colocar a moradia própria ao alcance de

amplas parcelas da população, nunca de fato se realizou. Ao menos para as classes médias, entretanto, os novos bairros realmente representaram a emergência de um novo horizonte de vida na cidade que se espraiava em várias direções. Naquele momento, o cronista identifica que os subúrbios, mesmo os mais modernos e elegantes, permaneciam dependentes da iniciativa particular dos cidadãos que, independentemente das diretrizes do poder público, modificavam o aspecto até então acanhado da paisagem urbana, ao construir moradias belas, confortáveis e saudáveis. Os novos subúrbios alimentam a nota mais frequente de entusiasmo e otimismo das crônicas que versam sobre a modernização de Porto Alegre – a capital adquiria aspectos inusitados, ampliava seu espaço vital e demonstrava o dinamismo de sua atividade econômica ao transformar antigos ambientes rurais em florescentes bairros habitacionais.

Ao cidadão, afinal, cabia não apenas cuidar de sobreviver e se manter em dia com seus deveres junto ao estado, mas defender-se dos ataques a seu bolso e a sua integridade física, constantemente ameaçada pela desorganização do trânsito, problema cuja abordagem podemos acompanhar ao longo da história da coluna e que exigiu a implantação de uma estrutura de controle, fiscalização e repressão que oficializou o trânsito como um dos principais ambientes de conflito na cidade. Ao fazer falar o cidadão comum, aparentemente ameaçado de todos os lados, Callage tornou-se o porta-voz de uma população premida entre as possibilidades da vida moderna e a luta encarniçada pela sobrevivência.

8 de março de 1925

A luta pela vida acentua-se entre nós até mesmo nos dísticos e legendas das nossas casas comerciais.

Não há loja, não há armazém, não há boliche, por mais insignificante que seja, que não desfralde na sua fachada um pomposo nome

de guerra. Nesse particular, os arrabaldes e ruas menos centrais são os pontos mais pródigos, os que mais fornecem margem a esse coitejo pitoresco de nomes de combate com os quais se procura atrair a freguesia desconfiada e arisca.

A concorrência é tudo. Uma casa mais que se inaugure na vizinhança é motivo de novas reformas, de novas modificações, de outros tantos processos para chamar a atenção pública. Os armazéns e pequenas casas de varejo são as que mais preferem esses meios de concorrência. É a coisa mais fácil do mundo “crismar” o seu negócio como sendo o primeiro em barateza e qualidade dos artigos. É questão apenas de procurar e achar o nome. Quanto ao pitoresco desses apelidos, eles aí estão por toda a parte, provocando o riso e a curiosidade de todos os olhares.

Lá está ou lá esteve na Azenha, o *Caminho do Céu* que bem podia ser substituído por *Caminho do Cemitério*, pela sua vizinhança com a cidade dos pés-juntos.

Mais pomposo ainda é o pleonástico *Electro-Íman* à rua 1^o de Março, sobrepondo-se com a imodéstia do nome à própria *Loja Paraíso* da rua da Varzinha¹ e à *Casa Éden* da rua da Concórdia². Mas, para fazer frente a tudo, lá está no Caminho Novo, levando vantagem às demais, uma casa que diz simplesmente isto: “Sou, fui e serei a mais barateira!” Apesar da troca dos tempos, dos verbos, sou, fui, etc., a legenda é deveras tentadora, um verdadeiro chamariz; o que desanima é o estado deplorável daquela importante via pública, onde se corre o perigo de se voltar coberto de pó ou coberto de lama, conforme o estado do tempo.

Menos exagerado no apelido, é até mesmo razoável nas suas intenções e no exercício do tempo dos verbos: *Sou Razoável*, localizado na rua José do Patrocínio – a popular e simpática rua da Concórdia.

¹ Rua da Varzinha: atual rua Demétrio Ribeiro.

² Rua da Concórdia: oficialmente, rua José do Patrocínio.

Esse pelo menos não usa e não abusa da aparatosa sinonímia da nossa língua. É modesto; é moderado; é, enfim, razoável.

Além destas, outras legendas curiosas existem em outros ramos de negócio, espalhados por pontos vários da cidade, como, por exemplo, o paradoxal *Ao Novo Ferro Velho*, à rua Riachuelo, o *Mercadinho Conquistador*, à rua Cristóvão Colombo, a *Sapataria Misteriosa*, localizada na rua Venâncio Aires, e o arrogante armazém *Trovão da Barateza*, que existiu ou ainda existe lá nos confins da rua Bordini.

São, como se vê, nomes de guerra expressivos, uma verdadeira feição pitoresca do pequeno comércio varejista, feição essa que tende a se multiplicar ainda para, à força de vendas, fazer face ao colossal aumento de impostos com que a municipalidade pretende comemorar o Ano Santo³...

Para terminar: sabemos que em breve será inaugurada aqui no centro, numa das ruas mais centrais da capital, uma casa de Monte de Socorro que terá o nome de *Piedade Humana*, cobrando de juro de todos os penhores a piedosa quantia de 25% ao mês...

20 de março de 1925

O “bicho”!...

Quem há por aí que não tenha arriscado no palpite de uma centena, na combinação de uma *invertida*, no final ou num simples “bichinho” do grupo?

Quem estiver isento de culpa que nos atire a primeira pedra...

O “bicho” hoje é uma instituição nacional, de muito mais prestígio que o jogo das loterias.

Não há canto de Porto Alegre que não tenha uma casa desse jogo. Ele campeia livremente, por toda parte, com promessa de

³ Ano Santo: celebração do Jubileu, promovida pela Igreja Católica a cada 25 anos a partir de 1450.

maior desenvolvimento, de maiores vantagens e de maiores lucros para... os banqueiros.

Aqui, para falar a verdade, todo mundo joga; jogam ricos e pobres, patrões e criados, adultos e menores. Estes, então, são em número infinitamente grande, porque são os que vão levar o jogo daqueles ou daquelas que, por um pudor lá a seu modo, não querem aparecer no concorrido guichê do “bicheiro”.

O jogo em Porto Alegre, seja ele de qualquer espécie, é franco e livre. Nada há que o detenha. Raramente, de cinco em cinco anos ou mais, prepara-se a promessa de uma *batida*. São dois ou três dias de cuidado, mas logo tudo volta à paz imperturbável de dantes. O “bicho” faz parte das coisas indispensáveis da nossa vida doméstica. É gênero de primeira necessidade. Tanto assim é que, num armazém existente numa das travessas do Menino Deus, está escrito, na pedra preta, ao lado dos preços da farinha e do charque:

“Também se faz ‘bicho’”.

O letreiro quer dizer, nada mais, nada menos, que ali também se joga o “bicho”.

A freguesia não se demorou muito na aquisição do artigo que podia ser *ovelha* (carne, aliás, muito boa), mas que também podia ser *elefante*, cujo sabor desconhecemos. Horas depois do aviso, entra na casa uma serviçal com a seguinte nota de compra:

“300 réis de açúcar, 300 réis de feijão, 300 réis de farinha e 300 réis de macaco.”

Era, como se vê, uma compra modesta. Mas o “macaco”, esperto como ele só, não saiu naquele dia. As compras do dia seguinte foram ainda mais reduzidas quanto aos gêneros indispensáveis à comida. Só a parte referente ao *bichinho* esquivo é que ganhou mais cem réis de aumento, como se verifica na nota abaixo:

“200 réis de açúcar, 200 réis de farinha, 200 réis de pão e 400 réis de macaco.”

Ainda daquela vez o danado não saíra... Uma outra arriscada mais; e um novo decréscimo nas compras, até ficarem reduzidas a coisa nenhuma.

Pouco importava a farinha, o feijão, o açúcar e a carne. A questão toda era o macaco. Um dia mais, um dia menos, ele tinha que sair. Era acompanhar com insistência e alguns níqueis todos os cabrioleios do símio endiabrado.

Se a depressão das compras da serviçal estiver na mesma razão da delonga do macaco, é bem provável que ela de há muito já se entregasse às delícias do jejum...

Depois, que diabo, estamos na Quaresma...

24 de abril de 1925

A nossa querida e tradicional rua da Praia, a principal e mais elegante artéria da cidade, é o escoadouro de todos os fenômenos e surpresas que por aí aparecem.

Nela tudo se mostra e tudo se exhibe, desde a dama elegante e bela, que realiza o seu *footing*, sob o olhar insistente dos seus admiradores embasbacados, até a impertinência dos esmoleiros suspeitos e dos cambistas incontáveis de bilhetes de loteria e de cautelas de sorteio.

Dir-se-ia que toda a vida de Porto Alegre, nos seus múltiplos aspectos e nas suas feições as mais contraditórias, por ela passa e através dela se mostra, diariamente, insistentemente, para que o público se aperceba de tudo o que a capital possui dentro e fora dos reinos da natureza. Cousas raras, comuns, venham de onde vierem, não escapam às vistas da movimentada rua, que fora outrora tão acariciada e beijada pelas águas do pitoresco Guaíba⁴. As raridades

⁴ Depois de diversas obras de aterramento, a rua dos Andradas foi afastada da margem do Guaíba, onde se localizava inicialmente. O hodônimo “rua da Praia” conservou-se, entretanto,

fenomenais, principalmente, não encontram melhor ponto do que ela para porem em prática as explorações rendosas de suas deformidades físicas e morais.

É um sucesso. É uma mina. É um negócio de primeira. Desde a águia do Paraná até o homem do cavalinho microscópico, que o resultado se vem acentuando promissoramente. É o melhor local para esse ramo de comércio, exatamente por ser o ponto onde transita maior número de papalvos⁵. E tão grande é o movimento dessas exposições que o trânsito, às vezes, se interrompe, pelo menos na frente do edifício onde a raridade está emparedada.

Foi-se, no entanto, a águia; foi-se o homem do cavalinho. Temos, porém, coisa melhor agora. Foi trazido para ser exibido, aqui, um homem, de nome André Silva, residente nas lindas serras de São Francisco de Paula e a que, aos 100 anos de idade, lhe despontaram dois chifres no alto da cabeça, ambos perfeitamente visíveis. E nessa visibilidade é que está toda a raridade do fenômeno. De outra ordem que fosse o caso teratológico, certamente, não teria a mínima importância.

Ora, vejam só, um homem com chifres visíveis!...

Esta natureza tem coisas...

25 de abril de 1925

A cidade continua esperando... Esperando as promessas do barateamento da vida, por meio do barateamento dos gêneros de primeira necessidade.

Na conquista desse ideal, que é hoje o ideal não só das classes pobres, mas de todas as classes, estão empenhadas a municipalidade, as Feiras Livres e o Comissariado do Abastecimento.

na memória popular.

⁵ Papalvo: simplório, tolo.

Já vê o público que desta vez a coisa vai. Em seu favor se colocaram agora três entidades superiores, três potências de primeira ordem, capazes de decidirem da momentosa questão. A Intendência criou, é verdade, o aumento de impostos, mas em compensação criou também o Comissariado; este entrou logo em atividade e, como o *Pathé Journal*⁶, tudo vê, e informa.

É uma espécie de leva e traz que, infelizmente, nada tem que ver com a carestia, ou com a baixa de preços. Mas, enfim, está criando, está agindo... informativamente. Resta, agora, a última potência da Tríplice Aliança do esfolo-povo: a Feira Livre. Multiplicou-se ela por quatro ou cinco lugares da cidade, operando em dias determinados da semana.

Acontece, entretanto, que a maioria dos artigos que se vendem nessas feiras é mais caro em preço do que nas casas de comércio fixo. Já, há dias, repisamos o caso. Tais gêneros, além de serem mais caros, são quase sempre de qualidade suspeita.

Mas deixemos de lado esta ninharia. Ela não tem a menor importância no momento. O Comissariado, que não dorme, está de olho em tudo, está agindo... Querem ver? Leiam então, esta informação por ele prestada em data de anteontem ao Sr. intendente municipal:

“Ainda hoje o mercado em geral funcionou desanimado e sem procura por parte dos exportadores.”

“Feijão completamente desatendido, verificando-se, entretanto, alguma procura para as farinhas, ocasionando alta do preço.”

“O arroz continua se mantendo, registrando-se pequenas vendas para exportação.”

Não dizíamos nós que desta vez íamos ter tudo de graça?... Está aí! Vejam agora...

⁶ *Pathé Journal*: documentário jornalístico exibido nos cinemas. A série, produzida a partir de 1909, teve sua primeira versão brasileira exibida em 1910.

Este Comissariado é mesmo uma potência. Pelo menos em matéria de informação...

2 de junho de 1925

As cervejarias de Porto Alegre resolveram, mais uma vez, aumentar o preço da cerveja e do seu principal derivado – o chope.

Essa atitude não deixa de ser altamente patriótica. As fábricas locais da popular e procurada bebida outra coisa não têm em mira, com essa resolução, senão extinguir o regime das carraspanas e bebedeiras e impor o regime da “lei seca”, tudo isso com o nobre intuito de salvaguardar os altos e palpitantes interesses da nacionalidade, nesta hora de grave perigo por que ela atravessa.

O gesto mais patrioticamente louvável do momento seria tornar em realidade o barateamento da vida. A vida está, como todo o mundo sabe, pela hora da morte. Mas, como é impossível tornar em fato concreto esse ideal de todos nós, que trabalhamos e lutamos para ganhar o pão de cada dia – impossível, principalmente, enquanto houver açambarcadores e governos que descuram em absoluto dos interesses e das aspirações populares – contentemo-nos em assistir à subida de tudo. Até o líquido, cuja tendência natural é sempre descer, está subindo também...

Sobe a água, sobe o chope, sobe a cerveja. Não era justo que eles conservassem o preço de uma tabela que tem quase um ano.

Quase um ano!...

Como se conservou, assim, por tanto tempo, a cerveja, quando a tabela dos artigos de primeira necessidade é diariamente alterada? E tão alterada ela tem sido que hoje já não existe mais tabela.

Vende-se tudo aí, à vontade, pelo preço que se entende, tirando-se todo o partido possível das emergências do povo, das necessidades do momento. São negócios como outro qualquer.

Se o feijão, a banha, o arroz, a farinha e a carne são gêneros que estão por um despropósito, porque, então, a cerveja e o chope haviam de se manter firmes, conservando o preço do ano passado?

Não era possível. Tinha que haver um aumentozinho para equilibrar a cerveja aos demais gêneros de primeira necessidade.

É verdade que os senhores fabricantes, numa intenção, aliás, benemérita e louvável, não aumentaram o preço de suas bebidas com ambiciosos intuitos de auferir maiores lucros. Pelo contrário, tiveram unicamente em mira acabar com os “paus-d’água” da cidade e restringir por completo o uso e abuso do álcool...

Infelizmente, enganaram-se no resultado desse respeitável e humanitário sentimento... Quanto mais se proíbe o fruto, mais desejado ele se torna. É uma lei que vem do Paraíso, das priscas eras de Adão e Eva. Daqui por diante (mesmo em pleno rigor do inverno), vai aumentar ainda mais a saída da cerveja e do chope. E tão grande vai ser essa saída que os senhores fabricantes não terão outro remédio, embora isso seja a contragosto de seus sentimentos, senão aumentar outra vez o preço...

17 de junho de 1925

O conto do pacote ainda é um dos assuntos palpitantes da nossa cidade. Mais do que palpitante, ele está hoje incorporado à sua vida, ao seu destino, à sua própria razão de ser de capital leal e valorosa. Valha-lhe ao menos isso, o que já não é pouco. O **pacote** é, em verdade, o passado, o presente e o futuro de Porto Alegre. Ele representa a suma esperteza ligada ao sumo progresso, enquanto existir para essa esperteza e para esse progresso a figura indispensável do **banana**. O **banana** é o sujeito daqui ou de fora (quase sempre de fora) que vai no **pacote**.

O caso é simples. Aparece-lhe um indivíduo munido de um embrulho, dizendo que é dinheiro, e promete, por negócios de momento,

entregá-lo ao outro, sob garantia de uma quantia menor que servirá apenas de sinal. O outro, que no geral é uma grande besta, mas que por isso mesmo quer passar por mais esperto que o primeiro, aceita a proposta, e dá ao mesmo, em troca do “bolo”, quantia menor, mas verdadeira. Está feita a transação. Negócio de primeira, se o outro não aparecer... O outro, de fato, que não é imbecil, não aparece. Ele resolve, então, abrir o embrulho e se aboletar do conteúdo. Blefe! Tudo papéis velhos e inúteis!!!

Verifica, então, com grande pesar, que foi no embrulho, que foi de veras no **pacote**. Mas não foi como ignorante que não pensa; muito pelo contrário, foi como imbecil que julgava encontrar outro mais imbecil do que ele. E, nesse embrulho todo, ele foi o único prejudicado. Ganhou-lhe a parada o punquista mais esperto, e para quem esse rendoso ramo de negócio não tem mistério de espécie alguma.

Bem feito, bem merecido!

Dizia Voltaire⁷ que, enquanto houver a classe dos tolos, haverá também a classe dos patifes.

Aqui dá-se o contrário: são dois indivíduos a se quererem enganar um ao outro.

Conceito: – Todo o sujeito que for no **pacote** deixa transparecer apenas que é mais gatuno do que o sujeito que empurra o **pacote**...

5 de julho de 1925

Já não há mais maneira de conter-se a fúria com que os automóveis correm no centro da cidade. Se esse abuso ainda constituísse exceção de um que outro chofer, para quem a vida do transeunte pouco vale, ainda vá. Mas, não. São todos ou quase todos que por aí

⁷ Voltaire (François Marie Arouet, 1694-1778): escritor e filósofo iluminista francês.

andam com verdadeiro excesso de velocidade, ameaçando céus e terras na vertiginosidade da carreira. Qualquer pessoa improvisa-se em guiadora de automóvel, e ei-la então a voar por todas as ruas mais centrais, mais movimentadas. Nada respeitam nesse delírio macabro: esteja quem estiver pela frente, porque vai tudo raso. Autos particulares, então, nem é bom falar.

O cidadão compra hoje o seu *Ford* ou a sua baratinha⁸ e já amanhã por aí anda atropelando tudo que encontra no caminho. E a correria não é, não, lá fora, na estrada deserta e longa. É aqui mesmo, na rua da Igreja⁹, na Independência ou em plena rua dos Andradas. Muitas vezes, pede o sinal ao guarda da esquina depois de ter passado essa mesma esquina, tal a velocidade e a fúria com que quer mostrar a sua habilidade de chofer.

Esses abusos continuarão, ainda, por muito tempo, pelo menos enquanto a Inspetoria de Veículos não os contiver, por meio de multas e repressões severas, enquanto ela não obrigar aqueles que se arvoram em guias a um exame prévio, em que o examinado mostre de fato a sua competência de motorista.

A nosso ver, é o único meio de se restringir, e até mesmo de se fazer cessar, os desastres que ocupam diariamente o registro da imprensa.

Resta-nos, porém, a certeza de que a municipalidade, por meio de seus agentes encarregados desse serviço, saberá punir indistintamente os guias de autos, quer de praça, quer particulares, que incidirem nesse abuso.

E será um grande benefício, não há dúvida, que ela prestará ao trânsito das ruas.

⁸ Baratinha: modelo de veículo automotor de pequeno porte e aspecto esportivo.

⁹ Rua da Igreja: oficialmente, rua Duque de Caxias.

11 de julho de 1925

Os Srs. marchantes¹⁰ acabam de fazer uma conta de chegar¹¹, demonstrando o enorme prejuízo que sofrem em cada rês abatida, e em razão disso resolveram aumentar mais cem réis no quilo de carne verde, que aqui era até agora vendida pela bagatela de 1\$500.

É a última notícia.

Não nos surpreendem, porém, novidades dessa ordem. A população já se acostumou a recebê-las quase que diariamente.

Vamos ter assim elevado a mais o preço do quilo da carne, carne que não é bem carne, porque a metade é carne e a outra metade é osso...

Caso curioso: enquanto noutras localidades ela baixa de preço, sendo que em muitos lugares é vendida a 300 réis o quilo de mil gramas, aqui o preço desse alimento vai aumentando aos saltos, extraordinariamente. Quando em outros pontos ela baixa de preço pela simples razão de que o gado também baixou, aqui a carne eleva-se, porque as vacas, apesar de gordas, estão no período vasqueiro das vacas magras... Custam os olhos da cara. Assim o demonstraram os Srs. marchantes na eloquente exposição de motivos que apresentaram ao Sr. intendente municipal. E contas daqui e contas dali, a prova dos nove, que em outros casos sempre falha, desta vez não falhou. Deu bem certinha. Os leitores querem ver?

Uma vaca custa, posta no matadouro, a importância de 288\$000. Sacrificada depois, e com o produto de sebo, miúdos, etc, apura-se um total de 239\$900, resultando, como se vê, um prejuízo de 48\$100 por cabeça.

É uma pena, é uma judiaria, é uma injustiça, tamanho trabalho, tamanho esforço, tamanho sacrifício, e, no fim de contas, aquele "claro" certinho de 48\$100! Mas o interessante é que nem mesmo com grandes prejuízos os Srs. marchantes abandonaram esse ramo de negócio...

¹⁰ Marchante: negociante de gado ou de carne.

¹¹ Conta de chegar: conta em que os valores são ajustados para obter-se um total prefixado ou desejado.

Já é muita vontade de perder dinheiro.

25 de julho de 1925

Justamente indignado, um amigo mostrou-nos, ontem, pela manhã, um pão de 200 réis, cujo tamanho era quase invisível a olhos nus. O gesto de indignação vinha, porém, em consequência do preço. O pão de cem réis que, em outros tempos, quando o Rio Grande não possuía trigo nem fabricava farinha, era um pão de verdade, capaz de matar a fome de um homem, vá lá que fosse, como é, uma verdadeira pílula... O intuito dos padeiros, com essa medida de invisibilidade, é o de evitar entre os pobres, entre as classes menos favorecidas da fortuna, os empanturramentos perigosos, o perigoso abuso das comezainas.

Assim, quem digere aquele pãozinho não se alimenta de modo algum; toma apenas uma cápsula para evitar o mal que lhe possa fazer a refeição de um pão de tamanho natural.

Quanto ao pão de 200 réis, quer-nos, entretanto, parecer que não há motivo para essas medidas preventivas, por parte dos senhores beneméritos e humanitários padeiros. Quem paga aquele preço está disposto a tudo, até mesmo a tomar uma indigestão, coisa que, se não é absolutamente impossível, é, entanto, razoavelmente improvável. Mas, previdentes, como de resto é todo o homem de negócio, os padeiros de Porto Alegre não querem saber de histórias: vão, pelas dúvidas, tomando todas as medidas de emergência medicinal, e aí estão a produzir o pão de 200 réis com as mesmas qualidades terapêuticas das hostiazinhas de 100 réis. E, nesse cuidado, a mão da natureza, nesta época de espigas¹² (não de trigo), “se esmerou enquanto tinha”¹³.

¹² Espiga: em sentido figurado, prejuízo, aborrecimento, contratempo.

¹³ “Se esmerou enquanto tinha”: verso do poema “Minha terra”, de Casimiro de Abreu (1839-1860), publicado em *As primaveras* (1859).

Por isso, aí estão eles desde a noite até a madrugada, a transformar as “amassadeiras” de uso nas pequenas carretilhas e nas formas aplicadas aos tratos científicos da farmacologia local...

Depois, deixem lá; os padeiros têm razão. Nesta época de “miudagem”, tudo é miúdo. Justificamos plena e cabalmente o caso.

Indignado, porém, com as nossas razões, o nosso amigo agarrou o pão de 200 réis que nos veio mostrar, meteu-o dentro de uma caixa de fósforos vazia e saiu porta fora...

18 de setembro de 1925

(Um estilo futurista¹⁴)

Mais uma vez, glória ao sol que iluminou ontem a cidade; glória à vida que deslumbrou ontem as nossas ruas; glória às árvores que palpitarão ontem na beleza dos ramos vedes; glória ao perfume das flores que se derramou ontem pelo espaço; glória à Natureza inteira que acordou ontem entre galas; glória ao céu azul de tinta moída que abençoou todas as bandalheiras da terra. Glória a tudo que por aí se anuncia: glória ao Ford, glória ao caminhão, glória ao Riacho, glória à Caixa d'Água¹⁵ seca, glória aos buracos das ruas da cidade, glória à polícia, glória aos gatunos e ladrões, glória ao “Bicho”, glória à Carne, glória à carne dos açougues e à marcha dos marchantes – glória ao pão!

Que venha o pão de 1.000 réis, que venha a carne de 1\$200, que venha o arroz, o charque, o trigo, a farinha, a mandioca e os papagaios; que venha tudo, tudo, tudo barato, em lata, em saco, em naco,

¹⁴ Futurismo: movimento artístico lançado em 1909 na Itália por Filippo Marinetti. No Brasil, o termo foi inicialmente utilizado para designar os participantes da Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922.

¹⁵ Caixa d'Água: nome pelo qual eram conhecidas as instalações da Companhia Hidráulica Porto-alegrense, instalada no bairro Moinhos de Vento a partir de 1904, depois da aquisição da Companhia Hidráulica Guaibense pela Intendência Municipal.

um caco, enchendo, atropelando, enfartando, empanturrando, tudo baixo, tudo raso, tudo de graça. Morra a carestia, morram os bois, os porcos, os frangos, as galinhas, em iscas, tiscas, faíscas e petiscas.

Viva a cidade, viva a baixa, viva a alta, viva tudo: pão e gente, farinhas e bananas, sobrados e casebres, riquezas e misérias, lama e cama, Força e Luz¹⁶ e Cemitério, dinheiro, dinheiro, dinheiro a rodo.

Arame¹⁷!

Arame!

Arame!

Para acabar de uma vez com a necessidade dos prontos¹⁸...

5 de janeiro de 1926

Os bebedores de cerveja de Porto Alegre, – bebedores de cerveja e do seu principal derivado, que é o chope – estão novamente de pêssames. Os cervejeiros acabam de aumentar o preço do valioso líquido...

Com esse, é o terceiro aumento que se registra no decorrer de um espaço de tempo relativamente curto.

Vítimas das contínuas gravações de impostos, os sacrificadíssimos fabricantes de cerveja, que são também beneméritos e humanitários inimigos da “lei seca”, costumam instintivamente, nessas ocasiões, desapertar para a esquerda.

É natural que assim aconteça, tanto mais que eles têm clientela de sobra para aguentar com todos os seus apertos e desapertos.

¹⁶ A Companhia Força e Luz Porto-alegrense passou a atuar a partir de 1906, quando assinou contrato com a Intendência Municipal para a operação dos serviços de transporte por tração elétrica na capital, a partir da fusão das duas companhias que até então operavam o transporte por bondes na cidade, a Companhia Carris Porto-alegrense, fundada em 1872, e a Carris Urbanos de Porto Alegre, fundada em 1891. Em 1926, teve seus ativos adquiridos pela CEERG (Companhia Energia Elétrica Rio-grandense, criada em 1923), e passou a se chamar Companhia Carris Porto-Alegrense. In: AXT, Gunter. A participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho – uma perspectiva histórica das maiores empresas (1887-1928). *História em Revista*, Pelotas, v.4, p. 63-94, 1998.

¹⁷ Arame: na gíria, dinheiro.

¹⁸ Pronto: na gíria, pessoa pobre ou momentaneamente desprovida de dinheiro.

Com o novo aumento, houve uma alteração radical nos preços de varejo.

O chope duplo, que custava antigamente 400 réis, está custando agora 1\$200. Houve, como se vê, uma diferença de 300%...

O aumento de agora devemos exclusivamente (assim dizem os próprios cervejeiros em declaração pública), ao imposto do selo criado pelo Estado, entre outras tantas criações que dele nos vêm a título de boas festas de ano novo...

Há bem pouco tempo, o imposto do selo do Estado era inconstitucional. Agora o mesmo imposto já não é, já não será amanhã. Tudo vai de acordo com as conveniências.

O povo, porém, tem paciência de Jó e, mais do que o povo, essa outra classe patriótica – a dos tomadores de cerveja e chope.

Tão altamente patrióticos são esses amigos da firma Bopp, Sassen, Ritter e Cia. Limitada¹⁹ que, com a notícia do aumento do preço, a venda do precioso líquido, em vez de diminuir, aumentou consideravelmente.

Todos os dias os estoques são completamente esgotados.

Um verdadeiro sucesso.

10 de janeiro de 1926

Com relação a nomes de ruas, nomes repetidos e legendas de casas comerciais, Porto Alegre apresenta verdadeiras extravagâncias.

Já de uma feita tivemos oportunidade de falar das curiosidades da cidade em relação àqueles últimos: dísticos, legendas e lemas das nossas pequenas casas de negócios, espalhadas por vários pontos da cidade, principalmente fora da zona central.²⁰

¹⁹ Bopp, Sassen, Ritter e Cia. Limitada: empresa fundada em 1924 a partir da fusão das cervejarias Bopp e Cia, H. Ritter e Filhos e Bernardo Sassen e Filhos, subsistindo com esta razão social até 1945.

²⁰ Crônica de 8 de março de 1925, reproduzida anteriormente.

Das ruas com homenagens repetidas a uma mesma personalidade, também há dias já nos referimos, aqui, nesta mesma seção.²¹

Resta-nos, agora, falar sobre as esquisitices e verdadeiras extravagâncias nos nomes de certas ruas dos nossos arrabaldes.

Quem se der conta ao trabalho de procurar essas curiosidades de Porto Alegre encontrará-las-á facilmente.

Foi o que fizemos há dias e a primeira coisa com que topamos foi com a rua Feliz²², que vai dar ao Cemitério. Talvez por isso se explique a razão da sua felicidade...

Rumo da Glória encontramos coisa mais interessante, a começar pela rua do Porvir²³, cuja mataria e escuridão em nada abonam o seu presente e mal deixam entrever o seu futuro... É rua para daqui a cinquenta anos, para o "porvir" talvez...

Lá pelas bandas da avenida Niterói, existe, e até parece que não existe, a rua da Existência²⁴, cuja existência é completamente ignorada.

Ainda na Glória (arrabalde farto em belezas e curiosidades), aparece em atitude de "passadismo" a rua Evolução²⁵. Essa rua conserva-se ainda embrionária. Não evoluiu coisa alguma, até agora, nem à força de vontade de seus moradores e muito menos a desejo da municipalidade que, ao que nos consta, nada fez por ela, como nada fez pela rua Larga²⁶, que é uma estreita travessa que sai do Caminho do Meio, que não é bem o meio mas quase o fim da cidade...

Isso tudo não é nada, comparando com a rua Triunfo²⁷, que está lutando com sérias dificuldades na sua abertura. Talvez triunfe, tal-

²¹ Coluna de 10 de dezembro de 1925.

²² Rua Feliz: travessa Feliz, no bairro Santo Antônio.

²³ Rua do Porvir: atual rua Intendente Alfredo Azevedo, bairro Glória.

²⁴ Rua da Existência: também conhecida como rua Desistência, atual rua Oscar Schneider, bairro Medianeira.

²⁵ Rua Evolução: atual rua Dom Vital, bairro Glória.

²⁶ Rua Larga: atual rua Domingos Crescêncio.

²⁷ Rua Triunfo: rua Comendador Manuel Pereira, Centro.

vez não. E a rua das Flores²⁸, que tem, como únicas flores, um pé de paineira do lado de um armazém comercial e uma casa de tolerância no sobrado da esquina?...

Para finalizar estas ligeiras notas, que, sobre tal assunto, podem ser desmedidamente ampliadas, temos aqui também, entre nós, uma avenida Central²⁹. Apenas fica ela situada no fim do arrabalde dos Navegantes, além dos trilhos da estrada de ferro...

5 de fevereiro de 1926

Porto Alegre vai ter uma Associação dos Produtores de Leite, que será constituída não só dos proprietários de estábulos, como dos vendedores e revendedores do precioso produto.

É essa uma ideia muito acertada, como muito acertados são sempre os interesses que se conjugam e se associam para fins meritórios, para melhorar certo e determinado produto da nossa atividade.

A futura associação apresenta-se à sua próxima e primeira assembleia com um largo e admirável projeto de estatutos, que, uma vez cumpridos à risca, a elevarão à altura de um centro de grande importância moral e industrial. Os seus principais objetivos, que são inúmeros, estão nesse projeto claramente expressos.

É de se esperar, portanto, que, ao ser devidamente instalada, a novel Associação dos Produtores de Leite possa promover imediatamente a melhoria desse indispensável produto vendido ao consumo da nossa população. Se há de fato alimento que mais careça de rigoroso escrúpulo na nossa venda e na sua qualidade, esse é o leite.

Com a sua duvidosa procedência, com as suas fraudes e constantes adulterações, ao lado muitas vezes da completa falta de asseio no vasilhame que lhe serve de acondicionamento, muito tem sofrido a

²⁸ Rua das Flores: atual rua Siqueira Campos.

²⁹ Avenida Central: atual rua Beirute, bairro Navegantes.

população infantil de Porto Alegre e todos aqueles que estão sujeitos a esse regime de alimentação.

Organizada agora em entidade social, a classe dos vendedores de leite pode, no seu próprio interesse mesmo, promover a rigorosa fiscalização na sua distribuição, melhorando também a qualidade do produto, fazendo aquisição de raças especiais para tal fim.

Tudo é de se esperar de uma associação que surge com tão elevado programa, como é o que tivemos ocasião de ontem ver divulgado pela imprensa. O que da nobreza de seus fins de modo algum esperamos é a formação de um truste perigoso, para encarecer ainda mais aquele produto, como acontece com a vergonhosa exploração da venda de carne verde nesta capital, a qual a própria Intendência, que se diz tão ciosa do seu interesse pelo bem público, tem amparado com a sua absoluta indiferença...

Esse assunto da carne ainda não está esgotado. Dele ainda voltaremos a tratar nesta coluna.

21 de maio de 1926

Em visita aos seus numerosos colegas desta capital, desembarcou, trasanteontem, no nosso porto, uma turma de gatunos expulsos de vários pontos do país.

São eles figuras de boa aparência, indivíduos mais ou menos bem falantes que aqui vêm, em viagem de estudos, conhecer o nosso meio, costumes e hábitos, analisar, enfim, as nossas possibilidades financeiras, no tocante ao deixarmos a nossa carteira a jeito de suas habilíssimas mãos profissionais...

Por ser inesperada essa viagem, a referida turma não foi recebida a bordo pelos colegas daqui, razão porque não puderam comparecer pessoalmente, nem se fizeram representar, as figuras mais evidentes do nosso meio, os conhecidos gatunos porto-alegrenses Bicudo,

Cartola, Tatá, Mãozinha, Barba Azul e Pescoço, sem falar em outros de mais alta linhagem, hoje perfeitamente consolidados na vida.

Logo, porém, que circulou a notícia do desembarque da mencionada turma, os seus colegas desta cidade tomaram todas as providências para que nada faltasse aos itinerantes.

Assim é que, ontem mesmo, acompanhados de uma comissão composta de três colegas dos mais hábeis conhecedores da zona, a referida turma percorreu, a pé e de auto, diversos pontos da cidade, passando em revista lugares de frequência diária, mais ou menos numerosa, tais como o Coliseu³⁰, o São Pedro³¹, bilheterias de cinemas, bondes, hotéis, estação da estrada de ferro, etc., etc., etc.

De tudo que viram tiveram ótima impressão.

Já à tardinha, ao se separarem, um dos membros da comissão perguntou a um dos colegas desta capital:

– Mas, a todas essas, irmão, não nos explicaste a principal. A polícia?...

– Ah! Isso é coisa que não existe aqui...

Como fácil é de se concluir, foi um desapontamento geral...

6 de junho de 1926

Por ocasião das visitas de anteontem pelo presidente eleito da República³² às fábricas e centros industriais desta capital, S. E. o Sr.

³⁰ Cine-teatro Coliseu: Auditório localizado na rua Voluntários da Pátria, inaugurado em 1910, no lugar do antigo Polytheama. Era de propriedade da empresa Irmãos Petrelli e tinha capacidade para 2.500 espectadores. In: SILVEIRA NETO, Olavo Amaro da. **Cinemas de rua em Porto Alegre: do recreio ideal (1908) ao Açores (1974)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001.

³¹ Teatro São Pedro: mais tradicional teatro de Porto Alegre, fundado em 1858.

³² Washington Luís (1869-1957), eleito presidente da República em 1^o de março de 1926, tomou posse em 15 de novembro daquele ano.

presidente do Estado³³, que o acompanhou em tais visitas, teve ocasião também de conhecer uma infinidade de estabelecimentos, fontes de trabalho, de progresso e de atividade intensa, cuja existência S. E. ignorava. Muitas dessas fábricas contam mais de quinze e vinte anos de existência. Apesar disso, apesar de tanto já terem contribuído para a riqueza e engrandecimento do estado, nunca tiveram a honra de receber a visita de quem então, como agora, ainda o dirige.

Foi preciso termos presente, entre nós, o futuro chefe da Nação para que se proporcionasse a S. E. a oportunidade, aliás excelente, de conhecer *de visu* o que apenas conhecia o nome.

Não deixa de ser um erro essa falta de contato com os nossos belos centros de atividade, pequenos e grandes. Ninguém mais do que as indústrias nascentes precisa de incentivo e assistência por parte dos nossos administradores. Visitando-as, conhecendo-as de perto, o chefe do executivo estadual se sentirá naturalmente mais à vontade para ampará-las em tudo o que for possível, procurando ao mesmo tempo não onerar com pesados impostos os seus magníficos surtos.

Assim, porém, não acontece. Muitos desses estabelecimentos industriais ficam à margem de qualquer apoio ou interesse por parte do poder público, lutando às vezes desesperadamente para vencer todos os embaraços e dificuldades que surgem tolhendo as suas expansões. Sendo as indústrias as forças capitais do nosso progresso, devem por isso mesmo merecer especial atenção do governo. Uma visita não custa muito; e de uma simples visita pode o governo melhor se inteirar das suas palpitantes necessidades, conhecendo e auscultando o que melhor convém fazer em seu benefício.

O contato direto do governo com tudo isso que aí está e que é um atestado eloquente de trabalho e da iniciativa particular de Porto

³³ Antônio Augusto Borges de Medeiros presidiu (1863-1961) o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1928, com uma interrupção no período 1909-1913, quando o governo foi exercido por Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933).

Alegre vale por certo muito mais do que as imprecisas informações de secretarias.

21 de julho de 1926

Porto Alegre, felizmente, não se pode queixar do seu progresso, em matéria de liberdade profissional.³⁴

Tudo o que por aí fora é restringido ou limitado, aqui é absolutamente liberal e franco. Nesse particular, levamos a palma a qualquer outra capital do país, ou do estrangeiro. Ainda bem que gozamos desse largo benefício liberal, na falta de outros de imprescindível necessidade.

Quanto à cartomancia e seus derivados, é coisa que nem se fala. Há aqui, de tudo, num progresso e numa progressão sem iguais.

Graças a Deus que, para remediar os nossos males, nada nos falta nesse transcendente rumo da ciência.

Quereis um exemplo? Aqui está um anúncio que de sobejo demonstra o quanto a nossa capital já tem progredido e avançado: “Faz-se qualquer serviço de quiromancia, fazendo-se a maior calma nos lares e juntando-se os casais apartados e desligando tudo o que estiver ligado, desmanchando-se qualquer feitiçaria”.

Segue-se a tabela de preços:

Para quiromantismo	200\$000
Fetichismo	200\$000
Calmaria nos lares	500\$000
Ligar o que estiver desligado	800\$000
Juntar os casais	2:000\$000

³⁴ A liberdade profissional era um princípio da Constituição Rio-grandense de 1898. No parágrafo 5º do seu artigo 71, eram eliminados os “privilégios” de exercício profissional adquiridos através de diplomas.

Tudo isso é simplesmente edificante e admirável. Não falta o remédio infalível até mesmo para as coisas mais íntimas do lar. Pela bagatela de 500\$000 se tem a calma desejada; com mais 300\$000 faz-se a ligação de tudo o que estiver desligado, preço esse relativamente baratíssimo, dada as avultadas despesas da solda que as partes são obrigadas a gastar, muitas vezes inutilmente.

Outro preço que à primeira vista aparece muito caro (juntar casais por 2:000\$000), bem analisado, é baratíssimo, principalmente quando uma das partes é partidária da multiplicação dos lares... Fazer esse reajuntamento com todo o cuidado exige, não é serviço de pouca monta. Demanda um trabalhinho danado, que aquela importância mal recompensa.

Felizmente, a quiromancia e a feitiçaria aí estão para pôr termo a todas essas complicações da vida.

Porto Alegre pode se gabar de seu progresso nesse particular.

15 de agosto de 1926

As nossas principais fábricas, os nossos principais estabelecimentos industriais, já estão sofrendo as consequências da crise comercial que atravessamos.

A maioria desses estabelecimentos começou a restringir as suas horas de trabalho, limitando também o número de seu pessoal. Fábricas há, das mais importantes desta capital, que estão trabalhando apenas uma quinzena por mês, enquanto outras não funcionam mais de cinco dias por semana.

Quase toda a atividade comercial e industrial de Porto Alegre está assim sofrendo a pressão formidável da crise moral, política e financeira por que atravessa o país neste momento.

Quem, porém, mais sofre as consequências dessa crise é o pobre operário, que de um momento para outro se vê sem o seu ganha-pão, a braços, portanto, com as mais dolorosas dificuldades. Já dia a dia

vai avultando, entre nós, o número dos sem-trabalho. São braços que se imobilizam, são forças que ficam ao desamparo, em luta com a miséria e que é, de ordinário, o fecho de todas essas existências atormentadas pelas constantes necessidades da vida.

A maioria dos nossos estabelecimentos industriais que começaram a restringir a sua atividade alegam, como uma das causas da situação por que atravessam, a falta de pagamento por parte do governo federal de suas dívidas no Rio Grande, especialmente em Porto Alegre.

Há muito tempo, de fato, que o nosso comércio está no desembolso de mercadorias fornecidas à União, em importância superior a 20 mil contos. Como é fácil de prever, essa falta vem agravar ainda mais o crítico momento comercial e industrial desta cidade.³⁵

Assim é que, enquanto as nossas fontes de atividade se paralisam ou se restringem de um modo alarmante, os grandes magnatas vão sugando o mais possível os dinheiros da Nação: os congressistas aumentam fabulosamente os seus subsídios e o governo, além de não pagar as suas dívidas, além de não solver em dia os seus compromissos, sobrecarrega de maiores impostos o nosso comércio e as nossas indústrias.

No fim tudo dá certo: o povo é que paga tudo...

20 de agosto de 1926

Por julgarmos completamente inútil qualquer comentário sobre as grandes casas de jogo de Porto Alegre, que funcionam às escâncaras, nos principais centros desta capital, na ostensiva atitude de quem se sente garantido e livre de qualquer incômodo em face dos impostos que paga ao município, por entendermos sem resultado algum as ob-

³⁵ Em face de um desajuste crônico das contas do governo, o presidente Artur Bernardes adotou uma política econômica rigorosa, que teve efeitos recessivos como a queda da taxa de crescimento econômico, a retração do investimento na indústria e uma grave crise de numerário.

servações que possam ser feitas no sentido de se exercer uma severa repressão contra essa colossal “indústria”, hoje infiltrada por toda a parte, queremos ao menos lembrar à polícia a necessidade de tomar uma providência qualquer contra a baixa jogatina que já vai tomando as assustadoras proporções da outra, da grande, da de portas abertas, que por aí se multiplica, até mesmo com letreiros no frontispício.

A cidade vai sendo, pouco a pouco, minada por esses antros perigosíssimos que hoje são, como aliás sempre foram, os maiores focos de perda de menores.

Os “caça-níqueis” funcionam por pontos diversos de Porto Alegre. Atraídas por esses mal disfarçados “mercadinhos”, as crianças são arrastadas aos azares da máquina infernal, que tudo lhes tira com aquela frieza mecânica preparada ao sabor do banqueiro que é, como em todos os jogos, quem sempre ganha na certa.

A polícia, até agora, não quis ver esse “progresso” urbano da capital. Entretanto, ele, como o jogo das “tampinhas”³⁶, vai funcionando com admirável desenvolvimento. Só na rua Dr. Flores e na Travessa 24 de Maio³⁷, segundo nos informam, existem vários antros onde as “tampinhas” e os “caça-níqueis” funcionam dia e noite, com grande frequência de crianças e incautos.

Cabe à polícia tomar qualquer providência a respeito, ao menos em benefício de tantos inexperientes, que são arrastados ao vício.

O mesmo que se está fazendo na zona do 2º distrito³⁸ devia também ser posto em prática aqui, no centro da cidade, onde mais

³⁶ Jogo das tampinhas: jogo que consiste em movimentar rapidamente uma bolinha no interior de três fôrmas, de maneira que o desafiante deve apontar em qual das três a bola foi colocada por último.

³⁷ Travessa 24 de Maio: futura avenida São Rafael, atualmente dividida entre as avenidas Alberto Bins e Otávio Rocha.

³⁸ 2º distrito: região administrativa que compreendia a Cidade Baixa, Areal da Baronesa, Riacho, Menino Deus, campo da Várzea, Azenha, Cemitério e áreas entre o Caminho do Meio e a estrada do Mato Grosso. In: MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

desenvolvida está a jogatina. De nada serve zelar-se por uma determinada zona, deixando-se outras completamente abandonadas, como acontece com o próprio coração da cidade.

Já é tempo de surgir uma medida enérgica a respeito.

24 de agosto de 1926

O Banco do Brasil é quem está com a nota do dia, desde sábado de manhã.

Não se trata, desta vez, dos 800 contos de réis que, a título de gratificação, aquele banco costuma distribuir anualmente a cada um de seus diretores, nem tampouco dos grossos dividendos que o mesmo distribui aos seus acionistas. Trata-se, apenas, de um desastrado que, depois de entrar de posse de 2.500 pacotes³⁹ (peso líquido), se deixou apanhar ingenuamente, no centro da cidade, quarenta e oito horas após a consumação do fato delituoso.

Vê-se que o autor desse roubo não tem a prática dos nossos ladrões de galinhas, dos nossos batedores de carteira, nem mesmo o expediente rápido e prático do cidadão que, há uns anos mais ou menos, aliviou o pesado cofre da nossa Delegacia Fiscal.⁴⁰

Foi, como se diz, um serviço mal feito. E em torno dessa péssima mão de obra, de um operário que ainda não está em condições de ganhar o pão de cada dia, foi que giraram e continuam a girar todos os comentários da cidade.

Ninguém, absolutamente, fez referências ao formidável valor das "massas"⁴¹ suspensas na noite de sexta-feira. Isso não tem a

Porto Alegre, RS, 2011. p. 57. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34692>. Acesso em: 12 ago. 2019.

³⁹ Pacotes: conjuntos de papel-moeda.

⁴⁰ Em maio de 1924, foi descoberto avultado desfalque, atribuído ao tesoureiro Pedro Augusto da Frota Wildt, na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Massa: na gíria, dinheiro.

menor importância. É coisa que muita gente boa faz, embora aplicando outros meios, outros processos. O que todo o mundo comenta, inclusive as crianças, é o fato de um cidadão se apossar daquela soma formidável e depois entregá-la, sem mais nem menos, sem um gesto de esperteza, sem tomar um caminho prático e seguro.

Com dois mil e quinhentos contos, hoje, tudo se consegue, até mesmo prender e meter na cadeia quem tivesse a petulância ou a ousadia de se julgar lesado.

Se o serviço fosse bem feito, com facilidade ele seria absolvido de qualquer imputação julgada criminosa. Assim, não. O peso da pena lhe vai cair em cima. É bem merecido. Outra vez terá mais cuidado e agirá então com todos os primores e requisitos da arte tão esplanada e ensinada pelo doutíssimo Vieira.⁴²

A torcida, valha a verdade, foi em massa!...

Quem escreve estas linhas o condenaria não pelo crime praticado, que nada é, comparado ao que se rouba neste país, mas pela falta absoluta de habilidade em cometer o delito...

10 de setembro de 1926

A polícia do 1^o⁴³ e do 2^o distrito tem multado⁴⁴ nestes últimos dias grande número de condutores de automóveis, por infringirem as posturas municipais, ora desrespeitando sinais de parada, ora andando com excesso de velocidade, como sempre acontece.

Não é que somente agora esses abusos sejam registrados. Eles, pelo contrário, são muito antigos. Mas agora é que a polícia começou a

⁴² Referência ao livro *A arte de furtar*, do Padre Manuel da Costa (1601-1667), cuja autoria era, à época, atribuída ao Padre Antônio Vieira (1608-1697).

⁴³ 1^o distrito: região central de Porto Alegre, entre a península e o litoral, ruas Coronel Genuíno, Duque de Caxias e da Conceição.

⁴⁴ As penalidades para os infratores de trânsito foram estabelecidas pelo Decreto Municipal n^o 70, de 14 de setembro de 1926.

tomar alguma providência. Tantas têm sido as queixas e reclamações, tantos têm sido os desastres e os acidentes do tráfego, que seria um verdadeiro crime deixar, como até agora, esse serviço abandonado.

A Inspeção de Veículos, recentemente remodelada, começou, assim, a fazer alguma coisa. É provável que ela ainda venha exercer ação enérgica e eficaz, metendo nos eixos tudo isso que, respeito a tráfego, está fora dos eixos, desde o desespero das correrias criminosas pelas ruas centrais da cidade, até os bárbaros espancamentos que se praticam contra os infelizes animais de tração.

Sob esse ponto de vista, Porto Alegre é uma cidade deveras descuidada. Quando em toda a parte se cuida com verdadeiro interesse do tráfego urbano, regulamentando-o de acordo com a vida e o movimento da *urbs*, aqui se o deixa no mais completo abandono. Cansados estamos de reclamar contra esse péssimo serviço público, principalmente ao que toca ao selvagem mau trato dos animais e à maneira verdadeiramente criminosa com que os automóveis correm pelas nossas ruas.

Já que a municipalidade está se interessando pela vida dos nossos pedestres, lembramos a conveniência de regulamentar quanto antes a marcha desses perigosos veículos, estabelecendo uma velocidade moderada para os automóveis, tanto de praça como particulares, não permitindo também que qualquer pessoa, principalmente menores, se arvora, sem mais nem menos, em chofer, como aqui acontece.

Tomadas que sejam a sério todas essas providências, teremos em breve um serviço de tráfego urbano digno de todos os nossos aplausos.

19 de outubro de 1926

Voltamos ainda à questão do preço da carne verde. Naturalmente, teremos que voltar muitas vezes ao mesmo assunto, tão palpitante, tão momentoso ele é, tão absurdo é o preço por que esse alimento está sendo vendido à população de Porto Alegre.

Esta folha, no seu último editorial, colocou a questão nos devidos termos, estranhando que só aqui não se encontre solução para o problema do justo barateamento da carne, quando, em todas as outras localidades do interior e do litoral, ela está custando a metade, “apenasmente” a metade, do preço de Porto Alegre.

Alega o Sr. intendente municipal que não pode, de modo algum, impor tabela ao preço da carne. Acha, naturalmente, S. S.⁴⁵, que isso seria uma violência; era de ir de encontro à liberdade do comércio...

Por essa teoria, os nossos marchantes ficam com a faca e o queijo na mão. Podem elevar o preço da carne até 5\$000 o quilo que ninguém tem nada a ver com isso!

É de estranhar, todavia, que em todas as demais localidades do estado se faça sentir a ação benéfica do poder municipal, conseguindo o barateamento desse alimento de primeira necessidade. Só aqui nada foi feito, porque a municipalidade acha que seria uma violência “tabelar preços” para a carne verde.

Será que todos os outros municípios estão fora da lei e só o de Porto Alegre está nos eixos?

Absolutamente não acreditamos. Se o Sr. intendente quisesse, podia, sem violências e sem dificuldades, provocar a baixa da carne, bastando, para tanto, obrigar os marchantes a desocupar os quartos do mercado, ponto central do sacrifício da população, onde o público é explorado no preço e muitas vezes no peso. Desocupados aqueles pavilhões, o município podia oferecê-los, sem despesa de aluguel ou de impostos, a quem se propusesse vender a carne mais barata. Não faltaria quem se animasse a tal empresa, não faltaria quem quisesse ganhar muito dinheiro, mesmo vendendo por 400 ou 500 mil réis menos do que agora.

⁴⁵ S. S.: Sua Senhoria.

Alega ainda o ilustre chefe do poder municipal que desistiu de abater gado por conta da Intendência, temendo os resultados de um negócio para o qual “não tem nem nunca teve aptidão”.

É claro que é muito desagradável a gente se meter naquilo que não entende. Os resultados podem, às vezes, ser negativos.

Longe de nós querermos que o Sr. intendente seja marchante ou açougueiro. Mas, embora não tendo inclinação para essa profissão de esfolar o público com a mesma facilidade com que se retalha uma rês, S. S. podia atuar de tal maneira, nesse negócio, que o resultado, naturalmente, teria de ser satisfatório.

Bastava contratar um competente para dirigir o serviço e aproveitar o matadouro que o município possui em Pedras Brancas⁴⁶. Já era meio caminho andado. Dentro de pouco, a carne, em Porto Alegre, teria baixado de preço, como baixou em todo o estado, sem exceção de uma só localidade.

Com interesse e boa vontade, tudo se consegue.

31 de outubro de 1926

Está exposta na simpática agência Dodge, situada ali na praça da Alfândega, uma “baratinha” da mesma marca, ricamente, faustosamente niquelada.

Esse trabalho, que tem chamado a atenção do público, vale como uma recomendação à importante e conhecida fábrica, que soube transformar um simples tipo comum de seus carros num luxo verdadeiramente estonteante, digno de algum marajá extraviado no pacatismo provinciano desta leal e valorosa cidade...

Gente houve que ficou tonta, ofuscada diante daquela maravilha inigualável.

⁴⁶ Pedras Brancas (distrito): distrito emancipado com o nome de município de Guaíba, em 14 de outubro de 1926.

Dizia um:

– Nunca vi tanta prata!

Dizia outro:

– Nunca vi tanto bronzel!

Dizia um terceiro:

– Nunca vi tanto ouro!...

Ouro, prata, bronze se confundiam de tal modo que grande número de basbaques estão, agora, sofrendo dos olhos, atacados de cataratas...

Não era para menos.

O trabalho é, de fato, interessante como fantasia alegórica. Quem seria capaz de imaginar que passasse pela ideia de alguém essa extravagante lembrança de mandar pratear um automóvel?

Esse fato, entretanto, pode revelar riqueza, mas não revela gosto, nem distinção. É um verdadeiro atentado à serena harmonia das cousas, mesmo mundanas, a que nos habituamos.

Por mais excêntrica que seja a fantasia dos nababos e marajás, ela, certamente, nunca vai a esse ponto.

Alguém, que parara diante da exposição, comentava o caso com razoável dose de bom senso:

– A primeira coisa que faz uma pessoa de muito dinheiro e de algum bom gosto é comprar um finíssimo automóvel de luxo, de absoluto conforto, como os há verdadeiramente admiráveis de diversas marcas. Nesse fato, sim, a distinção pessoal se revela imediatamente; mas fingir ouro e bronze na armadura de uma baratinha, cujo motor é perfeitamente igual aos não bronzeados e não dourados que aquela acreditada fábrica vende aos milhares, é muita vontade de se expor ao ridículo ou de se antecipar ao Carnaval!...

Outra pessoa ao lado contraditou:

– Cada um faz o que quer e ninguém tem nada a ver com isso.

Um terceiro basbaque rematou a conversa:

- Concordemos, pelas dúvidas, com as duas opiniões.
A lógica dos acontecimentos é sempre a melhor das lógicas.

2 de dezembro de 1926

A autoridade municipal que exerce sua ação no 2º distrito desta capital ordenou o fechamento, aos domingos, de todos os botequins da sua zona.

Como ninguém ignora, essas casas de bebidas são, não raro, centros de badernas e desordens perigosas.

Os conflitos são aí registrados constantemente. Foi para evitar isso que aquela autoridade municipal tomou a resolução de mandar fechá-las aos domingos.

É uma boa medida.

A cidade está cheia de botequins que são, na realidade, verdadeiros antros de vícios, onde a bebida, o jogo, e até mesmo o lenocínio é exercido com absoluta impunidade.

O que se vê na frente dessas casas é apenas um pretexto. O perigo está nos fundos... Os jogos e as libações aí se desenvolvem à vontade.

Quem se der ao trabalho de observar pacientemente a infinidade de casas do gênero, existentes por todos os cantos, ficará fazendo, certamente, uma péssima ideia de Porto Alegre. A nossa metrópole é, na realidade, uma capital dolorosamente viciada. Afora os clubes chiques e os *bas-fonds*⁴⁷ repelentes, que são em número avultado, temos ainda várias centenas de pensões suspeitas e botequins perigosíssimos, onde se desenrolam as cenas mais cruas de toda uma agitada existência de torpezas e de quedas.

Porto Alegre está, neste particular, adiantadíssima. É um centro de completa libertinagem, que dia a dia reclama severas medidas da

⁴⁷ *Bas-fonds*: local onde vive a camada mais degradada da sociedade e que apresenta alto índice de prostituição.

polícia de costumes. Exercida esta com a energia que o caso requer, muito teríamos a lucrar, sob todos os pontos de vista.

Entretanto, o vício vai se alastrando por toda a cidade, sem que coisa alguma se faça em favor de sua repressão. A prova está no número deveras fantástico das casas existentes entre nós, cujo único meio de vida está na exploração impune de vícios de toda a espécie.

Por isso, qualquer medida que surja, por insignificante que seja, como a adotada pelo subintendente do 2º distrito, só merece aplausos. Ficamos, porém, na expectativa de que outras medidas de caráter mais amplo sejam postas em execução, em benefício das próprias vítimas desses centros perniciosos de Porto Alegre.

7 de janeiro de 1927

A Intendência acaba de promulgar a lei do Conselho Municipal⁴⁸ que autoriza a cobrar a taxa de 10\$000 aos condutores de automóveis de qualquer espécie que não apresentarem prova de habilitação para tal fim.

Outrossim, ficam sujeitos à taxa de 200\$000 os que não apresentarem a referida prova, isto é, os que não tiveram competência alguma para tal.

Como se vê, ainda não é uma exigência em regra, como a observada em todas as capitais adiantadas.

Não é uma exigência em regra, dissemos, porque a municipalidade, mediante uma contribuição mais alta, permite que qualquer pessoa se arvore em chofer. Pode essa pessoa nunca ter guiado automóvel, mas, uma vez que satisfaça a exigência de 200\$000 do

⁴⁸ Conselho Municipal: conselho composto de nove membros eleitos, dotado de atribuições orçamentárias. Durante a Primeira República, reunia-se apenas dois meses no ano, sendo formado por profissionais atuantes em diversas áreas.

imposto estabelecido, fica em pleno direito de atropelar gente na rua e de fazer mais alguma coisa!...

Entretanto, é de justiça reconhecer que, mesmo com essa falha sensível, a nova lei ora promulgada pela municipalidade vai melhorar grandemente o tráfego de automóveis nesta capital. Pelo menos a maioria dos choferes terá interesse em fazer a sua prova de habilitação, a fim de não incorrer naquela taxa, que não deixa de ser elevada.

Por isso, entendemos que a medida posta em prática poderá ser de benéficos resultados para a segurança do trânsito pedestre nas nossas ruas.

É sabido por todos como é feito aqui o serviço de autos. Pela absoluta falta de competência da maioria de seus condutores, esse serviço se tornou o maior perigo da capital. Não se passa um só dia que não sejam registrados vários desastres, sendo muitos deles de consequências fatais. Apuradas as causas de tão grande número de acidentes, uma única ressalta, imediatamente: a falta de competência dos motoristas, constituídos, na sua maioria, de menores, de pessoas que nunca tiveram a menor noção de semelhante encargo.

Ora, Porto Alegre, que já conta com cerca de 3 mil automóveis, não pode, de modo algum, continuar nessa situação. Criada, ou melhor, remodelada a Inspetoria de Veículos, os acidentes do tráfego não diminuiram: vão, pelo contrário, dia a dia aumentando. É que o mal não é tanto da organização e distribuição daquele serviço, mas, sim, da competência de milhares de pessoas arvoradas em choferes.

Havia perenemente necessidade de se pôr um freio a esse criminoso abuso. Se a lei ora promulgada pela administração municipal não cura o mal, pode, entretanto, sofreá-lo, evitando que os acidentes de tráfego tomem maiores proporções.

18 de janeiro de 1927

O problema de habitação constitui, de há muito tempo, uma das maiores calamidades de Porto Alegre. Deve-se em grande parte a ele a falta de desenvolvimento de diversas zonas da cidade, deve-se em grande parte a ele o não ter aumentado ainda mais a nossa população urbana.

O número de construções entre nós (e note-se que estamos construindo agora muito mais que nos últimos anos passados) é relativamente pequeno, se levarmos em conta a população, o movimento e a área da nossa capital. A maioria das edificações que vão surgindo em determinados bairros é quase toda constituída de moradias especiais para residência dos próprios proprietários.

Casas para aluguel, propriamente, são em número deveras insignificante as que se constroem entre nós. Quase ninguém cuida de aumentá-las. As pessoas que para aqui transferem residência lutam com as maiores dificuldades, meses e meses sem conseguir muitas vezes a habitação desejada, acabando por abandonar a ideia de mudança de residência. Pessoas ali mesmo residentes, quando por qualquer circunstância são obrigadas a procurar outro prédio para se instalar, passam pelos mesmos embaraços e trabalhos. Não há casas. Por mais que as procurem, até mesmo sujeitando-se a aluguéis caríssimos, não as encontram. No geral, os poucos prédios desocupados que aparecem estão sempre em más condições, sem oferecerem o menor conforto aos interessados em habitá-los. Isso quanto às zonas mais afastadas, pois, no centro da cidade, as dificuldades são maiores. O problema da habitação é, de fato, um dos mais sérios de Porto Alegre. Não há moradias de aluguel. Quanto às habitações baratas, próprias para o proletariado, para as nossas classes pobres, que lutam com toda sorte de dificuldades, é outro problema ainda mais sério, porque não existem casas cujos aluguéis estejam em condições às posses do inquilino. A maneira do que

tem sido feito em outras capitais do país, Porto Alegre já bem podia também cuidar a sério desse problema, oferecendo casas com algum conforto por preços relativamente cômodos, e não exageradamente elevados, como hoje são alugadas as habitações construídas com esse fim comercial e que são, na sua maioria, verdadeiros pardieiros, onde tudo falta, a começar pela própria higiene.

5 de fevereiro de 1927⁴⁹

Sem querermos condenar o desporto qualquer que ele seja, já de longa data defendido e aconselhado pelos higienistas como meio indispensável e útil ao desenvolvimento dos organismos depauperados ou fracos, tornando-os sadios e fortes, julgamos, entretanto, que ele não deve ser levado ao exagero do exclusivismo, com criminoso abandono do trabalho, tão necessário à vida e ao progresso de um povo que precisa de braços como o nosso. Infelizmente, não é isso que se vem observando nas ruas e logradouros desta capital, a cada momento improvisados em pistas e canchas de jogo, com grave prejuízo para o trânsito público e para as moradias vizinhas. Já não tem conta o número de vezes que temos reclamado contra o futebol nas ruas, contra os danos causados pelo mesmo, contra a madraçaria e a vagabundagem que ele congrega nesses ajuntamentos da via pública. Para o caso, já chamamos até a atenção da polícia, solicitando a sua intervenção, no sentido de acabar com esses ajuntamentos perniciosos, onde o baixo calão campeia em contínuas ofensas à moral.

O futebol, nesses lugares, tem ainda o agravante de causar danos materiais a terceiros. Um morador da rua Dr. Timóteo escreveu-me dizendo que, em um extenso terreno existente à esquina da rua Marquês do Herval, reúne-se diariamente uma multidão de indivíduos

⁴⁹ Devido a numerosos erros de diagramação, esta crônica foi reconstituída a partir da reordenação das frases da edição original.

desocupados, com o fim de entregar-se, durante horas inteiras e consecutivas, a um estouvado e interminável jogo de futebol. As vidraças das casas próximas ficam, assim, como é de ver, em constante ameaça; e as pessoas que, em caminho para o trabalho ou de regresso aos seus lares, se veem na dura contingência de atravessar o referido local, o fazem na iminência de serem atingidas pela bola fatídica.

Evidentemente, trata-se de um abuso que está a merecer a mais séria censura e a mais justa repressão por quem de direito.

Como acima dissemos, já por várias vezes reclamamos contra o fato, aliás, frequentíssimo nas ruas da cidade. A polícia não deve, de modo algum, permitir que eles se reproduzam.

Além de ser uma falta de educação por parte de quem a pratica, é, ainda, uma ameaça às vidraças da vizinhança e à cabeça do transeunte.

6 de fevereiro de 1927

Será que os acidentes do tráfego urbano não têm mais paradeiro?

Parece que sim. Esses desastres, em vez de diminuir, aumentam consideravelmente de número. Eles fazem parte do registro permanente do noticiário dos jornais. Não se passa um dia que seja que a imprensa local deixe de mencionar não um, dois, mas uma infinidade de acidentes.

Todos os nossos veículos, todos os nossos meios de transportes, desde o bonde, que devia deslizar macio e sem perigo algum pelos trilhos, até o automóvel friamente assassino, por aí andam à toda, aos encontrões, pelas ruas principais, pelos pontos de maior movimento da nossa capital.

E, como se não bastasse a dezena de acidentes produzida por esses terríveis veículos urbanos, temos agora os trens da Viação Férrea que, desde ao sair da estação dos Navegantes, até chegar à estação central,

à rua Voluntários da Pátria, esquina da Conceição⁵⁰, vão deixando pelo caminho verdadeiros destroços. Carroças espatifadas, animais de pernas quebradas, trabalhadores mutilados, quando não esmagados, transeuntes apanhados de surpresa, tudo, enfim, ali fica atirado no meio da rua, no sinistro percurso de uma estação à outra.

Já que é impossível cercar a linha férrea de toda a extensão da referida rua, devido à existência de armazéns e trapiches de um lado e de outro daquela via pública, notadamente nas proximidades dos trilhos, onde o serviço de carga e descarga é permanente, já que impossível se torna impedir que os veículos ou pessoas atravessem a linha, a diretoria da Viação Férrea devia determinar ordens severas para que os maquinistas, ao partirem da estação dos Navegantes para a central, diminuíssem o mais possível a marcha dos trens.

Não basta o sinal constante dado pela campainha da locomotiva se a marcha não for a mais lenta possível. Com a marcha ora observada, as carroças que estão atravessadas nos trilhos, carregando ou descarregando mercadorias, não têm tempo de se desviar. Daí os contínuos e horrorosos desastres ali registrados diariamente. Eles reclamam uma providência enérgica e imediata. E a única providência a ser tomada nesse caso é o que acima lembramos, até que surja uma outra definitiva: a de se tirar a estrada daquela rua, desviando-a para ponto mais afastado, de acordo com um antigo projeto já elaborado a respeito.

11 de fevereiro de 1927

À maneira que a nossa polícia administrativa vai desaparecendo, transformada em guardas da Inspetoria de Veículos, o número de

⁵⁰ Rua da Conceição: em 1935, o prolongamento da rua da Conceição até a avenida Flores da Cunha recebeu o nome de rua Sarmiento Leite, mantendo o antigo nome no trecho entre a avenida Flores da Cunha e a avenida Mauá. No início da década de 1970, perdeu grande parte de sua extensão, com a construção de um túnel e uma pista elevada.

furtos e de roubos, que já era enormemente grande, é hoje fantásticamente enorme.

Esses delitos aumentaram de dia para dia. E há razão de sobra para isso. Para a gatunagem, Porto Alegre é o melhor dos mundos, exatamente porque não há repressão de espécie alguma contra ela. O único meio com o qual se poderia contar para pôr paradeiro a esse estado de coisas, seria com um corpo de segurança pública à altura das necessidades da nossa capital.

Isso, entretanto, não possuímos. Como várias vezes já tivemos ocasião de comentar, com o início da atual administração a polícia local foi grandemente melhorada. Pelo menos mudou o fardamento, atirando para um lado a ensebada vestimenta de “rato branco”⁵¹ e envergando o brim cáqui de guarda-civil. Além de aumentado para mais do dobro o número de guardas, seus vencimentos foram também com justiça melhorados. E para que a reforma fosse completa, receberam eles imediatamente o agusto símbolo mantenedor da ordem – o cassetete... Infelizmente essa transformação, pelo menos pelo lado que mais nos interessa – o aumento do número de guardas – durou pouco. Sob a alegação de falta de verba, malgrado a pesada taxa de policiamento paga pelos nossos municípes, a polícia foi rapidamente desaparecendo. Hoje já quase que não se vê essa entidade rara chamada guarda civil. Por isso, não é de estranhar que a gatunagem entre nós aumente de assustadoras proporções.

A municipalidade, entretanto, está no dever de não desamparar a nossa população, de não deixá-la à mercê dos larápios e ladrões que campeiam por toda a cidade. Pelo menos uma guarda de vigilância noturna devia ser quanto antes criada. Se a Intendência não está em condições de mantê-la por sua conta e às expensas dos seus cofres, devia pelo menos entrar num acordo com quem se propusesse criá-la.

⁵¹ Rato Branco: apelido depreciativo conferido pela população aos agentes da polícia administrativa, em função de seu uniforme claro de verão.

Seria uma ótima medida, de grandes benefícios para a nossa capital seriamente infestada de gatunos.

Porto Alegre não pode de maneira alguma continuar no criminoso abandono em que se acha. Já é tempo de termos um policiamento à altura do desenvolvimento e do progresso da cidade – à altura do espantoso progresso da gatunagem, o maior de todos, por enquanto...

17 de fevereiro de 1927

Está dando o que falar o grande número de casos de desaparecimento de menores desta capital.

Em torno desses fatos, que a nosso ver não têm a importância que parece, começaram a se tecer verdadeiras lendas, principalmente entre o não pequeno elemento inculto da nossa população, gente, portanto, de boa-fé, que em tudo acredita, até mesmo no mistério e nas almas do outro mundo.

As alarmantes opiniões nesse meio, a respeito do desaparecimento de menores, variam de momento a momento. Para uns, o caso não passa de roubos cometidos pelos ciganos que aí andam em bandos perigosos; outros, porém, acreditam na existência de uma fábrica de linguiça de carne humana, mais aperfeiçoada, por certo, do que a que existiu na rua do Arvoredo, sob a competente direção do Ramos e da Catarina;⁵² ainda outros, suscetíveis em acreditar em tudo o que por aí se diz, julgam tratar-se de um tubarão que tenha a dupla função de viver tanto na água como em terra, e que por aqui aparece agora, com toda a sua horrível voracidade por carne humana.

Estamos, como se vê, em pleno domínio do Papão!

⁵² Referência aos chamados crimes da rua do Arvoredo (atual rua Coronel Fernando Machado), ocorridos entre 1863 e 1864. O ex-inspetor de polícia José Ramos e sua companheira Catarina Palsen atraíram vítimas para sua casa e as esquartejavam, utilizando sua carne para produzir linguiça. Há dúvidas, entretanto, quanto à veracidade desses episódios.

Alguns pais, para acalmar a diabrura dos filhos, intimidam estes com os vários exemplos de desaparecimento de menores, ora levados pelos ciganos, ora arrastados por fantasmas e almas do outro mundo.

O que é fato é que uma grande parte da petizada de Porto Alegre anda deveras assombrada com as notícias que circulam a respeito, principalmente em casa, quando estão fazendo diabruras. Embora seja outro, muito outro, o caso, pois se trata apenas da madraçaria de menores que fogem de casa para as primeiras aventuras do mundo (que para eles não vai além de Viamão ou de Montenegro), embora outro não seja o caso, uma grande parte do nosso povo o aceita de modo diverso.

Para essa gente, no fundo de tudo isso há coisa, há mistério.

O fato é que o desaparecimento de menores está despertando grande rebuliço a nossa petizada.

Ainda ontem, num grupo deles, o mais alarmado, o mais temido de todos, incutia aos outros a sua opinião que trazia, ainda por cima, a chancela paterna.

– Papai disse que os fantasmas não roubam só crianças; roubam gente grande também! Até moças eles levam. Domingo desapareceram duas! Cuidado! Vamos embora...

Coitadinho!

17 de março de 1927

Ao que nos informam, várias firmas comerciais desta praça cogitam da criação de um corpo de guardas noturnos, que exerça atenta vigilância em suas casas de comércio hoje ameaçadas, senão já assaltadas pela onda infrene de larápios que campeia desbragadamente em Porto Alegre, devido à completa falta de policiamento.

Nesse sentido, os interessados, ao que ouvimos, vão se dirigir ao Sr. Intendente Municipal solicitando a necessária licença, bem como a isenção da taxa de policiamento, injustamente cobrada, pois, como é do domínio público, não existe o referido serviço nesta capital.

A ser verdadeira tal resolução do comércio local, ela irá naturalmente provocar igual atitude por parte de toda a nossa população, que paga de igual modo a referida taxa sem gozar das garantias e segurança do imaginário policiamento urbano. Se ainda de quando em quando é avistado lá um que outro policial pelas ruas, outras zonas há, mais afastadas do centro, que não existe um só desses raros “espécimes” da família “sherlockiana”⁵³. Uma terrível e enganadora ilusão nos dá às vezes, com essa falta absoluta de policiamento, a impressão de que isto aqui é o paraíso da tranquilidade, da segurança pública...

Diante disso, como é natural, não há forasteiro que não indague logo, deveras admirado:

– Pelo que noto, Porto Alegre é uma cidade sem polícia?...

– Não há necessidade desse serviço público - replicamos - Felizmente, na nossa capital não se conhecem gatunos, não se sabe o que é desordem e nunca se viu jogo nem jogadores...

– Mas que maravilha! Estou até com vontade de me mudar para cá.

O desgraçado vem, e logo no primeiro dia lhe batem a carteira na rua e lhe levam todos os móveis da casa, inclusive a própria cama!...

Essa é, tal qual, a nossa situação.

Diante disso é de francos aplausos a resolução que pretendem tomar várias firmas comerciais no sentido de ser organizado um corpo civil de segurança pública capaz de fazer a vigilância pelo menos nas proximidades dos seus estabelecimentos de comércio.

Contar com os quarenta guardas que se diz existirem na capital (os quarenta de Gideão⁵⁴) é absolutamente impossível. Os prejudica-

⁵³ “Shelockiano”, “Sherlockismo”, “Sherlocks”: neologismos criados em alusão ao personagem Sherlock Holmes, o detetive criado por Arthur Conan Doyle (1859-1930).

⁵⁴ Gideão: juiz bíblico (Juízes, capítulos VI a VIII) que libertou os israelenses dos midianitas, mantendo a paz por quarenta anos.

dos, que aliás é toda a população de Porto Alegre, estão em relação à polícia como o poeta em relação ao vácuo:

Chamo, ninguém me responde!

Olho, não vejo ninguém!⁵⁵

23 de março de 1927

Apesar de sua tranquilidade, da mansidão de suas águas e da infinita beleza de suas bordas verdejantes, onde tudo é poesia e suavidade, a nossa maravilhosa bacia do Guaíba é uma tragadora traiçoeira de vidas.

Engana-se quem se deixa levar pelo aspecto de suas margens, onde uma rasura toda aparente parece nos convidar aos primeiros ensaios de natação.

Uma vez na água, porém, logo se adivinha a profundidade do rio, logo se conhece a gravidade do perigo.

Necessário se torna, então, ser bom nadador para vencer as dificuldades que ele oferece, mesmo aos mais afeitos ao utilíssimo desporto.

Qualquer das suas margens, aqui em frente, constitui uma ameaça e um perigo, principalmente aos menores e inexperientes, que, atraídos pela serenidade do rio, pensam logo dominar qualquer situação de dificuldade.

Essa tem sido a razão de inúmeros casos fatais, de pessoas que perecem afogadas. Constantemente, a imprensa registra esses desastres, na maior parte ocorridos nas proximidades de suas margens. Não se passa mesmo uma só semana em que não sejam encontrados corpos de afogados, boiando à superfície das águas. São de vítimas tragadas pela mansidão do rio.

⁵⁵ Versos da trova popular portuguesa "Neste campo solitário/ onde a desgraça me tem/ Chamo, ninguém me responde!/ Olho, não vejo ninguém!".

Já não há conta do número de pessoas que nele têm perecido, quase todas levadas, naturalmente, pelas tentações e insinuações que o Guaíba oferece aos que o contemplam em qualquer ponto.

Ainda domingo, próximo da ilha Humaitá, um menor que, numa embarcação, se aproximava daquele local, julgando alcançar pé na água, atirou-se ao rio, onde ia perecendo afogado se não fora o gesto de uma senhorita nadadora, que, percebendo o perigo do afoito companheiro de viagem, atirou-se também, salvando-o de uma morte certa.

Assim, por pontos vários da baía fluvial, que faz Porto Alegre uma joia e uma maravilha, casos como esse, de pessoas salvas por outras, são registrados às dúzias. Nunca, porém, o caso de uma senhorita ser a salvadora miraculosa. É que ela é uma nadadora experimentada, para quem o Guaíba já não tem mais segredos. Foi o que valeu ao jovem fascinado das nossas águas bonançosas, que aí estão, dia a dia, fazendo inúmeras vítimas.

Diante de tantos fatos desagradáveis, diante de tantos e tantos desastres fatais, já era tempo de serem tomadas as necessárias precauções, com o intuito de se evitar maior número de desastres.

31 de março de 1927

A indústria das falências é hoje um novo e rendoso ramo de atividade comercial, já bastante desenvolvido nas principais praças do país, principalmente em São Paulo e Porto Alegre.

É um aspecto novo da nossa capital, pitoresco e perigoso ao mesmo tempo, que merece registro e comentário.

De fato. Tão desenvolvida se vai tornando a “indústria de falências” entre nós, que ela já chega a ter hoje guarda-livros especialistas, que outra ocupação não têm senão a de preparar escritas fraudulentas, mas, de tal maneira arranjadas, que os credores da massa ainda por cima ficam devendo ao falido...

É um negócio admirável esse. Dizem que os que se aventuram às grandes possibilidades da nova indústria levam todas as probabilidades de êxito em caminho de um lucro certo. Não há quem perca (com exceção dos credores, está vista) nesse novo e rendoso ramo de atividade nacional. Na pior das hipóteses, mesmo que o comerciante que vai explorar a referida indústria seja um tanto cru em matéria de "Dever" e "Haver", ele ainda tem a seu favor a reconhecida experiência do guarda-livros especialista, que, usando de uma contabilidade deveras estranha, movimentada com uma espantosa facilidade o "Diário", o "Razão" e o "Copiador", onde tudo aí aparece, naturalmente explicado, de tal maneira que a honestidade do falido fica acima de qualquer suspeita dos seus credores...

Nessa nova indústria, genuinamente nacional, como é o jogo do bicho, Porto Alegre apresenta grande número de casos. É verdade que os casos daqui não têm o volume dos casos de São Paulo. Mas se destacam pela sua quantidade. E como os incêndios, que são outra indústria rendosa, eles repontam em maior número em época de fim de ano ou de balanço.

Desde janeiro até agora que o Foro de nossa capital não tem mãos a medir no atender as denúncias e decretações de falência.

Parece-nos que essa febre já não cessa mais. E nem é justo que cesse, quando a excelência dos resultados da nova indústria aí está patente, incitando a todos à expansão de uma atividade que muito promete aos que dela cuidam.

Para se ter uma prova das nossas possibilidades em relação a esse grande ramo industrial, basta saber-se o quanto ele vem aumentando dia a dia, distendendo ainda mais os horizontes, alargando-se e irradiando-se por outros pontos do estado e do país, numa afirmação magnífica de grande atividade...

Mesmo assim, Porto Alegre continua com a primazia, senão no valor, como acima dissemos, pelo menos, no número.

13 de abril de 1927

Na realidade, Porto Alegre, ao contrário do que pensa quem aqui vive, tem atrações fascinantes e perturbadoras. A vida escorre nas artérias da cidade com deleites maravilhosos e olímpicos. Estamos em pleno Eldorado, mais doce e perfeito do que o encontrado por Orellana⁵⁶ no vale majestoso do Amazonas.... Aqui, sim, a vida é boa e deliciosa, e tão boa é que para cá logo tudo se transporta, atraído pelas suas insinuações irresistíveis.

É uma tentação. Em razão disso, Porto Alegre apresenta permanentemente os mais variados aspectos de meios de “defesa”, organizados pelos que aqui aportam com intuito de tentar a vida de uma maneira mais rendosa e suave.

Todos os modos e processos inexequíveis em qualquer outro ponto do país são postos em prática, entre nós, com absoluta segurança de êxito.

São processos e meios que não falham. Verifica-se isso até mesmo através dos anúncios que se veem por toda parte. Os camelôs e os representantes do charlatanismo em geral, do charlatanismo representado por toda uma vasta classe de exploradores de toda a ordem, de toda a casta e de toda a espécie, encontram, de fato, em Porto Alegre, um campo vasto para o exercício de sua atividade. Os prodígios do ocultismo, do psiquismo, do faquirismo; a ciência da bruxaria, da feitiçaria, da adivinhação; a arte do escamoteio, de devassar segredos e mistérios; a cartomancia, a nigromancia, a quiromancia; a venda de tóxicos, de drogas suspeitas e tudo o mais que constitui exploração e embuste, tem livre exercício entre nós. É um vasto comércio propagado por toda a cidade. Não há rua ou beco em que se não encontrem livres representações desses gêneros de vida, em florescente grau de prosperidade.

⁵⁶ Francisco de Orellana (1490-1550): explorador espanhol que percorreu o rio Amazonas entre 1541 e 1542.

Por isso, a nossa capital é um verdadeiro paraíso. O leitor que peça uma impressão da cidade a qualquer um desses representantes da classe e logo tê-la-á nítida, magnífica, admirável.

– É uma maravilha. Não há classe igual! Isto aqui é um céu aberto... Pena que só agora eu descobrisse essa mina... Mas nunca é tarde quando *la dicha es buena*⁵⁷. Tenho fundadas esperanças de que farei em breve minha independência econômica, já que não posso fazer a outra, em virtude do meu reconhecimento e da minha gratidão!...

Porto Alegre! Grande terra, maravilhosa terra!

Nunca es tarde si la dicha es buena.

23 de abril de 1927

Tão estúpida é a vigarice do “conto” do pacote ou a história do bilhete “premiado”, que já julgamos extinto esse processo por inaceitável às razões do bom senso. Já estamos firmemente crentes que a classe unida e inteligente dos senhores vigaristas – uma das mais numerosas de Porto Alegre – havia posto de lado esse meio de ação, por entender naturalmente que os seus resultados seriam sempre negativos. Só mesmo um “mazanza”⁵⁸ será capaz de cair em semelhante esparrela, como é o caso do pacote ou do bilhete premiado.

Ao contrário, porém, do que pensávamos, a operosa classe não abandonou o plano porque ainda o reconhece como um dos melhores, e que mais compensadores resultados tem dado em todas as ocasiões precisas.

Seguidamente, os jornais estão noticiando casos de pessoas que são vítimas do bilhete premiado ou do conto do pacote, sendo este último, a nosso ver, a mais imbecil de quantas maneiras usam os senhores punguistas para zombar da imbecilidade dos que estão prontos a cair

⁵⁷ “*Nunca es tarde si la dicha es buena*”: antes tarde do que nunca.

⁵⁸ Mazanza: pessoa preguiçosa, indolente, simplória, tola ou desastrada.

na armadilha. Nestes últimos dias, então, tem sido grande o número desses casos, todos realizados com absoluta segurança de êxito. É que o vigarista conhece a léguas o pandorga⁵⁹ destinado a escorrer com o “arame” e mais outros objetos de valor que possui. A batida absolutamente não falha; e não falhará nunca enquanto houver vítimas com más intenções, como são quase sempre as que aceitam, mediante uma menor garantia em dinheiro, pacotes com quantidades maiores.

Nesse ponto, os vigaristas são honestos; eles não exploram os inocentes ou os indivíduos de boas intenções: batem exatamente nos de má-fé. Daí, a certeza absoluta na vitória. Com a notícia de que o pacote contém tantos contos e o bilhete está premiado com tantos, a tentação agita de tal maneira a futura vítima, que ela não pode deixar de cair. Chega até a fazer planos.

– Olhe, que se a Santa Casa não procurar o pacote até amanhã, à tarde, eu não me responsabilizo pelo seu conteúdo. O hotel em que estou parado é muito visitado pelos gatunos. Como vê, é um perigo!...

E o larápio, amável:

– Não, senhor; vá descansado... A Santa Casa procura. Então ela não havia de procurar?... Ora essa... Eu já avisei para lá.

E, ardentemente desejoso de nunca ser encontrado pela Santa Casa, a “vítima” lá se vai para o hotel contar as “massas” que lhe entregou a outra “vítima”.

O resto o leitor já sabe: o embrulho só continha papéis velhos...

24 de abril de 1927

O ativo subintendente do 1º distrito está empenhado em fazer o saneamento moral da capital.

⁵⁹ Pandorga: indivíduo crédulo, volúvel, tolo.

A medida é acertada. É necessário que a polícia de costumes tome qualquer providência nesse sentido. Porto Alegre está de há muito clamando por uma repressão severa, a fim de impedir o desenfreio da libertinagem e a propagação do vício. Cidade nova e modesta, contando pouco mais de duzentos mil habitantes, o desbravamento e os costumes dissolutos de toda uma velha Sodoma imoralíssima aqui, entretanto, campeiam livremente em caminho de uma propagação apavorante.

A cidade dia a dia se afunda no vício; outros, que poluem e corrompem, vão dia a dia surgindo, distendendo suas garras por toda a *urbs*, desde as zonas mais centrais às zonas mais afastadas. Uma senhora de costumes severos, de honestidade insuspeita, já não pode transitar desembaraçadamente na via pública: ou é o libertino que a agride, ou é o meretrício desenvolvido que lhe vai mostrando por todos os pontos os quadros mais degradantes da sua queda.

Naturalmente, diante desse triste espetáculo da cidade, foi que a autoridade administrativa do primeiro distrito resolveu tomar uma providência, para mostrar que ela está vigilante, velando pela moralidade pública.

O ativo subintendente do respectivo distrito já deu começo à sua ação repressora, visitando casas suspeitas, pensões de mulheres, e fazendo ver, ao mesmo tempo, aos proprietários de alcovilhas⁶⁰ de tolerância que não permitirá abusos e desordens em suas casas, praticadas por meretrizes e indivíduos desocupados. Determinou, outrossim, a mesma autoridade, uma maior vigilância nas ruas onde as cenas de degradação moral se repetem a cada passo.

Ignoramos com que policiamento se pretende prestar esse inestimável serviço à moralidade pública. É um caso esse bem difícil de se saber. Isso, entretanto, não nos tolhe de aplaudir a ideia da autoridade moralizadora. Essa atitude merece, de fato, aplausos. Entendemos,

⁶⁰ Alcovilha: pequeno quarto interior (alcova).

todavia, que a ação repressora da polícia de costumes não deve se restringir a essas espeluncas e antros de tabuleta na porta. Há outros de maior perigo que por aí existem às centenas, disfarçados por todos os pontos da cidade, onde de ordinário são arrastadas todas as vítimas. Referimo-nos às casas de *rendez-vous*⁶¹, covis hediondos do vício, cujo número é hoje verdadeiramente espantoso.

Esses, mais do que outros, é que mereciam uma severa repressão policial. Sem isso não há saneamento moral possível. Porto Alegre continuará a apresentar os mesmos quadros, as mesmas cenas aviltantes e degradantes enquanto mantiver essas centenas de casas terríveis onde a vítima indefesa se afunda para sempre.

Se aquela autoridade administrativa quiser fazer alguma coisa em benefício da moralidade dos costumes, ela que comece por aí e verá então o que se deparará diante dos olhos...

3 de junho de 1927

Mesmo com o grande número de desastres de veículos ainda diariamente registrados – e seria absolutamente impossível evitá-los de um todo – mesmo assim, dizíamos, o serviço do tráfego urbano tem melhorado extraordinariamente. A dedicação extremada do Sr. Freitas Lima⁶², o novo chefe da Inspetoria de Veículos, tudo tem feito para dominar a tremenda anarquia do tráfego urbano, exercendo severa fiscalização junto aos agentes de serviço e assistindo, ao mesmo tempo, nos pontos de maior movimento, à maneira como o mesmo é feito.

A impressão que se tem é de que realmente esse serviço vai melhorando sensivelmente. O ativo e enérgico auxiliar municipal,

⁶¹ Casa de *rendez-vous*: prostíbulo, bordel.

⁶² Henrique Freitas Lima: servidor público. Ocupou diversos cargos, como os de delegado de polícia, subintendente do 2º distrito, diretor da Inspetoria de Veículos e diretor da Casa de Detenção.

que tão decisiva atuação teve quando subintendente do 2º distrito, vai assim, dia a dia, se impondo à consideração do público.

O espantinho dos gatunos e desordeiros daquela zona rebelde é agora o espantinho dos guias de veículos, uma espécie de papão terrível que nada perdoa em se tratando de abusos cometidos por aqueles. E tem que ser assim para que a sua atuação no cargo que hoje ocupa possa dar algum resultado satisfatório. Entre a numerosa classe de motoristas constituída de mais de três mil choferes, além do grande número a que falta absoluta competência para guiar automóveis, há também alguns que são verdadeiros criminosos que outra coisa não fazem senão atropelar e mutilar transeuntes na via pública. Contra esses a sua atuação deve ser enérgica, decisiva, assim como não deve ter o menor compadrio de política contra os que tentarem desautorizar as ordens da Inspetoria ou dos seus subordinados naquele cargo, como ainda anteontem aconteceu com um auto particular que, infringindo as novas disposições da Inspetoria de Veículos, estacionou por algum tempo à rua de Bragança⁶³.

Advertido pelo guarda que ali não podia estacionar automóvel, o seu proprietário desobedeceu à ordem, dizendo simplesmente:

– Você sabe quem eu sou?

– Não, senhor!

– Pois fique sabendo que eu sou o doutor Fulano de Tal e outra vez que me vai advertir você irá para a cadeia!...

Como se vê, tal fato é simplesmente vergonhoso, tanto mais que a Inspetoria de Veículos se mostra vivamente interessada em melhorar o serviço do tráfego urbano.

Esperamos, porém, que o Sr. Freitas Lima faça cumprir à risca as suas determinações, não desautorando jamais os seus subordinados quando estes procurarem cumprir com o seu dever.

⁶³ Rua de Bragança: oficialmente, rua Marechal Floriano.

Nada de política, nada de compadrio. A lei tem que ser igual para todos.

Assim agindo, o atual chefe da Inspetoria de Veículos, que tantos e assinalados serviços já prestou na subintendência do 2º distrito, terá aumentado o prestígio que merecidamente goza, como autoridade zelosa e enérgica, que não transige com abusos, sejam quais forem.

8 de junho de 1927

O assunto de hoje é sobre a carne.

Não se trata aqui da Carne luxúria, da diabólica e terrível Carne pecaminosa, condenada pela Igreja e tão ao sabor da humanidade, desde que esta, abrindo os olhos como Adão no Paraíso, conheceu a diferença dos sexos. Não! A carne de que aqui tratamos não tem o sabor irresistível do pecado. Não é Carne com C grande: é carne com c pequeno e por isso mesmo não oferece tão sérios perigos como a outra... Mas se tal espécie, ou melhor, se tal qualidade de carne não nos provoca nem nos aguça a tentação, nem por isso ela é recusada no mercado, nem por isso ela deixa de ser grandemente disputada pelo nosso estômago. Se gente há que gosta e dá a vida por um "osso"⁶⁴, com mais forte razão dá-la-á pela carne, pela outra Carne e por esta bovina carne de que aqui vamos tratar.

Várias têm sido as queixas a nós dirigidas sobre a maneira por que é vendida a carne verde nos açougues dessa capital. Não raro os retalhistas vendem a carne de segunda qualidade como sendo de primeira, lesando assim o consumidor, não só na qualidade, como no próprio preço desse gênero de primeira necessidade, pois, como ninguém ignora, a carne de segunda custa 400 réis menos que a de primeira. A diferença, como se vê, é bem sensível. Entretanto, é um

⁶⁴ Osso: na gíria, favorecimento, privilégio, favor.

abuso que se repete com certa insistência nalguns açougues desta capital, principalmente quando não é o próprio interessado que vai adquirir-la. É claro que não se entende com todos, e muito menos com os açougues do Mercado, onde a carne está classificada e exposta aos olhos do público, com os respectivos preços, segundo a qualidade. A verdade, porém, é que tem havido contínuas fraudes nesse sentido, quando não acontece coisa pior, tal como a diminuição sensível do quilo que muitas vezes não vai além de 850 gramas!...

Já que estamos há tanto tempo prejudicados no preço desse alimento que aqui é vendido, sem justificativa plausível, mais caro do que em qualquer outra parte do estado; que já nada se consegue fazer em benefício da nossa população constantemente espoliada por parte dos inescrupulosos, a municipalidade devia ao menos exercer uma rigorosa fiscalização em todos os açougues da cidade, não só quanto às suas condições de higiene, como também quanto à qualidade da carne, sem esquecer ainda as irregularidades da balança.

Quem se interessar por isso terá muita coisa a fazer e muitos benefícios a prestar à nossa população.

Para que continuemos a pagar a 1\$500 o quilo da carne de primeira qualidade (e muitas vezes a de segunda é vendida como sendo de primeira), é necessário que ao menos tenhamos a garantia de uma fiscalização severa por parte do poder municipal.

Já vê o leitor que, embora não se tratando da Carne com C grande e sim da outra com c pequeno, essa espécie também muito nos interessa, pois ela diz respeito às altas exigências do estômago e às precárias situações da nossa bolsa.

Como acima falamos em Carne com C grande e de um outro artigo de nome igual, porém com c pequeno, havendo, portanto, uma mistura de letras maiúsculas e minúsculas, não vá o leitor malicioso estabelecer confusões no C. que serve de assinatura a esta...

17 de junho de 1927

Há dias vem sendo distribuído, entre o comércio e o público em geral, um interessante mapa com fotografias dos principais e mais populares gatunos e vigaristas desta capital.

Nesse quadro, no qual figuram os retratos de 67 larápios (uma vigésima parte da nossa população ladravaz, que vai a mais de 1.000), aparecem indesejáveis de toda a espécie, desde o simples “limpador” de galinheiros e roupas de coradouros, até ao ladrão arrombador, ao hábil vigarista passador do bilhete premiado ou do ainda bem aceito conto do pacote.

Por um simples olhar, de relance, ressaltam da bem organizada guia fotográfica caras de todo o feitio, desde as mais relapsas e hediondas, até às dos gatunos simpáticos e bem apessoados, em cuja fisionomia ninguém jamais seria capaz de adivinhar o punquista profissional, que é o pavor de Porto Alegre.

Como acima tivemos ocasião de nos referir, o número de gatunos que contém esse quadro representa uma vigésima parte da grande onda que aí anda dia e noite, em constante e operosa atividade...

O que nos espanta em tudo isso é que, com a polícia administrativa, com a polícia secreta, com os guardas noturnos, e mais o policiamento particular, consumindo dezenas e dezenas de contos da população, a ladroagem, ao em vez de diminuir, vai aumentando cada vez mais, tomando maiores e mais assustadoras proporções. Não se passa um dia que os jornais não registrem uma infinidade de crimes de furto e roubo, coincidindo o maior número de “batidas” exatamente nas casas que pagam duas e três contribuições de policiamento!...

Tudo isso é simplesmente lamentável. O melhor seria acabar de vez com o vergonhoso serviço que Porto Alegre possui em matéria de policiamento. Talvez com essa medida diminuísse a atividade da gatunagem, que aí está zombando e rindo gostosamente das várias “atividades” policiais com que conta a cidade.

Vai a tal ponto a sem cerimônia dos laráprios, que vários deles, sentindo-se melindrados por verem suas figuras estampadas no mapa, agrediram em bando, à plena luz do dia e em pleno coração da capital, a pessoa que fazia a venda daqueles quadros às nossas casas comerciais...

Isso, só mesmo em Porto Alegre, com todos os arremedos do policiamento que aí estão.

21 de junho de 1927

Impõe-se-nos fazer aqui, hoje, um registro deveras sensacional: passaram-se cinco dias – cinco dias – na semana que findou sem que fosse notificado um só acidente no tráfego, principalmente em relação ao serviço de bondes, ônibus e automóveis em geral!...

Há três anos seguros que Porto Alegre não gozava de tão grande acontecimento, de um verdadeiro acontecimento assim, exatamente por nada ter acontecido. Nesse espaço de tempo para cá, os desastres no tráfego urbano vinham, dia a dia, aumentando assustadoramente. Eram seis, oito ou mais por dia, cada qual de consequências as mais desastradas, senão de mortandade, pelo menos de mutilação em massa. A Assistência Pública⁶⁵ não tinha mãos a medir, não tinha outra coisa a fazer senão atender as vítimas de tais acidentes, que se verificavam por todos os pontos da cidade, desde as artérias de maior trânsito até as ruas mais afastadas. Por sua vez, a imprensa local, ao lado das contínuas reclamações diárias sobre a péssima organização do serviço de tráfego, mantinha um registro permanente das lamentáveis ocorrências que dele resultam. Injustificáveis, dizemos, porque o movimento do tráfego de Porto Alegre não é de tal ordem que seja ele a causa desses desastres, quando todo

⁶⁵ Assistência Pública: serviço de socorro médico de emergência instalado em 1898.

mundo sabe que as causas são devidas aos abusos criminosos de muitos choferes, à incompetência de outros e à completa anarquia da Inspetoria de Veículos.

Felizmente, a nova direção dada a esse departamento municipal veio diminuir de um modo deveras sensacional o número de desastres. Basta lembrar que tivemos cinco dias a seguir sem que o mais leve acidente fosse registrado. Isso não quer dizer que ainda não se venha a reatar a série desses lamentáveis fatos da via pública. Mas, pelo menos, já houve um longo intervalo de tranquilidade. Nota-se mesmo, pelo próprio noticiário dos jornais, que a anarquia do tráfego se vai pouco a pouco normalizando. Os choferes, os carroceiros e os próprios motoristas dos bondes já têm mais cuidado ao andar pelas ruas. O delírio da velocidade já não é tão frequente como então se verificava a cada passo, nos pontos mais centrais da capital.

Tudo isso devemos à dedicação do Sr. Freitas Lima, chefe da Inspetoria de Veículos, cuja atividade se distribui em pontos de maior movimento, assistindo, e muitas vezes dirigindo, em pessoa, o referido serviço, fazendo cumprir as determinações municipais em relação ao tráfego urbano.

Acreditamos que dentro de pouco tempo tudo estará nos eixos, para tranquilidade da população que até então vivia seriamente ameaçada pelas consequências do péssimo serviço de tráfego.

O que aqui nos cabe registrar é simplesmente isto; se os desastres não cessaram, diminuíram pelo menos, sensivelmente.

Só isso já é uma vantagem.

28 de junho de 1927

Porto Alegre está cheia de exploradores de mulheres. Tão grande já é o número dessas figuras repelentes que aqui exercem a sua “atividade”, que a polícia judiciária resolveu tomar sérias providências a respeito. Esta folha, em seu último número, publicou uma longa

notícia sobre o caso, informando que todos os delegados e subintendentes distritais tiveram ordem de agir energicamente, prendendo todo e qualquer indivíduo suspeito de exercer a cafetinagem. Para começar, essas autoridades já efetuaram, sábado, várias prisões. Se as ordens forem de fato cumpridas, muitas outras prisões terão que ser registradas, pois, como acima dissemos, é grande entre nós o número desses seres abjetos, que, até então, aqui exerciam impunemente o seu torpe comércio.

Desgraçadamente, a nossa capital, apesar de pequena, é uma cidade onde o lenocínio e outros derivados do lenocínio são exercidos em grande escala, como se vivêssemos num centro de manifesta decadência de costumes. Porque não é só pelo extraordinário número de exploradores de tráfico branco⁶⁶, que essa provinciana capital vai conquistando mau nome lá fora; é também pela prodigiosa quantidade de casas suspeitas de centros de *rendez-vous* existentes por todos os cantos, a começar pelo próprio coração da *urbs*.

É para nós profundamente desagradável tratar aqui de tal assunto, de um tema assim tão chocante, por onde se divisa quase a nu um doloroso e vergonhoso aspecto da cidade, em caminho de franca dissolvência de costumes. Não podemos, porém, evitá-lo, tanto mais que ele já é hoje um caso de polícia de costumes, sobre o qual deve recair todo o rigor das nossas leis. Continuar no abandono em que o mesmo permaneceu até agora seria contribuir criminosamente para que Porto Alegre caísse na mais completa degradação moral. Fazia-se sentir a necessidade de uma medida enérgica por parte de quem de direito, no sentido de reprimir maior propagação do vício, pelo menos na parte que diz respeito ao lenocínio desenfreado, e à atividade exercida pelos exploradores de mulheres. Não há lugar algum no mundo civilizado em que esses repugnantes algozes das

⁶⁶ Tráfico branco: referência ao tráfico de pessoas com finalidade de exploração sexual, que era denominado "tráfico de escravas brancas" no século XIX.

decaídas não sofram a mais justa e severa perseguição. Não era justo, portanto, que eles tivessem aqui campo livre para exercício dessa profissão abjeta.

Foi talvez compreendendo isso que as nossas autoridades judiciárias resolveram também agir, pondo um paradeiro a essas cenas aviltantes que se observam todos os dias, por pontos vários da nossa capital, onde o tráfego branco se vai exercendo livre e impunemente. A resolução ora tomada pela nossa polícia corresponde a uma medida de verdadeiro saneamento moral.

Para tanto basta que ela seja de fato cumprida.

30 de junho de 1927

Porto Alegre, em matéria de rapinagem, conhece tudo e de tudo possui em grande escala. Mais gatunos houvesse e mais estariam eles agindo, sem a menor preocupação com esse vergonhoso arremedo de polícia que possuímos, dividido em três grupos completamente inúteis, principalmente nestas noites frias de inverno: o guarda municipal, o guarda particular e o guarda noturno. A gatunagem entre nós não conta absolutamente com a polícia, porque de sobejo conhece a completa incapacidade desta. Os amigos do alheio podem agir livremente e desembaraçados de qualquer incômodo. A nossa capital é de fato um paraíso – o verdadeiro Eldorado do escamoteio particular e público. Há de fato aqui de tudo e em grande abundância. Temos quadrilhas de ladrões de galinha, de limpadores de quaradouros, de arrombadores de casas, de punguistas ao ar livre, de profissionais do “conto do pacote” e, finalmente, a grande e colossal turma dos batedores de carteiras, turma essa que opera tanto de dia como de noite nos pontos de grande movimento público. Para completar o formidável cadastro, faltavam, porém, a graça e o encanto feminino no serviço da alta ou da baixa gatunagem. Pois até isso já temos agora, graças a Deus! Um amigo nosso, que é um fino e

conhecido intelectual, acaba de nos revelar uma outra modalidade interessante do seu talento: o agudo e penetrante “sherlockismo”.

Assim é que ele acaba de descobrir não uma, mas um grupo de cinco ladras elegantes, cuja estreia na espinhosa “carreira” abraçada foi feita oficialmente na tarde de anteontem, numa série de “visitas” às principais casas comerciais do centro da cidade.

O grupo é constituído de duas damas já entradas em anos, mas que só agora tiveram a revelação de sua verdadeira vocação, de duas meninas que já começam muito bem a vida e, finalmente, de uma moça elegante e formosa que até aí, em matéria de escamoteio, só havia roubado corações ao outro sexo... Como, porém, essa espécie de furto é de pouco resultado nesta época de sérias aperturas, em que o amor é tão curto como o cabelo *à la garçonne*, resolveu ela estender ou ampliar o seu campo de ação, furtando objetos de mais utilidade prática que corações de namorados.

Constituído assim, o elegante grupo feminino começou a agir praticamente, “abafando”⁶⁷ tudo o que ia encontrando de jeito nos balcões das nossas casas de comércio. A estreia foi de fato um sucesso, quanto aos resultados da colheita que foi realmente farta.

Só não o foi em relação ao segredo em que a mesma estava, isso por culpa exclusiva do “sherlockismo” do amigo a que já nos referimos, que logo descobriu o truque, bem como as gentis representantes da nova quadrilha...

7 de julho de 1927

Simplemente impressionante foi a reportagem publicada por esta folha em sua edição de ontem, relativa ao consumo que Porto Alegre faz de tóxicos entorpecentes. Muita gente que ouve falar no

⁶⁷ Abafar: na gíria, furtar.

“pó da ilusão”, representado pela cocaína, e em outros absorventes, como a morfina e o éter, ignorava por certo que o consumo de todos esses terríveis venenos atingisse a tão grandes proporções.

Que o consumo se elevasse a uma certa quantidade de centigramas e de gramas, ainda se admitia, tanto mais em se tratando de uma terra onde há a mais franca liberdade para a jogatina, para a ladroeira, para o lenocínio e para toda a sorte de vícios degradantes. Mas, assim, aos quilos (73 quilos só num ano!) é uma proporção tal que ninguém jamais seria capaz de imaginar.

Na notícia publicada sobre tão impressionante fato, a quantidade referida é representada pelo ópio, cocaína e morfina, não figurando nesse balanço sinistro o éter, cuja saída, exclusivamente para os viciados, é também considerável.

Diante disso, fácil é de se imaginar a quantidade de toxicômanos existente em Porto Alegre. E, no caminho em que vai a fria indiferença das nossas autoridades policiais, o número já fantástico de viciados estará dentro de pouco triplicado. A venda de tóxicos é feita às escancaras, por todas as ruas e vielas desta capital. Não faz muito tempo que esta folha publicou uma longa reportagem sobre o assunto, citando casos e até mesmo o nome de pessoas (entre essas uma mulher aleijada) que, às escondidas ou em plena via pública, vendiam todas as espécies de tóxicos, notadamente a cocaína e a morfina.

Claro que, com essa indiferença por parte de quem devia exercer enérgica ação repressora, o vício tem que aumentar, tem que se propagar, minando e matando uma infinidade de seres que ainda poderiam ser arrancados das exigências dos entorpecentes. A cidade está, de fato, cheia de toxicomaníacos. A uma certa hora da noite e em certos e determinados pontos da capital, nota-se um vai e vem incessante para algumas farmácias e casas que exercem esse comércio clandestino, verdadeiramente criminoso.

Ainda é tempo, entretanto, para as nossas autoridades policiais despertarem do seu torpor, a fim de tomarem medidas enérgicas no sentido de reprimir os mercadores do vício, impondo aos mesmos as penalidades estabelecidas pelo nosso Código. Deixar no abandono, como até agora tem estado entre nós, esse problema de saneamento moral e social é contribuir para que o vício tome proporções ainda maiores, ainda mais assustadoras.

Acreditamos, porém, que, diante dos algarismos sinistros publicados por esta folha, em sua edição de ontem, sobre a colossal importação de tóxicos entorpecentes, as nossas autoridades não hesitarão um só momento na repressão imediata que se impõe sobre o caso.

13 de julho de 1927

Publicou esta folha, em sua edição de ontem, uma interessante reportagem (mais do que interessante, alarmante), sobre o que o fisco absorve nesta leal e valorosa cidade de Porto Alegre.

Pelos dados divulgados, conclui-se que a arrecadação dos impostos federais, estaduais e municipais, no espaço de seis meses (de janeiro a junho), elevou-se a trinta e dois mil contos (32:000\$000).

Que brincadeira! A gente contando, ninguém acredita. É exagero! É muito! Entretanto, é a pura verdade, infelizmente, confirmada pela lógica esmagadora dos algarismos.

Aquela formidável cifra corresponde à receita anual de muitos estados do Brasil, sendo que vários deles não conseguiram ainda atingi-la, nem mesmo dela se aproximar.

A nossa capital é um manancial inesgotável de impostos. Talvez seja mesmo a cidade do Brasil que pague maior soma de impostos, que sofra maiores extorsões por parte do fisco insaciável e implacável.

Ainda há bem pouco tempo, muita gente pensava que a União é quem estendia maiores garras sobre nós, sobre a fortuna particular,

sobre as nossas iniciativas de trabalho e de progresso. Mas, com o tempo, o Estado e o Município começaram a gozar de maiores privilégios.

Basta dizer que o Estado, além de outros impostos de selo para um grande número de produtos da nossa indústria já sobrecarregada em outras pesadas taxações! De maneira que pesa sobre Porto Alegre três fatalidades tremendas, representadas por três horríveis poderes arrecadadores, cada qual querendo levar maiores vantagens sobre os outros, na ânsia de mais arrecadar, de mais extorquir.

E assim, paciente e submissamente, a nossa capital vai levando o seu sacrifício: sacrificada pela União, que tudo lhe tira e muito pouco lhe dá; sacrificada pelo Município, que tudo lhe tira, que muito lhe promete e acaba, afinal, por lhe dar coisa, mas que é relativamente insignificante, em relação ao colossal aumento de impostos.

Mesmo assim, o Município ainda é mais útil à população que a União e o Estado, os dois grandes sugadores da riqueza e das iniciativas particulares.

O que nos vale em tudo isso é que a nossa provinciana metrópole é uma fonte maravilhosa de energia, de atividade e de esforço próprio. Ao lado de dezenas e dezenas de milhares de parasitas, que aqui vivem, entregues a processos menos dignos e menos limpos de trabalho, há outras dezenas de milhares de pessoas que fazem de todos os ramos da atividade humana, representada pelo comércio, pelas indústrias, pelas profissões liberais, a grande colmeia intensa da hora presente, o grande veio maravilhoso, onde a União, o estado e a municipalidade vão buscar a moeda sonante, restauradora auxiliar de suas combatidas finanças...

16 de agosto de 1927

O constante e intenso progresso material da nossa capital vai, naturalmente, criando novos bairros, novas zonas e arrabaldes

onde a população começa a adensar-se. Foi assim que surgiram Higienópolis, Rio Branco, Santa Tereza e Petrópolis. Este último é o mais novo bairro de Porto Alegre. Surgiu de improviso, da noite para o dia, como uma consequência natural do desenvolvimento da área da capital. Ela, que tinha até bem pouco tempo uma raia limitadíssima, espraia-se, hoje, vertiginosamente, para além de Teresópolis e da Glória, para além de São João e de Navegantes, para além de Partenon e Mont'Serrat, povoando toda a faixa do Guaíba que vai da Praia de Belas até a enseada estonteante de Pedra Redonda, que Porto Alegre transformou num retiro maravilhoso de preguiça e de amor, ponto de atração irresistível do nosso ócio domingueiro nas tardes ardentes de verão. É a cidade que caminha, é a cidade que marcha vitoriosa para a frente, espreado-se, alongando-se, numa ânsia febril de civilização.

Petrópolis, dizíamos, é o último improviso magnífico dessa latente atividade metropolitana. Encanta-nos o novo bairro pelo descortino soberbo dos seus panoramas. Localizado na estrada do Caminho do Meio, em terrenos que formavam a antiga chácara Felizardo, que há tempo era uma das poucas habitações existentes naquele ponto, o bairro Petrópolis já conta hoje com uma infinidade de casas pequenas e modestas moradas que ali começam a se erguer rapidamente.

O que é mais interessante, e que envolve um importante problema de economia, é que o vasto bairro já está com todos os seus terrenos divididos e demarcados através de suas inúmeras ruas já traçadas, abertas e niveladas pela sólida empresa proprietária do local.

Todos os terrenos ali existentes serão vendidos em prestações, a preços ínfimos, pelo mesmo sistema das empresas de São Paulo que tanto impulso deram ao desenvolvimento predial daquela capital.

Essa facilidade de transação, ao alcance, portanto, da bolsa mais modesta, muito irá contribuir para o rápido desenvolvimento

do novo bairro Petrópolis, que será assim, dentro de pouco, um dos mais populosos de quantos Porto Alegre possui. A venda de terrenos e de propriedades, em prestações, como já aqui foi com tanto êxito iniciado pela empresa Kock, Montaury & Cia., no arrabalde de Santa Tereza – outra zona deveras aprazível – só virá em auxílio do nosso progresso, do nosso já notável desenvolvimento material.

26 de agosto de 1927

A rua dos Andradas, em certas ocasiões, em determinados dias, é uma artéria insuportável. Há quem se queixe, com sobrada razão, da inconveniência de se andar por ali em dias de extração da Loteria do Estado, isso por um motivo muito lógico e simples. É que, em certos dias, as campainhas das inúmeras agências que anunciam os bilhetes do dia fazem um ruído infernal que começa às primeiras horas da manhã e vai até às duas horas da tarde.

Na semana passada tínhamos, além desse ruído impertinente, um outro muito mais desagradável. Referimo-nos ao reclamista da vaca de cinco pernas, que, à frente da casa onde estava exposto o fenômeno, se punha de tal maneira a berrar que parecia ele e não ela o estranho exemplar *vacum*. Felizmente, essa exibição já terminou, ficando apenas uma lembrança: o cheiro nauseabundo que a gente sente ao passar pela frente do prédio que durante tantos dias esteve transformado em espetáculo.

A rua dos Andradas sempre primou por essas lamentáveis exposições, em flagrante contraste com a elegância e a graça que ali se exibem.

Como facilmente se conclui, não é só o ruído das campainhas que incomoda o transeunte ou a vizinhança. Muito pior que isso é a agressão pertinaz e constante dos cambistas, na rua, nos cafés, em toda a parte, sem dar trégua à vítima, seja ela quem for, assaltando-a a cada passo, numa insistência simplesmente desagradável. Por aí se vê que

da Loteria resultam dois incômodos, dois males: o ruído infernal das campainhas e a permanente agressão dos cambistas. Isso vem provar que, até ser vendida, a loteria incomoda muito mais que o “bicho”. Este, afinal de contas, vive quieto, metido dentro de casa, sem fazer a menor reclamação⁶⁸ para atrair a sua numerosa e espontânea clientela.

Quanto ao barulho da rua da Praia, este, até bem pouco, era aumentado com as zabumbas, as pancadarias terríveis que durante toda a manhã se faziam ouvir à porta do clube de sorteio de automóveis.

Já é tempo das posturas municipais porem um paradeiro a esses episódios de rua, que convergem para a nossa principal artéria. Bem se podia fazer cessar ali os reclames escandalosos e as ridículas exposições de fenômenos animais como a célebre vaca de cinco pernas, o terneiro sem cabeça, exposições essas que se fazem constantemente na referida rua e que não passam, afinal, de uma verdadeira exploração aos incautos.

Pelas suas condições, a rua dos Andradas já não tolera semelhantes fatos. Bastam os outros episódios que ali somos obrigados a presenciar diariamente, como sejam os falsos mendigos, as agressões dos vendedores de bilhetes, o barulho infernal das campainhas e mais outras coisas desagradáveis.

12 de outubro de 1927

Uma vítima:

– E a polícia?

Outra vítima?

– E a polícia?

E mais outra:

– E a polícia?

⁶⁸ Reclame: propaganda; anúncio publicitário.

Entretanto, por maiores que sejam os esforços, não há meios, não há possibilidade de se divisar no horizonte a misteriosa entidade que é, indiscutivelmente, a maior vergonha de Porto Alegre.

Figura rigorosamente abstrata, a polícia desta capital não saiu ainda da invisibilidade a que se condenou, para se confundir um pouco com os míseros cidadãos que, como os extremados políticos sebastianistas⁶⁹, ainda esperam a volta de quem os possa defender das garras da gatunagem que campeia desassombadamente por todos os recantos da cidade.

Cada vez mais invisível, a polícia não tem, por isso mesmo, a menor ação sobre a rapinagem que, de um certo tempo para cá, vem tomando proporções nunca vistas, nunca igualadas em qualquer outro recanto do mundo.

Por mais que se reclame, por mais que façamos sentir, a quem de direito, a necessidade de arrancá-la do abstrato para o real, mais deplorável se torna a sua ação, mais inútil se torna a sua existência. E o pior de tudo é o fato de a municipalidade ainda tirar partido dessa inutilidade pública, cobrando a taxa de policiamento dos contribuintes da receita municipal! Para que, então, essa violência de fisco, se a própria Intendência é a primeira a reconhecer a completa falta de policiamento da cidade? Se existisse de fato um policiamento à altura das necessidades de Porto Alegre, temos certeza, ninguém se negaria a pagar a referida taxa, embora mesmo mais elevada.

Não há inovações de policiamento que a nossa população não aceita de braços abertos, na esperança de que o serviço entre em bom caminho. Ainda há pouco criou-se um vergonhoso arremedo de guardas-civis particulares que se propunham a fazer aquilo que

⁶⁹ Sebastianismo: movimento místico que acreditava no retorno do Rei D. Sebastião, desaparecido em 1578, que viria restaurar um tempo de glórias para a nação portuguesa.

competia à polícia municipal. Essas guardas não vão além de quinze, que vivem pela rua dos Andradas, acorados ou dormindo pelas seleiras das portas, numa imensa e tranquila inutilidade. Entretanto, o comércio aceitou de bom grado essa inovação, mas foi no “pacote”, como o foi em relação à própria polícia municipal.

Enquanto isso se verifica, a gatunagem, no livre gozo de uma liberdade absoluta, imperturbável, vai se desdobrando por toda a cidade numa atividade nunca vista, sendo já sem conta os assaltos em plena rua, fatos esses que nem a autoridade policial (!) chega a ter conhecimento.

Onde iremos parar, dessa maneira?

23 de novembro de 1927

Os batuques...

Esse assunto é simplesmente inesgotável. A baixa feitiçaria está de tal forma infiltrada por todos os âmbitos da capital, que ela constitui hoje um espetáculo verdadeiramente hediondo de barbaria e retrocesso, como nenhuma outra cidade do Brasil apresenta em tão largas proporções.

Já não queremos fazer referências às cartomantes e pitonisas, aos “professores” e adivinhos, aos charlatões desabusados, que por aí surgem às centenas, explorando a ignorância e a boa-fé do público, garantidos pela nossa inefável “liberdade profissional”, que é, por sua vez, outro vergonhoso aspecto do ambiente terrível em que vivemos. Falamos tão somente da baixa feitiçaria, que nesta capital se representa pelas casas de batuques.

Quantos outros desse gênero há em Porto Alegre? O leitor talvez nem chegue a fazer um cálculo aproximado. Também nós não temos noção exata do seu número. O que sabemos é que ele se eleva a muitas centenas, distribuídos por inúmeras zonas da cidade. E é nesses recintos esconsos, nessas mansardas sombrias, nesses dolorosos

antros negros, que a feitiçaria baixa se desenvolve assustadoramente diante de fiéis de toda a espécie, submissos e alucinados, que se sujeitam muitas vezes a violentos castigos corporais impostos pelo “Pai de Santo” ou pela “Mãe Santa”. Os búzios fazem dos seus crentes verdadeiros autômatos, prontos a todos os sacrifícios, desses antros terríveis de que partem os nauseabundos despachos que se veem em certas ruas ou à porta de certas casas. Esse é o único aspecto público do bruxedo praticado a portas fechadas, alta noite, nos centros de batuque da cidade.

Assim como a religião do povo de Israel tinha no manso cordeiro a vítima predileta dos seus sacrifícios divinos, os batuques de Porto Alegre têm no cabrito o preferido para as mandingas, para os despachos de que acima falamos.

É essa por certo uma das razões porque está tão elevado hoje, entre nós, o preço dos caprinos... Um cabritinho preto, que está mesmo a preceito, de acordo com as exigências da religião da bruxaria e da feitiçaria, vale hoje uma fortuna. Quantos aparecerem à venda serão imediatamente adquiridos. A criação de cabritos é hoje aqui um alto negócio de rendosos resultados, mesmo com as desavenças e inimizades que os cabritos fatalmente provocam na vizinhança em que se criam. Devemos, assim, aos batuques, o florescimento dessa nova indústria de tão largo e prometedor futuro...

Junte-se a tudo isso outras manifestações grosseiras de baixa feitiçaria, livremente praticadas por todos os pontos da cidade, e terá o leitor um dos aspectos mais impressionantes de Porto Alegre.

6 de dezembro de 1927

Acha-se na mesa do Conselho Municipal desta leal e valorosa cidade um projeto de lei verdadeiramente original, que parece ser a palavra deslumbrante e definitiva com que o seu autor pretende fechar este ano histórico de sangrias desesperadas. Trata-se nada

mais nada menos do chamado imposto de “décimas urbanas e suburbanas” que, com o novo projeto, desaparecerá por completo, dando lugar a uma variação tremenda de taxações absurdas e violentas.

Em toda a parte o imposto de décimas urbanas, como a própria palavra está explicando, corresponde a 10% sobre o valor locativo do prédio e que tem sido este, até agora, o processo mais equitativo e razoável de cobrar-se o imposto dos imóveis prediais quando alugados, ou por meio de uma avaliação, o mais possível aproximada da verdade, quando em tais prédios moram os seus proprietários.

Não entendeu assim, porém, o autor do projeto ora em mãos do Conselho Municipal de Porto Alegre. S. S.^{7º}, acreditamos plenamente, pode ser um cidadão muito distinto e ilustre, digno do nosso respeito e acatamento, mas, em matéria de legislação de impostos, entende que a doutrina a prevalecer no caso é a da máxima sangria, de mistura com os maiores absurdos.

Para o leitor se convencer do que afirmamos, basta ler os primeiros itens desse projeto monstro, publicado na edição de sábado último desta folha. Lá estão eles a mostrar claramente os apuros e as violências que irão sofrer os inquilinos, a enorme população que não tem casa própria, quando aquele amontoado de disparates estiver convertido em lei.

Pelas especificações desse novo processo de impostos, a décima urbana, repetimos, desaparecerá completamente. Em lugar de 10%, a taxa a cobrar será então 20, 25, 30, 40 e 50%, conforme a construção do mesmo e o local em que o prédio se achar edificado. O legislador ou autor de tal projeto, ao invés de legislar para o presente e para o futuro, está legislando para o passado. Assim é que todos os prédios térreos de certas ruas do centro da cidade, ou os de construção de madeira, ou os de construção mista, existentes na vasta zona do 1º

^{7º} S.S.: Sua Senhoria.

distrito, passarão a pagar o imposto de 20, 25, e 50% sobre o valor locativo, como se vê dos seguintes itens:

- a) Tendo só um pavimento térreo e sendo situado na rua dos Andradas, ou nas avenidas Borges de Medeiros, do Porto, Júlio de Castilhos e São Rafael⁷¹, compreendendo o trecho do largo que está sendo concluído na curva da rua 24 de Maio, (antiga São Rafael), praças Parobé, Montevidéu, 15 de Novembro e Marechal Deodoro, sobre o valor locativo, 20%.
- b) De construção e madeira (que ainda existam no 1º distrito), sobre o valor locativo, 50%.
- c) Idem de construção mista (que ainda existam no 1º distrito), sobre o valor locativo, 25%.

Em compensação há no projeto monstro estas duas concessões maravilhosas:

- a) Sendo de quatro ou cinco andares, sobre o valor locativo, 5%.
- b) Sendo de seis ou mais andares, sobre o valor locativo, 2%.

Por essa teoria do legislador, o proprietário que pode pouco e que não raro vive exclusivamente de seus aluguéis, vai pagar mais que o proprietário que pode muito, proprietário de arranha-céus e grandes edifícios.

Onde há aí lei de equidade ou qualquer princípio de justiça?

Não sabemos qual o motivo da predileção do autor do projeto pelos arranha-céus. Será que ele pensa transformar Porto Alegre em Nova York? Será que ele pensa que num arranha-céu há mais beleza e mais arte que num edifício térreo, cuja construção obedece a todos os rigores da estética? Depois, é preciso ter-se em conta que a nossa capital se vai espreado por todas as direções, onde a edificação predial vai surgindo de acordo com as posses de cada proprietário.

⁷¹ Avenida São Rafael: antiga travessa 24 de Maio, atualmente dividida entre as avenidas Alberto Bins e Otávio Rocha.

Se fôssemos ouvidos no caso, a nossa opinião seria exatamente o contrário da do autor do projeto: pagar mais impostos os que podem mais e que sempre são os proprietários de grandes edifícios, e reduzir os impostos dos que podem menos, dos proprietários de pequenos prédios.

É teoria de todos os urbanistas – e ainda há pouco Sr. Agache⁷² frisou claramente o caso – que a construção de arranha-céus em cidades de vasta área territorial constitui uma ofensa ao bom gosto e, o que é mais grave, à saúde da população. É preciso também ter-se em conta que a vida de Porto Alegre é a vida do pobre, da população que moureja a luta, e que, não possuindo casas próprias, vai ser sacrificada com essa lei porque ao senhorio nada acontece: ele desaperta para a esquerda... Entretanto, o novo projeto, enquanto favorece escandalosamente o capitalismo, mete um arrocho a nossa enorme população sacrificada e pobre.

Viva a República!

Viva a farra!

Toca o hino, Jesuíno!...⁷³

11 de dezembro de 1927

Voltamos ainda hoje a tratar do projeto monstro que estabelece novo processo de cobrança do imposto predial da cidade, malgrado um ilustre conselheiro – pessoa, aliás, do nosso apreço e da nossa simpatia – ter judiado sem dó nem piedade dos nossos anteriores

⁷² Alfred Agache (1875-1959): arquiteto francês que realizou o projeto de ajardinamento do parque da Redenção; posteriormente, dos anos 1930 a 1950, idealizou os projetos urbanísticos de algumas capitais brasileiras.

⁷³ “Toca o hino, Jesuíno”: frase proverbial coligida nas *Locuções e modos de dizer registrados na província da Beira Alta* (Portugal), de Fonseca Lebre. Segundo Lindolfo Gomes, é usada “em momentos de apuros, ou quando se deseja dar por terminada uma conversa que não convém, ou se trate de coisa inacreditável”. In: GOMES, Lindolfo. Mais anedotas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 294, p. 5, 16 dez. 1937.

comentários.⁷⁴ Foi uma surra mestra a que não faltou a eloquência arrasadora do verbo “futurista”, ora descrevendo a corneta dos Bombeiros, ora as alturas dos “arranha-céus”, ora o cheira-cheira dos narizes espetados nas estrelas, ora ainda os acordes da Banda Municipal. Foi uma mistura completa, uma verdadeira salada a Marinetti⁷⁵... Mas nem por isso silenciámos; nem por isso aquele projeto perde o seu feitio disparatado.

A crítica por nós feita ao aumento do imposto dos prédios de madeira existentes no 1º distrito está perfeitamente justificada, pois passou de 10% para 50%, isto é, seus proprietários vão pagar cinco vezes o que pagaram este ano! Ainda mesmo que admitindo a necessidade de fazê-los desaparecer do 1º distrito, a equidade mandava que esse imposto fosse elevado gradativamente, e não de chofre como o foi, de modo a dar tempo para a sua transformação em prédios de alvenaria. Esse aumento constitui uma verdadeira multa elevadíssima, aplicada a quem não cometeu delito algum.

E não se diga que não vai alcançar os pobres, pois os dados publicados nos dizem que a terça parte dos prédios de madeira servia de habitações, e quem neles mora não são os bafejados pela sorte.

Admitimos que tais construções não são sempre estéticas, mas, quanto as suas condições higiênicas, elas devem ser excelentes, pois acham-se em zona de esgotos e o arejamento é melhor nelas do que em qualquer outro gênero de habitação, dado a quantidade de frestas que nelas existem...

⁷⁴ No dia 10 de dezembro, o jornal *A Federação* relatou a reunião do Conselho Municipal realizada no dia anterior: “Passando-se, depois, para a ordem do dia, foi posto em primeira discussão o projeto de lei da comissão de orçamento que estabelece os impostos sobre imóveis. Ocuparam, então, sucessivamente, a tribuna, os conselheiros dr. Jayme da Costa Pereira e João Pinto da Fonseca Guimarães que pronunciaram longos discursos sobre o projeto a ser discutido, esclarecendo nitidamente o ponto de vista da Comissão de Orçamento, relativamente aos impostos e taxas que deverão ser cobrados no ano vindouro.” *In*: CONSELHO MUNICIPAL. A sessão de ontem. *A Federação*, Porto Alegre, ano XLIV, n. 284, p. 2, 10 de dezembro de 1927.

⁷⁵ Filippo Marinetti (1876-1909): fundador e ideólogo do Futurismo.

O projeto diminuindo a percentagem de décimas relativamente a prédios de múltiplos andares é injustificável e duvidamos que nos citem exemplos destes em cidades de alguma importância. Ao contrário, o simples fato de não haver regulamento que proíba tais edificações já constitui uma grande concessão aos ricos proprietários, que assim podem elevar seus prédios a alturas fantásticas, com grande dano para estética e arejamento das aglomerações.

Se algumas municipalidades como Nova York não limitam altura nesse sentido, a grande maioria das cidades do mundo estabelece restrições a respeito, e assim é que Paris estabeleceu, para as casas de cada rua, um *gabarit*⁷⁶ que não pode ser excedido nem na altura nem na forma das linhas externas.

É lógico, é quase certo, que a denominação de “décima” provém da percentagem que o imposto representava relativo à renda dos prédios. Se existem hoje diversas e múltiplas percentagens, é devido provavelmente a que boas administrações de certas cidades foram as reduzindo até ficar nas quantidades citadas de 9, 6, 3 e 2%.

A observação a respeito da vintena percebida em inventários pelos testamenteiros e a que aludiu um dos conselheiros, vem em nosso auxílio, pois indica que nunca deve ser excedida, isto é, que nunca deve passar de 5%. Entretanto, as décimas de Porto Alegre estão muito superiores à percentagem inicial, pois só os adicionais de 20% já elevam a 12%, sem contar os impostos de lixo e policiamento, que outrora não figuravam nas décimas.

Diante de tudo isso, tiramos uma única conclusão: o projeto em discussão no Conselho Municipal e já aprovado em primeiro turno é um projeto iníquo e violento, um verdadeiro projeto monstro, que ampara os grandes proprietários e atira ao desamparo a grande massa que é a classe pobre de Porto Alegre.

⁷⁶ *Gabarit*: limite vertical de uma obra arquitetônica.

18 de dezembro de 1927

Noticiou esta folha em sua edição de ontem que algumas firmas comerciais desta capital pretendem endereçar um memorial ao governo do estado, solicitando severa medida contra as casas de jogatina, principalmente as que mantêm o jogo de roleta.

Essa atitude é tomada – diz a mesma notícia – em virtude do grande número de desastres financeiros ultimamente aqui verificados, cujas pessoas neles envolvidas – comerciantes e chefes de família – ficaram na miséria, dando grande prejuízo ao comércio local e do interior.

Por sua vez, comentava-se ontem, na rua, que a mulher porto-alegrense, tendo à frente um grupo de damas da nossa mais alta representação social, vai elaborar um apelo ao qual será aposto maior número possível de assinaturas de senhoras e dirigido ao futuro presidente do estado, no sentido de pôr um paradeiro à fantástica e desenfreada jogatina de Porto Alegre, que constitui um caso único e sem precedentes em todo o território brasileiro.

A se confirmarem as notícias que desde ontem circulam insistentemente, devemos declarar desde já que, entre as duas atitudes, a do comércio dirigindo-se ao atual governo, e a das senhoras dirigindo-se ao futuro presidente do Rio Grande⁷⁷, acreditamos, por todos os motivos, no bom resultado da segunda.

Do governo atual nada temos a esperar quanto à repressão do jogo, tanto mais que esse vício representa uma contribuição eleitoral de primeira ordem e é uma fonte de renda magnífica.

Em vinte e cinco anos de um governo único, nada foi feito, ao que nos conste, no sentido de conter a jogatina desenfreada que se manifesta escandalosamente entre nós, desde o baixo “jogo das

⁷⁷ Getúlio Vargas (1882-1954), recém-eleito presidente do estado, tendo como vice João Neves da Fontoura, para mandato de 25 de janeiro de 1928 a 25 de janeiro de 1933.

tampinhas”, desde as 1.200 casas de “jogo do bicho” até a roleta e o *bacarat*⁷⁸ disseminados por todo o centro da cidade.

Perdem o seu tempo os representantes do comércio que se lembrarem de se dirigir ao atual governo solicitando severas medidas contra as casas de jogo da cidade. Nada arranjarão, nada conseguirão. Uma lamentável e errônea interpretação da liberdade profissional garante o livre exercício do charlatanismo, da jogatina e do lenocínio, as três fatalidades sociais que, amparadas pelo governo, têm livre curso escandaloso entre nós.

Quanto à segunda ideia, a do apelo das senhoras ao novo presidente eleito, para o qual se voltam todas as esperanças de melhores dias para a nossa terra, acreditamos sinceramente que seja de benéficos resultados, não que com isso se venha a extinguir a fatal infiltração do jogo em todo o estado, e notadamente em Porto Alegre, mas que se contenha ao menos a sua expansão terrível, acabando-se de vez com as casas mais perniciosas onde ele campeia dia e noite.

Se as senhoras conseguirem isso do futuro governo do Rio Grande terão prestado um inestimável serviço à sociedade em que vivemos.

Porque, francamente, já é demais, já é vergonhoso, já é aviltante o que se passa aqui.

30 de dezembro de 1927

Precisou a Inspeção de Veículos instituir a “indústria da multa” para fazer cessar, ou pelo menos diminuir, extraordinariamente, o número de acidentes do tráfego da cidade. Graças a essa medida, os desastres desapareceram do noticiário diário dos jornais. Raro é o dia em que eles se verificam. Os trinta a quarenta casos que ocorriam invariavelmente, por semana, passaram a dois ou três quando muito.

⁷⁸ *Bacarat*: jogo de cartas.

Quinzenas inteiras têm transcorrido sem haver notificação de um só acidente no serviço de veículos. Tudo isso devemos à energia da atual direção da Inspetoria, que não tem poupado esforços no sentido de melhorar esse importantíssimo departamento de serviço público. A instituição da “indústria de multa” foi, por sua vez, um remédio poderoso e eficaz para conter o abuso de velocidade e obrigar os guiadores de veículos, notadamente automóveis e auto-ônibus, a conduzirem os mesmos com mais cautela, evitando-se assim as colisões e desastres que então se registravam em tão grandes proporções.

Entretanto, como já há tempos tivemos ocasião de referir, a indústria da multa está constituindo um exagero lamentável, senão um abuso tão condenável como o abuso da velocidade.

A pretexto de qualquer coisa, às vezes mesmo por um simples descuido em parar aqui ou ali o seu carro, ou deixar de acender a sinaleira, o condutor de veículos entra logo no regime de multa, uma ou mais vezes por dia, ficando quase sempre na ignorância das penalidades que lhe são aplicadas, das quais, só no outro dia, pela leitura dos jornais, é que ele vai ter conhecimento. Em ocasiões de mau humor (a Inspetoria também tem, com razão, as suas horas de mau humor) o suplicante, por dá cá aquela palha, sofre os rigores da multa, sem tempo mesmo de se justificar. Se ele então não cai nas boas graças dos inspetores e agentes daquele serviço, aí mesmo é que marcha sem dó nem piedade na contribuição industrial da multa.

O cúmulo desse exagero praticou a Inspetoria de Veículos no último concerto da Banda Municipal, multando 14 automóveis que, por inadvertência, buzinaaram naquele local! Isso, além de estúpido, chega a ser quase uma exploração, quando o dever da Inspetoria seria primeiro que tudo insistir muitas e muitas vezes, junto aos guiadores de outros, na necessidade de não buzinaarem seus veículos à hora do concerto. Só depois de tal resolução estar amplamente divulgada, é que ela ficará com o direito de aplicar o corretivo da multa.

Por várias vezes lembramos que o melhor meio de pôr-se um paradeiro à anarquia do serviço do tráfego que então se verificava era a aplicação de multas aos infratores contumazes, aplicação severa, mas sem exagero, sem abuso, sem violência.

Assim, como se vai verificando em muitos casos, de modo algum concordamos. Isso acabará por lançar o desânimo e a revolta numa classe que, como as outras, também merece defesa e amparo.

A atual direção da Inspetoria, que tão ótimos serviços tem prestado à população de Porto Alegre, os quais aqui sempre com prazer proclamamos, não deixará por certo de concordar conosco, exercendo sua ação severa e enérgica, sem ser preciso cometer abuso, sem fazer da multa um ramo de negócio.

7 de janeiro de 1928

A maneira com que é exercido o charlatanismo entre nós, a maneira com que se usa e abusa de uma liberdade profissional mal interpretada, constitui aqui um espetáculo que é sem precedentes nos demais estados da União.

Porto Alegre é o paraíso de vigaristas de toda a sorte e de exploradores de toda a espécie. Isto aqui é um céu aberto para tudo o que é ave de arribação. De sorte que a magia, a feitiçaria, o charlatanismo em geral, representados por uma infinidade de processos e de meios de enganar a ignorância popular, sem assistência, sem meios de defesa, constitui uma atividade verdadeiramente extraordinária. Por isso, os charlatões, os “professores hindus”, as cartomantes, as feitiçadeiras, o lenocínio sem constrangimento, o cafetanismo sem reação policial, aí estão num progresso e num desenvolvimento espantoso.

O caso desse asqueroso invertido sexual que dá pelo nome de guerra de “Professor Hindu” quando trata de exercer a falsa magia e que adota o nome de “Danúbio Azul” quando, vestido de mulher,

vai dançar nos cinemas constitui um acontecimento que só mesmo numa terra despolicuada poderia se registrar.

A exploração de seus meios de “atividade”, desde que aqui aportou, deu-lhe tamanho resultado que, segundo ouvimos, eleva-se a mais de uma centena de contos de réis o que ele já ganhou em Porto Alegre com as suas “consultas”.

É certo que não contribui para isso o público inteligente e esperto, mas pessoas ignorantes, na maioria mulheres que se deixam levar pelo reclame espetaculoso. Por isso mesmo, cabia à polícia evitar essa exploração. Até aí, entendemos, não devia ir a nossa monumental liberdade profissional. Entretanto, o que se vê é a livre expansão por toda a cidade do baixo charlatanismo, da mais completa licenciosidade. Porque o “Professor Hindu” não está sozinho. Como ele há uma infinidade de outros, de ambos os sexos, que fazem da exploração do público ignorante um compensador e farto meio de vida. Alguns, como aquele, não fazem outra coisa senão espalhar a discórdia nos lares dos seus clientes, induzindo estes a toda a sorte de desatinos, à prostituição ou ao suicídio, criaturas inexperientes sobre quem esses “magos” repulsivos ou essas proxenetas disfarçadas em cartomantes começam a exercer a sua hedionda influência. Não têm como fugir criaturas incultas e de espírito fraco desse poder de sugestão. Daí os inúmeros desastres seguidamente verificados, muitos dos quais nem chegam a vir em público: ou morrem abafados por conveniência das partes interessadas, ou ficam na ignorância das verdadeiras causas que os determinaram.

Porto Alegre está no auge dessa revoltante exploração, e assim continuará indefinidamente se não se tomar a tempo uma severa medida de ordem policial.

Embora esse jornal também haja publicado anúncios desses espertalhões – o que é, como se sabe, matéria paga, matéria ineditorial – não ficamos de modo algum tolhidos de dizer a verdade e de

profligar a licenciosidade condenável – e inúmeras vezes esta folha já tem condenado esses fatos –, e reiteramos ainda hoje o apelo da *A Cidade* para que os jornais evitem veicular os reclamos desses exploradores da boa-fé e da credulidade popular.

Com isso se terá prestado um grande benefício ao público explorado pelo baixo charlatanismo.

13 de janeiro de 1928

Preliminarmente:

Aqui em Porto Alegre, pelo menos, é muito difícil conseguir meter na cadeia por mais de 24 horas um gatuno, um ladrão, um batedor de carteira, um cafetão ou um charlatão reconhecido. A razão da dificuldade em conservá-los presos facilmente se explica. É que no outro dia é impetrada a favor do indesejável uma ordem de *habeas corpus*. O que não consegue um cidadão honesto e digno, que tem, às vezes, a infelicidade de ser preso por qualquer circunstância, consegue com a maior sem cerimônia um desses perigosos indivíduos que outra coisa não fazem senão mal à sociedade. Parece que o *habeas corpus* aqui foi feito exclusivamente para uma classe perniciosa de gente. Convencido da eficácia do remédio, o gatuno, o batedor de carteira ou o charlatão exerce com absoluta segurança a sua “atividade”, certo de que, sendo preso, no outro dia estará em liberdade graças ao *habeas corpus* que será imediatamente impetrado em seu favor. Assim é que o instituto libérrimo do *habeas corpus*, que, bem compreendido e bem aplicado, é uma sólida e eficaz garantia das liberdades individuais, serve, não obstante, de capa à malandragem, abrindo sistematicamente as portas dos xadrezes policiais a quantos vigaristas, batedores de carteira e outros “espécimes” de “amigos do alheio” os “sherlocks” indígenas conseguem pilhar.

Mas, por quê?

Dir-se-á que aquele instituto, restringido mesmo, como o foi, pela reforma constitucional do sítio Bernardes,⁷⁹ é demasiado liberal, estendendo a sua proteção judiciária aos que não a merecem? Ou que é aplicado com excessiva liberalidade pelos órgãos do mesmo poder judiciário?

Não nos parece que isso se verifique. O que, antes, ocasiona tão vasta aplicação do instituto do *habeas corpus* é a deficiência do nosso aparelho policial, que, não podendo investigar devidamente os casos ocorrentes, não fornece à justiça elementos suficientes para justificar a detenção de indivíduos que incidem abertamente na sanção penal.

Com o célebre charlatão que acode pelo nome de “Professor Hindu”, não se verifica essa falta de elementos de que precisa a justiça para agir. Posto a nu pela ampla e inteligente reportagem desta folha todo o vasto cortejo de falcatruas praticadas com o baixo charlatanismo que o mesmo vinha exercendo entre nós, sem o menor escrúpulo, e revelando-se, além disso, um indivíduo indesejável à sociedade sobre outros aspectos repulsivos, está a justiça local senhora de todos os elementos para aplicar ao mesmo as penas que ele merece. Se, entretanto, o *habeas corpus* conseguir livrá-lo da situação em que o finório se acha, como já tem acontecido a tantos outros lobos da mesma camada, a culpa não será certamente nossa. Esta folha deu, em tempo, o grito de alarma, mostrando minuciosamente tudo o que aqui fez aquele indivíduo, contra o qual dia a dia se levantam as mais graves acusações.

Os fatos ultimamente aqui verificados talvez sirvam de ponto de partida para uma campanha saneadora e moralizadora que há muito se está fazendo sentir em Porto Alegre.

⁷⁹ O estado de sítio foi decretado por Artur Bernardes, em 5 de julho de 1922, em função dos levantes tenentistas, e prorrogado diversas vezes até o fim de seu governo, em 1926, com suspensão das liberdades civis e censura à imprensa.

* * *

Já estavam escritas as linhas acima quando soubemos que, com a prisão do “professor Hindu” e com a notícia de que o mesmo, apesar do que tem gasto nestes últimos dias, ainda tem algum dinheiro, desde ontem, dizem, que o corvejamento em torno dos seus derradeiros “pacotes” tem sido verdadeiramente fantástico.

Como Porto Alegre está cheia de “arvoadores”⁸⁰...

Pobre Danúbio Azul! Já começamos a ter pena de ti...

14 de janeiro de 1928

Com o calor intenso que se faz sentir nesta época, não há habitante de Porto Alegre que não seja obrigado a dormir de janela aberta. Nas noites abafadas, pelo menos, é a única maneira de se ter um pouco de alívio ou de se conseguir conciliar o sono. Com o calor intenso ninguém dorme. Por mais arejadas que sejam as nossas habitações, uma vez fechadas, elas se transformam numa verdadeira fornalha, agravada com o avanço desesperado dos mosquitos. É um charqueio em regra, como se não bastasse a inquietude e a destilação de suor a que ficam sujeitas toda noite as pessoas mal dormidas. Diante disso, as vítimas do calor e dos pernilongos só têm um remédio. É dormirem de janela aberta. Entretanto, com essa resolução obrigada da nossa população, muito tem lucrado a gatunagem da capital, que não tem mãos a medir nas suas intermináveis “visitas” à propriedade alheia. Se ela já era desenfreada e escandalosa, é agora ultraescandalosa e desenfreada. Por todas as ruas, por todos os pontos da capital, os gatunos se agitam em massa, numa “atividade” simplesmente espantosa. É o pleno exercício de uma profissão sem peias e sem constrangimentos, como diria o governo do estado em relação à liberdade profissional...

⁸⁰ Arvoador: algo ou alguém capaz de causar tontura ou vertigem.

Terra maravilhosa!

Terra abençoada!

Mas, voltando ao calor e aos gatunos, devemos declarar que não há casa de janela aberta, à noite, que não tenha recebido a “visita” amável dos senhores larápios, que velam tranquilamente a população que dorme. Diante disso, e com a completa falta de policiamento à noite, principalmente nas ruas mais afastadas, não há moradia que não seja visitada pelos gatunos. É uma “limpeza” em regra. Chegam mesmo a fazer quase a mudança completa dos habitantes dos prédios “visitados”. Levam tudo. Só não levam os seus moradores. Só não levam, é um modo de dizer. Porque, às vezes, também levam. Além dos muitos perigos de dormir de janela aberta, há ainda esse outro inconveniente – o de suspenderem com alguém da casa. E como o gatuno é, no geral, sujeito de fino gosto, que conhece, mesmo no escuro, o que é bom e o que lhe convém, vai daí o seguinte episódio sensacional, registrado há dias numa populosa zona da cidade.

Numa dessas noites de tremendo calor, um pacato cavalheiro e mais sua linda metade resolveram, depois de uma certa hora da noite, escancarar amplamente as janelas que davam para uma rua deserta. Na ocasião de abri-las, o dono da casa notou que alguém elegantemente vestido, e que parecia ser pessoa de bons costumes, passara várias vezes pela frente da sua residência. Notou isso, mas não ligou ao caso a menor importância. E tanto não ligou que dormiu logo, a sono solto. Mas, no outro dia, ao acordar, verificou o desgraçado que lhe tinham roubado a esposa!

Que espertalhões!...

Que gatunos...

22 de abril de 1928

Quem estas linhas escreve nunca teve muita confiança nos resultados da repressão à jogatina desenfreada que transforma esta

capital e todo o estado num verdadeiro Monte Carlo⁸¹. Isso não quer dizer que duvidássemos um momento sequer dos sinceros intuitos da autoridade que tomou a si tamanha tarefa. Absolutamente não.

Temos mesmo certeza que ela continua empenhada em fazer cumprir, embora por meios brandos e suaves, as suas determinações. Mas, em relação ao jogo, os interessados na sua manutenção lançam mão de todas as burlas. Se não podem jogar à vista jogam às escondidas, o que vem dar na mesma coisa, porque sempre é jogo. E o fruto proibido, dizem, é mais gostoso do que o fruto não proibido... Depois, é preciso notar-se, o jogo estava de tal ordem enraizado em Porto Alegre, de tal maneira ele se exercitava nas altas e baixas camadas sociais, tal era o seu prestígio entre nós e tal a força que ele representava, que dificilmente poderíamos contar com a sua completa extirpação. Dois ou três mil cavalheiros faziam do jogo, nesta capital, o seu único meio de vida. Para eles o jogo era uma profissão como qualquer outra; e quem exerce a profissão de jogador dificilmente abraçará outra, mesmo porque essa é muito mais cômoda.

Ora, dois ou três mil cavalheiros, que de um momento para outro se viram privados desse “trabalho” ou desse meio de vida, não vão ficar de mãos atrás ou abraçar outra profissão menos macia do que aquela. Daí um novo esforço, uma nova tentativa no sentido de ser restaurada essa grande fonte de atividade local. Começa então por aí a ensaiar-se o jogo furtivamente, com a discrição que o caso exige, principalmente em relação aos jogos de maior volume material, desses que ante uma inesperada batida de polícia não podem ser escondidos como o “jogo do bicho”.

Este último, por ser o que corre menos perigo em relação ao flagrante, vai aos poucos metendo a sua cabeça de fora. Já se arrisca

⁸¹ Cassino de Monte Carlo: conjunto arquitetônico dedicado aos jogos de azar e ao entretenimento, localizado na cidade de Monte Carlo, Principado de Mônaco.

na pomba, no gato, no cachorro e até mesmo no elefante, que é um animal de vulto. E mais: já se joga na dezena, na centena e no milhar. O “bicho”, não sabemos se é por que se trata de animais, sempre foi um jogo de coragem. Ele não se assusta sem mais nem menos da atitude assumida pela autoridade policial, mesmo que ela seja resoluto e severa. Não! O “bicho” reage, o “bicho” investe também; tem saltos de tigre e pulos de gato e, não raro, sai vitorioso tanto no ataque como na defesa.

Tudo isso afinal são “defesas”⁸²...

Mas o fato que reputamos verdadeiro é que o jogo, que não parecia completamente morto, começa a dar sinais de vida.

Imaginem os leitores se ele chega, como certos doentes de tifo, a entrar no domínio da convalescença...

Que fome danada...

19 de maio de 1928

A cidade está cheia de camelôs. Por onde quer que se ande agora, logo encontramos a tenda armada desses propagandistas e vendedores de bugigangas. E, diante da palavra fluente e convincente do camelô, os basbaques vão chegando e cercando o orador, boquiabertos, olhos escancarados, ouvidos atentos, nada perdendo do magnífico acepipe de retórica comercial. Inteligente como é, compreendendo logo que o ambiente é facilmente dominável, o camelô vai fazendo demonstrações práticas das qualidades insuperáveis da sua mercadoria. Dentro de meia hora o artigo está todo vendido. Cessa então o verbo inflamado da vitoriosa oratória reclamista, que vai enfim repousar depois de ter ganho compensadoramente o seu dia.

⁸² Defesa: cavação, arranjo, proveito obtido facilmente.

Bom seria que fosse um. Mas são muitos, são inúmeros, distribuídos pelos pontos de maior movimento da capital, como, por exemplo, na frente do Mercado, na praça da Alfândega, na rua dos Andradas, ao lado do Café Nacional⁸³, onde, dia e noite, a incessante atividade dos camelôs chega por vezes a interromper o próprio trânsito público.

A cidade, repetimos, está cheia de camelôs, está cheia desses aspectos desagradáveis. Junte-se a isso os propagandistas que andam a gritar por todos os cantos da cidade, os vendedores de bilhetes, que não cessam de agredir os transeuntes na via pública, e mais o que se passa no Caminho Novo, onde o forasteiro pacífico é quase arrastado a muque para dentro das casas estrangeiras de roupas feitas ali existentes, e terá o leitor um quadro tumultuário, desordenado e gritante de Porto Alegre.

Mesmo assim, ele ainda fica incompleto, porque temos ainda o foguetório do Divino e das loterias; as repetidas descargas dos automóveis; as agressões dos agenciadores de passageiros de autos, até na frente do edifício do Telégrafo Federal; tudo isso, enfim, vem completar o ruído neurastênico em que vivemos, tão fácil de ser corrigido ou de ser evitado, se tivéssemos um serviço de vigilância policial capaz de meter nos eixos a anarquia e a desordem que predominam por todos os cantos da cidade. E como, nesse particular, estamos entregues ao mais completo abandono, os desagradáveis aspectos aqui apontados continuarão a se verificar, para mau nome da *urbs* em que vivemos – capital provinciana que ela ainda realmente o é.

⁸³ Café Nacional: café de propriedade de Fábio Netto & Companhia, fundado em 1914, em Porto Alegre. A partir do sucesso da matriz, inaugurada em 1917 na rua Marechal Floriano, ao longo da década de 1920 a empresa expandiu suas atividades, chegando a possuir diversas outras filiais em Porto Alegre e nas maiores cidades do Rio Grande do Sul. In: NUNES, Daniel Minossi. **Nos bares, cafés e restaurantes de Porto Alegre: cultura material e o ideário moderno em meados do século XX.** 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia). - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2014. p. 198.

27 de maio de 1928

A polícia judiciária vai promover uma campanha contra as *faiseuses d'anges*⁸⁴, que, em número considerável, exercem a sua atividade nesta capital, matando crianças e mães de crianças.

Trata-se de uma medida de assistência social de primeira ordem, se não ficar apenas na boa vontade ou na intenção da polícia em promovê-la. Assim dizemos porque, como essa, muitas outras atitudes tem prometido assumir a polícia sobre este ou aquele caso, e no fim de contas não as leva a termo.

A jogatina, o lenocínio e a venda de entorpecentes, por exemplo, são três aspectos vergonhosos da cidade, que ainda os surpreendemos com as mesmas tintas, carregados com o mesmo colorido, não tanto com respeito ao jogo, que está um pouco mais recatado, é verdade, mas em relação aos dois últimos males sociais que continuam a ser exercidos entre nós, escandalosamente.

Para completar certos aspectos degradantes da vida dissolvente da capital temos ainda esse das *faiseuses d'anges*, e o da liberdade profissional, no que diz respeito ao livre exercício de baixa medicina praticada por curandeiros e feiticeiros de toda a espécie que aqui armam a sua lucrativa tenda.

O caso das *faiseuses d'anges* é, porém, a nosso ver, o mais grave de todos porque diz respeito ao extermínio da vida.

Parteiras há na cidade que não fazem outra coisa senão promover abortos por processos em que não raro é também sacrificada a vida da parturiente. Umas por inexperiência, outras por não desejarem aumentar os encargos da família, outras ainda com o intuito de esconder a ilícita concepção criminosa, o fato é que, muitas vezes, as mães vêm a falecer em consequência de tão criminosa resolução, entregando-se a essas repulsivas criaturas que são as *faiseuses d'anges*.

⁸⁴ *Faiseuses d'anges* (fazedoras de anjos): do francês, aborteiras.

Não precisamos encarecer aqui a necessidade de a polícia iniciar a campanha nesse sentido. Ela, melhor do que nós, sabe o quanto se vai propagando por toda a capital essa terrível destruição da vida. Cabe-lhe, portanto, o imperioso dever de promover enérgica campanha a respeito, campanha imediata e decisiva, antes que o mal criminoso tome maiores proporções do que as que já se vêm verificando.

Não basta que a polícia prometa exercer repressão; é preciso que ela a exerça de fato, sem esmorecimento.

26 de junho de 1928

Esta folha, em um *suelto*⁸⁵ que publicou em sua edição de domingo último, estranhou que um automóvel do palácio presidencial⁸⁶ estacionasse sábado, à tarde, na rua da Praia, precisamente na face destinada ao livre trânsito e onde, portanto, não é permitida a parada de qualquer veículo, segundo disposições há muito postas em vigor pela Inspetoria do tráfego urbano.

O chofer do confortável carro presidencial entendeu naturalmente que, por se tratar de um auto do palácio, podia infringir as determinações do regulamento em vigor, cometendo assim uma inobservância condenável.

O fato, como era natural, provocou a curiosidade pública. Todos os que passavam por aquele ponto mais movimentado da nossa principal artéria tinham logo as suas vistas voltadas para o automóvel parado junto ao passeio, quando todos os demais estacionavam do lado oposto. Tão chocante foi o desrespeito às disposições do tráfego que o fato tinha que chamar, e de fato chamou, a atenção de todo o mundo.

⁸⁵ *Suelto*: tópico comentado ou analisado brevemente no jornal.

⁸⁶ O poder executivo estadual era então denominado "presidência".

A nosso ver, entretanto, os mais culpados são os agentes da Inspetoria de Veículos que, diante daquela infração flagrante, fecharam imediatamente os olhos, entendendo talvez que os automóveis do palácio podem contrariar as disposições em vigor e até mesmo interromper o tráfego com o entupimento de uma rua demasiadamente estreita como é a rua dos Andradas.

Fosse outro qualquer que se metesse a fazer o que fez o automóvel do palácio e a Inspetoria de Veículos, sem mais conversa nem discussões, teria aplicado o regime da multa que é hoje para a municipalidade uma rendosa indústria inesgotável. A lei nesse ponto pelo menos deve ser igual para todos. Cabe aos veículos oficiais serem os primeiros a cumprir as disposições regulamentares. A Inspetoria não deve de modo algum fazer concessões de tal natureza, sob pena de perder o direito de usar de severidade para com automóveis que não sejam do palácio.

Ao registrarmos aqui os nossos comentários não temos outro intuito senão o de lembrarmos à Inspetoria de Veículos o fiel cumprimento da regulamentação do tráfego que nos parece deverá ser – salvo melhor juízo – igual para todos.

25 de julho de 1928

Não há negar os inestimáveis serviços que a atual direção da Inspetoria de Veículos vem prestando à regulamentação do tráfego urbano, corrigindo defeitos, reprimindo abusos e acabando de vez com as desenfreadas correrias que então se verificavam por todas as ruas da cidade. A transformação por que passou esse importante departamento municipal oferece hoje maior segurança, não só ao trânsito pedestre como aos próprios passageiros de ônibus e automóveis que, ao usarem desses veículos, tinham a sua vida em constante perigo pelos excessos de velocidade que então se verificavam.

Com a reorganização do referido serviço tudo melhorou, acabando-se com a anarquia e as desordens reinantes no tráfego da nossa capital.

Entretanto, de um certo tempo para cá, não são poucas as queixas que vêm surgindo contra a mesma Inspetoria. Em primeiro lugar avulta o exagero das aplicações das multas hoje transformadas numa rendosa indústria para os cofres da municipalidade.

Muitas vezes, aos condutores de veículos colhidos de surpresa por uma determinação qualquer da Inspetoria, são aplicadas penalidades injustas, das quais eles não se livram por mais razoáveis que sejam as justificativas que possam apresentar. E, como se isso não bastasse, vem adotando agora aquela repartição municipal o hábito de fazer justiça por suas próprias mãos, prendendo veículos nas ruas e retendo-os na sede da Inspetoria até o pagamento da multa, que muitas vezes é imposta sem os seus proprietários terem da mesma o mais leve conhecimento.

A continuar com o processo, simplesmente condenável, sérias responsabilidades irá acarretar com ele a municipalidade, pois, doravante, todos os que se sentirem prejudicados com tal violência irão reclamar os seus direitos perante os tribunais.

Para remate dessa lamentável situação em que se vem colocando a Inspetoria de Veículos, alguns dos seus inspetores e agentes têm cometido nestes últimos dias verdadeiras tropelias, que muito comprometem aquela repartição, principalmente os que, sobre qualquer pretexto, fazem uso de armas de fogo, como ainda há pouco se verificou com o trabuqueiro agente postado junto à estação da Viação Férrea.

Esse caso, e mais o verificado domingo último no Caminho do Meio, vem aumentando ainda mais as mágoas e as queixas contra a Inspetoria de Veículos.

19 de agosto de 1928

Temos, agora, também a mulher fazendo concorrência aos vigaristas do conto do pacote...

Será mais um passo alcançado pelo feminismo?

Não o sabemos. É difícil ter-se uma opinião segura sobre a delicada e momentosa questão na qual a mulher aparece fazendo em tudo concorrência ao homem, até mesmo na arte arriscada e difícil do escamoteio. E, nessa arte, segundo ainda ontem descreve a reportagem desta folha, a mulher leva maior vantagem aos profissionais masculinos, "porque sabe enganar melhor, segundo a maledicência dos discípulos de Schopenhauer..."⁸⁷

E acrescenta a interessante reportagem sobre o caso ontem registrado:⁸⁸

"O que, porém, certamente, ninguém esperava, é que Porto Alegre, a nossa ingênua capital provinciana, antigo Porto dos Casais⁸⁹, pudesse registrar, em sua crônica urbana, um 'avanço' bem caracterizado do feminismo, não em matéria de sufrágismo, mesmo porque Porto Alegre não é a capital do Rio Grande... do Norte⁹⁰, mas na arte sutilíssima de passar o 'conto do pacote'".

⁸⁷ Referência ao *Ensaio sobre as mulheres* (1851), de Arthur Schopenhauer (1788-1860), que atribui ao sexo feminino ausência de bom senso, incapacidade de reflexão e tendência à mentira.

⁸⁸ Em reportagem, o jornal ironizava a liberação feminina, definindo o ingresso feminino no mundo do crime como "uma reivindicação do sexo frágil" paralela ao sufrágismo. In: O FEMINISMO AVANÇA... Não é só o sufrágismo que encontra adeptas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano II, n. 146, p. 2, 18 ago. 1926.

⁸⁹ Porto dos Casais: um dos nomes atribuídos a Porto Alegre em suas origens, em referência à chegada dos casais de imigrantes açorianos, em 1752.

⁹⁰ O primeiro estado brasileiro a reconhecer o voto feminino foi o Rio Grande do Norte, em 1927. No ano seguinte, os votos das mulheres do estado nas eleições para o Senado foram invalidados, mas reconhecidos nas eleições estaduais do mesmo ano, em que cinco mulheres elegeram-se intendentess, e uma prefeita. In: FEMINISMO. A emancipação política da mulher brasileira. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLV, n. 16072, p. 11, 21 out. 1928.

E relata, então, o noticiarista da casa, a história dos 2:000\$000 que uma feminista esperta e decidida suspendeu anteontem, num abrir e fechar de olhos, de uma senhora menos esperta.

De fato não conhecíamos ainda esse notável avanço do feminismo indígena. Sempre imaginávamos que as suas conquistas estavam ainda restringidas ao mero campo teórico, sem nenhuma eficiência prática. Puro engano! Ao contrário do que pensávamos, a mulher vai também avançando, avançando.

O caso divulgado pelo noticiário desta folha é uma prova patente desse formidável avanço... E, para mostrar a sua capacidade em agir, a mulher em questão não podia dar melhor prova da que deu: suspendendo os dois contos verdadeiros de outra senhora, por meio do clássico e batidíssimo “conto do pacote”, hoje só usado pelos vigaristas de baixa inteligência (porquanto apanhou de jeito um tabaréu cru)...

Como se vê, é uma concorrência nova que surge e com a qual certamente não contavam os nossos punquistas.

E, pela amostra que já tivemos, há muitas probabilidades para a mulher sair vitoriosa em toda a linha...

22 de agosto de 1928

A agência Pupe, que há anos aqui introduziu a venda permanente de jornais e revistas do país e do estrangeiro, inaugurou, há poucos meses, independente da sua agência, estabelecida à rua Paissandu⁹¹, um outro ponto de venda das mesmas revistas e jornais, em frente ao Cinema Central⁹², no cordão do passeio.

Ali instalou ela uma pequena montra, onde são vendidas as mais interessantes publicações do Rio, São Paulo, Montevideu e Buenos

⁹¹ Rua Paissandu, travessa Paissandu: atual rua Caldas Júnior.

⁹² Cinema Central: estabelecimento inaugurado em 1921, na praça da Alfândega.

Aires. O transeunte que gosta de ler e que acompanha a vida literária, política ou social daqueles grandes centros, ao passar pelo local, não tem a menor dificuldade em adquirir os jornais e as revistas de sua preferência, chegados pela última mala postal. É uma prova do progresso da nossa capital, que, embora afastada dos grandes centros irradiadores de cultura, possui um ponto determinado nas ruas ou passeios da cidade, onde se encontram à venda as mais recentes novidades em revistas e os principais jornais cariocas e platinos, que, aqui em Porto Alegre, possuem um não pequeno número de leitores. Esses pontos destinados à venda permanente de tais publicações existem em toda a parte, em tanto maior número quanto mais adiantado e populoso é o centro onde eles se instalam. E a sua existência é uma prova de que a nossa cultura e o nosso amor pela leitura estão de tal maneira desenvolvidos que já não dispensamos a venda avulsa, em determinados pontos da capital, das últimas novidades em publicações ligeiras, como são o jornal e a revista.

Assim, porém, não entende uma frequentadora de cinema, que pede a retirada daquela pequena montra instalada na beira do passeio, só porque bateu com a cabeça na mesma...

Mas onde estaria ela com a sua cabecinha, que não viu aquele “maldito” armário?

A nosso ver não se recomenda muito essa desatenção pelas coisas, tanto mais em se tratando de um pequeno mostrador que, pelo seu tamanho e pela sua colocação no extremo da calçada, absolutamente não incomoda o trânsito.

Se fôssemos pedir a supressão de tudo aquilo onde por descuido batemos com a cabeça (quando temos cabeça), há muito já teriam sido suprimidos os postes das linhas dos bondes, da luz, e do telefone, que são muito piores do que o pequeno armário que ali está como ponto permanente para venda de jornais e revistas.

Com toda a certeza houve, no caso, um engano: a reclamante naturalmente não tinha cabeça...

29 de agosto de 1928

A torcida brutal e sanguinária, que levou, domingo último, um terrível frequentador de futebol a assassinar com uma punhalada um desportista do mesmo jogo⁹³, vem pôr em evidência o perigo a que se expõem os admiradores daquele desporto, desde o juiz de campo ao simples frequentador de arquibancadas. Frequentemente, nessas "torcidas" onde não só homens como até senhoras perdem a linha e a compostura que deviam guardar perfeitas, mesmo assistindo ao embate de um clube de sua predileção, registram-se fatos desagradáveis, bárbaros conflitos onde não raro a bengala, a faca, o revólver entram em cena, em atitude decisiva, eliminando-se destarte o espírito de cordialidade que deveria ser sempre observado, tanto mais não se tratando de gente da mesma terra, de clubes coirmãos, da mesma localidade.

Outro fato deplorável que se verifica em Porto Alegre, e que de um certo modo tem ligação com os fatos acima apontados, é a falta de policiamento em certos campos de futebol de pequena receita pecuniária. A polícia da nossa capital tem a estranha originalidade de garantir a ordem (quando não é ela a primeira a promover a desordem) mediante pagamento. De sorte que ela só aparece nos locais de jogo mediante a importância de 120\$000.

Sem o clube satisfazer essa exigência *sui-generis*, a polícia não comparecerá ao local do jogo, ficando seus frequentadores com o direito de se matarem à vontade.

⁹³ A vítima era Lothario Kruger, de 20 anos de idade. In: NO AUGÉ da "torcida": Scena de sangue num campo de foot-ball. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano IV, n. 153, p. 6, 28 ago. 1928.

Ora, isso é simplesmente vergonhoso. Só mesmo numa terra como a nossa, onde o serviço policial constitui um verdadeiro atentado ao seu progresso e desenvolvimento, poderá verificar tamanho absurdo, tão indecoroso mercantilismo. Acresce, ainda, a circunstância que patenteia ainda mais tão estúpida exigência, a de ter a população da nossa capital que pagar de imposto uma taxa elevada em benefício daquele malefício público.

Enquanto isso se verifica, enquanto a polícia se recusa terminantemente de comparecer aos campos de futebol, só o fazendo mediante o negócio de 120\$000, a cidade continua entregue ao mais completo abandono, entregue à gatunagem desenfreada, entregue às desordens que, por toda a parte, são registradas, tanto de dia como de noite.

É tal a situação em que nos encontramos que nada menos de dez crimes de morte foram aqui praticados no espaço de um ano ou pouco mais, sem que, entretanto, a polícia conseguisse até agora descobrir um só dos criminosos. Dizendo isso está dito tudo, pelo menos o suficiente para o leitor fazer uma ideia do que seja o serviço de policiamento em plena capital do estado.

1º de setembro de 1928

Depois que esta folha transcreveu, da “Onda verde”, de Monteiro Lobato, aquela brilhante página de observação e humor, em que o ilustre autor de “Urupês” nos descreve o que é o “grilo” nas ricas regiões do Noroeste, em São Paulo, pouco adiantaríamos nós em descrever o que por sua vez é o “grilo” em Porto Alegre.⁹⁴

⁹⁴ Referência ao conto “O Grilo”, de Monteiro Lobato (1882-1948), publicado em 1921, no livro *A onda verde*. Grilo, grilagem: falsificação da propriedade de terras, em geral através da falsificação de registros e apropriação de terras públicas.

Lá, como aqui, a engenhosa arte do “grilo” tem as mesmas afinidades.

Trata-se apenas de uma novidade a mais introduzida com êxito no progresso da desonestidade. Porto Alegre nesse particular tem progredido deveras, tem evoluído muito e muito.

Ao princípio era a gatunagem baixa. O alarife começara por suspender um embrulho do balcão ou mostrador de casa de negócios, uma carteira com alguns mil réis, esquecida em cima de uma mesa ou de uma escrivaninha, ou enganar o vendeiro no peso da balança, quando não era esse que enganava o freguês. Como expressão de atrasadismo ainda maior, havia também o ladrão de galinheiro e o gatuno de coradouros.

Depois a arte avançou um passo mais: surgiram os perigosos ladrões noturnos, os arrombadores e narcotizadores, com um variado aparelhamento mecânico capaz de vencer todas as dificuldades das trancas de ferro e dos cofres de segredo. Apesar de se tratar de um ramo arriscado de ladroagem, ele vem resistindo, sobranceiro, ao “sherlockismo” admirável, do não menos admirável policiamento local...

É de notar, entretanto, que apesar de absoluta segurança com que ainda hoje assim agem os ladrões, por toda a cidade, a arte derivou já há tempos para um outro feitio mais progressista e de ótimos resultados: apareceram então os “chantagistas”, os “punguistas”, os vigaristas do conto do pacote e do bilhete premiado. Foi um progresso rápido e admirável, já não na arte, mas na verdadeira ciência do escamoteio... Apesar de batido e de muito conhecido, esse processo continua sendo diariamente aplicado. É só os vigaristas encontrarem a vítima de jeito.

Mas, para culminar o formidável desenvolvimento e incremento que essa arte tomou entre nós, temos agora, em Porto Alegre, a indústria do “grilo”, que é, sem dúvida, o último grande passo em

matéria de furto. Escusamo-nos, entretanto, de falar, em suas minúcias, do desenvolvimento que o “grilo” vai tendo aqui. As recentes descobertas a respeito, que esta folha tem divulgado, amplamente, nestes últimos dias, dispensam-nos de abrir o olho do leitor para esse novo feito rendoso das apropriações indébitas, que parecia destinado a um largo futuro entre nós.

E quem sabe lá, até onde não irão as conquistas do “grilo”?...

11 de setembro de 1928

Desde 1926 a esta parte que a nossa capital vem sofrendo a calamidade das enchentes. Nada menos de quatro cheias tivemos nesse curto espaço de tempo, sendo que duas no decorrer deste ano.

Gente há que quer ver no fenômeno do transbordamento as consequências da restrição que sofreu a bacia do Guaíba, com as obras do cais do porto, visto que a nossa maravilhosa baía fluvial, onde se reúnem as águas de cinco rios, ficou sensivelmente estreitada, lucrando a cidade em terra firme, já hoje cortada por praças, ruas e avenidas, o que ainda há pouco era o espelho líquido do estuário majestoso.

Não sabemos até onde irá, dentro de uma probabilidade científica, essa suposição verossímil. Ela aí fica para ser confirmada ou dissipada pelos competentes da nossa engenharia hidráulica.⁹⁵

O fato é que as enchentes se sucedem como uma calamidade frequente. Desde sexta-feira que uma grande parte da nossa capital vem amargando as dolorosas consequências da cheia que sábado pela madrugada havia atingido ao máximo do crescimento, indo além do

⁹⁵ Não está comprovada cientificamente a relação entre os aterramentos do Guaíba e as enchentes em Porto Alegre. In: RECKZIEGEL, Elisabete Weber. **Áreas com risco de inundação do Lago Guaíba e Delta Do Jacuí**, 2018. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/174530>. Acesso em: 12 ago. 2019.

nível do Caminho Novo, que por isso mesmo ficou em grande parte coberto pelas águas. Muito mais, entretanto, sofreram os bairros de Gravataí, São João e Navegantes, onde a maioria da sua população pobre já não tem mais sossego em face da perseguição insistente das cheias, invadindo as habitações humildes, inutilizando e levando o pouco que os seus laboriosos moradores possuem dentro de casa.

Enquanto alguns *dilettanti*⁹⁶ curiosos, ávidos do prazer e do belo-horrível, faziam, domingo, passeios venezianos pela zona inundada, divertindo-se com a miséria alheia, contemplávamos nós, entristecidos, aquele imenso quadro de penúria e dor que se vem reproduzindo frequentemente.

O mal, se não pode ser evitado, pode, entretanto, ser, em parte, atenuado, bastando para tal que a Intendência realize as obras indispensáveis de drenagem de escoadouro para águas. Com a realização desse serviço, muito melhoraria a penosa situação de Gravataí, Navegantes e São João, bem como a zona próxima à Praia de Belas, também tão duramente castigada com as enchentes. Essas obras, conjuntamente com a canalização do Riacho, que se impõe imediata, muito viriam atenuar a calamidade que tão assustadora se manifesta entre nós.

Porto Alegre precisa cuidar seriamente desse problema.

6 de outubro de 1928

Os auto-ônibus.

Já agora está em foco o caso e não convém deixá-lo de lado.

Os acidentes ultimamente provocados por esses veículos de transporte de passageiros se sucedem com assustadora frequência.

⁹⁶ *Dilettanti*: em italiano, no plural, amadores, aficionados.

Vidas sobre vidas são, de contínuo, roubadas estupidamente, em consequência de desastres perfeitamente evitáveis.

São recentíssimos, para que valha a pena lembrar, os três últimos desastres de ônibus, todos eles de consequências funestas. A população desta capital não pode estar à mercê de tão grave ameaça. É, portanto, urgente, inadiável e necessária, a intervenção dos poderes públicos no sentido de reprimir de maneira eficaz a insânia dos perversos condutores de ônibus, que têm pela vida dos seus passageiros a mais criminosa indiferença. Entregue a direção desses veículos as pessoas em sua maioria ignorantes ou perversas, e além de tudo sem o mais elementar conhecimento de sua profissão, é por isso mesmo perfeitamente compreensível a alarmante cifra de pessoas sacrificadas pelos condutores de tais carros – e que carros, Santo Deus!? Não pode ser mais lamentável o espetáculo que oferecem à cidade um grande número deles. A maioria dos que trafegam nas várias linhas da capital é constituída de veículos grosseiros, dos mais heterogêneos formatos e dimensões, velhíssimos alguns, outros a se desconjuntar, arrastando por aí afora as suas “carrocerias” desmanteladas. Isso, porém, seria o de menos, se os desastres não se registrassem com tamanha frequência. Mas acontece que muitos desses carros têm como condutores pessoas sem a menor compreensão de seus deveres e algumas até mesmo inconscientes, que fazem, portanto, o que bem atendem, sem o menor controle, sem a menor fiscalização por parte da municipalidade. Daí os contínuos desastres, os acidentes de tráfego são frequentes, de molde a nos deixarem realmente apreensivos. Porque, pois, não se tomar uma providência urgente no sentido não só de impedir que menores e pessoas incompetentes guiem auto-ônibus, como também da adoção de outro tipo de veículos, onde os passageiros possam ter maior segurança e comodidade? Ao menos no perímetro urbano, onde, o movimento, sendo muito maior, são os desastres mais

constantes. Porque não adotar um tipo único e mais apresentável, obrigando, ainda, como se faz no Rio, o uso de uniformes para os seus condutores e exigindo-se-lhes uns tantos requisitos necessários à obtenção de caderneta de choferes?

Essa última exigência é de capital importância para a segurança e tranquilidade dos passageiros.

11 de outubro de 1928

Sob o título de “Coisas irritantes”, publicou esta folha, em sua edição de anteontem, o “clichê” de um sugestivo cartaz onde a nossa língua em cada palavra escrita aparece completamente extrapolada, pior do que no “modernismo” literário, pilhérico e incongruente de alguns escritores lunáticos.

Termina o comentário a que acima aludimos dizendo que a cidade toda é um quadro negro da ignorância do vernáculo.

Realmente assim parece. Pelo menos se fôssemos julgar da cultura da capital, em relação à língua pelas legendas das tabuletas e dos cartazes que por toda a parte são expostos aos olhos do público, chegaríamos a uma conclusão simplesmente deplorável. Por toda a cidade verifica-se esse aspecto desagradável: o nosso vernáculo de muletas, sistematicamente atropelado. Somos absolutamente contrários ao policiamento da língua, às impertinências e atitudes irritantes dos caturras do classicismo que vivem a publicar volumes sobre volumes sobre a colocação dos pronomes e outras iguarias complicadas da linguagem falada ou escrita. Desde que nos façamos entender com discreta concordância gramatical, sem trombadas, sem murros e sem encontrões no uso da palavra e das frases, devemos ser admitidos na grande família dos que usam da mesma linguagem sem ofendê-la, tanto mais que os próprios filólogos, entre si, nunca estão de comum acordo. Daí, ao que então se verificar na maioria dos cartazes e das tabuletas de reclame da nossa capital, vai por

certo uma diferença muito grande. É tal a mutilação que sofre a linguagem escrita nessas legendas expostas escandalosamente no frontispício de certas casas, que devíamos chamar para a mesma a atenção da polícia de costumes, se tal houvesse em Porto Alegre. É no único caso que admitimos uma fiscalização rigorosa e merecida, pois tais atropelamentos, como o que se referiu esta folha em sua edição de terça-feira última, dão da nossa terra uma impressão assaz desagradável. Se a nossa capital fosse julgada pelos letreiros que por aí se dependuram ou se grafam em caracteres indeléveis, poderíamos ser tomados por uma população de analfabetos.

E para evitar isso só a proibição terminante por parte da própria municipalidade.

26 de outubro de 1928

A municipalidade acaba de tomar uma providência acertada, que já há muito devia ser posta em prática. Trata-se de uma apreensão dos animais de quatro pés que vagueiam pela via pública danificando praças, jardins e propriedades particulares.

Frisamos nas linhas acima que o caso se refere aos animais de quatro pés, porque os de dois, que danificam também, tanto como aqueles, os logradouros públicos da cidade, pisando em canteiros, arrancando arbustos e flores, sujando as ruas com cascas de frutas e outros detritos, esses continuarão soltos até que o fisco e a polícia se resolvam a tomar outras providências.

Entretanto, a medida ora adotada pela Intendência Municipal com respeito aos de quatro que vagueiam soltos pelas ruas é de grande acerto e vem muito a propósito. Não há ponto da cidade, até mesmo nas zonas mais centrais, no qual não andam diariamente animais soltos, de toda a espécie e classificação na escala zoológica. Lá, então, pelas ruas dos Moinhos de Vento, é frequente aparecerem não

só cavalos e vacas, como um bando temível de cabras que ali fazem grandes estragos nos jardins particulares quando apanhados de jeito.

O leitor por certo não ignora que, onde existe criação de cabritos, existem inimizadas na certa. Não há, pois, animal que mais provoque rusgas e desavenças entre vizinhos do que o caprino temível. Entretanto ele é criado em larga escala em certos pontos da cidade. É uma calamidade, uma verdadeira calamidade, principalmente para quem mora nas suas vizinhanças. Proprietários há que parecem fazer de propósito. Já às primeiras horas da manhã, soltam para a rua a danadinha da criação sem se importarem com o mal que ela causa aos demais, estragando tudo quanto é planta, principalmente nas residências particulares. E, com os bandos de cabritos, aí andam soltos, também, pelas ruas, cavalos, vacas e tropas de mulas, sem falarmos na cainçalha vadia, em número deveras fantástico.

Ora, tudo isso vem reclamando há tempos severas providências de quem de direito. É o que quer fazer agora a municipalidade, determinando, a começar de hoje, a apreensão de todos os animais que forem encontrados soltos nas ruas e logradouros públicos da capital.

31 de outubro de 1928

Porto Alegre queixa-se, e com toda a razão, da absoluta falta de policiamento.

Só se sabe da existência da polícia quando esta aparece de facção em punho, cometendo espancamentos e violências de toda a espécie.

Ainda ontem noticiou esta folha o caso de um homem que foi brutalmente espancado, no arrabalde São João, por dois agentes da guarda administrativa. Fora esses conflitos, em que a polícia é sempre parte contentora, ela fica completamente invisível: não aparece em parte alguma da cidade. Pode vir abaixo tudo; podem se cometer furtos e roubos, crimes de toda a espécie, que a polícia local não dá o menor sinal de vida. A sua função, malgrado a elevada taxa

de impostos que os municípes pagam à municipalidade para esse serviço, resulta completamente inútil. Os constantes reclamos da população para ver melhorado o policiamento da cidade não foram até agora atendidos.

É verdade que, devido a um recente acordo entre o Município e o Estado, o serviço de policiamento urbano vai ser melhorado. Vai ser... Mas ainda não o foi. Justo seria que aquela taxa de imposto só entrasse em vigor quando tivéssemos de fato esse serviço.

Entretanto, há quatro anos que o público paga-o à boca do cofre. Paga no escuro; paga sem ver; paga sem saber que paga!...

Ora, isso, francamente, não está certo, tanto mais que o arremedo de polícia que aí está só serve para incomodar, para promover desordens e espancamentos, como seguidamente se tem verificado. A gatunagem continua a campear impunemente por toda a cidade, desenvolvendo com grande atividade a sua ação ladravaz; os vigaristas, os batedores de carteira, de fama reconhecida, por sua vez, aí andam aos grupos, assaltando em plena rua a bolsa do transeunte incauto que acredita no policiamento de Porto Alegre...

Mais chocante se torna esse estado de insegurança em que vivemos quando as notícias que nos chegam da polícia são com referência às desordens promovidas pela mesma.

Cometidos tais abusos, ela de novo desaparece mergulhando-se no mundo misterioso das coisas invisíveis...

19 de novembro de 1928

Merece especial registro a formidável frequência que tem tido diariamente a grande Exposição Industrial Agropecuária, recentemente inaugurada nesta capital, nos pavilhões da avenida 13 de Maio.

Raramente certame dessa natureza tem despertado tão vivo interesse por parte do público, como o que ora aqui se está realizando. Isso prova que o público já se preocupa com os importantes problemas

da nossa atividade econômica. O número dos visitantes que afluem àquele local, tanto de dia como à noite, tem sido deveras notável. O vasto recinto conserva-se sempre cheio de pessoas interessadas em conhecer os variados produtos das nossas variadas indústrias. E a referida exposição bem merece essa atenção e preferência, dispensadas não só por parte do público de Porto Alegre, como pelos numerosos forasteiros que se encontram atualmente entre nós, e que na sua maioria aqui vieram com o especial objetivo de assisti-la.

É deveras notável a variedade de produtos que a mesma apresenta, e cada qual é, por sua vez, uma prova magnífica dessa fase de desenvolvimento e de progresso por que passam todas as indústrias do estado.

Um município, sobre todos, o de Caxias, mais uma vez se apresenta de maneira a chamar a atenção pela riqueza de sua produção, deveras admirável, a começar pelos objetos de cutelaria da fábrica Abramo Eberle, que tanto se destaca e que tanto honra a indústria brasileira. Inúmeros outros da região colonial alemã também nos dão surpresas inúmeras e agradáveis, como Santa Cruz, Montenegro e Lajeado, este último com um importante e completo mostruário de instrumentos de música – instrumentos de metais para banda – que nada ficam a dever ao mais delicado trabalho estrangeiro. Não foi com certo espanto que a maioria, talvez, dos visitantes admirou essa seção da exposição, ignorando que, numa laboriosa mas modesta vila rio-grandense, havia uma fábrica de instrumentos musicais. Pois há, e de maneira a receber o seu fabricante louvores e gabos incondicionais.

Não é nosso intuito nessa pequena nota diária balancearmos impressões de tudo o que ali vimos e observamos. O que apenas desejamos é acentuar a nossa impressão do conjunto, e essa foi ótima. Ela tocou bem de perto o nosso orgulho de rio-grandense, o nosso sentimento patriótico. A inteligência, o trabalho e a atividade

do nosso povo estão ali condignamente representados. Daí a concorrência extraordinária que tem tido essa grande feira ora inaugurada.

28 de novembro de 1928

Na edição de ontem desta folha apareceu um anúncio no qual o anunciante promete gratificar a pessoa que der notícia de um auto Ford, roubado na madrugada de sábado último na casa nº 70 A, à rua Carlos Von Koseritz.

O motivo que obrigou o lesado a tal publicação é deveras expressivo.

O caso, entretanto, não é o primeiro. Ninguém por certo ignora em quanto está desenvolvida a gatunagem em Porto Alegre. E por ela ser exercida livre e escandalosamente, sem a menor pressão por parte da polícia, é que os processos aplicados pelos senhores gatunos são, por isso mesmo, numerosos. Nunca, porém, imaginávamos que a sem-cerimônia dos amigos da rapinagem fosse a ponto de roubar ou furtar um automóvel, que sempre é uma coisa de vulto, que faz volume, portanto, dando logo na vista.

Pois, como acima dissemos, não é o primeiro caso. Nestes últimos meses tem havido mesmo, por parte dos larápios, uma grande inclinação pelo volante.

Sucedem-se frequentemente os furtos dessa natureza. Isso vem pôr à prova o abandono em que se encontra a nossa capital em matéria de policiamento. Pela frequência com que são registrados tais casos, o leitor tem a impressão de que isto aqui é, na verdade, o paraíso dos gatunos, acrescidos agora com o número dessa nova espécie de “automobilistas”, que se vêm juntar às legiões de escamoteadores de outras espécies.

É realmente um progresso admirável. E, à maneira que ele mais se desdobra, que ele mais avança, mais diminui a polícia e mais inútil ela se torna.

Daí, portanto, não há nada a esperar. As vítimas não têm outro remédio senão se consolar umas com as outras. Esperar pela polícia ou pela sua ação em favor da população é o mesmo que nada.

A facilidade com que aqui se furta um automóvel nos dá ideia de um avanço maravilhoso na grande arte. Amanhã até terrenos, até as próprias edificações desaparecerão, levadas pelos ladrões que infestam e dominam a nossa capital.

E se isso não se der não será também novidade, pois a indústria do “grilo” já se vai desenvolvendo regularmente entre nós, graças a Deus...

13 de dezembro de 1928

Como aconteceu no começo da estação balneária do ano passado, os frequentadores da praia de Pedra Redonda reclamam, novamente, contra o fato de alguns indivíduos invadirem, aos domingos, aquele local, a cavalo, exatamente no ponto mais frequentado da praia, onde maior é o número de crianças e senhoras tomando banho.

Ainda domingo último, dois cidadãos, sendo que um deles, o mais travesso, já bem entrado em risonha primavera, ali penetraram, a cavalo e a trote largo, pelo meio dos banhistas, entre os quais se contava grande número de crianças. O fato, como era de ver, alarmou as famílias frequentadoras do sítio, tanto mais que os fogosos ginetes pareciam dispostos a correr carreira dentro da água...

Como acima dissemos, já no ano passado as mesmas cenas desagradáveis ali se repetiram, de parceria com outras que eram flagrantes atentados à moralidade dos frequentadores da Pedra Redonda.

Felizmente, a intervenção da polícia conseguiu, em tempo, reprimir os abusos, voltando aquela praia a sua tranquilidade habitual e continuando as famílias a frequentá-la sem serem molestadas pela impertinência dos mal-educados.

Agora, de novo se repete o fato de pessoas invadirem a cavalo a referida praia, sem o menor respeito pela vida das crianças que, descuidadas, se entregam aos prazeres do banho.

Isso quer dizer que o caso reclama, novamente, a vigilância da polícia, tanto mais que, às vezes, são pessoas embriagadas que invadem aquele visitadíssimo ponto de recreio existente nos subúrbios da cidade, que, dia a dia, vai tendo cada vez mais aumentado o número dos seus frequentadores.

A municipalidade deve, portanto, tomar todas as providências cabíveis no caso, fazendo policiar o referido logradouro, pelo menos aos domingos, quando mais intenso é ali o movimento de banhistas, principalmente senhoras e crianças.

Ao repetirem-se abusos como o de domingo último, a Pedra Redonda muito perderá de atrativo e de preferência por parte dos que a procuram como único ponto, nos arredores de Porto Alegre, digno de ser visitado na estação calmosa.

27 de dezembro de 1928

Porto Alegre vai pouco a pouco revelando certos aspectos e hábitos peculiares aos grandes centros, às grandes capitais da vida intensa e vertiginosa.

Um deles é o que se refere aos anúncios de casamento publicados pela imprensa. Em outros tempos, o caso constituía um escândalo, para o qual se voltava toda a atenção do público.

- Ora vejam, um anúncio de casamento...
- Que engraçado...
- Engraçado nada...
- Onde se viu isso...
- Que horror...

E a velha e austera matrona, sentada nos fundos da varanda, benze-se três vezes, como na iminência de um grave perigo.

– Credo, meu Deus! Isso até parece um alçapão para apanhar donzelas... Virgem...

Hoje já não há nada disso. É a coisa mais natural do mundo ler-se anúncios de cavalheiros procurando moças para casamento. Há dias os matutinos locais publicaram nada menos de três anúncios sobre o assunto, e agora mesmo aparece nesta folha o anúncio de um moço que se diz de fino tratamento social e que, “dispondo de bastantes recursos, procura uma moça educada para casar-se”.

Se com tal intenção o interessado adotasse o sistema antigo, o verdadeiro sistema “passadista” de olhar, namorar, passar pela janela da dita, arriscar uma palavra, e outra e mais outra; ser admitido no seio da família; ir todas as noites filar o chá das 10; sentar-se juntinho dela no sofá histórico da família; aproveitar-se das ocasiões em que a “velha” propositalmente abandona a vigilância; fazer, enfim, oficialmente o pedido – que maçada enorme não seria tudo isso para ele, para a “pequena”, para os pais da “pequena”, para todos, finalmente. A sociedade e a espécie seriam enormemente prejudicadas com tamanha demora. Ao passo que, pelo sistema de anúncios – e note-se que não estamos aqui defendendo os altos interesses da gerência – os resultados são mais práticos, mais positivos. O interessado tem campo vasto para escolher aquela que melhor condiz com o seu ideal, sem a inconveniência de se comprometer, como não raro acontece pelo sistema antigo. Mesmo com as traições fotográficas que as interessadas naturalmente enviam ao pretendente, mesmo assim, este tem meios de apurar a verdade sem se “amarrar”, sem correr perigo de espécie alguma.

No caso em questão, o anunciante desta folha está recebendo de oito a dez cartas por dia, cada qual enviada pela mais prendada, pela mais bela, pela mais cheia de virtudes.

No pior dos casos, só a moça escolhida é que poderá ir no pacote. Ele, de modo algum.

Só mesmo sendo muito “trouxa”⁹⁷...

30 de dezembro de 1928

A municipalidade, por ato de anteontem, assinado pelo respectivo intendente, criou um novo departamento denominado *Garage Central*, o qual de agora em diante centralizará todos os serviços de transportes da Intendência Municipal.

No regulamento que baixou com esse ato, há dois pontos que nos mereceram especial atenção. São os que se referem ao uso e abuso de automóveis para os serviços estranhos aos interesses da municipalidade.

Diz o regulamento:

“Não é permitido, em caso algum, o uso dos carros para serviços estranhos à municipalidade; os carros da municipalidade não poderão ser usados para condução de funcionários de suas residências à repartição e vice-versa, salvo autorização expressa do intendente.”

Trata-se, como se vê, de uma boa medida preventiva, no sentido de acabar-se com os frequentes abusos dos que se utilizam para uso particular dos automóveis adquiridos para o serviço público.

Aqui, como em toda parte, o automóvel oficial, seja desta ou daquela repartição, presta-se admiravelmente para tudo: para conduzir criado ao mercado, para levar crianças ao colégio, para fazer compras nas casas de moda, para conduzir gente à pândega e à farra, para fazer retribuir visitas. Carro à disposição, gasolina de graça fornecida pelo “Zé-pagante”, quem deixará de aproveitar as reais vantagens que o automóvel oficial oferece sobre qualquer outro não oficial? Três quartas partes das despesas decorrentes com esses macios e cômodos veículos de luxo são por serviços completamente

⁹⁷ Trouxa: na gíria, tolo, inocente.

estranhos aos fins a que os mesmos foram destinados. Ocasões há em que a nossa elegante rua dos Andradas fica cheia desses carros. Nenhum, porém, em objeto de serviço público.

Em razão disso, entendemos ser de necessidade imediata a moralização do seu emprego, conforme acaba de determinar a municipalidade, criando para tal fim uma repartição controladora.

Realmente, não é justo que, à custa do povo, que é de fato quem geme com a compra do carro, com a despesa da gasolina e com todas as despesas do uso dos automóveis oficiais para fins privados, para fim particular, como frequentemente verificamos.

Daí a razão por que aplaudimos, sem reserva, a intenção moralizadora da medida que vai ser posta em vigor pela Intendência Municipal, com a recente criação da *Garage Central*.

16 de janeiro de 1929

A nossa polícia sempre, sempre foi modorrenta, misteriosa, e, quase sempre, invisível. Entretanto, quando ela entra em cena, é um caso sério. De sua atividade tivemos conhecimento ontem por uma notícia publicada por esta folha. Trata-se dos guardas do 5º posto policial, que, ao perseguirem um gatuno no arrabalde da Glória, dispararam contra o meliante cerca de 50 tiros. O fato, que se passou às nove horas da noite, alarmou, como era natural, quase toda a população daquele populoso arrabalde, dando por certo a muitos a impressão bélica de que Porto Alegre estava em pé de guerra, em encarnizado combate com os inimigos da ordem e da legalidade...

O leitor condescendente poderá tolerar o caso, alegando tratar-se de um arrabalde bastante distanciado da zona urbana, não havendo, portanto, perigo algum de a *gendarmérie*⁹⁸ da zona atirar no que vê e

⁹⁸ *Gendarmerie*: do francês, polícia.

matar o que não vê. Acontece, porém, que aqui no centro, no coração da cidade, frequentemente registram-se fatos semelhantes. Ainda às onze horas da noite de anteontem, entre a rua da Alegria⁹⁹ e a praça Santa Casa, foram disparados inúmeros tiros de revólver por populares e pela polícia sem se saber, entretanto, por que motivo.

Em consequência de tal fato, inúmeras famílias da vizinhança ficaram justamente sobressaltadas.

Por mais que a imprensa reclame contra o uso e abuso das armas de fogo, os casos como os que acima citamos estão se repetindo quase que todos os dias, da maneira a mais condenável.

A nossa polícia, principalmente, não perde ocasião de mostrar a tiros de revólver a sua reconhecida “eficiência” na repressão da gatunagem... Porto Alegre, nesse particular, é um verdadeiro paraíso. Aqui ninguém furta, ninguém rouba. E quando, de ano em ano, um desses delitos é praticado, a nossa polícia, que possui um admirável faro de Sherlock, sai logo em campo e, a tiros, no mais, em verdadeira fuzilaria de guerra, ela dá admirável prova de sua bravura, do seu valor, da sua competência.

O que é de lamentar é que mesmo assim ela deixe escapar os gatunos, como aconteceu com o do arrabalde da Glória que, apesar de perseguido a bala por um verdadeiro batalhão, desapareceu incólume.

A nossa polícia, não há dúvida, é admirável...

24 de janeiro de 1929

Os acidentes de tráfego, que pareciam ter desaparecido dentre as ocorrências desagradáveis da *urbs*, voltam, de novo, a se manifestar com frequência quase que diária. São, agora, dois, três ou quatro casos por dia.

⁹⁹ Rua da Alegria: rua General Vitorino.

Ainda ontem, esta folha registrou quatro casos ocorridos no dia anterior – todos de consequências desagradáveis, sendo que num deles perdeu a vida um pobre menor de treze anos de idade. Poder-se-á alegar que a maior culpa desses desastres recai sobre a imprudência das próprias vítimas. O que também não se pode negar é que a maioria dos nossos meios de transporte, como os ônibus, os automóveis e os próprios bondes desconjuntados que aí estão em tráfego, toda a vez que saem das ruas mais centrais da capital, principalmente nas zonas onde não há agentes da Inspetoria de Veículos, não deixam de trafegar com condenável excesso de velocidade. Essa, e não a imprudência dos pedestres, mesmo em se tratando de crianças, é a principal causa dos numerosos desastres que ultimamente se vêm verificando. A prova disso está no fato de que nenhum dos acidentes de anteontem ocorreu no centro da capital, e sim em zonas afastadas, sem fiscalização, portanto, por parte da Inspetoria de Veículos. A imprudência do pedestre vítima de desastres é sempre a melhor defesa para acobertar certos abusos, principalmente quando não há no caso testemunhas de vista.

O fato é que os desastres voltam, novamente, a se repetir em número deveras alarmante, e só mesmo uma ação enérgica por parte da Inspetoria poderá dar cobro a tais abusos. Para isso, será necessário aumentar o número de guardas, distribuindo-os por pontos mais afastados do centro, notadamente nas ruas que possuem linhas de bonde, automóveis e ônibus. Nessas condições, no Caminho Novo, Floresta, República e avenida 13 de Maio, ruas essas onde são frequentes os acidentes de tráfego, a Inspetoria devia manter um serviço permanente de agentes encarregados do trânsito de veículos, tal qual como é feito nas zonas mais centrais de Porto Alegre. Pelo menos nas horas de maior trânsito essa vigilância torna-se indispensável. Com isso muitos desastres ter-se-ão evitado.

19 de abril de 1929

Quando há meses surgiu em Porto Alegre o Sindicato dos Marchantes, tivemos oportunidade de fazer, através desta modesta coluna, vários comentários a respeito, e entre esses o de ficarmos com a certeza plena de que a novel agremiação sindicalista só cuidaria de pugnar pela alta da carne verde, que já por tão elevado preço era vendida aqui.

Foi o quanto bastou para que um ilustre membro da referida corporação criticasse sem dó nem piedade os nossos comentários, e terminando por afirmar que, pelo contrário, o Sindicato iria, espontaneamente, sem descurar dos seus interesses, defender os interesses da própria população.

Da benemerência dessa atitude já tem o público a prova... Acaba de prevalecer a ideia que o referido Sindicato trazia oculta desde a sua fundação, isto é, de elevar para 200 réis a mais o quilo daquele alimento de primeira necessidade.

Realiza-se, assim, sem o menor obstáculo, o sonho dourado de uma classe privilegiada que outra coisa não tem feito senão esfolar o público com mais frequência do que os magarefes esfolam o boi nos matadouros. De ano a ano é a mesma luta, são as mesmas alegações pueris; ora a alta do preço do gado; ora a baixa do preço do couro. Todo o ideal dos marchantes se resolve em subir. Se sobe o preço do bovino destinado ao sacrifício, marcha o público com a resolução da alta imediata. Se baixa o valor do couro, sob a alegação de que o "Soviet" russo abandonou a freguesia,¹⁰⁰ marcha ainda o

¹⁰⁰ A União Soviética era um dos maiores mercados para os produtos agropecuários do Rio Grande do Sul. Em 1929, os preços externos do couro baixaram a menos da metade do valor, o que se somou a um aumento do preço do gado. Como resposta à situação, a Intendência aprovou o Decreto Municipal nº 176, de 1º de abril de 1929, que autorizou a isenção dos impostos sobre a carne verde. PORTO ALEGRE. In: **Decreto nº 176, de 01 de abril de 1929**. Porto Alegre: Intendência Municipal, 1929. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1929/17/176/decreto-n-176-1929-autoriza-isencao-dos-impostos-sobre-carne-verde>. Acesso em 15 out. 2018; A PRODUÇÃO do Rio Grande. A Federação, Porto Alegre, ano XLVI, n. 52, p. 1; 2 mar. 1929.

povo para estabelecer de novo o equilíbrio da desvalorização. Dessa forma, o público não tem para os marchantes outra função senão a de marchar. É o cavalinho marchador da porta, sempre pronto ao marche-marche da impune marchanteria gananciosa que aí vive sem obstáculos, sem peias a sacrificar a bolsa do povo.

Felizmente, nunca tivemos ilusão sobre o Sindicato. Quanto ele aqui se fundou lembramo-nos logo das suas afinidades com o generoso e humanitário Conde de Matarazzo¹⁰¹...

O público, portanto, que tenha resignação e paciência, tanto mais que ele, num ponto, é como o próprio boi: ignora a força que tem.

23 de maio de 1929

Como os leitores não ignoram, houve por bem a municipalidade de construir, há meses, um pitoresco belvedere no Morro da Formiga, pondo, deste modo, em comunicação direta a rua Clara¹⁰² com a rua do Arvoredo e oferecendo, ao mesmo tempo, ao olhar do público, um formoso panorama da bacia do Guaíba e de uma grande extensão da Cidade Baixa. Foi mais um embelezamento com que se dotou a capital depois do intenso período de transformação por que a mesma passou de 1925 a esta parte.

Entretanto, parece que a municipalidade não deu grande apreço a esta própria obra, porquanto ela está completamente decorada. Iluminação no local é coisa que absolutamente não existe e isto muito contribui para transformar o belvedere em ponto de *rendez-vous*, pondo em xeque as famílias que por ali transitam depois do escurecer, segundo

MENSAGEM enviada á Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas. *A Federação*, Porto Alegre, ano XLVI, n. 229, p. 2, 1º out. 1929.

¹⁰¹ Conde de Matarazzo (Francesco Antonio Maria Matarazzo, 1854-1937): industrial italiano radicado no Brasil, foi um dos primeiros líderes do setor no país. O cronista faz referência às más condições de trabalho e aos baixos salários pagos aos trabalhadores de suas fábricas.

¹⁰² Rua Clara: atual rua João Manuel.

nos informa pessoa que acaba de nos escrever sobre o assunto. Por sua vez, o policiamento é um mito, e disso aproveitam-se indivíduos de pouca educação para transformar aquele belíssimo logradouro em depósito de lixo, em mictório e em coisa pior ainda, sendo insuportável o mau cheiro que exala o referido local. Se tudo isso constitui um fato deprimente para nós, há ainda outro que reputamos mais grave, como seja, a inscrição de obscenidades pelas paredes. Basta dizer que na própria placa inaugurada pela Comissão das Obras Novas da municipalidade, existe uma, a carvão, em letras garrafais. É verdadeiramente lamentável que tal se dê numa cidade como Porto Alegre. Infelizmente o que ali se documenta e se patenteia aos olhos do visitante não constitui uma exceção. Os logradouros públicos e os pontos mais frequentados da cidade estão cheios dessas terríveis legendas anônimas, que, se por um lado revelam a incultura e o baixo instinto dos que usam e abusam de tais inscrições, por outro mostram a falta absoluta de policiamento para conter a inspiração pornográfica da malandragem abjeta.

Se a municipalidade não nos levasse a mal pelas frequentes observações e advertências que vimos fazendo sobre tantos assuntos e problemas da *urbs*, chamaríamos para o caso a sua atenção, pedindo tomar as necessárias providências, pois, com um pouco de boa vontade, tudo se poderá conseguir. Basta que os nossos principais logradouros públicos sejam diurnamente policiados, ou que pelo menos se conservem neles um zelador encarregado de manter o asseio dos mesmos e evitar a prática de tão condenáveis abusos.

Se a Intendência está à espera que o povo se eduque por si, estamos bem arranjados. Em pouco tempo, a nossa capital, com as suas praças, com os seus passeios, com os seus jardins, com suas hermas e monumentos, enfim, com tudo que denote delicadeza de sentimento ou qualquer manifestação de gosto estético, está em situação pior que o local do forno do lixo.

O que precisamos é de polícia.

1º de junho de 1929

A carne! Eis o eterno problema... Não a Carne pecaminosa, proibida pela Santa Madre Igreja e que, segundo dizem, foi a causa de todos os bens e de todos os males da terra... É claro que não nos referimos à Carne da tentação, da atração, do abismo, a Carne da gente cheirar, apalpar e gostar, Carne que não está em crise porque não sofre as consequências da invernã nem a da baixa do couro...

A carne de que queremos falar, é a carne alimento, a carne de boca, a carne de boi, a carne vagabunda inferior à outra em todo e qualquer sentido. Pois é essa última, leitor amigo e amável, que a começar de hoje fica aumentada em mais cem réis no seu preço, como já havia sido aumentada em duzentos réis há pouco mais de dois meses.

Para justificar o aumento de agora, o Sindicato (coisa terrível os sindicatos) acaba de publicar uma longa exposição de motivos. Quem a tiver lido certamente não deixou de lacrimejar. Tão comovida é esta exposição, tão sentidos são os seus termos, o seu melancólico poder convincente sobre as perdas, atrasos e ruínas sofridas pelos industriais da carne, tão dura e injustamente sacrificadas por esse sangrento ramo de negócio, que a gente, em lugar de ficar com pena dos bovinos, esfolados dia a dia na cancha dos matadouros, fica com pena deles, dos senhores marchantes, vítimas da má sorte ou da fatalidade que os persegue.

Como se não bastassem os prejuízos que eles de ano a ano vêm sofrendo de um modo tão cruel, estão de novo, agora, em luta com o inverno, com a baixa do couro e com muitos outros males a mais. Depois, que diabo, que é um aumentozinho de 100 réis em quilo, quando a população recebeu sem tugar nem mugir o aumento de duzentos réis no ano passado e aceitou de cara alegre o aumento de mais duzentos, inda há pouco? Talvez, com o aumento de 100 réis agora, mais 100 em julho e mais 140 réis em agosto, próximo, os prejuízos cessem e os marchantes consigam restaurar as suas finanças arrebatadas por um negócio que só dá prejuízo. Coitadinhos! Eles bem merecem todo o nosso sacrifício.

Por isso, não há que estranhar, se a carne verde, em Porto Alegre, passar dentro de pouco tempo a ser vendida a 2\$500. Tudo se enca-minha perfeitamente para essa humanitária majoração.

Humanitária, sim. Pois não é possível deixarmos essa pobre gente que constitui a classe de marchanteria sacrificada, na penúria e no abandono, tanto mais agora que o duro inverno aí está nos batendo à porta...

E quem não quiser a carne bovina que então se alimente de outra...

15 de junho de 1929

Na verdade, se a população de Porto Alegre tem justo motivo de queixa contra a atitude dos padeiros, elevando para 200 réis o preço do quilo do pão, essa queixa deve ser também contra a Diretoria de Higiene¹⁰³. Esta, como se sabe, acaba de determinar que aquele produto só poderá ser exposto à venda convenientemente embrulhado em papel cor-de-rosa, escolhido e aprovado pelas nossas zelosas autoridades sanitárias.

Como é natural, essa nova determinação da Higiene acarreta novas despesas às padarias. Não só a compra do papel cor-de-rosa (rosa, símbolo do amor da Diretoria de Higiene para com os padeiros, e do amor destes para com o público!...) e mais o pessoal empregado no embrulho do pão e o tempo perdido exclusivamente nesse serviço, são por certo condições de alta que a panificação porto-alegrense não despreza para elevar o preço do seu produto.

Ora, o padeiro, como o marchante, não se aperta. Pelo contrário, desaper-ta para a esquerda, que é o lugar onde sempre está a bolsa do público.

¹⁰³ Diretoria de Higiene e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul: órgão instituído em 1895 por Júlio de Castilhos para executar os serviços de higiene, política sanitária, profilaxia, saneamento local, fiscalização dos serviços de saúde e estatística demográfica. Essa diretoria foi reformulada em 1928, no governo Getúlio Vargas, que a ampliou e modernizou. In: ALVES, Gabrielle Werenic. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2372/1/430450.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

Se o marchante pode elevar a carne para 100 réis a mais, alegando a baixa do preço dos couros, em vista dos sovietes russos terem ido bater noutra freguesia, com mais forte razão podem, pois, as padarias locais promover “subida” do seu produto, justificando essa resolução com o aumento da despesa do papel e outras despesas decorrentes da mesma. Ninguém de bom tino poderá deixar de justificar o caso. Se sem a despesa com o papel e com empregados encarregados de meter o papel, os padeiros achavam motivo para diminuir o volume e aumentar o preço, com mais forte razão agora eles justificam plenamente o aumento.

Repetimos: o padeiro é como o marchante – no pior dos casos, ele desaperta para a esquerda.

Afinal, a Diretoria da Higiene tem dobrada culpa no caso. Em primeiro lugar, ela forçou o aumento do preço daquele produto. Em segundo lugar, nada lucrou a higiene do pão com a dispendiosa medida preventiva, pois, para ser embrulhado, ele continua sendo agarrado com a mão, e o consumidor, ao comprá-lo, para verificar as condições de velhice do mesmo, desembulha-o e apalpa-o ainda com a mão, com a mesma mão que sai, às vezes, do fundo da cama, sem tempo de ser lavada... E o artigo não servido, por ser duro, queimado ou cru, já sabe o leitor que acontece: volta de novo ao embrulho cor-de-rosa...

Não vemos, portanto, vantagem alguma na caríssima, mas bem-intencionada medida da Higiene, quando ainda há muita coisa de caráter mais urgente que reclama a atenção daquele esforçado e operoso departamento da administração pública do Estado.

Afinal, o único embrulhado em tudo isso é o público...

6 de julho de 1929

Um fato se observa a todo o momento aqui em Porto Alegre e em qualquer ponto da cidade e que pela sua gravidade deveria ser terminantemente reprimido.

Trata-se do costume (ou, melhor, verdadeiro abuso) que há, entre os nossos condutores de veículos, de passar livremente junto aos bondes ou ônibus que recebem ou desembarcam passageiros, sem sequer dar o menor sinal ou ao menos diminuir um pouco a marcha de seus veículos, como medida de precaução. Frequentes têm sido os desastres devidos a este abuso e numerosos os ferimentos e mortes por eles ocasionados. E, apesar disso, a Inspetoria de Veículos, que com uma simples ordem poderia evitá-los todos, permanece inativa, ignorando, não sabemos, se as suas gravíssimas consequências, ou se os meios de reprimi-los.

E, mormente agora, se impõe uma medida repressora neste sentido, porquanto, com a construção de largos passeios e abrigos em várias ruas movimentadas da nossa *urbs*, fica muito reduzido nelas o espaço reservado ao trânsito de veículos, o que obriga os condutores destes a fazê-los passar uns bem juntos aos outros. É o caso, por exemplo, da Rua Independência, onde, em alguns de seus trechos, é comum se ver os passageiros ficarem no estribo do bonde ou do ônibus, já parados a seu pedido, à espera que passe toda uma fila de veículos, sob pena de serem atropelados por um deles, se se aventurarem a atingir a calçada antes que tenha desfilado até ao último. Bem sabemos que, aqui no caso, poder-se-ia excluir o perigo, descendo pelo lado dos abrigos que foram construídos na parte central da rua, mas não devemos esquecer que a disposição interna de muitos dos nossos bondes e ônibus torna impossível ou difícil o desembarque pelo lado aconselhável, e é então que o pobre passageiro se vê na crítica situação a que acima aludimos. Ora, não é difícil, pois, se os veículos de passageiros só param nas esquinas, e em cada esquina de regular movimento existe, como deve existir, um inspetor, bastará que este dê sinal de passagem interrompida quando houver algum bonde ou ônibus embarcando ou desembarcando passageiros.

Aliás, é uma coisa razoabilíssima, pois não é natural que, se um bonde ou ônibus para numa esquina, será para embarcar ou desembarcar alguém? E que, se tal vai se dar, não deverá passar nenhum outro veículo junto a ele, sob pena de apanhar, este, alguém? Pois, então, dever-se-á expor a vida de tal alguém simplesmente para não sacrificar o comodismo do “seu” inspetor, postado ali a dois passos e que poderia evitar tudo isso, bastando para tal que desse sinal de trânsito impedido?

Ora, convenhamos, a Inspetoria de Veículos deveria se interessar mais pela integridade corporal e pela vida dos pobres porto-alegrenses, uma vez que ela pode resguardá-las tão facilmente, quando assim ameaçadas. Já de uma feita, ela determinou que se executasse a medida por que agora reclamamos; esta, porém, que, em rigor, só havia sido cumprida nos pontos mais centrais da cidade, como, por exemplo, na esquina das ruas dos Andradas e Marechal Floriano, foi sendo aos poucos relaxada, até que finalmente caiu no completo esquecimento em que se conserva até hoje. É do seu restabelecimento que está necessitando urgentemente a nossa capital.

Para essa justíssima reclamação que nos foi dirigida em carta, esperamos as providências da Inspetoria de Veículos.

9 de julho de 1929

Os leitores leram, naturalmente, a notícia publicada por esta folha em sua edição de domingo último, referente a um pão de meio quilo adquirido num depósito da padaria *Pátria e Trabalho*, o qual trazia uma ponta de charuto cozida com a própria massa. Tão grande era o apêndice que uma parte do mesmo ficou de fora,

dando-nos a impressão de que o pão, na ocasião de entrar para o forno, estava fumando.

O pior da história é que o embrulho cor-de-rosa, a que está sujeito o produto das nossas padarias, não evitou que o farináceo da nossa alimentação quotidiana perdesse o vício do tabagismo... Pelo contrário, o abuso parece ser agora maior, com a agravante de ser o público o mais prejudicado, pois, além de comprar aquele produto mais caro, compra ainda sem o ver. Se fosse o pão vendido a descoberto, como anteriormente, o freguês teria visto logo o toco de charuto e feito a sua imediata reclamação, ao passo que, embrulhado, teve ainda o trabalho de levá-lo para casa e só no momento preciso, ao ser posto à mesa para a refeição, foi que se lhe deparou aquele quadro nauseabundo: um pão "fumando" um charuto ordinário!...

Ora, isso é de a gente perder o apetite.

O fato vem, entretanto, provar que os cuidados dispensados pela nossa esforçada Diretoria de Higiene ao pão que é entregue ao consumidor competentemente embrulhado em papel não servido são de menor importância do que aos que se deviam ter com a atividade interna desses estabelecimentos. Alguns, pelo menos, devem existir com absoluta falta de asseio, sem o menor cuidado higiênico, pois só assim se explica estarem os seus empregados de quadra de cigarro ou de charuto na boca, deixando cair uma ponta na massa! Quem sabe lá quantas porcarias mais não recebeu o pão antes de ser levado ao forno? Pela amostra asquerosa que tivemos, fácil é de se avaliar o resto.

A nosso ver, esse é o ponto que deve merecer especial atenção da Higiene, estabelecendo essa uma fiscalização rigorosa por meio de visitas frequentes à hora em que as nossas padarias preparam a massa para o fabrico do pão, hora em que estão, portanto, em maior atividade. E não só esses, mas muitos estabelecimentos existem

nesta capital que precisam ser severamente fiscalizados pela nossa esforçada e benemérita Diretoria de Higiene.

11 de julho de 1929

Esta folha já comentou, em incisivo editorial de ontem, a momentosa questão do aumento do preço da carne verde.

Pelo parecer apresentado pela comissão encarregada de estudar a elevação do preço daquele produto, chega-se à conclusão de que a pretensão dos marchantes é de fato im procedente.

Devemos confessar que sobre isso nunca tivemos a menor dúvida. Todos os aumentos de preço da carne verde, que de um certo tempo a esta parte se vem verificando com tamanha frequência, nunca tiveram como ponto de apoio uma justificativa razoável. O aumento sempre foi feito ao sabor da ganância dos senhores marchantes, no intuito exclusivo de auferirem maiores lucros na venda de produto. E, como o público é obrigado a adquirir aquele alimento de primeira necessidade, indispensável na alimentação do nosso povo, eis aí a razão principal por que os marchantes abusam do preço.

A referida comissão acha, entretanto, que o remédio está numa ação conjunta entre a municipalidade e os marchantes.

Com a devida vênia, ousamos discordar de tal conclusão. De modo algum o marchante será capaz de promover o barateamento da carne. Por sua vontade, deles, esta já estaria a 5\$000 o quilo, com a mesma choradeira de sempre, isto é, de terem ainda prejuízo vendendo por aquele preço! A justificativa seria invariavelmente a mesma: a alta dos gados e a baixa dos couros. É o estribilho que eles encontram mais à mão ou mais a propósito para justificar todos os abusos da ganância. Mesmo que a municipalidade se mostre empenhada em defender os interesses da coletividade, nada conseguirá se não tomar enérgicas medidas de outra ordem, como a construção de matadouros de emergência, franqueando-os, sem despesas, a todos aqueles

que desejarem abater por conta própria, ou ela mesma tomando a si essa tarefa, matando por conta do município e distribuindo entre os açougues, sem o menor lucro, até ver normalizada a situação. A Intendência podia fazer em relação à carne verde o mesmo que a saudosa administração passada fez com o pão: fabricando e distribuindo ao público aquele produto por preço inferior ao das padarias particulares. Nem todos os males são irremediáveis. Esse é um deles. De uma forma ou de outra, o remédio salvador ainda está nas mãos da própria edilidade. Ela tem muitos meios ainda para defender os interesses do público, reagindo contra o abuso e a violência da nossa marchanteria carniciera.

13 de julho de 1929

Porto Alegre, pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento e pela educação e cultura da maioria de seus habitantes, já merece um policiamento constituído de gente polida, que saiba tratar o público com urbanidade e respeito, sem quebra da sua função ou da sua autoridade, mesmo nos casos em que é ela obrigada a agir.

Infelizmente, assim ainda não acontece. A impressão que tão comumente nos dá a polícia desta capital não deve ser nada inferior à do mais ínfimo lugarejo. É a mesma figura grosseira e brutal que ao tratar com um ébrio ou com uma criança não usa de outro processo que não seja o da violência. Não raro o noticiário dos jornais registra fatos que confirmam plenamente a nossa asserção. Por dá cá aquela palha a bronca *gendarmerie* local comete os maiores desatinos, verdadeiras cenas de faroeste que tanto comprometem os nossos foros de povo ordeiro e civilizado. É bastante um ébrio se mostrar recalcitrante ao ser conduzido ao posto, ou um garoto fugir à perseguição repressora, para o guarda fazer uso imediato do chanfalho.

E não é só um. Armado o escândalo pela própria polícia, os guardas, de sabre, desembainhados, aparecem, milagrosamente, de

todos os cantos. No entanto, para a repressão de furtos e roubos, para as vigarices praticadas a toda a hora e em todos os pontos da cidade, de modo algum podemos contar com a polícia, porque ela nessas ocasiões não existe.

É verdade que essa corporação conta com vários elementos bons, perfeitamente compenetrados dos seus deveres, mas uma grande parte prima ainda pela falta absoluta de toda e qualquer noção do cargo que desempenha. Daí as grosserias e violências que se verificam sem o menor motivo.

O mesmo caso é observado também com alguns agentes da Inspetoria de Veículos que, a pretexto de qualquer coisa, não perdem vasa para dar mostras da absoluta falta de compreensão dos seus deveres. A nossa capital já exige mais polidez por parte dos agentes das duas corporações.

Não seria demais, portanto, que se instituísse aqui uma escola de educação moral, a fim de preparar a polícia e os próprios agentes de veículos para o bom desempenho da missão que lhes foi confiada. Aliás, em todos os centros existem essas escolas de verdadeiro urbanismo. Ao guarda-civil ou ao agente de tráfego não se confia o desempenho de tal cargo sem se saber primeiro se ele está em condições de exercê-lo. Contratar e armar um policial, metendo-o imediatamente em serviço, sem conhecer os seus instintos, sem lhe advertir da responsabilidade moral que daí em diante lhe pesa, é atirá-lo à arbitrariedade e à violência.

É o que entre nós se verifica com frequência.

13 de agosto de 1929

Ora, muito bem.

As nossas autoridades policiais resolveram com mais rapidez do que era esperado o problema da localização do meretrício.

Com essa solução, a moral pública está de parabéns.

De parabéns, porquanto desaparece do centro da cidade esse espetáculo invariável das fraquezas, das misérias humanas que tais antros ocultam, bem como a hediondez de certos tipos repelentes que, postados à esquina próxima, estão alerta, contando a clientela andeja para que não haja enganar depois do resultado da fêria...

O quadro que, dia e noite, se mostrava aos olhos dos transeuntes ofendia a circunspeção da moral pública. A cidade sentia-se aviltada ao contemplar as cenas de miséria que certas casas de gradil à janela deixavam adivinhar lá dentro. Ao passar pela frente dessas habitações sombrias, – impenitente e curiosa como só ela – não deixava de meter o nariz para dentro. E, toda a vez que assim o fazia, ela via perfeitamente aquilo que desejava ver:

Olhos que ardiam na treva;

Bocas que falavam sem desmanchar o ruído escandaloso das bordas;

Habilidades; Convites; Mistérios e Revelações.

Tudo.

Diante disso, a moral indignada dava o fora, reclamando a polícia de costumes.

A polícia afinal apareceu; atendeu à reclamação, deslocando para outra zona todas as degradadas e aviltadas filhas de Eva que habitavam as ruas do centro da capital.

Mas, como a moral pública já por estar tão desmoralizada, tão por baixo, não admira que ela reclame ainda contra a nova localização das suas prisioneiras.

Entretanto, parece não haver razão para tal, salvo melhor juízo.

Em toda a parte deve haver uma zona inacessível à penetração de elementos intrusos e inconvenientes, como é a Moral.

Respeitemos, portanto, o beco do Jacques¹⁰⁴, não como a zona estragada da cidade, mas como local onde os bons costumes e a moralidade pública não têm absolutamente o direito de lá meter o nariz...

¹⁰⁴ Beco do Jacques: denominado em 1879 rua Bento Gonçalves, em 1936 recebeu seu nome atual, rua 24 de Maio. Ligava a rua da Igreja (atual rua Duque de Caxias) ao beco do Oitavo (atual

16 de agosto de 1929

O progresso é uma coisa extraordinária...

Assim pensava o conselheiro Acácio, e assim pensamos nós também. E não há mal algum em a gente estar de acordo com o conselheiro, aquele admirável personagem que o gênio de Eça de Queiroz immortalizou. Pelo contrário, a gente está em boa companhia, em companhia de quem não dá trabalho algum em pensar, porque na realidade não pensa, embora pense que pensa...

Mas, como dizíamos, o progresso é uma coisa extraordinária. E Porto Alegre, num ponto, pelo menos, já vem gozando há dois anos de uma dessas coisas extraordinárias do progresso. É a que se refere aos meios de comunicação serem [sic] entre esta capital e o Rio de Janeiro, graças à fundação aqui da Varig¹⁰⁵.

Indiscutivelmente, devemos a essa empresa um notável impulso no nosso intercâmbio com a capital da República, bem como com várias outras cidades do Estado.

Assim é que, entre a metrópole da Província e a metrópole da União, desaparece, definitivamente, a enormidade da distância, representada por dois milhões de quilômetros de costa, por oito dias e oito noites de viagem marítima.

Com a Varig, tudo isso desapareceu. Com a eficiência do serviço de viação aérea instituído por essa importante empresa local, a distância é de poucas horas, menos de um dia contando de sol a sol. Às quatro horas da tarde, nos dias de viagem dos seus possantes aviões, estamos lendo aqui os jornais que saíram pela manhã no Rio e vice-versa. Da mesma maneira as cartas, as notícias, as informa-

avenida André da Rocha).

¹⁰⁵ Varig (Viação Aérea Rio-grandense): companhia aérea fundada em 1927 em Porto Alegre pelo piloto alemão Otto Ernst Meyer, juntamente com outros empreendedores de origem germânica do estado, inclusive o futuro intendente municipal Alberto Bins. In: GASTAL, S. de A. Correio Aéreo e aviação civil: os primeiros passos da Varig. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-211, 2009.

ções que de lá se vêm ou que daqui vão, pela manhã, são recebidas no mesmo dia pelos interessados.

Tem razão, portanto, o Conselheiro: o progresso é uma grande coisa...

O que de mais notável há de assinalar aí é a regularidade desse serviço que a Varig e a Condor Syndikat¹⁰⁶ vêm mantendo há mais de dois anos, sem o menor acidente, quer quanto ao serviço de passageiros, quer quanto à correspondência postal.

Para Porto Alegre, que vivia tão distanciada do resto do país, em virtude da sua própria situação geográfica, esse meio de transporte e de intercâmbio imediato representa uma conquista formidável.

Com isso a nossa metrópole cresceu, avultou aos olhos do país inteiro.

Até a política geral já se lembra que o Rio Grande realmente existe. E havemos de exigir, mesmo que o Sr. Washington Luís não queira...

20 de agosto de 1929

Frequentemente noticiam os jornais arbitrariedades praticadas pela nossa polícia.

Não são só os boletins de Taquara e Livramento que primam nesses gestos de violências e brutalidade. Aqui mesmo na capital, não só nos seus arrabaldes, mas nas ruas mais centrais, são comuns os episódios em que o chanfalho e o cassetete entram em cena, dando impressão, por vezes, de que Porto Alegre nada fica a dever às broncas e terríveis autoridades rurais de Taquara, que tanto se tem celebrizado nestes últimos dias.

¹⁰⁶ Condor Syndikat: consórcio aéreo fundado em Berlim em 1924 por Fritz Hammer, tendo sido a primeira companhia aérea comercial atuante no Brasil, onde passou a operar a partir de 1927. O autor grafa *Kondor*. Ibid.

Por dá cá aquela palha, estão também os policiais daqui a reproduzir atitudes que tanto atentam contra os nossos foros de capital civilizada.

Enquanto a gatunagem atua livremente por pontos vários da cidade, sem ser molestada nessa sua crescente “atividade”, os infelizes, principalmente os embriagados, quando caem nas unhas da nossa polícia, raramente escapam do espaldeiramento da pragmática.

Ainda há poucos dias, em plena rua dos Andradas, verificou-se uma cena dessa natureza. Outra agora registrou a imprensa na Várzea do Gravataí¹⁰⁷, hoje um dos mais populosos subúrbios de Porto Alegre. E lá como aqui os episódios são idênticos e se repetem com deplorável frequência.

Entretanto, tínhamos como certo que, com a remodelação por que passou a nossa guarda civil, tudo mudaria nessa corporação da segurança pública, até mesmo o vezo de seus agentes mais atrabiliários.

Infelizmente, tal não aconteceu. Se o número de guardas aumentou consideravelmente, se mais ampla é agora a zona de distribuição de serviço, os guardas, por sua vez, parece terem-se também arrogado a si função mais ampla, como a de cometerem tropelias, de exorbitarem de suas verdadeiras funções.

É o que se tem verificado entre nós.

É de esperar, entretanto, que o comando dessa perigosa e quase inútil corporação tome as necessárias providências, no sentido de eliminar do quadro respectivo os elementos ruins nele existentes e inculcando nos demais a noção exata de seus deveres, principalmente no que toca ao respeito da liberdade individual. Pois, se a nossa polícia mantém à risca a liberdade do vigarismo, do conto do pacote, de roubo e de furto, por que, então, não faz o mesmo com as costelas

¹⁰⁷ Várzea do Gravataí: atual bairro Sarandi.

dos ébrios e outros infelizes indefesos, sobre os quais ela cai com tanta energia e valentia?

Isso não está certo. Há aí uma contradição flagrante. Essas atitudes, no entanto, precisam ser harmonizadas. Já é mais do que tempo para a nossa polícia acabar com esses episódios vergonhosos que ela própria provoca.

29 de agosto de 1929

No noticiário desta folha, em sua edição de ontem, aparece a descrição de uma cena de rua que é tal qual como nos filmes sobre o faroeste, consoante diz o próprio título da referida notícia.

Trata-se de um carroceiro recalcitrante às determinações da Inspetoria de Veículos, que, ao fugir de um inspetor daquela repartição municipal, foi o mesmo alvejado, a tiros, em plena rua, num dos pontos movimentados da cidade, com grave perigo para os transeuntes do local, que podiam ser atingidos pelos disparos.

A parte mais grave de tal ocorrência é, porém, a que se refere ao ato de prisão feita pelos agentes de polícia da 3ª Delegacia, que conduziram o recalcitrante abaixo de pau, desde a frente do Cinema Orion¹⁰⁸, na avenida Bom Fim¹⁰⁹, até a esquina dessa rua, e devido à intervenção de populares foi que a terrível pancadaria cessou.

Segundo várias testemunhas de vista, o cassetete policial cobriu-se de glória nessa ocasião, tal a presteza com que ele se exercitou nas costelas do infeliz.

Ainda há poucos dias, nesta mesma seção, tivemos oportunidade de nos referir às cenas de selvageria frequentemente praticadas pela atual guarda civil da capital.

¹⁰⁸ Orion: cinema inaugurado em 1918.

¹⁰⁹ Avenida Bom Fim: atual avenida Osvaldo Aranha.

Depois que a tremenda corporação foi remodelada, com o aumento do número de guardas e mudança de fardamento; depois que foi posto em cena o porretinho mantenedor da ordem; depois que aquela corporação adquiriu para o serviço alguns elementos perigosos e por isso mesmo indesejáveis, é que as cenas condenáveis de espancamento se vêm verificando com alarmante frequência. Como fatos de tal natureza só servem para nos deprimir e envergonhar, principalmente aos olhos dos forasteiros, ousamos chamar para o caso a atenção do ilustre desembargador Chefe de Polícia, certos de que S. S., com a reconhecida delicadeza de seus sentimentos, aos quais repugnam fatos de tal natureza, saberá tomar providências no sentido de reprimir os abusos praticados por elementos que não estão à altura do desempenho daquela função. Mesmo em se tratando de indivíduos recalcitrantes, não há necessidade alguma de se usar os excessos de violência, de medidas absolutamente condenáveis. Porto Alegre, pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento, pela educação e cultura de seu povo, já não comporta a produção e reprodução desses episódios lamentáveis, dessas verdadeiras cenas da região bravia do faroeste.

24 de setembro de 1929

Alguém escreve-nos, lembrando a necessidade de ser movida pela imprensa uma salutar campanha contra os maus vícios de cuspir e fumar nos bondes e caminhões.

Há dias, recebemos também uma carta chamando-nos a atenção para o fato de muita gente que tem o hábito de fumar o fazer até mesmo nas salas de diversões, notadamente em salões de cinema. Outro missivista nos faz ver, por sua vez, o quanto vai de condenável no fato de se andar escrevendo a giz nas paredes, por sobre as pinturas dos bondes e dos edifícios públicos e particulares, enquanto as mais hediondas manifestações pornográficas se assinalam por

toda a parte onde houver espaço para o indivíduo manifestar a giz ou a carvão esses pendores do seu espírito...

Não há dúvida: tudo isso é profundamente vergonhoso para os foros da cidade civilizada, como nessa conta se tem Porto Alegre. A tal ponto vai aqui o escândalo que desapareceu por completo a frequência de famílias no pitoresco belvedere existente entre as ruas Duque de Caxias e Arvoredo, devido ao estado vergonhoso que a pornografia anônima, de parceria com a municipalidade, deixou aquele local.

Dizemos de parceria com a municipalidade, porque esta, propositalmente, deixou aquele logradouro público em completo abandono, sem um zelador, sem um policial, sem um único bico de iluminação!!

Para qualquer ponto da capital que se volte o forasteiro, aí encontrará ele esses traços que tanto nos envergonham e deprimem. De maneira que, diante do que se vê por toda a cidade, principalmente nos seus despolicitados logradouros públicos, não é de admirar que se fume e cuspa nos bondes, que se risque a giz ou a carvão a pintura de todos os elétricos, que se borrem as paredes e os anúncios públicos com caracteres que são remarcados traços psicológicos da educação do indivíduo que as pratica.

Que querem os missivistas que façamos nós, numa terra onde há cavalheiros que entram, como cavalos em estrebaria, nos espetáculos e concertos, depois de os mesmos começados; numa terra onde há casas que sistematicamente costumam bater os tapetes nas sacadas da rua?

São aspectos deprimentes, não há dúvida; mas só o tempo terá força suficiente para eliminá-los.

13 de outubro de 1929

A indústria dos incêndios sempre teve largo desenvolvimento em Porto Alegre. Foi ramo de negócio que nunca deixou de dar

excelentes resultados àqueles que, quando o exploram, o fazem a preceito, com inteligência e cautela. Sim, o incêndio, como tudo o mais que constitui um lance de vida decisivo, ou uma cartada que se vai jogar, requer da parte do praticante, isto é, da pessoa que o pratica, a posse daqueles dois fatores indispensáveis. Do contrário, o trabalhinho é perdido: vai tudo água abaixo...

Felizmente, entre nós, aqui, os industriais do fogo não podem se queixar da sorte. Tudo tem corrido bem; pode-se mesmo dizer que tudo tem saído às mil maravilhas. Lá um que outro menos "água" tem, em verdade, naufragado. Mas se isso às vezes acontece, a culpa é menos da absoluta falta de perspicácia da polícia do que do próprio flagrante visível e inapagável deixado pelo incendiário. São raros, porém, esses casos. Desde que o interessado nesse novo e próspero ramo industrial estude com atenção e cuidado o negócio, ele de modo algum falhará. O resultado é certo e líquido, muito mais líquido e certo que uma falência ou uma quebra fraudulenta.

A melhor época para essa indústria apresentar resultado satisfatório deve ser em meados do ano e não em fim de ano. Claro está que não falamos por experiência própria, pois não temos, para meter fogo, nem mesmo uma caixa de fósforos... Mas sabemos de fonte segura que aqui, pelo menos, os que se entregam a essa compensadora atividade industrial costumam esperar o balanço do fim do ano para então depois fazerem uso de querosene ou de gasolina como elementos indispensáveis à ação enérgica do fogo. Ora, todos preferem, portanto, esta época. Daí o ficarem de olho aberto as companhias de seguro. Elas já há muito que deixaram de ser trouxas, principalmente se o cliente deixa qualquer sinal atrás – o terrível flagrante da intenção ou do propósito, que nem o fogo extingue, nem a água dos bombeiros elimina.

Nessas condições, a indústria dos incêndios pode ter a sua crise, como tem atualmente São Paulo a crise do café, como tem o Irineu¹¹⁰ a crise da vergonha, ou o Banco do Brasil a crise dos negócios honestos, atualmente substituídos pela pleora dos negócios não comerciais...

Creemos, entretanto, que se a atividade do fogo fosse distribuída em épocas de calma, a indústria estaria com o seu resultado plenamente garantido, e os bombeiros com pouco trabalho no exercício de salvamento...

Mas assim, todos deixando para o fim do ano, dá muito na vista...

Nota – Ainda sobre o uso e abuso dos foguetes, tiros e outros barulhos pelas ruas da cidade, às altas horas da noite, recebemos de M. uma carta cuja publicação a faremos no próximo número.

7 de novembro de 1929

O leitor conhece, naturalmente, a história do bilhete premiado. É um estratagema tão antigo como o do “conto do pacote”, ambos usados pelos ativos senhores vigaristas de Porto Alegre, que parecem ter exclusividade na exploração industrial desse privilégio. Entretanto, a numerosa classe dos laboriosos e esforçados amigos do alheio, esperta, inteligente, atilada, como já tem dado as mais robustas provas num largo e dignificante tirocínio, não se limita a agir empregando somente um daqueles processos. Não. Ela vai alternando-os, de acordo com as exigências e as necessidades do momento e do meio ambiente.

Assim, percebendo já estar por demais batido o processo do “conto do pacote”, a laboriosa classe voltou inteligentemente as suas

¹¹⁰ Irineu Machado (1872-1942): polêmico líder parlamentar fluminense, atuante de 1896 a 1930. Em 1929, quando senador pelo Rio de Janeiro, defendeu a legitimidade de uma insurreição de São Paulo na defesa de seus interesses, em meio à contestação da candidatura de Júlio Prestes.

vistas para a simpática e comovedora história do “bilhete premiado”. E com essa substituição não têm os distintos punguistas do que se queixar. Pelo contrário: os resultados são magníficos, satisfazendo plenamente as nobres e elevadas aspirações da classe. Ainda anteontem, esses dedicados amigos da subtração, pelo novo método, tiveram a prova de que o processo não deve de modo algum ser abandonado.

Os nossos amáveis leitores já sabem certamente a história do ocorrido, relatada pelos vespertinos de anteontem. Um engenheiro de fora da capital, em aqui chegando, foi abordado por um desconhecido que lhe mostrou um bilhete premiado com 20 contos na loteria do Estado. Um terceiro personagem, que chegara providencialmente na ocasião e que se dizia cambista, puxa uma lista do bolso e diz que o prêmio do bilhete era apenas de um conto de réis. O engenheiro, que tinha também verificado que o prêmio era realmente de 20 contos, protesta contra a exploração que se estava preparando para enganar a boa-fé do feliz possuidor do bilhete. Afastam-se, então, os três desconhecidos.

Termina aí o primeiro ato. Baixa o pano.

Ato segundo. Manhã radiosa do dia seguinte. Movimento. Ruído. Atividade. Trabalho. No mesmo local, o possuidor do bilhete, por um desses milagres da sorte, encontra o mesmo engenheiro, a mesma cara simpática e bondosa da véspera. O estranho toca no coração do engenheiro; desperta-lhe também a cobiça; anima-lhe o espírito para um belo negócio de ocasião.

– Meu senhor, que feliz acaso! Não me deixa cair nas unhas daqueles exploradores. Eu não conheço ninguém aqui e tampouco sei onde fica a Loteria. O bilhete está premiado com 20 contos; pois eu lhe dou por 10 contos, pela metade, como vê, só pra ficar livre da maçada de andar caminhando à toa.

O engenheiro não resistiu. Era negócio. Aceitou a proposta e passou os 10 contos ao possuidor do bilhete premiado. Fim do segundo ato. Desce o pano.

Ato terceiro e epílogo. O bilhete estava branco. O engenheiro ficou sem os dez contos...

Aqui para nós, amável e simpático engenheiro, que ninguém nos ouça: Você então queria também levar dez contos de vantagem à custa do “águia” possuidor do bilhete...

Logo pra cima de quem...

9 de novembro de 1929

A nossa polícia é um caso sério.

Expliquemo-nos.

Quanto mais real ela se vai tornando, pelo número de agentes com que hoje conta, mais fluídico e abstrato é o seu poder de ação.

Apesar de ter sido ela remodelada e consideravelmente aumentada, a população de Porto Alegre com isso pouco ou quase nada lucrou. Podemos mesmo afirmar que os serviços prestados pela mesma estão muito aquém da pesada taxa paga pelos comunicípes da capital.

Ainda ontem, noticiou esta folha, pormenorizadamente, um vultoso roubo de mercadorias aqui praticado, sem que as autoridades policiais tomassem a menor providência sobre o caso, se não para descobrir o criminoso ou criminosos de tal delito, ao menos para mascarar a aparência.

Ainda outro audacioso roubo foi há dias perpetrado numa importante drogaria à praça 15 de Novembro¹¹¹, sem que também o “sherlockismo” da

¹¹¹ Praça 15 de Novembro: praça fronteira ao Paço Municipal, atualmente delimitada pelas ruas Sete de Setembro e Uruguai, e pela avenida Borges de Medeiros.

polícia local lograsse descobrir coisa alguma até agora. O mais grave é que os arrombadores do referido estabelecimento penetraram pela porta da frente do edifício, num ponto onde sempre permanecem agentes da nossa guarda civil, e por estes nada foi visto nem pressentido, nem tampouco pelos demais guardas do quarteirão compreendido entre a praça 15 de Novembro e quadras das ruas São Rafael, Rosário¹¹² e Caminho Novo.

Francamente, tal abstração é para desanimar aqueles que porventura confiam na sua ação repressora.

E não é para menos. A imprensa local vem noticiando diariamente uma infinidade de crimes e roubos, de assaltos à propriedade alheia, sem que se fizesse sentir o interesse tomado pela polícia, já não diremos no intuito de evitar a prática desses delitos, mas ao menos para descobrir os verdadeiros culpados. Por sua vez, uma infinidade de outros fatos são praticados em todos os pontos da capital, em plena luz do dia. E a nossa polícia? Continua na moita, sem se aperceber de coisa alguma. Os batedores de carteira, os vigaristas do “conto do pacote” e da história do “bilhete premiado” aí estão em plena atividade, exercendo a sua ação nos pontos mais movimentados da *urbs*. E a polícia? Continua na ignorância de tudo, limitando-se tão só a tomar conhecimento das queixas que a toda a hora lhe são apresentadas.

É pena que tudo isso aconteça, tanto mais agora que a polícia se apresenta tão limpa, tão bem fardada, tão elegante no seu novo uniforme...

E tão inútil também.

É pena...

29 de novembro de 1929

Bravos à polícia!

¹¹² Rua do Rosário: atual rua Vigário José Inácio.

Depois que parecia já infrutífera toda e qualquer tentativa no sentido de serem descobertos os autores de uma série de roubos praticados durante este mês, nesta capital, eis que a nossa polícia, por esforço e diligência de dois dos seus delegados, consegue deitar a mão e prender uma quadrilha inteira de ladrões e arrombadores internacionais, apontados como autores do assalto à Drogeria Ervedoza.¹¹³

Foi, não há dúvida, uma diligência feliz, a qual mereceu dos matutinos de ontem, ao narrarem o caso com todos os seus pormenores, os mais justos louvores, especialmente às duas autoridades que tomaram a si aquela tarefa.

O mais importante de tudo isso é que a polícia veio a descobrir sem o menor esforço que os cinco criminosos são também proxenetas, torpes exploradores de “escravas brancas” que aqui mantinham em grande atividade esse ramo de negócio...

Por aí bem podem ajuizar os leitores a espécie de criminosos que os ativos delegados do 1º e 3º distrito¹¹⁴ conseguiram apanhar na feliz batida à rua Livramento.

Não faltará, entretanto, amanhã ou depois, quem vá a juízo requerer um *habeas corpus* em favor dos *caftens* “inocentes”.

É de esperar, porém, que as autoridades policiais, munidas das necessárias provas, consigam em tempo anular a ação indesejável dos que procuram inocentar os criminosos da mais perigosa espécie.

Porto Alegre está cheia de *caftens* e ladrões. O êxito da atual diligência policial talvez venha animar as nossas autoridades no sentido de prosseguirem na descoberta dos autores de inúmeros

¹¹³ O *Diário de Notícias* de 30 de novembro de 1929 anunciou a prisão dos responsáveis pelo arrombamento, ocorrido no princípio daquele mês, da Drogeria Ervedoza, estabelecimento localizado na rua Marechal Floriano.

¹¹⁴ 3º distrito: região administrativa que compreendia os bairros Moinhos de Vento, Independência, Floresta, Bonfim, Rio Branco (ex-Colônia Africana), Mont’Serrat, regiões entre o Caminho do Meio e estrada do Mato Grosso até a divisa com Viamão ao leste. In: MAUCH, op. cit.

outros crimes de roubo aqui praticados. Vasto é o campo para a polícia local agir. Mesmo mal-aparelhada como se encontra, muito poderá ela conseguir, se para tanto usar da mesma tenacidade com que foi afinal coroada a ação dos dois esforçados delegados que acabam de descobrir a quadrilha temível, autora do grande roubo na praça 15 de Novembro. Os vigaristas, os gatunos, os ladrões, os proxenetes aí andam aos encontrões pelas ruas da capital. Basta um pouco de atividade por parte da polícia para tudo num momento se descobrir.

A ação dos delegados do 1º e 3º distrito, que culminou com a prisão da terrível quadrilha da rua Livramento, deve naturalmente animar e servir de incentivo não só àqueles ativos e zelosos representantes do nosso aparelhamento policial, mas a todas as demais autoridades, para prosseguirem no saneamento moral e social de Porto Alegre, hoje transformada, segundo a linguagem do vulgo, em paraíso não só de ladrões e *caftens*, mas de toda a espécie de indesejáveis...

13 de dezembro de 1929

Se houve entidade que na vida sempre andou “contra a mão”, essa foi sem dúvida a Intendência Municipal de Porto Alegre. Até mesmo para regulamentar o serviço de tráfego urbano, a nossa municipalidade fez o contrário do que é observado em todos os centros mais ou menos populosos: regulamentou o tráfego, pela esquerda...

Em razão disso, para ser feita agora a regulamentação devida, isto é, determinando que cada veículo conserve sempre a sua direita, foi aquela entidade administrativa, bem como a empresa que explora o serviço de bondes, obrigada a despesas perfeitamente dispensáveis, se não fora a Intendência ter andado sempre contra a mão. E não é só isso. O pior de tudo é que toda a cidade fica revolvida e desmantelada no seu dispendioso calçamento há pouco concluído. Pontos existem na capital onde não só os passeios, mas muito principalmente a pavimentação das ruas têm sofrido as consequências de um verdadeiro

terremoto. O que, porém, mais é de lamentar, é que a reconstituição do calçamento estragado não fica como dantes era. Pelo contrário, o que as nossas ruas por toda a parte apresentam são horríveis remendos que a Companhia Carris vai restaurando apressadamente, sem fiscalização, fazendo o mesmo que fez a municipalidade em relação a obras que deveriam ser definitivas: a recompostura que fica é sempre uma verdadeira colcha de retalhos.

A cada passo a gente nota esses verdadeiros aleijões de obra mal-acabada. Agora, então, que foi necessário arrebentar o calçamento em todas as ruas servidas pelos elétricos, a fim de ser modificada a chave das linhas, é que a cidade vai se mostrar completamente remendada... E tudo isso, por quê? Porque nossa municipalidade que sempre viveu debruçada no passado, nunca cuidou do futuro e sempre andou contra a mão...

* * *

Ainda bem que a regulamentação do tráfego entrou agora nos eixos.

– Conserve a sua direita! – É o lema ora apontado para todos os veículos.

E como muita gente aí anda contra a mão ou de bonde errado – nesse número estamos, infelizmente, incluídos – bom seria que a Inspetoria de Veículos, embora não podendo modificar a desdita dos que assim atravessam a vida, moral e materialmente, determinasse medida igual a que começou a vigorar ontem em relação ao tráfego urbano para os pedestres das ruas de maior movimento.

– Conserve a sua direita!

Evitar-se-iam assim o congestionamento do trânsito público e as indecisões que, não raro, ocasionam os desagradáveis encontros entre transeuntes que caminham em sentidos opostos.

A certos cavalheiros da rua da Praia a medida seria bem a propósito...

19 de fevereiro de 1930

Dir-se-ia, ao se ler a notícia de que nada menos de quatro atropelamentos foram verificados, num só dia, nesta capital, que Porto Alegre não tem, para fiscalizar o tráfego, uma Inspeção de Veículos com um sem-número de homens a seu serviço.

Mas, se é verdade que esse departamento municipal escolhe a dedo alguns de seus zelosos funcionários e os manda postar nos lugares em que, por mui centrais, mais se intensifica o movimento de veículos, não é menos certo que, nas mais afastadas, não hesita ele em determinar sejam postos indivíduos sem aptidão alguma para o exercício da função a que se acham investidos, verdadeiros palermas sem olhos para ver, nem energia para reprimir flagrantes e reiteradas violações do regulamento do tráfego.

E é precisamente nesses pontos, em que a presença de certos agentes da 4ª Delegacia auxiliar nada adianta, que os condutores de veículos dão largas ao seu delírio de velocidade, preocupando-se menos com os bisonhos representantes da autoridade ou com a carga humana que transportam, do que com o fato de não permitirem que algum concorrente lhes “passe a faca”, de conformidade com a expressão por eles usada.

É tão grande e tão crescente, neste particular, o abuso, que não tardará muito a chegar a época em que o registro de quatro acidentes num só dia há de causar espanto, não mais pela quantidade, mas pela insignificância do número.

Nem outra coisa se poderá esperar do que ora se observa em relação a tal serviço, uma vez que, como é notório, estão sendo as nossas vias públicas transformadas em pista de corridas de todas as espécies de veículos. Daí o perigo a que se sujeita quem nestes ousa

embarcar e a permanente ameaça à integridade física daqueles que, por comodidade ou economia, preferem andar a pé.

Esse estado de coisas, entretanto, tem que desaparecer. O povo porto-alegrense é que não pode continuar a viver sob a perene ameaça de atropelamentos reiterados e brutais!

4 de maio de 1930

3 de Maio – Comédia anual de absoluta indiferença.

Cenário:

Recanto do jardim futuro... Futuro Parque da Várzea.

Único ponto ajardinado do logradouro.

Canteiros.

Bancos.

Árvores.

Arbustos.

Crianças grandes.

Idem, pequenas.

Cães vadios.

Manso lago azul, sereno...

No centro do aquário, um esguicho que só trabalha aos domingos e feriados nacionais vai peneirando a água, reduzindo-a a farinha branca e fina.

Um guarda sonolento e vadio estaca admirado, contemplando aquela obra maravilhosa em que a mão, não da natureza, mas do homem, esmerou-se enquanto tinha....

Ao lado, uma menina grande e mal-educada brinca de pisar por cima dos canteiros.

Uma outra, visivelmente amável para com o namorado, quebra o idílio, levanta-se do banco e apanha uma margarida. Depois apanha uma rosa; depois ainda tenta apanhar uma outra flor, mas

o guarda vadio e sonolento deixa o seu êxtase e a rapariga sofreia o seu perigoso instinto.

* * *

Em derredor, a comédia continua.

Um bando de crianças não se cansa de ver como deslizam as marrequinhas na serena superfície do lago.

Distribuição de miolo de pão às aves aquáticas.

Disputa de posse, por parte dos inocentes.

– Mamãe, esta é minha...

– Mamãe, eu quero para mim aquela que lá vai.

– Eu vou levar esta para casa... Sim, mamãe?...

– Sim, rica filhinha.

– Mamãe, eu quero ver os outros pássaros...

– Lá iremos, Luizinha.

E a doce paciência materna ruma imediatamente para o viveiro das garças.

* * *

A comédia prossegue.

O cenário, porém, agora é outro.

Apertados numa gaiola de teia de arame, mais de quarenta pernaltas (garças brancas, garças reais, socós, João-Grandes) ali sofrem o martírio da prisão sem espaço, quando podiam muito bem possuir viveiro maior, de acordo com o seu instinto, com a largueza ampla do seu voo e sem prejuízo ao tamanho daquele logradouro.

Entretanto, comprimidos naquela gaiola de cinco metros, as aves não deixam de satisfazer o encanto das crianças e a curiosidade dos basbaques de outras espécies.

Um par de namorados olha com infinito interesse a atitude de um casal de garças que brinca de se esconder numa moita de viveiro.

Um moleque faz carícias no focinho da lontra e, em retribuição, recebe uma dentada.

Para não chorar, o garoto dá o fora, assobiando...

Um petiz que tudo acompanha sem nada perder daquele viveiro maravilhoso reclama mais aves, mais pássaros, mais novidades.

– Agora filhinho, acabou-se... Só os cágados da praça Parobé.

* * *

A criança, ruborizada, conforma-se.

7 de maio de 1930

Porto Alegre está de pêsames.

– Por quê? – perguntará, naturalmente o leitor.

Então o cronista, dentro de suas atribuições regulamentares, passa a explicar a razão desse pesar que envolve a cidade.

O Sindicato dos Marchantes acaba de ser dissolvido. A triste nova, como era de ver, ecoou por todos os recantos da *urbs*, enchendo de dor e envolvendo de justa mágoa quantos tiveram a ventura de conhecer a ação benemerita dessa entidade associativa. O Sindicato dos Marchantes surgiu em nosso meio exatamente quando a carne verde, alimento básico da nossa população, alimento indispensável até mesmo para o regime vegetariano, era vendida por preço exageradamente alto. Fazia-se mister pôr um freio à ganância desmedida daqueles que, não contentes em esfolar o boi, esfolam, ainda, sem dó nem piedade, a bolsa do público.

Foi então que o Sindicato dos Marchantes surgiu; surgiu como uma aurora de luz (sabe-se a magnificência do estilo ultracarnívoro); surgiu como uma radiosa esperança, espancando a treva dos carniceiros desalmados que, nos açougues do Mercado ou fora dele,

surrupiam quanto vintém magro tem o pobre para a compra de um pedaço de carne destinado a matar a fome dos filhos...

O Sindicato veio mesmo a propósito. Com ele, sem mais conversa era ali, na madeira...

O seu fim principal ou o ponto culminante da sua razão de ser era defender os interesses da coletividade, sem descurar, está visto, dos seus nobres e patrióticos interesses.

Pois foi aquela garapa¹¹⁵!... Logo de início a ação sindicalista meteu mãos à obra e a carne baixou. O seu preço, que era de 1\$700, 1\$800 e até 2\$000 por quilo, muitas vezes de 850 gramas, foi descendo, descendo, até ficar a 1\$100, 1\$200 e 1\$300, preço razoável e justo, preço normal de toda a parte, salvo pequenas oscilações. Todos de pronto sentiram a ação benemérita da humanitária entidade desportiva que acabou com o jogo do avanço no preço de um alimento que abunda nos campos do Rio Grande e que não tem, portanto, nada de extraordinário.

O Sindicato, porém, não quis saber de conversa. Entrou em cena barateando tudo. A sua nobre atitude não ficou presa somente ao traseiro da rês esfolada. Ela examinou todo o problema, estudou de frente todas as possibilidades, fazendo baratear o dianteiro, os quartos, os couros, os chifres e até mesmo o mocotó. Não houve peça da mísera vítima esquartejada que não recebesse uma tabela de preço mínimo.

Enfim, graças à ação enérgica da entidade que neste momento acaba de desaparecer, com verdadeiro pesar para toda a população, graças a ela, Porto Alegre tem na carne verde um dos produtos de mais módico preço, como talvez não se verifique em nenhuma outra localidade do estado...

Decididamente, estamos pesados...

¹¹⁵ Garapa: na gíria, algo fácil de ser conseguido.

17 de maio de 1930

Nada menos de quinze grandes edifícios, dos quais alguns são verdadeiros arranha-céus, estarão em breve concluídos. Com isso, a parte central da *urbs* adquire o aspecto de grande e moderna metrópole, escalando as alturas.

Mas não é só essa a impressão que recebemos da cidade. Uma outra muito mais importante aí está, chamando a atenção do público, a qual aqui mesmo já tivemos há dias ocasião de registrar. Referimo-nos ao grande número de casas desocupadas que se encontram, em consequência da febre construtora que ora se verifica entre nós. Não só as edificações normais, de pequenos prédios, para uma só família ou destinadas a um só estabelecimento comercial, mas, principalmente, os grandes edifícios de vários andares são os que mais contribuem para aumentar o número de prédios desabitados. Se esse número até há poucos dias orçava por quase dois mil, dentro de poucos meses ele estará extraordinariamente aumentado. A razão é simples. Com a conclusão dos quinze grandes edifícios que se estão erguendo na parte central da capital, teremos nada menos de quinhentas salas e número igual de apartamentos para serem alugados. Sem dúvida, esse é o motivo principal por que existem tantas casas vazias em Porto Alegre. Não há rua, hoje, que não se encontre mais de um prédio para alugar. Em algumas, como a das Andradas, Marechal Floriano, Duque de Caxias, Riachuelo, Floresta, Voluntários da Pátria, é enorme a quantidade de edificações desabitadas. Nas artérias mais afastadas do centro, o mesmo fenômeno se verifica, havendo mesmo prédios confortáveis e novos que estão há vários meses de papel à janela chamando a atenção do público.

Esse fato, como é natural, produziu também uma crise no valor do aluguel, havendo muitos que baixaram 25, 30 e 40% do preço primitivo. Como se vê, a diferença é bastante sensível.

O pobre que não possui moradia própria encontra, hoje, com facilidade, casa para alugar na zona que mais lhe aprouver e por preço muito mais razoável que anteriormente.

Não queremos com estes ligeiros comentários fazer campanha contra o senhorio temível de outros tempos. Absolutamente não. Apenas desejamos assinalar a sua transigência quanto ao valor locativo de suas propriedades, em face do incremento que a construção predial tem tomado em Porto Alegre, suavizando por sua vez a situação dos locatários.

27 de maio de 1930

Em consequência desse vertiginoso impulso que lhe está dando o progresso, a cidade começa a perder o seu feitio de arraial, os seus hábitos e costumes de aldeia. Ainda assim, muita coisa digna de registro resiste à onda civilizadora, dando margem a uma série de flagrantes onde o pitoresco e o grotesco repontam juntos, fazendo morisquetas ao urbanismo da metrópole.

1º quadro

Rua Independência

Domingo.

Dez horas da manhã.

Missa na igreja da Conceição, concorrida como sempre.

Um moço bonito (certamente uma das elegâncias da terra) metido em chinelos e pijama de seda passeia pela calçada, satisfeitíssimo da vida, convencido por certo de que a sua indumentária foi feita a propósito para o *footing* da aristocrática artéria.

E chama a atenção dos transeuntes.

Uma gentil criatura que passa, de rosário na mão, olha encantada o Adão matinal e diz para a companheira.

– Que chique!

Outra, porém, que segue, mais atrás, diz à meia-voz para o irmãozinho que o acompanha:

– Que ridículo!

Respeitamos a divergência de opiniões...

2º quadro

Rua dos Andradas.

Primeira artéria da urbe.

Trânsito obrigado de toda a população de Porto Alegre.

Passa o pedestre descuidado e, eis senão quando, recebe, em cheio, toda a poeira do tapete batido no alto da sacada.

Asfixiada, a vítima passa para a calçada oposta.

O mesmo episódio se repete. A mesma poeira microbiana dos tapetes é sacudida para o passeio, é jogada contra o transeunte desprevenido.

Na sacada dos hotéis, frente para a rua, o bate-papo é idêntico.

Indagamos de nós mesmos se é permitido, já não diremos numa capital populosa e civilizada, mas numa cidade medianamente culta, semelhante atentado às boas regras do urbanismo?

A resposta é uma só:

– Só mesmo em Porto Alegre...

3º quadro

Ruas diversas.

Pontos diferentes da cidade.

Certas moçoilas janelleiras parece que não fazem outra coisa durante o dia e durante uma boa parte da noite, senão olhar o olho da rua.

O olho da rua e os passos de quem passa.

Nada perdem, nada lhes passa despercebido na análise percuciente que costumam fazer do pacífico cidadão em trânsito.

Em outras zonas de Porto Alegre, a janela é um perigo; é a abertura por onde se despeja a mordacidade daquelas que não sabem fazer outra coisa senão “cortar...”¹¹⁶

4º quadro

Praça da Alfândega.

Os choferes dos autos de praça que estacionam no local abandonam os seus veículos, e, aos grupos, tomam conta de todos os bancos existentes na face norte daquele logradouro público.

Algazarra.

Gritos.

*Charivari*¹¹⁷ infernal.

A primeira pessoa que tenta passar ali, em direção ao Correio, ao Telégrafo, ou à Diretoria Fiscal, é imediatamente cercada. Cada qual procura tomá-la para passageiro do seu carro.

O mesmo acontece com as senhoras que, por qualquer circunstância, são obrigadas a demandarem aquela zona perigosa, que, por ironia, está localizada na parte mais central da *urbs*. Estas arriscam-se a tudo, até mesmo a ouvir graçolas pesadas.

Esse quadro representa o mais chocante dos aspectos que, graças à Inspeção de Veículos, a capital mostra dia e noite aos olhos do público.

É uma indecência.

5º quadro

A janela é um perigo – dizíamos.

Além do fato apontado no 3º quadro, há outro que reclama registro.

¹¹⁶ Cortar: na gíria, denegrir.

¹¹⁷ *Charivari*: do francês, barulho, confusão, desordem, tumulto.

Zonas O e U.¹¹⁸

Onze horas da noite.

Um tocador de violão, extraviado num ambiente em que dominam o ruído e o barulho infernal do *jazz*, para diante da janela de uma deusa que, ao invés de estar nos seus braços, está nos braços de Morfeu¹¹⁹.

Afinadas as “primas” e os bordões, derrama-se no ar a harmonia de uma valsa lenta, mais antiga que o Danúbio Azul¹²⁰.

Entreabre-se, então, furtivamente, a janela, e alguém sussurra qualquer coisa ao concertista noturno.

Repete-se a cena em noites consecutivas, sem luar e sem luz elétrica, até que a deusa, vencida pelas cordas do violão, pela música do seu tangedor, desaparece nas asas do rapto.

Tudo tão simples, tudo tão de arraial, que a gente não sabe se é um caso de polícia ou um caso de ingenuidade...

29 de maio de 1930

Em matéria de gabinete de radiologia e de laboratórios para observações, exames e análises clínicas, Porto Alegre nada fica a dever aos centros mais adiantados do país e do estrangeiro. Pelo contrário, sobre muitos desses centros a nossa capital leva vantagem e logo podemos afirmar sem a menor sombra de exagero.

Tocante aos laboratórios, aí estão os estabelecimentos dos Srs. Pereira Filho, Carlos Gayer, Waldemar Castro, etc., que são verdadeiros modelos de estabelecimentos científicos, aptos a atender os altos fins a que se destinam.

¹¹⁸ Zona O: região oeste. Zona U: região da cidade nas proximidades da atual Cidade Baixa.

¹¹⁹ Estar (ou cair) nos braços de Morfeu: dormir.

¹²⁰ Danúbio azul: valsa composta em 1867 por Johann Strauss II (1825-1899).

Quem visita e percorre esses laboratórios, examinando o aparelhamento de todas as suas seções onde as análises, quer radiológicas, quer de microscópio, são feitas com exatidão rigorosa e pelos mais perfeitos processos da ciência contemporânea, tem certamente de tudo uma grande e indelével impressão.

Idêntica é também a que se recebe dos nossos vários gabinetes de radiologia. Em plena atividade aí estão, por exemplo, os dos Drs. Saint Pastous, Renato Barbosa e Artur Greco, que, pelas suas instalações, pela competência dos médicos que os dirigem, honram sobremodo os progressos da ciência médica em Porto Alegre. Agora mesmo voltamos de uma visita ao importante gabinete radiológico do Dr. Nestor Barbosa, recentemente inaugurado no novo edifício Chaves, à rua dos Andradas. Não conhecemos nada de mais moderno do que esse novo instituto de Raio X. Todos os exames internos do organismo são ali feitos e reproduzidos em cópias fotográficas com uma admirável precisão de minúcias que só mesmo o poder dos seus aparelhos e o conjunto de suas instalações seriam capazes de conseguir tal resultado.

Ao visitar o novo gabinete de radiologia onde os Drs. Nestor Barbosa e Plínio da Costa Gama, este o clínico, o especialista das enfermidades que mais comumente reclamam aquele exame – as moléstias do estômago –, ao visitarmos tal instituto, onde aqueles dois profissionais exercem os seus misteres com a distinção impecável que lhes é de hábito, ficamos plenamente convencidos de que Porto Alegre, com outros institutos condignos como os já acima citados, está aparelhada para atender com proficiência e precisão a tudo o que diz respeito aos exames radiológicos e análises de laboratórios, de qualquer espécie.

A intenção desta nota não é outra senão a de destacar essa independência da cidade, no que diz respeito ao seu notável aparelhamento científico.

12 de junho de 1930

A cidade está cheia de “batuques”.

Talvez existam aqui mais de uma centena dessas “casas” onde impera a mais grosseira feitiçaria, de par com a mais terrível brutalidade. Não há trecho da rua esconsa que não tenha um desses perigosíssimos antros, onde o “pai de santo” pontifica para a baixa ignorância que o rodeia.

Ainda ontem noticiou esta folha o caso de uma infeliz mulher que, sentindo-se dominada por estranho mal, apelou para a “divina” sabedoria de um “pai de santo”, dono de um batuque instalado lá pras bandas da rua dos Coqueiros¹²¹.

O terrível sacerdote de bruxaria não teve dúvidas sobre o mal.

– Você tem mais é o diabo no corpo!

– Que horror, Pai Santo, que horror. Que vai ser de mim, com o tihoso por dentro?

– Nada lhe acontecerá. Você traga todos os dias um mil réis em moeda dourada para esfregar no focinho do cão sujo; traga-lhe doces, traga-lhe frutas durante uma semana inteira, sem falhar. Depois...

– Depois, Pai Santo?

– Depois, vamos entrar na “madeira”.

– Na “madeira”? Mas então, Pai Santo, o meu caso é um caso político? Será que Pai Santo usa do mesmo remédio do Dr. Vaz Antão¹²²?

– Não é bem assim, criatura de Deus. O “barbado” apela para o cacete; eu apelo para o “marmelo”. A diferença é grande. O poder da vara é mais enérgico porque aplico a mandado do céu, enquanto que o Dr. Vaz Antão, aplicando a madeira, o faz de acordo com o Dr. Julinho¹²³, que é o diabo em figura de gente....

¹²¹ Rua dos Coqueiros: oficialmente, rua 17 de Junho, bairro Menino Deus.

¹²² Vaz Antão Luís: apelido conferido a Washington Luís (1869-1957), então presidente do Brasil, pelo Barão de Itararé, o humorista Aparício Torelly (1895-1971).

¹²³ Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946), então presidente eleito.

- Nesse caso, Pai Santo...
- Tem que entrar na madeira. Não há outro remédio.

E a infeliz criatura, depois de três dúzias de varadas bem puxadas, não resistiu ao poder da segunda aplicação. Foi para a cama onde, a esta hora, banhada em arnica e salmoura, deve estar torturada de dor, amaldiçoando a madeira do “pai de santo”, seja ele o Vaz Antão ou o João Alfredo da Silva...¹²⁴

Com esses fatos hediondos da baixa feitiçaria, muitos outros se registram diariamente nos numerosos batuques espalhados por toda a cidade. Independentes dos despachos postos à porta das casas, há, no interior desses outros, cenas terríveis que dão uma ideia do estado de ignorância das pessoas que se socorrem dos baixos processos dos batuqueiros para tirar não só o Diabo como outras coisas graves do corpo...

Como é natural, são mulheres as que de preferência se entregam à brutalidade e à hediondez dos que dirigem os batuques, havendo casas aqui mesmo em que a infeliz vítima, sob a influência do rito terrível, entrega ao “pai do santo” a sua própria honra.

Entrar no regime da “madeira” é o que de menos grave acontece nos frequentadores de tais cerimônias. Dentro dessas casas de feiticeiros há coisas muito piores, muito mais terríveis, das quais a polícia bem poderia tomar conhecimento.

10 de julho de 1930

Monólogo de um “caixa”¹²⁵ inveterado diante de um poste da rede telefônica, pedindo para o meio da rua.

¹²⁴ Em junho daquele ano, o pai de santo João Alfredo da Silva foi preso em Porto Alegre, depois de ter sido denunciado por uma cliente que teria sido vítima de violenta surra. Ver: TINHA “o diabo no corpo”. O “pai santo” meteu-lhe a vara de marmelleiro. **O Estado**, Florianópolis, ano XVI, n. 5013, p. 6, 13 de jun. de 1930.

¹²⁵ Caixa (d’água): na gíria, bêbado ou alcoólatra.

– Pois é isso, seu pau-brasil pintado de piche..., você está vendo as implicâncias da Diretoria de Higiene? Essa madama vive a intrincar com Deus e todo o mundo. Ela parece que gosta mais de lambança do que eu da “branquinha”¹²⁶ de Santo Antônio!...

Em tudo ela mete o bedelho, sem dar satisfação a ninguém. Ora com os padeiros, ora com os peixeiros, ora com marchantes, ora com os frangos assados nas vitrines, ora com os vendedores de leite. A Higiene só não implicou ainda foi com a água no leite, que é um abuso, nem com o “batismo” que o meu fornecedor aplica diariamente na “caninha” e no vinho, o que é um crime...

Cambaleando, o “caixa” aproxima-se ainda mais do poste.

– Você está ouvindo? Pois é isso que estou lhe dizendo. A Higiene, não satisfeita em implicar com tanta coisa útil ao próximo, deu agora para deitar provocação para cima dos bares e botequins, querendo proibir que esses vendam bebidas aos domingos. Onde é que se viu isso? Em que país estamos para se tolher a liberdade do cidadão? Pois saiba a Higiene que isso não está certo, e (olhando firme para o poste) devemos protestar, companheiros, contra o absurdo dessa ideia de se obrigar os bares e botequins a fechar suas portas aos domingos. Numa terra de trabalho e morigerada como a nossa, essa medida constitui uma afronta. Sim, Senhor, uma afronta para o comércio de bebidas. Que perigo há para a sociedade em a gente procurar distrair as “mágoas” aos domingos? Muito pior é vender nos dias de semana. Ora, essa... Então a Higiene não sabe que os donos de botequins e outras casas que têm o mesmo ramo honesto de negócio vivem das “mágoas” do pessoal? Quem se sente “triste”, entra ali, puxa, ou finge que puxa, duzentão do bolso e sai logo consolado, mesmo aguentando o “batismo” que o taverneiro faz sem o menor constrangimento, às vezes até na frente da autoridade do freguês... Esse abuso, esse

¹²⁶ Branquinha: na gíria, cachaça.

verdadeiro crime de lesa-pureza do precioso líquido, a Higiene não vê! Pois é o que estou lhe dizendo, seu pau-brasil coberto de luto... Qual é a sua opinião no caso? Não é isso mesmo? Responda!...

O bêbado olha o poste atentamente e vê que aquele está tão inclinado que parece próximo a cair.

– Tu não responde! Tu também estás na “água”¹²⁷, companheiro?...

28 de novembro de 1930

A propósito da recente prisão dos proprietários da Farmácia Caridade, surpreendidos em flagrante quando vendiam cocaína a um viciado, publicou esta folha um tópico no qual ressalta o caso de ser frequentemente inutilizado pelo poder judiciário o esforço da polícia no que se refere à repressão do vício. Por mais de uma vez, mesmo em face das provas mais esmagadoras, os transgressores têm sido postos em liberdade quando o caso é levado à decisão do poder judiciário.

Essa medida de clemência, absolvendo os transgressores de suas culpas, lança não só o desânimo entre os servidores da polícia, que veem desse modo o seu trabalho anulado, como desmoraliza a ação da mesma com respeito aos indesejáveis de toda a espécie que infestam a capital.

Das mesmas regalias gozam os batedores de carteira, os vigaristas do “conto do pacote” e do bilhete premiado. Quantas vezes forem presos, tantas serão postos em liberdade, graças ao *habeas corpus*, que vinte e quatro horas após é impetrado em seu favor.

Tempos atrás um esforçado delegado nos dizia: Prender esses meliantes, para quê? Pois tenho certeza que amanhã eles estarão na rua...

¹²⁷ Estar na água: estar bêbado.

Dada a certeza que os contraventores e delinquentes da espécie têm da sua impunidade, eles redobram de atividade, zombando de todas as providências da polícia.

Quanto aos que se entregam ao comércio do “pó da ilusão”, o que podemos adiantar é que a cidade está cheia, quer de vendedores, quer de uma numerosa clientela de viciados, homens, mulheres e até crianças. Depois de uma certa hora da noite em determinadas ruas da capital, uns e outros são surpreendidos na venda e aquisição de tóxicos, éter, morfina, cocaína, etc...

De maneira que, se a polícia quiser tomar a si a tarefa que tanto êxito logrou no caso da Farmácia Caridade, não terá outro trabalho senão o de apanhar os traficantes e levá-los para o xadrez.

Se não forem tomadas enérgicas providências em tempo, dentro de pouco, Porto Alegre estará importando cocaína aos quilos e arrobos a fim de atender ao formidável número de viciados de ambos os sexos, número que vai assustadoramente aumentando.

O poder judiciário, com a sua complacência, não deve contribuir para que esse quadro horrível do *bas-fond* da cidade se apresente com tintas ainda mais carregadas.

30 de novembro de 1930

Fala-se em que a municipalidade tem em mira fazer uma redução das suas despesas, atendendo assim à situação atual do país, a braços com compromissos de toda ordem. Fala-se ainda que o atual edil espera ser investido da função de prefeito, para mais desembaraçadamente agir, procurando sustar várias obras e serviços de menos urgência para melhor desafogar os cofres do Município.

Como logo percebe o leitor, nada há ainda de positivo.

Conversa-se.

Fala-se, apenas.

É provável que sejam, de fato, tomadas medidas de rigorosa economia.

E olhem que, se a Intendência quiser tomar providências de verdade, nesse sentido, não terá dificuldades de o fazer, e isso sem prejuízo dos interesses da comuna, sem a paralisação de vários serviços e melhoramentos da cidade.

O seu plano de economias poderá ser começado mesmo lá dentro da repartição municipal. Não só a supressão do grande número de autos que a municipalidade tem para o serviço dos seus altos funcionários, não só a redução das despesas com gasolina e com empregados bastará para aliviar os cofres públicos das aperturas porque passa.

Há outros meios dos quais a Intendência poderá lançar mão sem prejuízo ou sem sacrifício para o serviço público.

Já que nos referimos à redução de despesas, falemos também da redução de um imposto que, se fosse posto em execução, muito desafogaria três quartas partes da coletividade porto-alegrense.

Queremos nos referir ao imposto predial, erroneamente chamado (aqui em Porto Alegre, pelo menos) de imposto de “décimas urbanas”. Erroneamente, dissemos, porque a taxação do mesmo é feita quase que arbitrariamente, à vontade do lotador.

Havendo exemplo agora de terem várias prefeituras de outros estados reduzido a 30% menos o imposto de décimas, não seria demais que o ilustre interventor do Rio Grande determinasse fazer o mesmo entre nós. A redução do referido imposto não redundaria em exclusivo benefício dos proprietários, e sim dos locatários, que pagariam a menos os aluguéis, de acordo com a redução de 30%.

Cogita-se mesmo de ser dirigido, nesse sentido, um memorial ao general Flores da Cunha.

Seria, não há dúvida, o único meio de aliviar um pouco a população pobre do pesado encargo que tem sobre seus ombros: o aluguel

da casa. Porque a verdade seja dita: se há cidade onde o aluguel é exageradamente elevado, é em Porto Alegre.

E nisso tem grande culpa a Intendência, pela maneira com que lança e executa a cobrança do imposto predial, obrigando por sua vez os proprietários a desapertarem para a esquerda...

Oxalá o ilustre interventor rio-grandense ponha a sua atenção no assunto.

3. O RARO PERFUME DA SOLIDARIEDADE HUMANA: A CAPITAL DOS DESAFORTUNADOS

Roque Callage concebeu *A Cidade* como um espaço de observação, crítica e participação, e estes foram os tons predominantes na coluna durante o período em que ele a assinou. Embora aspectos mundanos e expressões líricas fizessem parte de seu repertório, o componente de engajamento nunca esteve de fato ausente da coluna, seja no comentário sobre as pequenezas do cotidiano – como os buracos nas ruas, o barulho das buzinas e as mudanças meteorológicas –, seja no debate sobre a política e a ética. Este espírito de engajamento, que conferia à coluna *A Cidade* o aspecto de uma tribuna, é exemplarmente ilustrado pelas crônicas voltadas para personagens postas à margem do sistema social, aquelas que, desprovidas de qualquer protagonismo na vida coletiva, eram retratadas na perspectiva da compaixão e da solidariedade. Os leitores da crônica diária eram, assim, chamados a trabalhar para o alívio dos grandes males sociais, mesmo que seu público não correspondesse necessariamente ao que se poderia definir como uma elite econômica.

Um dos aspectos assumidos pela coluna é o elogio às iniciativas filantrópicas organizadas existentes na sociedade porto-alegrense da época. Ao fazer seu elogio, *A Cidade* não apenas as difundia e mantinha na memória da população, como referendava essas iniciativas e a excepcionalidade de seus autores no apoio às crianças órfãs, aos velhos, aos doentes, e mesmo na prestação de serviços como a oferta de alimentação a baixo custo. A maior parte destes

esforços no sentido de minorar a miséria provinha, demonstra ela, de entidades privadas, membros da elite e da Igreja. O problema que se criava é que estas, financiadas pela caridade pública, acabariam por constranger o cidadão bem-intencionado, a todo o tempo instado a participar, mesmo além de suas posses. Esta situação é eloquente a respeito da precariedade das instituições públicas no que dizia respeito à assistência social, pois conduzia a uma total responsabilização da sociedade civil. Na visão do cronista, em cidades mais civilizadas – condição a que Porto Alegre deveria aspirar – o poder público deveria assumir, por exemplo, a implantação de albergues noturnos para abrigar a população desvalida, sobretudo no inverno. Tal assistência deveria, segundo ele, assumir um caráter permanente.

Esta atribuição ao Estado de dever de amparo à miséria fazia parte da defesa de uma crescente ampliação das funções estatais, característica da época. A face mais explícita desta concepção estatista de democracia social era a legislação trabalhista, discutida por Callage a partir de dois aspectos em particular: o direito a férias e a limitação da jornada de trabalho. Ambos são abordados com referência à classe dos comerciários, um dos grupos sociais pelos quais o cronista demonstra especial interesse. A legislação social propriamente dita é lembrada através do Código de Menores, iniciativa pioneira, mas dificilmente posta em prática, na falta de condições institucionais para sua efetivação – a própria crônica registra este fato.

A proteção à infância recebe a atenção de *A Cidade* em mais de uma ocasião: a homenagem aos pequenos jornaleiros, a prisão de menores infratores junto a adultos, o abandono de crianças pelas ruas. Em um dos casos narrados pelo cronista, o problema trabalhista e o do trabalho infantil convergem, ao ser reportada a condição de dois jovens imigrantes russos que trabalhavam em condições precárias, durante a madrugada, por uma paga insignificante. Embora a legislação social só tenha sido de fato consolidada na Era Vargas,

as primeiras manifestações da regulamentação do trabalho e da proteção aos menores já se faziam presentes, e o apelo de Callage à consolidação de tais controles demonstra a difusão de uma concepção do Estado como mediador das relações sociais e de trabalho, e a expectativa de que tais ações se generalizassem.

Em outro registro, as crianças pobres são sempre lembradas por ocasião do Natal, quando o cronista anota sua frustração inevitável, em contraste com a alegria das crianças ricas – tanto umas quanto as outras fascinadas pelas vitrinas das lojas de brinquedos. O registro da desigualdade social tem, por ocasião das festas, sua abordagem mais sentimental, sempre envolta em reminiscências um tanto amarguradas, um tanto nostálgicas. Esse é um dos poucos momentos em que a crônica assume um tom abertamente autobiográfico. Ao observar atitudes de arrogância, esnobismo ou impiedade e registrar o consumo exibicionista, Callage dirige às elites sociais olhares moralizantes de impaciência, revolta ou frieza.

De forma geral, a disparidade entre os diversos aspectos da vida urbana é uma observação constante na coluna. Sua expressão mais eloquente está na anotação do movimento mundano da rua da Praia, no contraste entre o luxo dos frequentadores do *footing* e a miséria de uma procissão de pedintes: crianças, velhos, doentes. Na concepção de Callage, o auxílio aos miseráveis, que, em todo o país, compunham uma parcela considerável da população, era uma obrigação dos cidadãos. Essas manifestações de solidariedade eram, entretanto, conspurcadas pelos falsos mendigos e pela má-fé dos pais que sobreviviam à custa da submissão de seus filhos à caridade pública. Em ambos os casos, a solução seria, segundo o cronista, a ação policial.

Além das crianças, outro grupo que recebe especial atenção do cronista é a população operária, com a qual o cronista se diz alinhado – o que o conduz a defender a legitimidade de um movimento

grevista, desde que pacífico. As enchentes que afetavam as áreas mais baixas da cidade castigavam gravemente os bairros em que esta população se concentrava, exercendo um impacto devastador sobre um contexto já precário de sobrevivência. Mais uma vez, o poder público demora a agir, e são as iniciativas solidárias da população que oferecem algum alento aos flagelados. Os alagamentos que se repetiam ano após ano eram o lado avesso do programa de atualização de Porto Alegre, e forneciam mais um exemplo da iniquidade urbana. Os baixos salários e as sofríveis condições de trabalho nas fábricas adquirem um tom mais sentimental e dramático na crônica encomiástica dirigida às jovens operárias que perdiam sua saúde para garantir o sustento de suas famílias. A solução para a abjeta exploração do trabalho feminino estaria, assim como no caso do trabalho infantil, em uma legislação protetora.

O elogio ao heroísmo das mulheres operárias demonstra o posicionamento dúbio do cronista em face da emancipação feminina. Em sua visão, esta já era uma realidade contra a qual nada havia a ser feito, o que tornava louvável o aperfeiçoamento profissional exemplificado pelo número significativo de moças que se formavam professoras de música e artes plásticas, e pelo ingresso pioneiro de uma mulher na Faculdade de Direito. A condição para a entrada da mulher no mercado de trabalho era, entretanto, a manutenção de sua feminilidade, devendo-se imaginar um equilíbrio possível entre a dedicação ao trabalho e a manutenção de seus papéis sociais consagrados, em particular seu papel na família. Pode-se mesmo imaginar, na lógica do cronista, que o aperfeiçoamento intelectual das mulheres atuaria como um antídoto contra a futilidade, a vaidade excessiva, a alienação em face dos problemas sociais – riscos de um contexto de progressiva liberalização dos costumes e de avanço dos apelos da moda e do consumo.

A visão modernizante e engajada de Callage em suas crônicas voltadas para os esquecidos da cidade tem expressão privilegiada em sua exasperada defesa dos animais de tração. São várias as cenas narradas pela coluna em que são reproduzidos exemplos da violência com que os carroceiros tratavam seus animais, cenas que transmitiriam uma imagem negativa da cidade a qualquer visitante “civilizado”. Decerto, uma vez que os avanços da modernidade fizeram-se acompanhar de uma sensibilização do homem em relação ao sofrimento animal, a repetição de tais cenas contrastava com a mudança comportamental esperada de uma cidade com pretensões a metrópole. O contraexemplo é, neste caso, São Paulo, onde haveria um cumprimento estrito da legislação de proteção aos animais, papel que deveria ser aqui exercido pela Inspetoria de Veículos. Esta, em geral ineficiente, neste caso mostrava-se completamente omissa. A coluna buscava, assim, agregar os cidadãos em torno de uma causa relevante, mas assumia também, acreditamos, o papel de educar as sensibilidades para o desenvolvimento de uma “civilizada” solidariedade em relação ao sofrimento dos bichos.

O outro extremo desta relação entre homens e animais eram os cuidados excessivos dedicados aos cães de estimação, o que desperta no cronista, novamente, a observação das radicais desigualdades que caracterizavam o destino dos homens e dos animais. Entretanto, este mesmo amor aos animais, tantas vezes expresso em *A Cidade*, poderia, em determinadas situações, criar embaraços à perspectiva modernizante, preocupada com a organização e a higiene dos espaços públicos. No caso dos cães, o controle da cainçalha de rua que vadiava pela cidade era tido como necessário, mas a narração dos padecimentos dos não humanos demonstra a compaixão do cronista e instaura a dúvida. Outro exemplo é a situação criada pela proliferação exorbitante dos pardais na cidade: expulsavam outras espécies, faziam barulho e ainda sujavam os logradouros públicos.

No entanto, a consideração de seu extermínio é por si só vergonhosa, impasse que o cronista percebe, mas nem sequer tenta resolver.

O despertar de um sentido de solidariedade social através da observação destes “esquecidos” da grande cidade implica, por outro lado, considerar não apenas a miséria física induzida pelas duras condições de vida da época, mas também enxergar o sofrimento causado pela solidão na dura “luta pela vida”, pela marginalização social dos pobres e dos humildes. Nesta linha estão as crônicas voltadas para os infelizes suicidas, os desenraizados imigrantes, os desprezados ciganos, e até mesmo para um personagem tão patético quanto o herdeiro interdito Antônio Quaresma. Em particular, destacam-se as crônicas que registram a humilhação dos pobres, como o cidadão destrutado pelo funcionário arrogante e a pobre velhinha cega que, num desfile de carnaval, recebe em troca da esmola um vidro vazio de lança-perfume. Através desta simples história, que o cronista jura ser verídica, está o oposto do dever de solidariedade que Callage busca incutir em seus leitores, convidando a dividir as angústias criadas pelo lado mais obscuro da vida na cidade.

11 de março de 1925

Porto Alegre tem felizmente várias instituições pias que sobretudo honram o coração generoso do seu povo. Asilos e orfanatos aí estão prestando a mancheias os benefícios da caridade e do amor, aí estão espalhando, sem atordoada e sem alarde, o raro perfume da solidariedade humana. Todos eles se mostram de portas abertas, acolhendo, com bondade, os pobrezinhos, os desprotegidos, os desamparados da sorte, as pequenas vítimas atiradas ao redemoinho da vida pelo destino implacável e cruel.

Ainda bem que neste particular nada falta a Porto Alegre. Se há aqui arquimilionários usurários, indiferentes a todas as vozes do amor e da piedade, incapazes de um benefício, incapazes de doar

um vintém de esmola ao pobre que lhes bate à porta, em compensação há outros para quem esse sutil espírito de solidariedade no infortúnio e na miséria é um princípio de perfeição e de beleza, tal qual o pregava entre homens e animais o celestial coração de São Francisco de Assis. Aí está, para amostra, a Pia Instituição Pedro Chaves de Barcellos¹, que a generosa família Chaves, com o auxílio de todos os seus membros, indistintamente, vem hoje mantendo com tocante carinho em memória do saudoso fundador daquele grande recolhimento. Aquilo que ali está, no alto do morro, dominando a cidade, é mais do que um abrigo – é um santuário, santuário de amor.

Quem penetra no amplo edifício deixa logo na entrada todas as dúvidas, todas as incertezas, todo o ceticismo que porventura viva nos recessos mais íntimos da alma, e se confunde de pronto na delicada tepidez daquela atmosfera de puros afetos onde tudo se faz, onde tudo se dá, o pão do corpo e o pão do espírito – o amor e o teto, o abrigo e a tranquilidade.

Instituições como aquela serão eternas no tempo e na história. Tudo poderá passar, tudo poderá perecer. Se restar uma sobrevivente apenas que ali haja encontrado a mão generosa e protetora que a ergueu do abandono, esta, por mais dura de alma, por mais insensível que seja de coração, sairá proclamando que, entre a gente boa de Porto Alegre, ninguém foi mais generosa e boa que a família que soube criar, com tanto carinho, ambiente de tanta bondade.

¹ Pia Instituição Pedro Chaves de Barcellos: entidade caritativa fundada em 1922 por Ilza Pinto Chaves Barcellos, viúva de Pedro Chaves Barcellos, a partir da herança destinada por ele para esse fim. Doad a às irmãs franciscanas, voltava-se, inicialmente, para a educação de meninas carentes, em prédio construído nas proximidades da Igreja da Piedade, na rua Cabral, bairro Rio Branco. Suas atividades foram assumidas pelo atual Centro Franciscano Pedro Chaves Barcellos, uma escola gerida pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, voltada para o atendimento de crianças e jovens carentes e órfãos. Sua atuação está centralizada no município de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre. In: PIA INSTITUIÇÃO Pedro Chaves Barcellos. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXXIX, n. 67, p. 5; 21 mar. 1922. *HISTÓRICO, Centro Franciscano Pedro Chaves Barcellos (25/07/2005)*. Disponível em <http://centrofranciscano.com.br/historico/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

17 de março de 1925

Não é propriamente a carrocinha do forno municipal de incineração² a maior inimiga dos cães. Mais cruel do que ela é o homem que anda caçando de retranca e a relho os animais vadios e sem dono que perambulam famintos pelas ruas da cidade. Já por si é um tremendo suplício o ato de atirar a arma contra a vítima indefesa. Esganindo, aos gritos, de pernas quebradas, mal suporta muitas vezes, o cachorrinho humilde, a dor que lhe cresce. Pega aqui, pega ali, derruba o pau de um lado e de outro e daí a pouco é enorme o grupo de prisioneiros, condenados sem culpa formada pelo simples fato de andarem vagando a esmo, pela cidade, como se não houvesse, em quantidade, na outra espécie – a dos homens – exemplares mais perigosos, que abocanham e mordem, incursos, portanto, no mesmo delito...

Feito o serviço lá se vão todos para o tradicional depósito da Azenha, de onde nunca mais sairão a não ser para se confundir depois na estrumeira do lixo, com outros adubos de primeira qualidade.

É o destino fatal de todos os cães miseráveis que para lá vão. Poucos são os que se salvam, poucos são os que readquirem a liberdade das ruas, onde o pontapé não falta conjuntamente com algum resto de comida ou com algum osso duro de roer.

Aquilo, como de resto em toda a parte, é o cemitério – a vala comum dos cães. Em cinza e pó tudo ali se confunde: cães grandes e pequenos, mastins, rafeiros³, ou “guaiecas”, todos, indistintamente, cumprem o mesmo destino, a mesma lógica de que nada se perde e tudo se aproveita na natureza.

Curioso de ver, porém, é como o instinto dos animais tem revelações apuradas e perfeitas, mais agudas, talvez, que no próprio homem. A maioria dos nossos cães de rua de sobejo conhece a

² Forno do lixo: equipamento de incineração localizado à margem do arroio Dilúvio, no bairro da Azenha, rua Sans Souci. Foi demolido em 1938.

³ Rafeiro: cão de guarda, utilizado para guardar o gado.

carrocinha ambulante que os apanha. Basta ela apontar na esquina com o sinistro homem do pega-pega para que se dê logo uma fuga precipitada entre os que têm bem vivo e forte o instinto de conservação. São correrias e latidos por todos os lados. Alguns, metidos a valentes, param patrulha num desafio insistente ao inimigo poderoso que o defronta, mas nesse gesto impolítico de reagir está toda a sua perdição: por trás, traiçoeiramente, o corajoso canino é apanhado.

Em dias da última semana assistimos episódio mais expressivo ainda, e deixá-lo passar aqui sem registro seria um crime à memória da pequena vítima que a esta hora estará certamente entregue à paz inalterável do monturo da Azenha.

À passagem da carrocinha, sentiu-se perdido um pequeno cão. Era um animal magro, mas bem-feito de corpo, inteligente, vivo de olhar, focinho afilado e de negro pelo lustroso. Com cuidado e trato seria um cachorro de luxo como tantos outros. No momento em que ia ser apanhado, o pobrezinho tremia como varas verdes e, levantando para o ar as patas dianteiras, num gesto de súplica, o mísero implorou perdão. Mas não houve nada.

Já metido dentro da gaiola, desandou num latido que mais parecia um choro lúgubre de quem carpia por antecipação a morte, mas a morte de si mesmo.

Enquanto lá se ia entregue à sua dor, com a sua sentença lavrada, ao lado passava indiferente, todo enfeitado de fitas, satisfeito da vida e das coisas, gozando a beleza do seu luxo, um animado cão de francesa de cabaré...

É a lei dos contrastes.

21 de março de 1925

Se muito sofre um pobre em Porto Alegre para viver, mais sofre ainda depois de morto... Além das torturas, das necessidades, da miséria e da agonia por que passa para dar um último suspiro e entregar

sua alma a Deus, mal sabe o desgraçado o que o espera depois. São complicações tremendas a que fica sujeito o cadáver quando este é de um indigente. Muitas vezes já lá vai ele em caminho do cemitério, quando é obrigado a voltar, imediatamente, à primeira forma, por um simples engano no atestado de óbito ou no registro da papeleta.

Mas isso não é tudo. Há outras complicações piores. Uma delas é a verdadeira economia com que o defunto é conduzido à vala comum. Um mesmo caixão feito de quatro tábuas, mas cobertas com um pano preto, entra em serviço que é um Deus nos acuda! Trabalha o dia inteiro, a semana inteira. Quarenta, cinquenta defuntos são conduzidos pelo mesmo. Mal chega ao cemitério, mal emborca o corpo frio que lá fica na cova de qualquer jeito, e já volta ao novo, no mesmo sinistro vaivém, conduzindo outro, e mais outro, enfim, dezenas de defuntos que se vão para “a eterna viagem da qual não mais se volta”, consoante o monólogo daquela sombria personagem de Shakespeare.⁴

Às vezes, em consequência da pressa, em virtude da economia de tempo, dão-se cenas de arrepiar couro cabeludo. Assistimos a uma, da qual conservamos ainda dolorosa lembrança.

Foi na terça-feira última. Lá se ia a “Maria Crioula”⁵ da Santa Casa, levando mais um para os sete palmos da lombá. Tão precipitada andava a fúnebre carroça que, ao se aproximar da ponte da Azenha, teve um dos seus eixos partidos – e zás! Foi defunto para um lado e caixão para outro!... E até que se recompusesse o corpo do pobre morto e se juntassem de novo os pedaços do caixão foi um tempo enorme, em que o triste quadro esteve exposto à luz crua do sol e ao olhar ofendido do público.

⁴ Referência ao solilóquio da peça *Hamlet* (1599-1601), de William Shakespeare (1564-1616): “The undiscovered country from whose bourn/No traveler returns...” (“Senão porque o terror de alguma coisa após a morte/O país não descoberto de cujos confins jamais voltou nenhum viajante...”). In: SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Tradução Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997. p. 67.

⁵ Maria Crioula: apelido popular conferido ao automóvel utilizado para transportar os mortos indigentes.

São aspectos urbanos de Porto Alegre; urbanos, porém de mui pouca urbanidade...

Pobres patrícios meus! Um conselho aqui fica de quem teme que lhe aconteça o mesmo ou pior: evitemos, se possível, até depois de morrer, de depender da fria caridade oficial.

Se ela satisfaz a vaidade de quem a dá, de modo algum compensa o sacrifício de quem a recebe...

7 de junho de 1925

Por iniciativa de três amáveis corações femininos, as crianças pobres de Porto Alegre vão ter a alegria de um conforto, embora modesto, neste duro inverno, que tão friamente agora nos bate à porta.

Aí andam elas nessa nossa piedosa missão, angariando doativos para a compra de calçados, meias e roupinhas para a infância humilde e desprotegida. Tão feliz e tão bem recebida foi a ideia que, já no primeiro dia, segundo informou esta folha, a coleta elevou-se para mais de um conto de réis.

Certo não parará aí: esse resultado foi apenas um começo. Toda a população abastada desta capital irá naturalmente amparar a humanitária iniciativa. Ela toca, pelos seus fins, pelos seus intuitos, no coração de todos, mas muito mais no coração dos ricos do que no coração dos pobres. Aqueles, com uma quantia que não lhes faz falta, que não lhes pesa de modo algum no seu equilíbrio orçamentário, terão feito um benefício de vulto, contribuindo para uma grande obra de solidariedade social, qual seja, a de amparar as criancinhas pobres que por aí vegetem no mais completo abandono.

Acumulam-se agora, no inverno, todas as dores cruciantes, todas as agruras da vida. O frio e a fome batem com mais violência, e mais negra se torna a miséria nestes dias de sol arisco e nestas longas noites em que a geada amortalha de branco a infinita tristeza dos casebres que se amontoam pelos arrabaldes da cidade.

Quanto ser pequenino adoece e morre, quanta almazinha fenece agora em que a carestia da vida é apavorante, agora em que as enfermidades se espalham à larga, ceifando vidas, fulminando, destruindo pequenos rebentos dessa existência já de início tecida de torturas e de misérias!...

E vós, ricos e poderosos, que gozam na abundância e no luxo do vosso lar todos os prazeres e todos os confortos da vida regalada e farta, sem preocupações com o dia incerto de amanhã, atentai por um momento, ao menos, na miséria das ruas, no desespero das mães sem lar e sem fogo, no longo e contínuo gemido que deve chegar até vós, de centenas, de milhares de criancinhas, quase nuas, enregeladas ao frio destas noites de terrível invernia – e deixai cair com amor, com prazer, com satisfação, o pequeno auxílio do vosso haver abastado, auxílio que é nada para vós, mas que é muito para os míseros pequeninos.

Piedade! Humanidade! Solidariedade!

15 de julho de 1925

Pessoa que se diz interessada pelas coisas da cidade e que acompanha todos os movimentos e todas as questões locais, mormente aquelas que afetam o interesse público, nos abordou anteontem, à noite, na rua para falar do aumento do preço da carne.

– Então você atacou os marchantes por aumentarem cem réis no preço da carne verde, quando no Rio de Janeiro, quase que na mesma ocasião, ela é elevada para 2\$000 o quilo!...

– Perfeitamente. Mas o que tem que ver o preço de lá com o preço daqui?

– Ora, isso quer dizer que a carestia do gado é em toda a parte; logo, não procede sua queixa contra o aumentozinho de cem réis. Depois, isso nada é comparado com o aumento de tantas coisas mais. O meu amigo devia era reclamar contra a barbaridade de preço pelo

qual se estão pagando certos artigos de luxo, mas indispensáveis para quem desejar andar com decência... Quer saber de uma coisa? Minhas filhas, ainda no mês passado, compraram meias de seda de primeira qualidade a 20\$000. Hoje, meu amigo (puxando do bolso uma nota de compra), está aqui, veja: 30\$000 o par! Isto é um despropósito, é uma barbaridade, não sei mesmo onde vou parar!... Reclame contra isso, para ver se assim baixa um pouco de preço, e deixe os cem réis da carne sossegado, que nada é comparado com o que lhe estou dizendo.

Cortamos a conversa. Com tal lógica não há quem resista. Cem réis para ele não era nada, comparado ao preço das meias das filhas; e reclamar contra o preço da carne é um absurdo, porque ela vai também ser elevada no Rio de Janeiro.

Essa lógica é de ferro. Que se aguentem os pobres, os trabalhadores, os lutadores, os sacrificados de todas as ganâncias; que se amolem, que se lixem os modestos chefes de famílias, os que trabalham o dia inteiro para ganhar o pão de cada dia ou para ter um pedaço de carne magra para comer.

Para estes não tem a menor importância o aumento de cem réis no preço da carne. O que tem importância, o que é preciso, o que é justo, o que é uma necessidade palpitante, é o reclamar-se contra a carestia do luxo, para que baixe o preço de meias de 30, em benefício das pernas que pagavam a 20.

Está certo...

13 de setembro de 1925

Há em Porto Alegre uma agremiação onde intensamente palpita, em ritmos e harmonias soberanas, o delicado coração feminino.

Referimo-nos à Associação das Damas de Caridade⁶, cuja existência é toda ela dedicada a fazer o bem. Silenciosa e quase oculta, dela, por isso mesmo, poucas vezes nos lembramos. Entretanto, nessa esquivança em que vivem tão fora e tão longe das atoardas exibicionistas da época, as Damas de Caridade vão vencendo obstáculos e indiferenças e espalhando dádivas a inúmeros lares necessitados. Mais possuíssem, mais auxílio recebessem, maiores benefícios prestariam. Lutando contra a indiferença pública, elas, porém, não desanimaram ainda. Quando se pensava extinta a sua dedicação nessa cruzada de solidariedade aos desamparados, eis que ela se renova mais forte, com o mesmo ardor decisivo, nessa obra de benemerência e de altruísmo.

Nada abate essas gentis e amáveis romeiras do amor. Prosseguem continuamente, insistentemente, na mesma campanha suave, espalhando a bondade e a graça por onde jamais se entreabriria a flor maravilhosa da esperança. Ilumina-as o apostólico desejo de vencer os empecos e dificuldades criadas por essa terrível frieza do ambiente.

E com essa intenção que vale por um hino de vitória, a Ex.^{ma} Sra. Alaíde Carneiro e a senhorita Picucha Amorim aí estão intensificando com admirável esforço os fins humanitários da Associação das Damas de Caridade.

⁶ Associação Beneficente das Damas de Caridade: instituição formalizada em 1917 por um grupo de senhoras da elite local. As damas de caridade já atuavam anteriormente em Porto Alegre. In: ASSOCIAÇÃO Beneficente das Damas de Caridade. **A Federação**, Porto Alegre, ano XXXIV, n. 1, p. 30, 1 jan. 1917.

Bem haja a límpida beleza desse gesto; bem haja a diretriz luminosa dessa atitude? De uma e de outra, como de uma flor de raro encanto, se espalhará o doce perfume da solidariedade consoladora.

7 de novembro de 1925

Já há dias percorre as ruas da capital um pequeno bando de ciganos, na maioria constituído de mulheres.

Corridos de toda a parte, por toda a parte andam. São os verdadeiros judeus errantes, sem pátria, que o horror dos outros povos vai tocando para frente, encostando sempre para longe do seu contato.

Segue! Caminha! E em seguir e em caminhar está a razão de ser da sua existência. Vão assim os ciganos de terra em terra, empurrados pela sua própria sina; a petizada os apedreja; a polícia, a lei e a ordem os perseguem.

Ainda anteontem, populares os enxotavam entre chufas⁷, na Várzea.

Não sabemos por que essa violenta repulsa de todos contra essas figuras extravagantes que têm o poder de quebrar a monotonia das ruas. Há na sua alma qualquer coisa que nos desperta uma viva curiosidade.

Uma delas nos chamou a atenção pela sua beleza, pela linha impecável do seu perfil. Todas, aliás, possuem um traço de simpatia profunda. Nos seus olhos negros vive como o mistério de uma saudade errante. Na sua alma sombria e profunda que a todos parece carregada de ambições, de ódios, de latrocínio, de crimes cometidos nos lugares por onde passaram, há qualquer coisa de irresistível.

⁷ Chufa: gracejo, zombaria.

Tirando a sorte ou lendo a *buena-dicha*⁸, as ciganas não são capazes de anunciar jamais um futuro mau a ninguém. Tudo para elas é belo e cor de ouro, vestido da própria ilusão que se busca...

Por um simples níquel de quatrocentos réis temos um belo destino; e, por uma moeda de mil réis, temos mais, temos tudo, temos a felicidade, essa estranha felicidade de que nos falou Anatole France, que a desventura da riqueza, da opulência e do poderio só encontrou uma vez um homem que não tinha camisa!...⁹

Por que, então, essa execração pública contra esses ciganos que vendem a boa sorte por tão pouco?

13 de novembro de 1925

Já atingem elevada quantia os donativos em dinheiro até agora recebidos para a construção do novo edifício do Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres¹⁰.

A piedade cristã de Porto Alegre teve assim oportunidade para mais uma vez se manifestar com o seu grande amor habitual.

Inúmeras instituições pias, templos religiosos e casas de caridade aí estão para atestar eloquentemente o poderoso e constante auxílio recebido das almas verdadeiramente caritativas.

Para belo exemplo do que afirmamos, basta que se cite, no caso, a Santa Casa de Misericórdia desta capital, cujo patrimônio atinge hoje a milhares de contos, tudo isso devido ao muito que a solidariedade coletiva tem feito em prol daquela instituição pia.

⁸ *Buena-dicha*: sina, fortuna.

⁹ Referência ao conto "A Camisa", de Anatole France (1844-1924), publicado em 1909, no livro *As sete mulheres de Barba Azul e outros contos maravilhosos*.

¹⁰ Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres: instituição caritativa e educacional fundada em 1895.

Não é de admirar, portanto, que o Orfanotrófio do Pão dos Pobres continue a receber o apoio da nossa população, em benefício da grande obra de benemerência que está realizando.

Nenhuma outra instituição é mais digna do que ele do amparo imediato, decisivo, do povo de Porto Alegre, principalmente das pessoas abastadas. Numa existência relativamente curta, o Pão dos Pobres já tem realizado uma obra de amor e caridade que bastaria para recomendá-lo ao respeito e à gratidão das gerações futuras.

Basta que se penetre nos seus umbrais, que se entre naquele largo, mas já acanhado edifício da rua da República, para se ter a ideia de ciência própria do que é realmente aquele Orfanotrófio, do que ele tem feito pelos pequenos humildes e desamparados, recolhidos sob o seu teto generoso, onde tudo recebem, a começar pelo pão e o leite, até os mais completos ensinamentos capazes de prepará-los depois para a luta pela vida.

Tudo o que se fizer, portanto, em benefício da nova construção do Pão dos Pobres não envolve nenhum exagero de caridade. Não fazemos para com a benemérita instituição nenhum favor, nenhum ato de filantropia. Ela sim é que pratica a filantropia mais perfeita, a mais alcandorada obra de piedade e solidariedade humana, qual seja, a de recolher, amparar e preparar para os embates da existência centenas de criaturas a que faltou nos seus primeiros passos o necessário e indispensável apoio.

15 de dezembro de 1925

Várias casas comerciais desta capital, principalmente as da rua dos Andradas, já começaram a expor nas suas mostras uma variedade de brinquedos próprios para os presentes que Papai Noel oferece à petizada nas festas de Natal, Ano Bom e Reis.

Esse fato tem feito com que, dia e noite, a frente dessas vitrines se encha de crianças curiosas – crianças ricas e crianças pobres –

todas por sua vez externando as suas impressões inocentes sobre aquilo que lhes deslumbra a vista e lhes aguça o desejo.

São opiniões e comentários que se encontram e que se chocam diante de um cavalo de pau, de um grupo de soldadinhos de chumbo ou de um urso branco retocado com perfeição e arte. Nada escapa à observação atilada dos bandos gárrulos que aí andam, e que outra coisa não fazem nestes dias que correm, senão sonhar com todo esse mundo tentador de brinquedos que se mostram nas vitrines das lojas especialistas no gênero, e que a eles, certamente, serão oferecidos por intermédio da luminosa figura que na noite de 24 para 25 percorre, em amável visita, o berço e a cama das crianças!

Os filhos de ricos já sabem previamente o que lhes toca nessa distribuição generosa de festas.

– Mamãezinha, diga ao Papai Noel que eu quero aquela boneca que fala, aquele carrinho e mais um macaco bem grande montado num elefante.

E já sabe a pequenina que, ao despertar da manhã de 25, encontrará tudo aquilo embaixo da cama, ao lado de seus sapatinhos de ouro.

Agora, os pobrezinhos, que gostam também de brinquedos, que têm olhos também para contemplar todas essas maravilhas que enfeitiçam os sonhos das crianças, contentam-se apenas em ver. Em ver apenas, porque os pequeninos pobres, sem berço e sem sapatinhos embaixo da cama, não têm direito aos presentes do céu. Fica-lhes, entretanto, a esperança radiosa de que, no ano próximo, Papai Noel, tão amável e pródigo para com as criancinhas ricas, lhes dará também um lindo presente de Festas...

18 de fevereiro de 1926

Porto Alegre já tem os seus terríveis contrastes, os seus aspectos dolorosos de miséria.

Esses quadros mais flagrantes se tornam, mais em relevo aparecem exatamente nos grandes dias de alegria e prazer, quando a alma

da multidão esquecida de tudo vibra de entusiasmo, de satisfação incontida, entregue ao delírio ruidoso das comemorações populares.

Não raro nessas ocasiões surgem pelas ruas os mais chocantes e os mais tristes episódios da vida. São misérias que se patenteiam, são chagas vivas que se mostram com todo o horror da sua realidade.

Ainda anteontem contemplamos um quadro desses, tão cruelmente desumano, mas que nem por isso deixa de ser tão comum na hora que passa.

Eram pouco mais de dez horas da noite. Ao redor da praça da Alfândega, principalmente na parte fronteira à rua dos Andradas, corriam com intensa animação os folguedos carnavalescos. O vaivém de autos formando alegre e extenso corso, os jogos de confete, serpentinas e lança-perfumes e todo um delírio de satisfação incontida enchiam o ambiente de um verdadeiro entusiasmo carnavalesco. De quando em quando descia gente de todos os veículos para um novo entrar na luta, nesses embates galantes entre cavalheiros e damas, em que nada se poupa.

Foi numa dessas ocasiões que um cidadão de bom porte e de boa carteira se aproximou de um vendedor de Rodo¹¹, comprando meia dúzia de tubos, ao mesmo tempo em que uma velha ceguinha, conduzida por uma menor, se acercou do cavalheiro, pedindo-lhe uma esmola. O homem olhou-a com absoluto desprezo e, por fim, já ao subir no elegante auto que o esperava, apresentou a sua escusa:

– Dinheiro não lhe dou. Isso não são horas de pedir esmolos. Se quiser se divertir, tem aqui. – E deu-lhe um tubo vazio de lança-perfume!...

A pobre cega se reverenciou agradecida.

– Deus Nosso Senhor lhe ajude. Cada um dá o que tem...

Aí ficam registrados esses dois dolorosos aspectos de miséria: a miséria física que pedia e a miséria moral que negava.

¹¹ Rodo: lança-perfume. Os primeiros que chegaram ao Rio de Janeiro, no início do século XX, eram compostos de cloreto de etila e fabricados pela Rodo, indústria suíça.

Acham os leitores mal-arranjada esta história? Pois é absolutamente verdadeira.

11 de março de 1926

A rua dos Andradas (para só citar a rua em que mais somos forçados a andar diariamente em demanda ao trabalho, sem tempo, portanto, para o *footing* ali obrigado a uma certa hora) apresenta a cada momento, de trecho em trecho, flagrantes da indigência comovedora, dolorosas cenas da miséria material.

Exatamente por ser a rua elegante da cidade, onde o luxo e o fausto se mostram, nos mais ricos e custosos trajes, em muitos dos quais a importância de um simples enfeite bastaria para dar de comer a um pobre por espaço de um mês inteiro, exatamente por isso, mais chocante se tornam ao nosso olhar esses tremendos contrastes que a cada passo se nos deparam à rua.

Toda a indigência da nossa capital, as mais horríveis deformações físicas, famílias inteiras de infelizes e miseráveis a quem falta o pão nas mansardas em que vivem, vêm implorar a caridade pública na rua dos Andradas. É ali o local mais apropriado para despertar o sentimento dos nossos semelhantes, para comover a piedade humana, para mostrar aos que passam descuidados a dor e a infelicidade que os domina. Por isso mesmo, são incontáveis os que a qualquer hora do dia ou da noite estacionam na referida rua, implorando a caridade dos transeuntes. Na soleira das portas, mulheres e crianças estendem a mão pedindo esmola aos que passam. É preciso ser muito duro de coração para não sentir todo o horror desses quadros comovedores da indigência porto-alegrense, a favor de quem ainda nada se fez que a ampare ou pelo menos que minore a sua situação, ocultando-a o mais possível do olhar curioso do forasteiro.

Este, a julgar pelo que vê diariamente na nossa principal artéria, não terá dúvida alguma em acreditar que Porto Alegre é a cidade de maior número de esmoleiros e onde a indigência está completamente abandonada.

E terá razão em assim supor. Pelo que enxerga a cada momento outra não pode ser a sua conclusão.

20 de março de 1926

O povo de Porto Alegre não se cansa de dar mostras, as mais expressivas, do seu coração. Se há aqui uma meia dúzia de usurários de marca reconhecida, incapazes de um gesto de beleza e de bondade, incapazes de deixar escapar um vintém da farta bolsa aferrolhada para fazer o mais ligeiro benefício aos seus semelhantes, temos em compensação um número maior, quase que a totalidade em massa do nosso povo, que não indefere aos reclamos do amor e da caridade.

Não há obra de beneficência que se organize nesta capital que não encontre apoio imediato e decisivo da nossa população. Para tudo ela concorre, à altura de suas posses. Todas as iniciativas que têm surgido aqui no sentido de se prestar apoio e solidariedade material aos necessitados foram sempre coroadas do mais completo êxito. Às vezes se crê que o nosso povo vive esquecido de tudo, entregue exclusivamente a seus interesses íntimos, sem se importar jamais com as dores, as lágrimas e as misérias que se agitam pelos cantos da cidade. Mas é um engano. Basta um simples apelo da imprensa, uma lembrança, uma advertência de que tal deve merecer o amparo dos mais favorecidos da fortuna, para que todos concorram logo com o seu auxílio.

A prova está aí no caso desse infeliz aleijado João Rodrigues da Silva, que vai ser operado pelo notável cirurgião alemão Dr. Bruno Kuene, a quem Joaquim Fernandes, o homem que se arrastava pelas ruas da cidade, deve a sua cura admirável. Em poucos dias, a subscrição aberta por esta folha para hospitalização de João Rodrigues, na Beneficência Portuguesa, atingiu a 1:641\$000.

Todos os que tiveram conhecimento desse apelo concorreram com a melhor boa vontade e, graças a esse sentimento generoso do

povo de Porto Alegre, o aleijado João Rodrigues já está internado naquela casa de saúde, a fim de ser submetido à delicada intervenção ortopédica.

O coração gaúcho nunca se fechou aos puros sentimentos da humanidade.

Há, é verdade, aqui mesmo, como acima dissemos, alguns usurários que não vão nessas coisas de amor aos semelhantes necessitados. Mas, estes são, no fundo, mais felizes do que aqueles.

2 de abril de 1926

O Orfanotrófio do Pão dos Pobres comemora hoje o 10^o aniversário de sua fundação.¹²

Deve ser de júbilo, naturalmente, este dia para todos os pequenos que ali vivem sob a misericórdia daquelas generosas paredes que fazem o orgulho e a glória da pia instituição. Ninguém, por certo, ignora os imensos, os incalculáveis benefícios que o Orfanotrófio do Pão dos Pobres tem prestado à infância desamparada de Porto Alegre.

Contando tão poucos anos de existência, ele já tem, entretanto, recolhido centenas de crianças, preparando-as para todos os embates da vida sob os mais puros e benéficos ensinamentos.

Se há, de fato, instituição que tanto mereça ser amparada incondicionalmente pelo nosso povo, pela sociedade em peso desta capital, essa é, sem dúvida, a do Pão dos Pobres. Ali dentro se pratica verdadeiramente a solidariedade cristã, no que ela tem de mais elevado e nobre. Tudo, portanto, que se fizer em seu benefício nunca será em demasia, tal é a luz da bondade que irradia do Orfanotrófio em prol de uma legião de seres que a sorte avara e o destino ingrato

¹² Trata-se, na verdade, da celebração dos dez anos de trabalho dos Irmãos Lassalistas, que assumiram a instituição em 1916. Conforme se pode observar em: <https://www.paodospobres.org.br/site/timeline/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

arremessaram para o mundo, entregues à desdita de si mesmos. Não fora ele, e quantas pequenas vidas, hoje, já encaminhadas para vencer os mais duros empecos, não estariam, a esta hora, abandonadas, irremediavelmente perdidas!... Felizmente para glória do Orfanotrófio do Pão dos Pobres, não há quem não tenha compreendido o quanto ele representa de elevado e de altruísmo na grandeza dos seus fins e dos seus intuitos.

Ninguém, por certo, no dia de hoje, que, por uma feliz coincidência, é o dia também da tragédia máxima daquele que pagou, no suplício do Calvário, o seu amor à humanidade, deixará de render a sua admiração à benemérita instituição porto-alegrense, contribuindo cada um, à altura de suas posses, para que aumente cada vez mais a obra de amor e de caridade que ali, verdadeiramente, se pratica em favor dos desamparados.

29 de abril de 1926

A Faculdade de Direito de Porto Alegre já tem registrado nos seus anais a primeira formatura de uma dama, gentil senhorita rio-grandense que nesta capital estudou, que aqui fez o seu curso e que aqui se diplomou, e, ao que nos consta, revelando sempre muita capacidade para esse complexo ramo da ciência.

O fato, se não vale por uma vitória do feminismo – o feminismo está cheio de vitórias, em que o “masculinismo” sempre aparece derrotado –, vale muito bem como uma forte expressão da mentalidade da mulher, que, nesse particular e em outros, nada fica a dever ao homem.

Com a sua concentração ao estudo e com a merecida recompensa ao seu esforço, a jovem doutora rio-grandense abriu caminho para as outras pessoas do seu sexo que lhe sigam o exemplo, emancipando-se de certos preconceitos um tanto pueris em relação ao papel da mulher na sociedade presente. Já que o feminismo avança

a passos largos na conquista de tantos outros direitos, nivelando-se ao homem em toda a parte, quer nas oficinas, quer nas repartições públicas e, em alguns países, com ele já se defronta até na boca de urna, justo é também que ela com ele se encontre frente a frente em todas as profissões liberais. Para isso não lhe falta capacidade. Se grande já é o número de mulheres formadas em medicina, grande pode ser também o das que queiram seguir o Direito. É outro campo vasto para as nossas amáveis patrícias exercerem a sua atividade, exercitarem a sua inteligência, onde facilmente, mais do que em qualquer outra profissão, podem mostrar todo o poder admirável da sua dialética¹³.

Uma coisa, porém, desejamos à mulher que atinge a essas culmânias: desejamos que ela, onde quer que esteja, não se distancie dos deveres do lar, que não perca jamais a sua graça, o seu encanto, a sua meiguice, que são toda a razão de ser do seu sexo.

8 de maio de 1926

Não é a primeira vez que, nesta modesta seção, nos referimos aos maus-tratos que sofrem os animais de tração de Porto Alegre.

Em várias ocasiões, tivemos oportunidade de relatar esse doloroso e vergonhoso espetáculo diário das nossas ruas, pedindo proteção para os mesmos contra a sanha bruta dos carroceiros desalmados. São essas cenas horrorosas que se observam a cada momento por todos os pontos da cidade, cenas de tortura, de sofrimento, de misérias.

Não raro aparecem, atrelados nas carroças, animais sangrando, cobertos de feridas abertas pela violência do vergalho e do próprio cabo do relho! Nem os próprios animais das carroças da municipalida-

¹³ Dialética: arte de raciocinar com método; lógica; argumentação sutil; argumentação engenhosa. In: DICIONÁRIO PERIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Verbetes "dialética"**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dialetica>. Acesso em: 12 abr. 2020.

de, que aí andam conduzindo terra pelas ruas, escapam à selvageria de alguns carroceiros.

Tão comuns, tão frequentes são essas cenas que, ainda ontem, esta folha publicou uma carta, na qual o missivista, que diz ter vindo de São Paulo e aqui se encontrar pela primeira vez, não esconde a sua horrorosa impressão diante do que tinha observado pelas nossas ruas, impressão tanto mais forte em se tratando de pessoa que vem de uma cidade onde a proteção aos animais é rigorosamente exercida.

Por que não fazemos o mesmo aqui? Porque a municipalidade, que tem fiscais a granel por todos os pontos, não toma uma providência qualquer no sentido de pôr termo a essas degradantes cenas da via pública? Tamaña selvageria, e tamaña indiferença pelos animais, só serve para nos envergonhar aos olhos dos forasteiros.

Já é tempo de acabarmos com isso, em nome da nossa civilidade e humanidade.

Que faz a Inspetoria de Veículos? Que fazem os policiais que não enxergam essas coisas? Será possível que tenhamos que repetir aqui a velha e batida chapa de moral que nos ensina que maltratar ou permitir que maltratem os animais é índice de mau caráter?

17 de junho de 1926

A todos os que, à noite, andam pela rua dos Andradas, não passará despercebido por certo um menino, magrinho, aparentando ter uns sete anos de idade, que estaciona sempre no trecho compreendido entre as ruas General Câmara e Marechal Floriano.

Nestas noites de frio intenso e cortante, dá pena vê-lo estender a mãozinha esquelética à caridade pública.

Ainda ontem o encontramos na mesma posição súplice de sempre.

E o interrogamos:

– Qual o teu nome?

– José.

- Tens pai?
- Meu pai morreu.
- E a tua mãe onde mora?
- Na Floresta.
- É ela que te traz pra cá?
- Não; sou eu que venho.

Para cortar a conversa que, visivelmente, o incomodava, o infeliz menor estendeu a mãozinha: – “me dá um tostão”!

E, assim, na frialdade da noite, com as pernas dentro de um saco, uma caixa de charutos para guardar os níqueis e uma garrafa d’água, aquela infeliz criança passa horas e horas esperando o óbolo do transeunte caridoso.

É, como se vê, uma vítima de exploração vergonhosa. Hoje ela está ainda forte; amanhã será presa das garras da tuberculose.

Numa sociedade organizada como a nossa, esse fato só se explica por um verdadeiro anacronismo que bem alto está clamando por enérgicas medidas de ordem social que possam pôr a salvo tantos pequeninos seres que aí andam. Infelizmente, o problema de proteção à infância desvalida e da mendicidade não preocupa como devia a atenção das nossas autoridades.

É, por enquanto, um problema de fórmula teórica que ainda não foi resolvido na prática.

Entretanto, ele bem merece ser resolvido o quanto antes, em benefício de uma infinidade de crianças abandonadas.

30 de junho de 1926

Ninguém mais digno da simpatia popular do que os vendedores de jornais.

São eles que, diariamente, pela manhã ou à noite, vencendo os rigores das intempéries, espalham as notícias da imprensa pelos quatro cantos da cidade; são eles os verdadeiros propagandistas,

os cooperadores do desenvolvimento, da vida e da prosperidade da nossa imprensa. Nada os detém nessa tarefa cotidiana. Frio ou chuva, tudo suporta a garotada alegre que por aí corre, infrene, em busca no níquel remunerador, convencendo a este ou aquele do valor e da qualidade da sua mercadoria – mercancia que é o pão do espírito, que deglutimos às pressas, pela manhã antes de partirmos para o rude trabalho do dia.

O pequeno vendedor de jornais fez desse meio o seu único ganha-pão. Muitos que conhecemos sustentam suas famílias com o produto da venda avulsa dos jornais. Na conquista do níquel, ele não olha o perigo; anda por toda parte. É a luta pela vida que assim o obriga a afrontar todos os obstáculos, arriscando-se, muitas vezes, a ser esmagado por um bonde ou por um auto.

Ainda sábado, um desses pequenos foi vítima da fúria de um automóvel, exatamente na ocasião em que procurava vender o jornal a um transeunte. Jogado ao solo, o infeliz vendedor recebeu várias contusões pelo corpo.

Se de graves consequências não foi o acidente, este o tornou inútil pelo menos por alguns dias.

Quantas necessidades não estará passando o pequeno vendedor, morador à rua dos Coqueiros nº 53, tanto mais se ele é o único arrimo da família?

Inutilizou-se no exercício de sua própria profissão.

É provável que o condutor do veículo que o colheu tenha empregado ao caso a sua assistência material. Mesmo assim, o episódio não perde o seu aspecto doloroso, tanto mais em se tratando de uma criança que vem, dia a dia, lutando na conquista do pão, afrontando todos os perigos que as nossas ruas abandonadas oferecem ao trânsito público.

15 de julho de 1926

A Associação Comercial dos Varejistas de Porto Alegre, segundo se sabe, é contrária à concessão de férias aos empregados do comércio.

Comentando o fato, o *Correio da Manhã*, do Rio, estranha essa atitude de verdadeiro egoísmo, dizendo entre outras coisas que, dentre os que trabalham no comércio, são sem dúvida os empregados varejistas os que têm piores horários e mais intenso serviço e sobre os quais pesa um sem-número de responsabilidades.

De fato, não se compreende como se possa negar à digna e laboriosa classe caixeiral¹⁴ a insignificância de uns dias de férias no decorrer de todo um ano de intensa atividade, em que o empregado trabalha desde a manhã, com repouso apenas à hora da refeição, ao meio-dia.

É preciso que a Associação dos Varejistas saiba que o empregado do comércio, hoje, é o maior fator da prosperidade da casa em que trabalha, para a qual ele entra com a sua dedicação e a sua mocidade em anos e anos de trabalho a fio, tendo apenas o seu ordenado como única recompensa.

Nada custa, portanto, conceder à esforçada classe as diárias a que ele vai ter direito por lei. Negar esse benefício, dificultar a execução dessa lei prestes a ser regulamentada¹⁵ pelo Congresso, é dar provas de um egoísmo violento e, até certo ponto, revoltante. Tão antipático gesto só poderá provocar indignação não só por parte da digna e laboriosa classe dos empregados, mas por parte daqueles que acompanham com interesse todos os nobres e elevados movimentos sociais.

¹⁴ Classe caixeiral: trabalhadores do comércio.

¹⁵ A lei de férias foi instituída pelo Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925, sancionado pelo presidente Artur Bernardes, e regulamentada pelo Decreto nº 17.496, de 30 de outubro de 1926, concedendo o benefício a empregados do comércio, dos serviços e da indústria. In: NUNES, Guilherme Machado. "A Lei de Férias no Brasil é um aleijão": greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935). 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

Felizmente, essa egoística atitude da entidade local não terá eco suficiente para alterar o que já está elaborado em benefício de uma classe por todos os títulos digna da nossa simpatia, da nossa solidariedade e do nosso respeito.

18 de agosto de 1926

Porto Alegre, que é uma cidade cheia das lamentáveis falhas e dos mais flagrantes descuidos no que toca a sua vida administrativa, possui, em compensação, modelares institutos de proteção e de solidariedade humana, que a colocam à altura das capitais que mais cuidam do amparo aos nossos semelhantes.

Para tanto bastaria citar a obra de benemerência imorredoura deixada pelo saudoso Padre Cacique¹⁶. Lá estão, no fim da Praia de Belas, as suas admiráveis instituições – Asilo de Mendicidade e Asilo de Órfãos – como um atestado eloquente do quanto já se tem feito entre nós em favor dos desprotegidos da sorte, em favor dessa infinidade de seres para quem a vida não soube sorrir com as seduções que ela oferece aos bafejados da fortuna.

A nossa capital não ficou, entretanto, restringida a esses dois admiráveis estabelecimentos pios. Outro veio depois com os mesmos intuitos humanitários, tocado da mesma graça benfazeja, espalhando a suavidade do seu amor por entre uma multidão de pequeninos seres abandonados. O Orfanotrófio Pão dos Pobres vem realizando, desde a sua fundação, uma obra grandiosa de benefício aos seus recolhidos, amparando-os, educando-os e preparando-os para todos os embates da vida.

Tão grande tem sido a sua assistência aos menores órfãos abandonados que a população em peso de Porto Alegre (cada um de acordo

¹⁶ Asilo Padre Cacique: instituição fundada pelo padre baiano Joaquim Cacique de Barros (1831-1907) em 1898, como abrigo para mendigos.

com as suas posses) tem procurado por todos os meios auxiliar a benemérita instituição fundada pelo saudoso Cônego Marcelino¹⁷.

Para que resplandecesse ainda mais entre nós o amor do próximo e a verdadeira caridade, surgiu depois a Pia Instituição Chaves de Barcellos, monumento que atesta a grandeza da alma da família cujo nome serve de legenda ao pórtico daquele edifício modelar.

Os benefícios que já tem prestado e que vai dia a dia prestando a Pia Instituição bastam para perpetuar para sempre, no reconhecimento público, o nome dessa família que afina todos os seus gestos pelo ritmo e pela harmonia do seu coração.

Esses estabelecimentos todos que aí surgem bastam para mostrar quanto a nossa capital se tem interessado pela sorte dos seus filhos desprotegidos.

22 de agosto de 1926

Pessoa que transitava, ontem, pela manhã, na rua Voluntários da Pátria (o Caminho Novo, de horrível aspecto, que só em lembrá-lo nos enche de pavor) assistiu a uma de tantas cenas que ali diariamente se registram sem que uma providência qualquer seja tomada por quem de direito. Um pobre animal de tração permanecia caído ao solo numa das depressões do ex-calçamento. Para erguê-lo daquele suplício, o condutor de veículo só teve uma ideia: desancar o cabo do relho pelo lombo e pela cabeça do infeliz animal, que já tinha o corpo coberto de feridas. Enquanto assim agia o selvagem carroceiro, sem que essa vítima conseguisse erguer-se do local em que caíra, um policial postado dois passos adiante assistia a cena com absoluta indiferença. Tão absorvido estava ele na contemplação daquele tris-tíssimo quadro de selvageria que um automóvel, que demandava o

¹⁷ José Marcelino de Sousa Bittencourt (1847-1911): religioso nascido em Salvador (BA).

centro da cidade, aos solavancos, quase lhe passa por cima. De fato, o guarda escapou por um triz de ser apanhado. Mas tão grande era o gozo que lhe proporcionava o espancamento da cavalgada que ele nem deu pelo perigo, continuando a admirar a agilidade com que o feroz condutor exercitava o cabo do relho.

Cenas como a que aqui relatamos são muito frequentes no Caminho Novo. Essa rua se presta admiravelmente para o martírio dos animais; o seu estado de completo abandono e as dificuldades por que passam as carroças que ali transitam parece que aguçam ainda mais o instinto perverso de certos condutores de veículos.

Enquanto não for reformado o seu deplorável calçamento; enquanto a polícia não se compenetrar dos seus deveres; enquanto a Inspetoria de Veículos não cuidar, como deve ser cuidado, do tráfego urbano; enquanto não forem reprimidos com severidade os que maltratam os animais, cenas como a que ontem foi assistida por muitas pessoas continuarão a se reproduzir constantemente, para vergonha da nossa civilização e dos nossos sentimentos de humanidade.

28 de setembro de 1926

Submersa...

1º de outubro de 1926

Porto Alegre em peso continua assistindo contristada às consequências da formidável enchente que há vários dias domina, ameaçadora, inúmeras zonas da capital.

Quem, demoradamente, visitar esses pontos flagelados da cidade, atingidos pela violência assustadora das águas do Gravataí – esse mais que todos outros rios que deságuam no Guaíba –, não deixará de ter a mais forte, a mais dolorosa das impressões.

Mais do que a grandiosidade desse espetáculo belo-horrível, comove, naturalmente, a todos nós, a situação de penúria e de miséria em que ficarão milhares e milhares de pessoas, toda a classe laboriosa e humilde que vive nas zonas invadidas pela cheia e que tem, no seu honesto trabalho diário, o parco pão de cada dia! Suas modestas habitações estão dominadas pela água, enquanto outras completamente submergidas. A maioria dos móveis de casa, utensílios de trabalho e criações domésticas, quase tudo, enfim, que constitui a existência desses lares, foi arriscado pela formidável enchente que domina parte de São João, Navegantes e toda a vasta várzea de Gravataí.

O imprevisto dessa calamidade serviu, entretanto, para mais uma vez pôr a prova o generoso coração do nosso povo.

A subscrição aberta por esta folha em benefício das vítimas da inundação já está em elevada quantia, o que demonstra o alto espírito de solidariedade que nos une e nos entrelaça nos momentos angustiosos da vida. Tudo o que se fizer, portanto, na imprensa, nas agremiações sociais, nos centros de diversões públicas, em favor dos flagelados, será obra meritória, de incomparável beleza, de alta significação moral.

Ela vai de fato constituir um acontecimento grandioso, um verdadeiro reflexo dos nossos mais vivos sentimentos de amor e solidariedade.

2 de outubro de 1926

O Estado deixou por muitos dias ao cuidado da caridade pública os socorros que ele devia ter prestado logo à população flagelada de Porto Alegre.

É verdade que já ontem houve uma reunião na Secretaria do Interior, onde foram assentadas as providências a adotar em face da inenarrável calamidade que neste momento toma tão assusta-

doras proporções, deixando no abandono e na miséria milhares e milhares de pessoas.

Muita coisa de útil poderá fazer ainda o governo em benefício das vítimas da terrível enchente. Tudo isso, entretanto, se vai tornando demorado. Há quase duas semanas que uma grande parte da nossa população está em luta franca contra a inaudita violência das águas. Entretanto, as vítimas desse flagelo só têm contado, até agora, com auxílio de particulares e com a boa vontade da municipalidade, que tudo tem feito para minorar essa situação, colocando à disposição dos flagelados os postos policiais e os caminhões de limpeza pública improvisados em meios de transporte.

Ora, tudo isso é pouco em relação à gravidade do caso. Urgem outras providências imediatas às numerosas famílias pobres surpreendidas pela inundação.

O Governo do Estado já devia ter distribuído algumas centenas de praças de sua numerosa milícia, a fim de auxiliar os salvamentos nas zonas flageladas, procurando, ao mesmo tempo, dar alimentação e abrigar todas as vítimas pobres, que seriam, então, distribuídas por pontos vários da cidade, até que a situação se normalizasse de todo. Em Gravataí, São João e Navegantes, muitas centenas de pessoas já se encontram em situação desesperadora, em luta com a fome e a miséria, sem terem onde dormir, passando, portanto, os maiores martírios, principalmente mulheres e crianças.

Tudo o que até agora se tem feito é nada em comparação com a gravidade do caso, com as assustadoras proporções da enchente, nestes três últimos dias.

As providências que já deviam ser tomadas pelos poderes públicos não podem sofrer maiores delongas. Elas têm que ser imediatas, como requer a gravidade do angustioso momento que atravessamos.

16 de outubro de 1926

À imitação do Rio, a nossa capital cria, hoje, também, o “dia da flor”.

No geral, as imitações são antipáticas, ou, pelo menos, mostram um grande fundo de subalternidade. Esta, porém, não o é, porque tem um fim altamente meritório. O “dia da flor” vai representar para nós a aliança da beleza com a solidariedade social. A sua graça e o seu perfume não serão hoje um símbolo da vaidade humana. Pelo contrário. O papel da flor neste dia terá uma expressão de bondade infinita, servindo de ligação, por intermédio das delicadas mãos femininas, entre o coração do homem e os alicerces de um estabelecimento pio, que é o Orfanotrófio do Pão dos Pobres.

Sem o contato da mulher que nela se vê perpetuamente retratada, a flor não seria o que é: um misto de sedução e de sentimento, o delicioso emblema do amor (os futuristas que vão para o diabo que os carregue!) representado através de todos os tempos pelos corações verdadeiramente enamorados.

Os mistérios da flor! A expressão encantadora da flor!... Tudo isso em grande parte deixaria de ser, se a mulher – que é, de todas as flores, a que tem mais beleza e mais espinhos – não lhe emprestasse, também, a sua assistência e o mistério indizível da sua graça. São flores que hoje se confundem, em prol de uma obra de amor e piedade.

Está bem escolhido este dia para representar, entre nós, o dia da flor. Ela será hoje muito mais bela que em todos os outros dias. Basta, para tanto, que sejam estas lindas criaturas de Porto Alegre que a tragam dos seus jardins, para mostrá-la à rua e oferecê-la ao nosso apreço incondicional.

Quanto vale uma flor?

Oferecida por uma florista ou por um jardineiro, a sua cotação pode ser bem modesta e humilde. Mas, quando se trata de uma flor oferecida por outra ainda mais bela, até os espinhos têm preço especial na escala dos nossos sentimentos, nas reverências do coração

do homem, ante essa flor de suprema beleza e supremo perfume, que é o coração feminino.

Como todas as flores estarão hoje envaidecidas!...

19 de novembro de 1926

Há, nesta capital, duas classes de males sociais que vão, dia a dia, tomando assustadoras proporções: a dos agiotas e a dos esmoleiros.

Como não nos interessa de modo algum a primeira, vamos falar exclusivamente da segunda. Falar não para condená-la, que isso de pedir esmola é a coisa mais natural deste mundo, principalmente numa terra de indigência como a nossa, onde o número de necessitados é quase tão grande como o número de gatunos, de ladrões e de exploradores de toda a espécie.

O exercício da mendicância em Porto Alegre tem, entretanto, aspectos que merecem comentários. Dia e noite, as nossas ruas apresentam dezenas de esmoleiros entregues ao doloroso mister de implorar a caridade pública. Esse avultado número é constituído de homens e mulheres e, na maior parte, de crianças enfermiças, que a exploração paterna atira à ventura das ruas, enquanto muitos dos seus genitores ficam em casa entregues à madraçaria e à crápula.

Esse triste espetáculo aumenta diariamente por todo o centro da cidade, que é onde mais se adensa a onda de pedintes.

Há, no meio destes, pessoas aleijadas e cegas, verdadeiramente necessitadas, dignas do nosso amor e da nossa solidariedade, para as quais todo o auxílio de nossa parte corresponde a um absoluto dever de humanidade. Mas há, também, um número maior de pessoas que poderiam ganhar a vida no trabalho e que, entretanto, vivem explorando a caridade pública, atacando os transeuntes, penetrando por toda parte, numa insistência simplesmente irritante.

É apenas contra este aspecto da mendicância em Porto Alegre que aqui nos insurgimos.

A municipalidade está em condições e tem mesmo obrigação estrita de evitar este triste espetáculo das nossas ruas, auxiliando, também, a verdadeira indignação, e pondo um freio à falsa mendicância que por aí se exhibe permanentemente.

Muito útil seria qualquer medida que se pusesse em execução neste sentido. Quando mais não fosse, para disfarçar, ao menos, o desagradável aspecto que a cidade oferece aos forasteiros.

25 de dezembro de 1926

Já nas vésperas do Natal, quando Jesus, no fundo do presépio, se prepara para iluminar o mundo, enchendo de esperança e de alegrias o inocente coração da infância, aqui, entre nós, em plena rua, um adolescente, uma verdadeira criança, com 16 anos incompletos, procura o caminho do suicídio, atirando-se às rodas de um bonde.

Foi esse o fato que registrou ontem a imprensa.

Retirada com vida das terríveis engrenagens do elétrico, a pequena vítima, interpelada, declarou ter cometido esse ato de desespero por se sentir aborrecida, por estar cansada de viver, sem mais ninguém do ninho afetivo da família para guiar e amparar seus passos no mundo.

Esse gesto é de revelação de uma superdelicadeza de sensibilidade. A poucos é dado, na existência, principalmente a uma criança, manifestar assim uma tão elevada cultura de sentimento. O ser humano que aos 16 anos de idade se declara cansado com o fardo da existência e procura a paz da morte pela porta do suicídio é porque possui de fato uma sensibilidade levada ao mais alto grau. Por este ou por aquele fato alimentado à chama do seu espírito, o mundo deixou de ter os encantos que dele era justo esperar nessa idade que ainda é um reflexo da infância, quando tudo apenas é o *fiat*, o início das realidades do amanhã.

Cansado de viver!... As crianças que assim pensam já nasceram velhas, nimbadadas pelo mais profundo sofrimento, com ciência própria das longas amarguras que só os anos e a velhice sabem pesar e sentir.

Para medir toda a extensão da dor humana, do muito que ela é capaz de destilar no nosso coração, aquela criança não precisou de se distanciar do tempo; sentiu-a, agora, ao entrar na vida, ao dar os primeiros passos no mundo, sem o apoio daqueles que lhe deram o ser, animando-se para os grandes e violentos embates da luta pela existência.

É para esses, porém, que não têm lar, que já não possuem o braço paterno para guiá-los no mundo; é para esses pequenos e humildes filhos do sofrimento, a quem tudo lhes falta na vida, até mesmo “a fraqueza de viver”, que Jesus, sorrindo, neste dia glorioso e imortal, distribui o bálsamo santo da coragem, o bálsamo do amor, da fé e da esperança, para que menos duro e sombrio se torne o dia de amanhã.

6 de janeiro de 1927

Não há uma só pessoa em Porto Alegre que ignore o “Caso Quaresma” ou, melhor ainda – “O caso de uma grande fortuna”. É um caso absolutamente local, que há mais de quatro anos está transformando numa fonte preciosa de comentários, num inesgotável manancial de petições e requerimentos à Justiça, pelas partes interessadas no bolo.

O começo dessa complicada história é simples. Apareceu em Porto Alegre, há anos, um Quaresma – Manuel Quaresma Júnior – que, vivendo humildemente, passando a pão e laranja e não comendo ovos para não pôr as cascas fora, conseguiu juntar uma grande fortuna, avaliada em muitos milhares de contos.

Quaresma, infelizmente, não gozou esses “arames” reunidos com tanto trabalho e miséria. No melhor da festa, quando o monte se estava avolumando extraordinariamente, o Quaresma espichou a canela.

Os quatro mil pacotes que ele deixara passaram, então, às mãos de seu único herdeiro, Antônio Alves do Vale Quaresma, que, por ser também “quaresma” como o primeiro, está agora jejuando...

A sorte, porém, do Antônio foi muito pior que a do Manuel. O segundo, apesar de viver miseravelmente, passando mil e uma privações, tinha o prazer de estar sempre junto com o seu rico tesouro.

O Antônio, infelizmente, parece que nem chegou a ver aquela fantástica “dinheirama” ajuntada pelo Manuel. Proclamado herdeiro legítimo do outro, foi imediatamente interditado e metido num hospital de doentes, onde ainda se encontra em tratamento de uma moléstia que, segundo dizem, não tem cura.

Como é natural, uma interdição é sempre muito trabalhosa. Dá o que fazer a muita gente, inclusive à própria Justiça. Mexe daqui, mexe dali, dinheiro para cá, dinheiro para lá, mais herdeiros que surgem, outros herdeiros que aparecem, despesas para isto, despesas para aquilo, às dezenas e às centenas de contos. Enfim, é um nunca acabar de despesas, enquanto a vítima continua interditada, sem nada aproveitar daquilo que parecia seu.

Se Quaresma fosse paupérrimo, nunca que seria interditado, ou, pelo menos, há muito já teria recebido alta, completamente curado do juízo e do resto.

Pobre Quaresma! Pela trabalheira que estás causando, e invalidado como estás, para gerires a herança que recebeste ainda vais ficar “pronto” e acabar pedindo esmola...

24 de março de 1927

As duas subscrições abertas recentemente por esta folha, e tão bem acolhidas pelo nosso público, patenteiam, de pronto, o quanto é generoso o coração do povo de Porto Alegre, que constantemente vem dando as provas mais expressivas da sua filantropia.

Ainda há poucos meses tivemos ocasião de ver como tão alta se manifestou a solidariedade da nossa população, em face da grande enchente que atingiu vários bairros da nossa capital, deixando grande número de famílias na miséria. A subscrição então aberta pela imprensa local elevou-se, dentro de poucos dias, a mais de uma centena de contos.

A mesma manifestação eloquente de generosidade vai sendo demonstrada agora com as duas subscrições iniciadas pelo *Diário de Notícias*. A primeira é em favor da viúva e oito filhos menores de um laborioso operário, morto miseravelmente, há dias, numa das ruas da capital, quando se dirigia para o seu lar de volta do penoso

trabalho diário. A segunda dessas subscrições é em benefício de nossos emigrados políticos, dignos e valorosos brasileiros, que hoje se encontram em terras estranhas, depois de vários anos de luta dentro do território nacional, batendo-se, como bravos, pelo ideal político que os impulsionou a se insurgir contra o sombrio governo passado, que tantos ódios cavou no seio da família brasileira.¹⁸

As duas iniciativas desta folha vão encontrando, como se conclui das listas já publicadas, a mais franca e decisiva solidariedade por parte do nosso povo que, em se tratando de socorrer os seus semelhantes, está sempre pronto a prestar o auxílio de sua bolsa generosa. Aliás, essa sempre tem sido a sua característica. Todas as obras de caridade, todas as iniciativas de filantropia aqui surgidas foram sempre acolhidas com o mais franco apoio. Aí estão construídas, unicamente às expensas populares, inúmeras instituições pias que são legítimos padrões de glória da nossa solidariedade social.

Povo que assim age e assim se manifesta em todos os apelos do coração não podia ficar surdo às subscrições ora abertas por este jornal, principalmente a que diz respeito às centenas de emigrados que, tudo deixando na pátria, estão a esta hora passando as mais duras necessidades, muito embora o acolhimento generoso que tiveram nos países limítrofes onde se internaram.

O aumento consecutivo de novos nomes nessas listas é a prova mais expressiva de que o povo desta leal e valorosa cidade não é indiferente ao apelo feito por esta folha em favor dos que de fato se encontram numa penosa situação material. Porto Alegre tem, assim, oportunidade de dar mais uma prova de seus belos sentimentos de filantropia.

¹⁸ O governo Artur Bernardes (1922-1926) decretou estado de sítio em 5 de julho de 1922, em resposta aos levantes tenentistas, prorrogando-o diversas vezes até o fim de seu governo, em 1926, com suspensão das liberdades civis e censura à imprensa. O poder federal manteve nesse contexto um amplo aparato repressivo, instituindo uma rotina de perseguições e prisões arbitrárias que conduziu muitos de seus opositores ao exílio. In: GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, p. 1760-1787, 2017.

20 de abril de 1927

Ao intenso período dos assassinatos sucede, agora, em Porto Alegre, a fase aguda e violenta dos suicídios.

Há várias semanas que a crônica trágica dos desesperados da vida vem aumentando assustadoramente. Quase que não se passa um dia que os suicídios ou tentativas não surjam no noticiário dos jornais. Dificilmente escapa um dia. Quanto mais não seja, há sempre uma ameaça, uma “fitazinha”¹⁹ a se divulgar.

De qualquer modo, é um pratinho saboroso ao comentário público, sempre ávido de novidades. Mas os “casos” verdadeiros são muitos, talvez mesmo em maior número do que os “casos” políticos de que é tão fértil a politicagem nacional. Eles podem ser resumidos em duas grandes categorias: os que se matam por dificuldades da vida e os que também se matam em consequência de amores mal correspondidos.

Não há escapar de uma ou de outra classificação.

Basta que o leitor acompanhe o noticiário da imprensa para logo verificar o acerto do que dissemos.

Dos dois casos, porém, o que mais nos comove é o dos que vão ao encontro da morte por dificuldades da vida. É sempre um final doloroso de existência. Depois de tanta tenacidade, de tanto trabalho e de tanto esforço, a vítima percebe que só na morte vai encontrar o sossego que não encontrou durante a sua vida atormentada.

Baldados todos os esforços, esgotadas todas as energias, numa luta titânica para vencer as necessidades materiais, o suicídio se lhe depara então como salvação única do martírio terreno.

É um triste vencido que tomba.

O outro caso de que a nossa capital se vai tornando fértil é o que se refere aos amores mal correspondidos. É bastante a menina

¹⁹ Fazer “fita”: na gíria, fingir.

ou o rapaz ser um pouco fraco do coração para, na primeira rusga, entrar em cena o cianureto e outros venenos de larga crônica nas desavenças amorosas.

A tendência dos que querem se suicidar de verdade é, todavia, para o cianureto. Este de preferência a qualquer outro. Verdade é que, em tudo isso, a mulher, aqui em Porto Alegre, pelo menos, é muito superior ao homem. Ela não vai assim no mais, no pacote – porque o suicídio tendo por consequência o amor é um verdadeiro “conto do pacote”. Ela resiste com mais galhardia às dores do coração.

Em tudo, porém, há fases mais ou menos intensas. Provavelmente, a fase aguda que estamos atravessando passará.

Provavelmente.

Para tanto basta contar com a resistência do coração e a serenidade do espírito.

19 de maio de 1927

À fina e delicada sensibilidade do brilhante cronista desta folha – A. C. – não passou despercebida, entre os aspectos de beleza e de elegância que a rua da Praia apresenta, em certas horas e em certos dias, “aquela andrajosa mulher, escanifrada, de canelas à mostra, cabelos de um louro embaciado, que anda a estender a cada transeunte a sua mão fria de esqueleto”.

E comenta:

“Ninguém lhe dá um olhar de piedade nem a pequena moeda da humilhação pública, que comumente se chama caridade, porque no seu perpétuo gesto, mumificado pelo hábito, ela pede a todos sem pedir – maneira de pedir impessoal e abstrata, e meio de nada receber.”

Esse quadro que tão vivamente impressionou o fino esteta é o mais banal aspecto da capital. Banal pela sua contínua reprodução, banal pela sua multiplicação intérrmina por todos os pontos da cidade onde haja uma rua, um logradouro público, um canto qualquer de livre trânsito.

Em contemplá-lo sempre o mesmo, monotonamente, dolorosamente, já anda cansada a vista e, talvez, o próprio coração generoso do transeunte já perdesse o ritmo da sua sensibilidade. Tudo cansa, e, mais do que tudo, a comovida solidariedade do próximo... Hoje só o que é raro de ver nos atrai, só o que é difícil de enxergar nos impressiona, só os episódios distanciados do vulgar nos comovem. Banalizados estes pela sua infinidade, pela proporção extraordinária do seu número, desaparece o interesse, e, em se tratando das mãos esqueléticas da miséria humana, perde o perfume esta rara flor da solidariedade e da assistência social...

Porto Alegre é, nesse ponto, uma cidade de esmoleiros, onde a miséria ambulante se distribui em massa, exatamente nos seus pontos de mais vida e de maior movimento onde essas dolorosas figuras, formando uma verdadeira onda de mutilados físicos, podem, portanto, encontrar campo mais propício às alheias manifestações da caridade. Entre dezenas e dezenas de indiferentes que passam sem um gesto de alma, sem um olhar de piedade, sempre há um que outro que estaca, que remexe no bolso e deixa cair na mão estendida a moeda parca.

Por isso, as nossas principais artérias, as nossas ruas mais movimentadas estão cheias desses quadros de infortúnio que mais dolorosos se tornam agora, no inverno, nestas manhãs frias ou nas noites cortantes em que o vento dos pampas sopra degelos e litanias. E, sobre todas elas, a rua da Praia oferece esse formidável contraste de duas atrações diferentes: a fina elegância opulenta e a fina miséria escanifrada! É aí, então, que esse aspecto de vida e morte se multiplica numa continuidade quase permanente, num gesto de súplica exaustiva e cansada que começa às primeiras horas da manhã e vai, incessante, pela noite adentro.

Os nossos forasteiros não terão de que se queixar: ao lado de todo um sedutor encanto feminino, a espalhar o aroma estonteante da beleza e as galas da opulência feliz – a afetiva miséria das bocas que imploram e das mãos que se estendem no vazio...

25 de junho de 1927

Nos primeiros frios intensos que já começamos a sentir de verdade, nestes últimos dias, começam a aparecer os quadros tristes da cidade, dolorosos aspectos de miséria humana surpreendidos a cada momento por todos os cantos da *urbs*. É sempre a mesma visão comovedora e angustiosa que aí surge com uma brutalidade de contraste verdadeiramente golpeante. Ao lado de quem aparece na riqueza e na abundância nababesca de agasalhos, surge logo um vulto escanifrado, a mostrar, na infinita miséria dos frangalhos que mal cobrem o corpo doente, todas as torturas causadas pelo frio. Este lhe vai acariciando a pele com trejeitos felinos, espalhando-se os beijos pelo corpo e cujos sinais ficam, depois, indelévels em largas manchas arroxeadas que a vítima não esconde, que não esconderão jamais os farrapos que velam a sua nudez.

Como é terrível, nessas criaturas abandonadas, a carícia mordente do frio!... É uma perseguição sem trégua que vai do primeiro ao último dia de inverno, lambendo-lhe todo o mísero corpo sem agasalho. E não se diga que é um que outro caso isolado, em meio do fastígio urbano da capital. Pelo contrário, há uma infinidade deles, cada qual mais doloroso e mais impressionante. Entretanto, o que mais nos empolga e nos comove são as crianças. Realmente, vê-se constantemente pelas ruas uma infinidade desses pequenos e míseros seres abandonados que por aí andam sob os encontrões da sorte ingrata, completamente desamparados, sem um teto para dormir, sem um ponto determinado que os resguarde da rude invernia desenvolta que agora se manifesta com as grandes quedas de temperatura, com os temidos ululantes do minuano... Em chegando a noite, esses pequenos fantasmas erram por toda a parte, sem rumo, e o leito que têm para dormir é a primeira soleira da porta que encontram de jeito!...

É triste deveras esse espetáculo. Triste e vergonhoso, pois ele vem mostrar a falta de amparo e de solidariedade social que devia existir entre nós com caráter permanente, expressa na existência e na eficiência de um albergue noturno que recolhesse todos os pobres e os humildes que aí andam sem um leito para dormir, nestas longas noites frígidas que baixam carregadas de cólera, exatamente, contra os que não possuem o menor meio de defesa.

Triste deveras, esse espetáculo!...

4 de agosto de 1927

Numa visita que há dias fizemos às obras do cais do porto, um fato de caráter meramente sentimental nos chamou a atenção e não nos contemos em o registrar aqui.

Sozinha, entregue à imensa desolação de si mesma, uma esguia e velha figura de estrangeiro expatriado ali estava, imobilizada, olhando fixamente para o estreito horizonte por onde as embarcações iam e vinham, mal quebrando o espelho da bacia tranquila do rio.

Como era estranho, no entanto, aquele homem rude, mal vestido, parado naquele local que as novas obras do porto pouco a pouco transformaram. Era naturalmente um imigrante, alto e louro como um germano de origem. Entretanto, toda a sua pessoa mostrava uma profunda tristeza, uma grande mágoa silenciosa a se patentear visivelmente nos vincos das faces sofredoras.

Que sentiria ele? Que dor recôndita o alcançava naquela atitude de suplício contemplativo das embarcações e das águas?

Saudade?...

Nostalgia?...

Qualquer coisa desses dois delicados e íntimos sentimentos invadiam por certo a sua alma rude de imigrante, tão longe da pátria, tão afastado dos seus, a carpir em terras estranhas as desditas da vida, todas as consequências trágicas da miséria impiedosa. Nem

outra poderia ser a impressão de quem o surpreendesse naquele isolamento, longe da alegria e da vida.

Contemplando as embarcações que chegavam e partiam, mais se distanciava a pátria, mais preso se sentia na terra estranha e virgem que ele teria ainda que desbravar e revolver na bárbara conquista iconoclasta do pão.

Pobre alma sofredora de imigrante! Por pior que seja, a pátria da gente é sempre a pátria, ele, coitado, pela impressão dolorida que nos transmitia, talvez nunca mais tornasse a ver a sua, no seu esplendor ou na sua decadência, na sua miséria ou na sua grandeza, sempre, porém, a terra amada, berço ou túmulo de todos os seus ideais!...

Cruciava-o agora a saudade; matava-o a nostalgia. Cada embarcação que no momento rasgava o leito do rio, bordando-o de espumas, mais o distancia da pátria e mais só o deixava na vida, no mundo novo que se abria aos seus olhos e que ele teria que conquistar com a rija musculatura dos seus braços no trabalho tenaz de todos os dias...

E assim o deixamos àquela hora do crepúsculo, àquela hora de poente sanguíneo a se refletir no espelho líquido do Guaíba.

14 de setembro de 1927

O Hospício São Pedro (hoje hospital)²⁰ gozava até pouco a fama de ser um verdadeiro estabelecimento de pavor. Para os misteres que ele foi criado tudo faltava. Havia ali, segundo dizem, sensíveis lacunas, falhas lamentáveis que muito deixavam a desejar o estabelecimento quanto aos fins colimados pelo mesmo: isolar e tratar diretamente dos enfermos que ali eram recolhidos.

O demente que nele era internado ficava mais louco do que quando para ali entrava. Em vez de melhorar, piorava.

²⁰ Hospício São Pedro: instituição fundada em 1874 e inaugurada em 1884. Em 1925, passou a ser denominada Hospital São Pedro e, a partir de 1961, Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Desconhecia então o estabelecimento os modernos processos para o tratamento das várias manifestações de loucura. Depois, a promiscuidade lá dentro, de combinação com a falta de asseio, agitava mais os reclusos, perturbando-os assustadoramente. Era de fato uma verdadeira casa do pavor, quando, à semelhança do Hospício Nacional de Alienados²¹, podia ser um estabelecimento de primeira ordem, sem oferecer o estranho e doloroso espetáculo que então diariamente oferecia a quem lá penetrasse em visita ou mesmo em objeto de serviço.

Quando tomávamos o bonde da linha P²², logo nos vinha a ideia do Hospício, e nos lembrando do Hospício nos vinha de pronto à lembrança coisas verdadeiramente fantásticas que se passavam lá dentro do sombrio e triste casarão.

Agora, porém, (é isso que desejamos acentuar) o Hospício São Pedro entrou numa nova fase que por certo muito recomenda o velho estabelecimento hospitalar, único que o estado possui para reclusão e tratamento dos perturbados mentais que por aí andam aos encontros.

O medo que tínhamos de lá entrar em outros tempos – medo principalmente de lá deixarmos o nosso pouco juízo – fez com que até agora não conhecêssemos pormenorizadamente a sua vida interna.

Entretanto, sabemos que o referido hospital passou e continua a passar por sensíveis transformações, de acordo com as imperiosas necessidades há muito reclamadas.

Ele já vai tomando outra cara, outro aspecto; já há método, já há ordem lá dentro. Os doentes são submetidos a constantes observações, a um tratamento mais enérgico e, portanto, de melhores resultados.

²¹ Hospício Nacional de Alienados: antigo Hospício São Pedro, inaugurado no Rio de Janeiro em 1852. Foi renomeado após a instauração do regime republicano. Sua antiga sede, construída entre 1842 e 1852, abriga atualmente o *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²² Linha P: linha de bonde Partenon.

O velho Hospício perdeu o seu significado de casa de reclusão, para ser uma verdadeira casa de saúde. Dia a dia ele se vai aparelhando de todos os meios necessários para atender aos fins para que o mesmo foi criado.

Diante dessa transformação, é natural que o antigo estabelecimento do Partenon comece a inspirar verdadeira confiança ao público, perdendo assim o mau nome que então tinha, isto é, de casa onde o simples perturbado acabava quase sempre num doido furioso.

28 de setembro de 1927

Os jornais noticiaram ontem o valioso donativo feito por um conhecido capitalista desta praça a um de nossos estabelecimentos de caridade.

O fato podia constituir uma grande novidade se não estivéssemos habituados a saber dos inúmeros gestos de larga filantropia aqui praticados por esse mesmo patricio, sem outro intuito que não seja o de obedecer aos impulsos generosos do seu coração. De fato, não há instituição pia em Porto Alegre, não há estabelecimento de assistência social, entre nós, que não tenha recebido das mãos bondosamente cristãs da pessoa a que aludimos os mais valiosos donativos materiais. Os nossos asilos e orfanatos, as nossas igrejas e os demais estabelecimentos de caridade, que vivem do auxílio direto da população, muito devem à constante e desinteressada assistência desse verdadeiro amigo da caridade.

Na época de frio utilitarismo que atravessamos, de verdadeiro, de profundo egoísmo material, em que os homens parecem perder, pouco a pouco, o sentimento e o instinto da solidariedade, fatos como esses não são muito comuns. Quantos abastados conhecemos, quantas pessoas de grande fortuna aqui existem, que são incapazes de dar uma esmola ao pobre que lhes bate à porta, quanto mais em auxiliar com donativos qualquer das nossas casas de caridade. A

cidade está cheia desses andrajosos morais, tolhidos pela avareza de praticar uma ação generosa em benefício da própria espécie. Eis a razão por que, quando sabemos de um gesto de tão expressiva solidariedade como o que ontem foi noticiado pela imprensa local, logo nos apressamos em louvar o grande coração que o praticou. Não é propriamente pela importância da dádiva; é pela assiduidade com que essa bolsa se manifesta em casos idênticos, tudo fazendo, sem espalhafato nem alarde.

Bem sabemos da sua grande modéstia e do mal que fariamos aos seus verdadeiros sentimentos filantrópicos se aqui estendêssemos o seu nome. Registrando o fato, queremos apenas mostrar aos leitores que, mesmo entre as classes abastadas, ainda há quem se lembre com tão grande assiduidade de dar o seu franco auxílio às instituições humanitárias de Porto Alegre.

Como os gestos dessa natureza não são nada comuns entre outras pessoas que bem podiam praticá-los, aqui o assinalamos em homenagem ao sentimento e à piedade cristã de quem ainda cuida em fazer o bem ao seu semelhante.

16 de outubro de 1927

Para Porto Alegre, o dia de ontem teve uma significação especial. Foi o Dia da Flor. É quando se destina um dia para o culto da flor, esse dia, impregnado de aromas, em que todos os perfumes da terra se misturam.

A cidade teve no sábado de ontem essa suprema graça. Além das rosas, das violetas, das margaridas singelas, uma outra flor – a “flor da carne”²³ que falava um saudoso poeta passadista – encheu de encanto e perfume as ruas da cidade.

²³ Possível referência ao segundo verso do soneto “Marcha dos Beijos”, de B. Lopes, publicado no livro *Plumário*, de 1905: “Na boca em flor da carne pubescente”.

Por toda a parte, por todos os pontos movimentados da *urbs*, bandos gárrulos de lindas e agressivas criaturas gentis mercadejavam flores em benefício da obra benemérita do Pão dos Pobres.

– Quer uma flor? Uma margarida, uma rosa, um cravo?

E a gente diante daquela outra encantadora flor ficava sem saber qual escolher...

Deixemos, porém, de lado a incerteza dominadora que nos invade a hora da escolha e falemos do quanto a flor viveu ontem na gratidão da cidade. Ela serviu de motivo para as generosas expansões do coração do nosso povo.

A flor, que a maior das vezes convive com as frivolidades mundanas, ontem teve um outro culto – o culto da solidariedade social, tanto mais belo e elevado em se sabendo promovido pela fina flor do encanto feminino de Porto Alegre.

Ouçamos, porém, os madrigais da rua:

E ela sorrindo perguntou:

– Quanto vale esta rosa que possuo?

– Uma fortuna!...

– Só?...

– Acha pouco?

– ?

– Porque uma fortuna pode ser todo o tesouro do mundo e nada valer, assim como pode ser a mais parca das quantias e valer tudo, se quem a der oferece, com ela, o próprio coração.

– Pois então... Que mais quer?...

* * *

E outra gentil e amável veio.

– Terá valor essa margarida humilde?

– Se tem valor...

– Então... Quanto vale?

– Mais do que uma fortuna. Nem todos os tesouros reunidos da terra seriam capazes de pagar a suprema delícia dessa flor pequenina e gentil presa entre a delicadeza desses dedos admiráveis e longos.

E ela sorrindo partiu, levando aquela misteriosa margarida, de preço inatingível...

* * *

Alguém, à parte, conjecturou:

– Se uma simples florzinha nas mãos dessa criatura custa tão caro, o que não valerá ela própria que é a mais bela e a mais perfeita das flores – flor maravilhosa de carne?...

27 de novembro de 1927

Noticiou esta folha, em sua edição de ontem, que os empregados do comércio varejista de Porto Alegre estão cogitando de obter dos patrões o fechamento de suas casas às 19 horas.

Muitos proprietários de estabelecimentos de vendas a varejo que já tiveram conhecimento dessa iniciativa, logo se mostraram inclinados a satisfazer a pretensão dos seus empregados, dependendo, apenas, de ser oficializado esse horário.

Cremos mesmo que, com mais um pequeno esforço dos interessados, terão eles conseguido plenamente o fim almejado.

Nada mais justo do que essa pretensão dos empregados do comércio varejista. Trabalhando desde as primeiras horas da manhã até à noite, apenas com um pequeno intervalo para o almoço, esses dignos auxiliares dos nossos inúmeros e variados estabelecimentos comerciais não têm quem lhes leve vantagem no maior espaço de tempo a que estão sujeitos ao trabalho. São doze ou mais horas por dia, de plena atividade, de pé, atrás do balcão, sem o menor descanso a não ser à noite, depois de fechada a casa, sendo que muitos

ainda ficam encerrados horas e horas lá dentro, arrumando o que foi desarranjado durante o dia.

É um labor incessante, que precisa o quanto antes ser regulamentado, em benefício mesmo da própria saúde desses esforçados colaboradores da prosperidade dos patrões. Não é justo que se continue a tirar o máximo proveito do seu esforço e da sua atividade sem uma necessária regulamentação do número de horas de trabalho, em que os mesmos estão entregues exclusivamente a um labor exaustivo.

Casas há que nem aos domingos dão o necessário descanso aos empregados. É, como se vê, uma iniquidade que precisa desaparecer o quanto antes do nosso comércio miúdo, em face mesmo das modernas conquistas do trabalho universal. Temos, entretanto, certeza que a maioria do nosso comércio varejista, reconhecendo a necessidade de dar maior folga aos seus auxiliares, não hesitará em atender o que agora se lhes pede: o fechamento de suas portas às 19 horas.

Com isso se pratica um ato de verdadeira justiça em favor da numerosa classe dos empregados das casas de varejo desta capital, classe que é uma das que mais trabalham e lutam, sem que, na maioria dos casos, os seus salários correspondam à sua dedicação e esforço.

29 de novembro de 1927

O belo e expressivo artigo da lavra de um conhecido advogado do nosso foro, publicado na edição de domingo último desta folha²⁴ e no qual se ventilam as dolorosas consequências da promiscuidade

²⁴ Alusão ao seguinte artigo: COSTA, Adroaldo Mesquita da. Casa de corrupção. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano III, n. 232, p. 3, 27 nov. 1927.

dos presos da Casa de Correção²⁵ desta capital – “Casa de Corrupção”, chamada pelo ilustre articulista – ofereceu margem para muitos comentários, em palestra, sobre a situação dos menores reclusos que ali se encontram.

Essa promiscuidade de adultos e menores, em completo desacordo com todas as penitenciárias modernas – e temos no Brasil o exemplo de São Paulo e Paraná, com seus estabelecimentos verdadeiramente modelares –, tem sido causa de uma série de males em que avulta a terrível e hedionda perversão do sexo, como se está verificando em grande escala no único estabelecimento de reclusão que aqui possuímos.

Os menores que por ali são atirados, a fim de cumprirem penas pelas faltas cometidas, são vítimas inevitáveis da bestialidade a que ficam sujeitos pela vida em comum que levam com reclusos adultos.

É um problema esse que reclama solução imediata, em benefício não só dos menores delinquentes como da própria sociedade.

Segundo nos foi informado, há atualmente na Correção desta capital 7 mulheres, 20 menores e 469 adultos. Destes, cerca de 100 se acham presos preventivamente, sendo que os restantes já estão condenados em instância definitiva.

Ora, diante disso, perguntamos: por que não se constroem fora do centro da cidade dois pequenos pavilhões destinados um, ao recolhimento de mulheres e outro, ao recolhimento de menores? Dizemos “pequenos pavilhões”, porque o número de umas e de outros dificilmente ultrapassa ao acima indicado.

Porque, ainda, como a de São Paulo, não se constrói aqui uma penitenciária modelo no Cristal ou em Vila Nova, onde há facilidade de comunicações? Aí seriam recolhidos apenas os definitivamente condenados, os quais poderiam trabalhar em horticultura ou mes-

²⁵ Casa de Correção: presídio inaugurado na ponta da península central de Porto Alegre em 1855, e fechado em 1961. Foi inteiramente demolido em 1967.

mo em outros misteres, de acordo com a inclinação ou profissão de cada um, podendo-se até formar em qualquer um dos dois locais apontados uma verdadeira penitenciária agrícola. Os funcionários do estabelecimento, a exemplo do que se verifica em São Paulo, morariam em um edifício construído dentro da própria área da prisão.

Quanto ao velho e defeituoso edifício da atual Casa de Correção, ficaria sendo tão somente Casa de Detenção, alojando apenas os presos preventivos, que jamais ultrapassaram o número de 100. E, como o referido edifício possui 100 celas, cada preso habitaria uma, evitando-se, assim, a promiscuidade de cujas terríveis consequências o público já tem conhecimento.

No pátio da frente da Casa de Correção, há um belo edifício, construído pelos próprios reclusos, no qual se acham instalados, na parte térrea, o almoxarifado e um depósito de móveis fabricados naquele estabelecimento e, na parte superior, o Conselho Penitenciário, o arquivo da casa, depósito de roupas, secretaria e gabinete do seu atual e esforçado administrador. A Chefatura de Polícia, que se acha instalada em um dos porões do palácio do governo, passaria a ocupar os dois pavimentos desse edifício, reservando ao Conselho Penitenciário a sala em que o mesmo atualmente funciona.

Parece-nos que assim o caso ficaria otimamente resolvido.

Temos, entretanto, certeza de que o futuro governo não esquecerá esse palpitante problema, que viveu até agora, entre nós, abandonado.

30 de novembro de 1927

Estão de novo em foco os contínuos e repetidos casos de suicídio. Três no princípio do mês, quatro na última semana, e três agora, mal começou esta. Ao princípio pensamos tratar-se de um fenômeno idêntico ao dos incêndios, que só no fim do ano se manifesta com todo o apavorante espetáculo de suas chamas destruidoras. Porque os incêndios têm de fato uma simpatia absoluta pelo fim do ano... É

chegar os meses de novembro e dezembro, e as casas que até então pareciam resistir à prova de fogo são, num momento, altas horas da noite, devoradas pelas chamas.

É um fenômeno deveras curioso; os leitores não acham?

Pois exatamente o que acontece com muitas casas que se incendiam, pensávamos nós, acontece com os que se suicidam em fim de ano: desastres da vida, negócios malsucedidos.

Mas assim não se verificou ainda, pelo menos em relação aos últimos casos de suicídio constatados nesta capital.

Tomemos por base, por exemplo, os três suicídios de anteontem, registrados por esta folha. Trata-se, do primeiro, de um homem de 70 anos que, cansado de viver e atormentado pelos padecimentos físicos que o minavam, resolveu emigrar para o desconhecido, e, segundo aquela dolorosa personagem de Shakespeare, “fazer a eterna viagem para o lugar de onde nunca mais se volta”²⁶.

O segundo caso foi não de um valetudinário, mas de um jovem de trinta e poucos anos, estando ele, portanto, “*nel mezzo del cammin di nostra vita*”²⁷, em plena mocidade vitoriosa. Não fora malsucedido em negócios; não havia, portanto, razão para se suicidar, para buscar na morte a salvação do seu nome ameaçado.

Finalmente, o terceiro caso de suicídio anteontem verificado foi de uma moça jovem, de uma senhorinha que recém despontava dezoito anos em flor, quando a vida (os sequazes do “modernismo futurista” que nos perdoem) era um doce sorriso amoroso, um sonho, uma ilusão, uma promessa de constante felicidade almejada, que ela iria realizar em breve ao lado do eleito do seu coração. Nada disso, entretanto, prevaleceu para a sua mocidade cheia de viço, que

²⁶ Referência ao solilóquio de *Hamlet* (1599-1602), peça teatral de William Shakespeare (1564-1616), ato 3, cena 1.

²⁷ “*Nel mezzo del cammin di nostra vita*”: “A meio caminhar de nossa vida”. Verso inicial do *Inferno* (1304-1308), na *Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321). In: ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Inferno*. Tradução Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 25.

lá se foi também para essa “eterna viagem” de que nos fala o gênio soberbo de Stratford²⁸.

De maneira que suicídio de fim de ano não é um sucedâneo dos incêndios. O desespero não é comercial; é, na maioria dos casos, consequência de uma sugestão ou simplesmente um tormento de espírito levado à última escala do sentimento humano, até ao desfecho decisivo.

O curioso em todos esses desenlaces trágicos dos desesperados da vida é que a maioria deles procura no cianureto de potássio o remédio da salvação. Não será isso uma vingança das formigas que dele são as suas mais numerosas vítimas?...

Quem sabe.

10 de dezembro de 1927

O mês de dezembro, consagrado ao Natal de Cristo, é por isso mesmo o mês das crianças.

Em chegando esta época, o inquieto e buliçoso mundo infantil se possui de incontidas alegrias como só mesmo a petizada as sabe sentir verdadeiramente. É que desde já paira esvoaçante, no ar, a promessa de lindos brinquedos tentadores que lhes serão distribuídos pelo Papai Noel, na noite grandiosa e luminosa do Natal.

Desde já as vitrines começam a se atapetar de brinquedos cada qual mais interessante e original. A cobiça das crianças que então estacionam à frente desses mostruários não cede jamais às imposições de um restringido limite. É dominadora, ampla, absoluta. Para elas, diante das formais promessas maternas, todo aquele vistoso e complicado mundo de coisas lhes pertencerá, mal chegue a grande noite em que Jesus pequenino, no presépio, sorrirá

²⁸ Referência ao poeta e dramaturgo William Shakespeare (1564-1616), nascido em Stratford-upon-Avon, Inglaterra.

para todas as crianças. E, nessa esperança e nessa ilusão que já há muito fugiu de nossa alma esterilizada e endurecida aos rudes embates da vida, está certamente a verdadeira e única felicidade da infância inocente.

Aproveitando o que de encantos e de alegrias traduz este mês para a alma das crianças, a fábrica de brinquedos da “A Moda Infantil”²⁹, desta capital, querendo não só mostrar os méritos do seu estabelecimento, que faz honra à indústria rio-grandense, como proporcionar também um momento de indizível prazer à trêfega petizada, organizou para domingo próximo, no parque da Redenção, uma festa verdadeiramente original, a primeira no gênero que aqui se realiza.

Conforme já foi noticiado pela imprensa, tal festa constará de um desfile de veículos de toda espécie, em miniatura, construídos na fábrica ora fundada pela “Moda Infantil”.

Será certamente um lindo espetáculo para as crianças que assistirem ou tomarem parte nessa verdadeira solenidade do brinquedo, servindo ao mesmo tempo a fábrica de um “reclame” comercial de primeira ordem. Não haverá petiz que não fique com ela na imaginação, sonhando com aquele desfile de minúsculas viaturas, com aquele cortejo de carruagens de todos os feitios.

Estamos a imaginar o entusiasmo, o alvissareiro contentamento que desde já começa a dominar os participantes dessa festa e, ao mesmo tempo, a carinha entristecida de quanta criança humilde, que, amargando desde o berço as duras misérias da vida, limita-se ver apenas a alegria e a felicidade das outras...

O mundo é assim.

²⁹ “A Moda Infantil”: loja especializada em artigos para crianças localizada na rua dos Andradas.

13 de dezembro de 1927

Pessoa que houve por bem envolver de aplausos e simpatias imerecidas *A Cidade*, que há dias escrevemos sobre o nosso alegre e buliçoso mundo infantil, ao aproximar-se agora o grande dia do Natal – que é o verdadeiro dia da criança – lembra-nos de não esquecermos também o Natal dos pequeninos pobres, o Natal de milhares e milhares de criancinhas humildes que não têm nesse luminoso dia de Jesus o prazer de receber um brinquedo por mais modesto e insignificante que seja.

Louvando o coração e a bondade do signatário da missiva que nos foi enviada, temos a acrescentar que o Natal dos Pobres de Porto Alegre se vem celebrando regularmente, há muitos anos, por iniciativa de Mário Totta³⁰, o amigo e benfeitor extremado das crianças. Essa festa é hoje uma verdadeira tradição da cidade e não seria agora que uma solução de continuidade interrompesse a nobreza dos seus fins.

Independente da iniciativa daquele médico ilustre, várias associações e corporações locais, entre elas a União Noelista³¹, estão se preparando para a distribuição de presentes às crianças pobres, levando ao maior número possível de lares humildes a graça dadivosa de um brinquedo ao pequeno ser para quem a ventura nunca sorriu. Para os corações bem formados, não haverá certamente ventura maior do que esta: de fazer penetrar um furtivo raio de luz onde vêm dominando a desolação e a penumbra.

³⁰ Mário Totta (1874-1947): médico e escritor porto-alegrense.

³¹ União Noelista: movimento de jovens e mulheres católicas originado na França em 1885, com um programa de fortalecimento do cristianismo através da educação e da caridade. Com sua difusão internacional, foram criados núcleos noelistas em várias cidades brasileiras. Em Porto Alegre, a União Noelista foi fundada em 1927. *In*: O NATAL. Às comemorações de hontem. **A Federação**, Porto Alegre, ano XLIV, n. 297, p. 3, 24 dez. 1927.

Pelos preparativos que se vêm fazendo para essas expressivas festividades com que o nosso culto cristão costuma encerrar o ano, parece que o Natal das crianças pobres terá desta vez, entre nós, uma generosa e larga amplitude.

Mais do que uma festa de caridade, será o próximo Natal uma verdadeira festa de criança – da criança pobre, que é realmente quem precisa de quando em quando de um sorriso amável que ilumine a sombra de sua existência. Para ela, todas as atenções e cuidados são merecidamente justos e são ao mesmo tempo como uma compensação aos maus tratos da sorte e da desdita.

Já que falamos da criança e das festas em sua honra, registaremos aqui a que se celebrou domingo último, à tarde, no parque da Várzea, promovida pela Moda Infantil. Essa festa, por culpa involuntária, estamos certos, de seus organizadores, constituiu um duro sacrifício à petizada que ficou horas e horas exposta ao mormaço e à soalheira bravia, num trecho completamente desabrigado de onde até os bancos foram, há dias, retirados. Além do sol e do calor intenso, a terrível poeira do local, que nem mesmo irrigado foi, transformou esse festejo num suplício terrível.

E, para completar a impressão desagradável que ela em todos deixou, o trecho mais belo daquele parque, que vem sendo cuidado com tanto carinho pela municipalidade, foi grandemente danificado. Árvores destruídas, flores arrancadas, canteiros arrasados, sujeira e imundície por tudo... Até parecia a invasão dos bárbaros!

Os culpados, porém, não foram as crianças, nem os organizadores da festa, mas simplesmente pessoas adultas, estranhas à solenidade, que ainda não têm a educação necessária para saberem se conduzir em lugares públicos como aquele.

31 de maio de 1928

Não há, dentro e fora da capital, quem não tenha acompanhado com menor ou maior interesse o caso Quaresma, desse desventurado Antônio Alves do Vale Quaresma, que, após sofrer uma longa interdição de cinco anos, em virtude de lhe ter caído nas mãos a grande herança deixada pelo seu usurário irmão Manuel Quaresma, vai agora entregar o restante dessa fortuna em virtude de ganho de causa obtido por uma outra representante mais feliz da família Quaresma. Pois, os que tal questão ruidosa têm acompanhado terão dela agora o último prato: vai ser, enfim, encerrado de um modo pouco agradável para uma das partes esse debatido caso sensacional, que animou de comentários e opiniões a muitas vezes pitoresca vida agitada do nosso foro.

Perdendo o restante da herança recebida do irmão Manuel, o interdito Antônio perde, também, todo o interesse que no geral sempre nos desperta um sujeito de dinheiro, por mais miserável que o mesmo possa ser. Assim é que, em virtude da decisão da justiça, Quaresma vai ser despojado daquilo que recebeu como herança e que só incômodo lhe deu, que só penas e trabalhos lhe agravaram a existência, a ponto de atingir a sua própria liberdade individual. Daqui por diante, ninguém mais se lembrará de que Antônio Quaresma existe. A sua popularidade e a sua fama foram de efêmera duração, como, aliás, sempre acontece quando uma e outra são impulsionadas pelo dinheiro. Quaresma em casa sempre será, portanto, um Quaresma de algibeira vazia, figura absolutamente desinteressante até mesmo para a própria curiosidade do público.

Entretanto, convém aqui acentuar que, se Quaresma (o Antônio) fosse mais inteligente e esperto, não teria sofrido o que sofreu em cinco anos de interdição. Bastava para tanto ter aberto mão das massas que o Manuel deixara. Mas tal não se deu. Antônio ficou, de um dia para outro, de posse de uma grande fortuna. Ora, isso não

é direito nem justo, tanto mais havendo no mundo tanta gente de olho grande. Resultado: Antônio foi imediatamente considerado interdito, até que alguém mais capaz, e se julgando com mais direito, chamasse a si o peso formidável das massas.

Foi o que aconteceu: Antônio Alves do Vale Quaresma vai entregar a outro o resto da apetejada herança. Com isso, entretanto, ele deixa de ser interdito e conquista de novo a liberdade perdida.

Sempre foi um negócio...

24 de julho de 1928

Em sua edição de domingo último, esta folha publicou uma bem-feita reportagem sobre vários aspectos dolorosos da cidade, figurando entre esses os dos menores sem-teto que por aí vivem a dormir ao relento, nestas tremendas noites de frio, ilustrando tais aspectos com vários flagrantes fotográficos.

Se fosse no verão, esses quadros que Porto Alegre apresenta permanentemente aos nossos olhos passariam por certo despercebidos. É que a dor é menos pungente na época do calor. Mas no inverno tais episódios urbanos, além de serem em maior número, destacam-se com mais forte colorido, avivando ainda mais todas as chagas do sofrimento humano.

À noite, depois de uma certa hora é que se pode bem avaliar as inúmeras cenas de indignação que a nossa capital apresenta. Não há como fugirmos da contemplação obrigada desses aspectos tristes da vida. Pela soleira das portas ou sob as paredes e os andaimes dos prédios em construção, os menores abandonados, que não possuem uma mísera morada fixa para os abrigar do rigor da intempérie, fazem aí o seu leito durante todo o período da estação invernososa. Quantas e quantas vezes temos visto grupos amontoados de três e quatro desses pequenos sem-teto, dormindo nesses pontos desabrigados

da cidade? A falta de quaisquer cobertas capazes de resguardar o corpo, pelo menos aparentemente, destaca ainda mais essas figuras de miséria que parecem esculpidas ou modeladas em pedra no fundo negro da noite.

Alguém já disse que tais aspectos são inevitáveis nos grandes centros urbanos, nas capitais que se fazem grandes como a nossa.

Não nos parece rigorosamente exata a observação. Nas capitais de população elevada, o poder público não esquece a assistência social devida aos menores desamparados e aos adultos que não possuem um teto para passar a noite. A criação de abrigos, ou de albergues noturnos, evita naturalmente essas cenas dolorosas que, com tanta frequência, aqui se registram.

Entre nós, apesar de muito já se ter falado sobre o assunto, ainda nada foi feito nesse sentido. E, por isso mesmo, quanto mais aumenta a população da capital, aumentam também os seus aspectos de miséria, mormente nesta época de frio intenso.

Entretanto, já era tempo de cuidarmos seriamente do problema, tornando mais efetiva a nossa assistência social aos desamparados.

Sobretudo, o poder público não pode permanecer indiferente diante desses quadros dolorosos, diante dessas cenas repetidas da miséria humana que Porto Alegre a cada ano nos mostra.

16 de setembro de 1928

Está se esboçando em Porto Alegre um longo e doloroso quadro de miséria.

Desde que o tufão sacudiu a cidade, ameaçando-a de arrasamento, é que as enchentes, para completar a obra devastadora daquele, se vêm registrando como uma calamidade sem precedente na vida sofredora da capital.

Em 1926, a mesma expansão das águas inundou uma grande parte da cidade, deixando, por sua vez, em situação aflitiva, uma

grande parte dos habitantes das zonas flageladas, constituídas na sua maioria de gente pobre, em luta constante contra todas as dificuldades da existência material. Mas aquela enchente foi rápida. Dentro de poucos dias tudo se normalizou. E o vazio e a miséria que ficaram como triste lembrança nas humildes habitações, atingidas pelas águas da cheia, foram em parte minorados pelo largo gesto de filantropia e de generosidade do comércio e da população abastada que, atendendo ao apelo da imprensa local, correu imediatamente em auxílio das vítimas.

E agora?

Em maiores proporções se vem mostrando a mesma calamidade. Desde o dia 3, para citarmos unicamente as ocorrências deste mês que deveria ser de sorrisos de primavera, que o mesmo flagelo assola as zonas do Riacho, Gravataí, São João e Navegantes, sem solução de continuidade. Antes, cada dia que passa, mais se agrava essa situação calamitosa, mais insistentes são as chuvas, mais crescem as águas dos rios que formam a bacia do Guaíba.

Daí o espriamento, a inundação, o tremendo flagelo das zonas baixas da cidade, sem meios de defesa para conter ou evitar a invasão das águas. Então, da madrugada de 14 para cá, com a chuva que caiu durante todo o dia e toda a noite, a enchente que já era grande tomou proporções inenarráveis. Cenas dolorosas e comovedoras se verificaram e continuam a se verificar entre a pobre gente perseguida por essa calamidade pública, gente que nem tempo teve de voltar às suas casas, pois, quando a cheia da semana passada parecia diminuir de intensidade, eis que nova invasão das águas, hoje, então, como nunca, cresce em proporções fantásticas, como a reprodução bíblica do apavorante quadro diluviano.

Diante disso cabe aos governos do estado e do município, independente de qualquer colaboração generosa do povo, amparar, auxiliar com maior interesse as centenas e milhares de vítimas da inundação pavorosa. A tal ponto chegou essa calamidade que já

não é mais possível ao poder público encará-la com indiferença. A enorme população atingida pelo mal sem remédio precisa de imediatos socorros, e eles certamente não falharão. Será mais uma prova eloquente dos nobres e elevados sentimentos do governo e do povo.

19 de setembro de 1928

Há dias que a rua São João e adjacências estão completamente abandonadas de qualquer cuidado por parte dos poderes públicos e proteção às vítimas da enchente.

Chegam-nos dali queixas e súplicas as mais dolorosas. Vimos, confirmada com os nossos próprios olhos, a situação desesperada em que realmente se encontra aquela zona. Entre onze horas e meio-dia de ontem, estivemos no local onde se nos depararam quadros verdadeiramente dolorosos. Doentes que passaram a noite em cima de caixões e de tábuas molhadas; doentes ainda sem alimento e sem remédios, vendo seus padecimentos agravados de hora a hora; crianças chorando de fome; pobres mulheres sem recurso, entregues à mais completa miséria, sem terem meios de preparar ou de adquirir a sua pobre alimentação. Afora o pequeno auxílio prestado por alguns dedicados moradores à vizinhança, tratando do salvamento das famílias mais em perigo, nenhum socorro de outra ordem tem surgido em favor da maioria de suas vítimas. É profundamente doloroso o quadro que toda aquela vasta zona flagelada apresenta. E o choro das crianças famintas, os gritos de desespero das mães sem recurso e a prostração exaustiva dos que lutam há quase duas semanas com a invasão calamitosa das águas dão tonalidades mais carregadas e impressionantes àquele quadro imenso de sofrimento humano.

Ao passarmos na rua transversal à São José, num casebre próximo à linha férrea, que vai da estação do Gravataí, uma pobre velhinha,

de sessenta anos presumíveis, respondendo a uma pergunta nossa, nos falou de cima das tábuas fronteiras a uma janela:

– Há dois dias que nem um naquinho de pão entra na minha boca! A minha companheira mais moça saiu ontem de manhã para arranjar alguma coisa, mas não voltou. Se o senhor quisesse me fazer a graça nem que seja de um pão!... Deus lhe ajudará.

Saímos imediatamente em busca de qualquer coisa para a pobre velhinha flagelada. No caminho um pensamento único, uma ideia fixa nos dominava: – como aquela, quantas outras não estarão em situação semelhante, em estado de penúria idêntico? Os bairros pobres completamente dominados pela enchente são enormes e os socorros prestados pelo município e pelo governo estadual não estão à altura da situação angustiosa por que passam todos os pontos da capital.

Os socorros às vítimas precisam ser quintuplicados com a urgência que o caso requer. Não há tempo a perder.

2 de outubro de 1928

Certo, foi com olhar de verdadeiro espanto que esse sentenciado contemplou na manhã de domingo a cidade, ao adquirir a sua liberdade depois de trinta anos de vida reclusa na Casa de Correção desta capital.

A sua surpresa e o seu deslumbramento não foram tanto pelo que forçosamente de logo notara em relação ao desenvolvimento, ao progresso, à transformação por que passou Porto Alegre nesse longo período. A impressão maior foi naturalmente a de sentir-se livre e de livre locomover-se, de poder contemplar a luz do dia depois de viver trinta anos entre as quatro paredes do cárcere. Nesse espaço de tempo, a vida cá fora foi pouco a pouco perdendo, para ele, a multiplicidade dos seus aspectos, desaparecendo nos seus tumultos, nos seus choques e embates,

para se adaptar exclusivamente ao feitio do presídio, imperturbável e monótona, num longo sem-fim desolador, tal qual aquela que o gênio de Dostoievski nos descreve na “casa dos mortos”³². Durante todo o tempo da sua prisão, cumprida a pena máxima que lhe impôs a justiça dos homens (e talvez injustamente, o que ainda é mais doloroso), aquele sentenciado não conheceu outra vida, outro sol, e outra nesga de céu, senão os que usufruía lá dentro da penitenciária. Tudo acanhado e triste, tudo avaramente delimitado pelo rigorismo das nossas leis penais!...

E depois de viver uma existência inteira assim, entre os altos muros e as sentinelas vigilantes da Casa de Correção, sem nunca ter podido contemplar outro quadro que não fosse aquele, sem levar outra vida que aquela, da manhã à noite, longamente a mesma, o sentenciado, que para ali entrara aos vinte e três anos, daí sai, agora, com mais de meio século, já quase esquecido, certamente, de que uma outra existência maior e mais intensa palpita cá fora.

A sua impressão sobre Porto Alegre?... Simplesmente maravilhosa. Nem outra poderá ser para o homem que esteve durante trinta anos segregado da vida e que deixa pela primeira vez o cubículo do presídio para passear e contemplar livremente a cidade.

Temos assim nesse condenado, que cumpriu dia e noite a longa penalidade que lhe foi aplicada, uma nova existência que desperta para o mundo e a vida.

Reintegrado agora no lugar que lhe compete na comunhão social, ele terá a irreparável perda de toda a sua mocidade que ficou para sempre encerrada e morta dentro da Casa de Correção...

³² *Recordações da casa dos mortos* (1861): romance de Fiódor Dostoiévski (1821-1881) que tem como tema a vida dos condenados nas prisões da Sibéria.

21 de outubro de 1928

Muitas coisas desagradáveis e más se poderão dizer de um sábado de chuva, principalmente aqui, em Porto Alegre, onde ele tem um especial destaque, uma nota de viva e inconfundível animação. Entretanto, o de ontem, apesar de algumas horas de aguaceiro, nada perdeu em brilho, em movimento, em vida. Dia consagrado à flor, o seu perfume encheu de graça e encanto a cidade. Não houve lapela, desde a mais modesta à mais empertigada, desde o simples funcionário ao ridículo e suspeito “almofadinha”, em que a flor não se apresentasse, menos como ornamento do que como contribuição a uma das mais beneméritas instituições de caridade de Porto Alegre, como é indiscutivelmente a obra do Pão dos Pobres, mesmo com os seus constantes pedidos à bolsa do povo. O público atende sempre de boa vontade e com prazer a esses apelos, tanto mais quando eles são feitos por intermédio de uma flor e, ainda mais –, por intermédio da mulher, que é uma flor também e a mais predileta, a mais preferida e tentadora de quantas flores se entreabrem pelos canteiros dos nossos jardins.

Bastou esse motivo para o sábado, apesar de enfarruscado e com bâtegas de água de quando em quando, conservar-se da manhã à tarde, com intensa animação. A todas as nossas principais ruas emprestaram a sua graça e a sua formosura bandos de senhoritas e senhoras, sobraçando cestinhos de flores que eram vendidas, como acima dissemos, em benefício das obras do Orfanotrófio do Pão dos Pobres. A coleta devia ter sido grande, pois ninguém jamais fugiu ao “assalto” que, em tais circunstâncias, e feito por quem foi, em lugar de ser evitado, é sempre desejado. E mesmo com o salvo-conduto e um distintivo posto à capela do “assaltado” pelas mãos delicadas das “assaltantes”, mesmo assim ninguém escapou de receber por várias vezes o ataque.

– E com grande prazer, gentilíssima...

– E sempre às ordens, minha senhora.

E nesse frasear de amabilidades – o único diapasão, aliás, admitido em se tratando da mulher – todos, à tardinha, foram caindo uma, duas e mais vezes, apesar de já estarem imunizados com os primeiros “ataques” da manhã. Diante, porém, da investida, não houve trincheira que não resistisse. Até mesmo um usurário muito conhecido nas rodas da rua dos Andradas pela sua miséria e pelos milhares de contos que dizem possuir, até mesmo esse pobre diabo estava com dois distintivos na botoeira!

O desgraçado tinha “morrido” em dois mil réis!...

Muito podem, realmente, o prestígio, o encanto e o poder de sedução da mulher...

1º de novembro de 1928

Os peditórios em Porto Alegre estão tomando proporções assustadoras.

É um grande mal.

É uma fatalidade.

É uma calamidade.

A nossa população já não tem mais um só momento de sossego. É sugada e escorchada em todo o jeito. Se fosse, enfim, só a população rica a “vítima” desses peditórios permanentes de certas instituições que lançam mão de todos os meios para levarem avante essa mania de implorar favores do público, às vezes sem necessidade, se fossem só os abastados, repetimos, o mal não seria tanto. Mas ricos e pobres, homens, mulheres e até crianças são desumanamente “faqueados” a torto e a direito. Não há um só dia que não surja um peditório, preparado desta ou daquela forma, mas sempre pedindo, sempre coleta de benefício, sempre “avança” na bolsa do público.

Poder-se-ia alegar que não há violência alguma, nem mesmo de leve, nesse comunismo usado por tal ou qual instituição, pois, no caso,

dá quem quer, contribui quem assim o desejar, sem compromisso, sem obrigação de espécie alguma.

De qualquer modo, a alegação não procede. Os pobres, os que lutam com dificuldades, se deixarem um dia de atender aos apelos das “mordidas” ficarão em situação constrangedora: são logo olhados com uma suspeição nada agradável.

Instituições há de benemerência reconhecida que, à força de pedir, mais e mais, de solicitar continuamente, prejudicam um pouco o seu evangélico sacrifício, a sua obra de piedade humana.

Não se diga que com isso queremos eximir o povo da sua justa contribuição às obras de amor e solidariedade para com os nossos semelhantes. Nada disso. O que apenas queremos acentuar nestas linhas é que a bolsa da população precisa de um pouco de trégua, isso de pedir todo o dia, a toda a hora, a todo o momento, deve forçosamente cansar os contribuintes, principalmente os que também vivem a lutar com toda a sorte de dificuldades.

Foi tendo em vista esse caso que resolvemos escrever esta despretensiosa crônica, apelando para os corações bem formados no sentido de dar-se uma folguinha aos que diariamente gemem aos peditórios de toda a espécie.

23 de dezembro de 1928

A doce alegria do Natal, a imensa alegria de fim de ano, alegria que é antes de tudo a satisfação de quem já se considera são e salvo dos males e dos dias calamitosos do ano que finda, já desde ontem começou sentir a cidade nos múltiplos aspectos da sua vida.

Não só por ser sábado, mas, sobretudo, por ser dia tão vizinho do grande dia da cristandade universal, o de ontem foi de uma desusada animação nas principais artérias da *urbs*, notadamente nos seus armazéns de moda e nos seus inúmeros e variados bazares de brinquedos. Especialmente nestes últimos, apresentou a cidade, na

tarde de ontem, um alvoroço sem igual que com maior entusiasmo se repetirá, por certo, amanhã, véspera de Natal. O mundo infantil, alegre e inquieto, está triunfante, dominando a zona. É ele quem proclama e dita os seus desejos, que não vão além da posse de um automóvel minúsculo ou de um desarticulado cavalinho de pau... E Papai Noel, simbolizado na pródiga bolsa paterna, não deixará de cumprir à risca as aspirações do seu travesso petiz.

Outros há, porém, que olham entristecidos, às vezes ralados em lágrimas, todo esse mundo fantástico de brinquedos que os nossos bazares exibem nesta época. São os filhos da pobreza ínfima, que não têm a quem pedir. Instintivamente, como se já compreendessem a situação de penúria em que vivem, o enorme sacrifício com que lutam os seus para lhes garantir o próprio sustento, esses coitadinhos limitam-se apenas a olhar pateticamente os brinquedos que por aí se mostram e já em grande parte adquiridos por Papai Noel, não para as crianças pobres, mas para as crianças ricas, porque presentes de festa em bazares de brinquedos são para estas e não para aquelas.

É preciso, pois, que se saiba: uma das esquisitices de Papai Noel é não gostar das crianças pobres, notadamente quando as coitadinhas nem cama possuem para que a mão dadivosa possa depositar o seu presente na noite linda de Natal...

6 de janeiro de 1929

Esta folha tem publicado com frequência aspectos da mendicância nas ruas da capital, ilustrando-os com interessantes flagrantes fotográficos.

Por várias vezes também nesta seção tratamos do assunto, bordando comentários que o caso naturalmente desperta.

Trata-se, de fato, de uma página viva da imensa e dolorosa miséria humana que aqui mais do que em qualquer outra capital do país parece ser de maiores proporções.

Diariamente, a cidade parece invadida por uma formidável legião de esmoleiros. Se uma grande parte desses mendigos merece o auxílio da caridade pública, o amparo da nossa solidariedade, uma outra parte, não pequena, devia ser reprimida pela polícia, pois se trata de falsos mendigos, pessoas que dia e noite aí andam agredindo a todos de modo deveras impertinente e que não raro acaba em impropérios quando não conseguem os seus fins.

A rua dos Andradas, em certa hora do dia, principalmente aos sábados, pela manhã, é uma chaga viva, um quadro vergonhoso e triste, onde os falsos e verdadeiros mendigos formam a miséria física e a miséria moral da cidade, em contraste por certo com a pompa e a graça do footing habitual da nossa principal artéria.

O que, porém, mais deve chocar em meio de tudo isso é, sem dúvida, o número considerável de crianças que, exploradas pelos pais, aí surgem todos os dias, a todo momento, entregues à indústria da mendicância. Se fosse realmente aplicado o Código de Menores³³, não teríamos a registrar esses quadros deprimentes que só podem existir em lugares onde não há organização, onde não há assistência social de espécie alguma.

De uma forma ou de outra, precisam desaparecer essas cenas tristes que as principais ruas de Porto Alegre oferecem diariamente ao olhar curioso dos forasteiros.

Se está em vigor o Código de Menores, a sua aplicação se impõe imediata e decisiva em benefício não só dos pequenos abandonados, já marcados por um mau destino, como em benefício da própria civilização que nos arrogamos possuir.

³³ Código de Menores: decreto n. 17943, de 12/10/1927.

2 de maio de 1929

No geral, todo o indivíduo ignorante é orgulhoso. Orgulhoso e pretensioso. Quando mais não seja pensa que tem o rei na barriga. Todos os atos da sua vida, desde o tocar de leve o dedo no chapéu até o de meter o charuto na boca, denotam o que o sujeito realmente é. E se, porventura, por qualquer circunstância, por mero imprevisto, ele guinda-se a uma posição de destaque na vida – coisa que não é difícil num país de politicagem e de analfabetos como é o Brasil – aí, então, é que é de ver a “pose” desse “iluminado” da ignorância...

Não há quem lhe leve vantagem na prosa e na grosseria.

Se entra na repartição, no estabelecimento, ou no escritório que dirige, é de chapéu na cabeça ou enterrado nas orelhas quando não tem cabeça. Não olha para ninguém, não dá confiança de cumprimentar o modesto funcionário que ali moureja há muitos anos mais do que ele e que tem no seu esforço, na sua dedicação ao trabalho, o seu ganha-pão, a defesa e o amparo da família. Enterrado na sua poltrona de mando, contemplando, sem saber explicar como se forma, a espiral azul do fumo, ele é ali, no seu próprio juízo, o chefão, o batuta da zona. Não aceita opinião de ninguém; ninguém sabe, ninguém entende mais do que ele. Se um funcionário, às vezes dos mais graduados, lembra uma ideia, sugere um plano razoável, o trunfo imediatamente discorda por pensar de maneira diferente daquela que parecia ser a mais aceitável, a mais razoável. Em discordando, sem mais explicações, pensa o ignorante dar uma prova do seu “engenho”, da sua superioridade mental. Em se tratando, porém, do público, a sua “pose” assume proporções maiores, ai do modesto cidadão, da viúva ou do operário que precisa lhe falar, que deseja lhe fazer uma reclamação qualquer. Não é recebido, ou então, para sê-lo, passa o infeliz por uma série de provas. E quando consegue a honra de se encontrar frente a frente com a empáfia do divino César-mirim, não recebe deste nem mesmo a cortesia rudimentar que manda o suplicante tomar assento.

Com um ar superior de ídolo de celuloide recheado de algodão, ouve uma ou duas palavras da reclamação ou da queixa e manda o interessado dar o fora. Momentos depois, de chapéu na cabeça ou enterrado nas orelhas quando não tem cabeça, sai como entrou: sem dar a honra e a confiança de um leve cumprimento aos seus subalternos que lá ficam gemendo no trabalho...

A falta de assunto nesta hora silenciosa de 1º de maio – falta de assunto unicamente por não ter sido possível darmos dois passos na rua – foi a única inspiradora desta crônica escrita sem alusão a quem quer que seja.

Entretanto, se alguém a tomar como molde de uma carapuça que lhe assenta – faça dela bom proveito...

7 de julho de 1929

Porto Alegre já possui aspectos perfeitamente semelhantes aos dos grandes centros de atividade fabril. Nos bairros de São João e Navegantes, à hora da entrada e saída das fábricas, tem a gente a impressão viva desse intenso formigueiro humano que busca no trabalho o pão de cada dia. São centenas e milhares de operários que se agitam nesses grandes estabelecimentos com que conta a industriosa capital rio-grandense, predominando aqui como em toda parte a mulher, representada por moças cuja idade varia dos treze aos vinte anos.

Não só por mais delicado e habilidoso, como por ser ainda muito mais barato que o do homem, acentua-se cada vez mais o predomínio do labor feminino nas nossas oficinas e fábricas. São em verdade essas criaturas enfraquecidas, depauperadas na luta do dia a dia, as que contribuem com maior esforço e maiores resultados para a prosperidade e riqueza dos nossos industriais. Não só a miséria do salário, que mal dá para uma alimentação parca, como as enfermidades adquiridas em virtude de tenaz esforço, ou mesmo

em consequência das intempéries a que se expõem da saída de casa para a fábrica e vice-versa, são condições de sacrifício tremendo que acabam por arrastar à ruína física um sem-número dessas criaturas em pleno verdor dos anos. Basta vê-las à saída ou entrada do serviço para se ter uma impressão fiel do drama silencioso da mocidade que rui. Meninas de quatorze anos já mostram a velhice estampada no rosto, resultante cruel de um trabalho que, para resistir-lhe, exige absoluto rigor do organismo. É de ver a enorme multidão dessas criaturinhas entregues ao labor das fábricas de Porto Alegre. Em troca do salário que lhes deverá dar o vestuário e a alimentação, em troca do ordenado com que procuram minorar a situação material da família, aliviando-a dos pesados encargos domésticos, em troca de tudo isso, elas deixam na oficina ou na fábrica a mocidade e a saúde.

É doloroso, em verdade, o espetáculo que a nossa capital oferece nesse sentido. Os bairros de uma densa população pobre, onde em maior número se encontram meninas e moças que vivem do trabalho das fábricas, são por isso mesmo os que nos mostram tantos e tantos exemplares de mocidade finada. Finada pelo esforço e pelo sacrifício que deles exige a luta pela existência.

28 de julho de 1929

Um alto e dedicado funcionário da Diretoria de Higiene do Estado narrou-nos, ontem, o seguinte fato, o qual, nos disse o informante, entregava ao comentário desta seção.

Há poucos dias estiveram naquela repartição, acompanhados de um intérprete, dois menores de nacionalidade russa, contando um doze e o outro treze anos de idade.

Ambos, há poucos dias chegados, não falavam uma só palavra de português. Empregados numa padaria local por intervenção da empresa que está importando da Europa os sem-trabalho, os dois

menores ali foram para atender as formalidades exigidas pela Higiene sobre as cadernetas de sanidade.

Por essa ocasião, o ilustre médico daquela repartição que os atendeu teve oportunidade de ficar sabendo, por informações que lhe foram fornecidas pelo intérprete, que os mesmos menores trabalhavam no serviço de embrulho do pão em papel, das 10 horas da noite às 7 da manhã do dia seguinte, o que para duas crianças representa um esforço formidável, com o grave risco de ficarem dentro de pouco tempo com o organismo completamente depauperado.

Isso, porém, não é tudo, pois, procurando saber do salário que percebiam no referido emprego, inteirou-se o referido funcionário da Higiene que os mesmos ganhavam 800 réis por noite, ou seja, 24\$000 por mês de 30 dias.

Como se vê, trata-se de uma verdadeira exploração inqualificável. Até certo ponto parece incrível que possa haver alguém capaz de semelhante monstruosidade, aproveitando o esforço à noite de dois menores com a paga mesquinha de 800 réis por nove horas de trabalho. Entretanto, a mesma exploração da miséria alheia deve imperar em outros estabelecimentos congêneres, nas fábricas e oficinas principalmente, onde esses pobres mártires da necessidade vão cair.

É de lamentar deveras que, entre nós, ainda não estejam em vigor, de fato, o Código de Menores e outros meios de defesa dos pequenos desprotegidos da sorte.

Como o fato que acima citamos, quantos outros nas mesmas condições não se registram aí e que, no entanto, ficam à sombra, completamente ignorados?

17 de agosto de 1929

Ainda uma vez mais apelamos para a Inspetoria de Veículos – apelo direto a qualquer sentimento de humanidade que ela possa

ter – no sentido de a mesma evitar os maus-tratos diariamente infligidos aos animais de tração.

Cidade com grande número de ruas acidentadas, cheias de rampas penosíssimas para o tráfego e que para vencê-las os animais são obrigados a um dobrado esforço, por isso mesmo não é raro o dia que não se verifiquem cenas dolorosas, da mais brutal selvageria, contra os animais que, em virtude do excesso de carga, dificilmente conseguem vencer o repecho³⁴ das nossas ruas. Isso é o bastante para alguns dos condutores flagelarem, sem dó, as suas pobres vítimas, às vezes mesmo com o próprio cabo do relho.

Essas cenas de brutalidade desumana repetem-se com frequência por vários pontos do centro da cidade.

O que, entretanto, é de lamentar em tudo isso é a atitude da Inspetoria de Tráfego, que parece não ter tomado até agora a menor providência a respeito desses atos que tanto atentam contra a nossa educação e cultura, contra os nossos sentimentos de humanidade.

Parece-nos que, no entender da Inspetoria e seus agentes, só os automóveis e ônibus devem merecer a sua atenção, porque só eles é que são veículos.

Por mais que já se tenha reclamado, não há meio de a Inspetoria tomar a si a tarefa que verdadeiramente lhe compete de evitar os maus-tratos infringidos contra os míseros animais de tração. Não raro, cenas brutais e vergonhosas são praticadas aos olhos dos próprios agentes da Inspetoria de Veículos. Estes, porém, são de uma insensibilidade a toda a prova. Se um auto passar inadvertidamente de sinaleira apagada, eles dão logo em gritos. São capazes de confiscar o próprio carro para pagamento de multa, se não for satisfeita imediatamente. Se, porém, um carroceiro desalmado matar a bordoada o muar que traz atrelado à carroça, ao mesmo

³⁴ Repecho: terreno em aclive.

nada acontecerá, porque a Inspetoria absolutamente não toma conhecimento do fato.

Entretanto, a assistência aos animais de tração devia ser o primeiro cuidado por parte da entidade municipal a quem está afeta a fiscalização do nosso tráfego urbano.

Não compreendemos, portanto, porque esse descaso em relação aos veículos de tração animal.

Será mesmo que a Inspetoria só entende por veículos os automóveis e os ônibus?

7 de setembro de 1929

Tenho uma admiração incondicional e um entranhado respeito por todos aqueles que, para ganhar o amargo pão de cada dia, lutam com as maiores dificuldades e se sujeitam, às vezes, às mais dolorosas humilhações. Vai, por certo, nessa minha atitude, o espírito de solidariedade de classe. Só isso bastaria para eu acompanhar com comovido interesse o gesto desses grevistas pacíficos que acabam de abandonar o trabalho de uma fábrica onde ganham o parco sustento de suas famílias, se a sua atitude não traduzisse ainda um alto sentimento de humanidade e de solidariedade para com os demais companheiros de classe.

Diante do ocorrido, permito-me o direito de abrir as válvulas do meu sentimentalismo de brasileiro para dizer que tenho uma infinita piedade por essa enorme legião de criaturas femininas, na sua grande maioria de menor idade, arremessadas para o fundo sombrio e tumultuário das fábricas onde vão ganhar o negro pão, que é, por sua vez, repartido em casa entre os seus. Em troca do salário mesquinho, essas pobres crianças lutadoras, tão dignas de toda a solidariedade, de uma melhor legislação social, que as ampare e defenda das injustiças frequentes, deixam nas oficinas de trabalho o máximo que podem dar de sua energia, o seu vigor de inteligên-

cia e de braço. Deixam mais do que isso: deixam a própria saúde, e quiçá coisa mais preciosa quando o abuso e a violência encontram no desamparo, na fragilidade e nas duras necessidades da humilde operariazinha a porta aberta à brutalidade dos instintos.

É de lamentar que, sendo a atividade manual da mulher de maior rendimento e muito mais barata do que o homem, pelo menos dentro das nossas grandes oficinas fabris, continue ela no mais completo desamparo. Fábricas há, aqui como em toda a parte, onde as pequenas operárias ganham uma verdadeira miséria, independente de estarem precipitando um destino que só poderá ser de amarguras, com a perda da saúde e com o aniquilamento de suas melhores energias.

Atentemos por um momento para esse quadro doloroso dos nossos centros de labor coletivo, onde o operariado feminino se debate em luta terrível com os magnatas que o exploram e com a miséria que o aguarda no fim da vida, quando lhe faltar a força do braço e quando a saúde não lhe permitir erguer-se do leito para continuar, na tragédia silenciosa das fábricas, o incessante trabalho que lhe garante a alimentação mesquinha, que é toda a tortura dos que passam a vida lutando e sofrendo. Atentemos um pouco para os tristes aspectos que esse quadro oferece, certificando-nos do quanto ser necessário uma legislação que valorize moral e materialmente as belas energias que nele atuam e que nele perecem.

3 de dezembro de 1929

Estamos ainda a completar a página do jornal que narra a dolorosa e impressionante tragédia de sábado, desenrolada num recanto ermo do parque da Redenção.

Raramente nos comovem esses episódios golpeantes do desespero, da dor e da alucinação, tão frequentes e como que indispensáveis se tornam eles à vida dos grandes centros urbanos.

Este, porém, parece ter fugido à vulgaridade monótona dos demais episódios. É uma tragédia diferentes das outras; diferente pelo enredo e pelo epílogo – diferente pela ação de suas personagens, entre as quais se contam duas inocentes criaturinhas, que saíram da vida tal como nela entraram – sem saber por quê.

Quanto mais olhamos, quanto mais contemplamos as fotografias dessas duas encantadoras crianças e quanto mais admiramos a sua beleza, a sua graça, a infinita candura que delas resplandece, mais custamos a crer que elas já tivessem sido marcadas como alvos da fatalidade e do destino. E maior ainda é o nosso espanto ao sabermos da armadilha e da traição que se lhes prepararam, tudo bem previsto, tudo perfeitamente de acordo com a ingenuidade e inocência de quem conta apenas com quatro anos de vida. Para essa idade em botão, a existência é toda brinquedos. É uma boneca, é um cavalinho de pau... Entretanto, por trás desse sonho infantil espreitava a tragédia imensa, um drama sombrio e pavoroso preparado pela neurose do pai alucinado.

Vejam só onde se foi acoitar a morte para aqueles dois pequenos seres que tanto direito tinham à vida... Ela ali estava num frasco de refrigerante, numa limonada gasosa. Que melhor esconderijo do que aquele!... Qual a criança que não gosta de beber qualquer coisa gelada, assim como o néctar delicioso que foi outrora a bebida dos deuses, quando naturalmente os deuses bebiam?... O calor intenso da tarde era convidativo. Depois de uma longa caminhada a pé, os dois pequenos, risonhos e contentes ao lado do pai, que se fazia mais bondoso e amável do que de costume, sentiram bem de perto a carícia da insinuação.

– Vamos sentar ali, naquele banco; tomar uma gasosa...

Delicioso convite! O desejo veio logo em tumulto brincar à flor dos lábios inocentes. Cada qual dos dois pequenos queria ser o primeiro em sorver o líquido já contaminado pelo tóxico fulminante

que lhe ministrara o pai em dose violenta. E gole a gole, gozando com a volúpia o refrigerante familiar das crianças, cada uma delas entornou com prazer a parte que lhe cabia na partilha macabra.

E a morte veio em seguida! Surpreende-os com um resto de prazer que ainda lhes ficará insistente nos lábios, antes da convulsão definitiva...

Depois, então, os dois pequenitos, estirados ao lado daquele que eles tanto queriam e amavam, dormiram sem bonecas, sem cavalinhos de pau, sem a deliciosa gasosa refrigerante – dormiram para nunca mais despertar.³⁵

25 de dezembro de 1929

Natal!

A cidade acorda sob a doce alegria e sob o alvoroço festivo da maior data da cristandade.

Natal!

Entretanto, o Natal de Cristo é de saudade e sofrimento para quem essas linhas escreve. Triste recordação de um período distanciado de nossa vida... A visão retrospectiva do passado transporta-nos à infância longínqua, lá longe, num pedaço querido do interior rio-grandense.

Em chegando este dia de glória, dia de alacridade para os pequeninos, para aqueles que veem o Menino Jesus nascer e surgir de um mísero curral, tão pobre como a mais pobre criança do bairro, tínhamos a preocupação única de ir procurar também embaixo da cama, nos pequenos chinelos rotos, o presente de Natal que nos devia deixar

³⁵ A longa e detalhada reportagem sobre o evento foi publicada em 1º de dezembro de 1929, à página 16 do *Diário de Notícias*. Além de narrar a história da família, o texto é fartamente ilustrado com fotos do pai, Edmundo de Sousa, e das crianças, Rubens e Walkyria. O episódio foi também relatado pela imprensa carioca. In: TELEGRAMMAS, cartas e informações dos estados: Rio Grande do Sul. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 16479 e 16480, p. 8, 2-3 dez. 1929.

igualmente, como as outras crianças, a veneranda e bondosa figura de Papai Noel. Dolorosa, entretanto, era a decepção que nos aguardava. No mísero par de chinelos, nem sinal da dádiva cobiçada que, no geral, não ia além de uma gaitinha de boca, de um cavalo de pau ou de um pelotão de soldadinhos de chumbo... E os dias de Natal se sucediam de ano a ano, com pinheirinhos enfeitados, com presépios custosos, com sonoras casquinadas álacres das crianças cheias de brinquedos. E de ano a ano era a mesma desilusão tremenda para nós. Todos tinham os seus presentes de festas; os seus sapatos amanheciam cobertos de dádivas que Papai Noel, misteriosamente, alta noite, deixava embaixo da cama. E dos nossos nunca se lembrou o bondoso velhinho.

Amuava-nos com pirraça. “Os pobrezinhos não têm direito a festas” – dizia ele, naturalmente... Dizia, mas por brincado, somente, porque no fundo o seu coração era bom e grande. Os presentes é que não davam para todos... Pelo menos para nós eles nunca chegavam. Em dez anos de infância, o amigo dos pequeninos não teve ciência daquele que era tão religioso e pontual em deixar à noite, embaixo da cama, como faziam as outras crianças, o seu calçado roto.

Com o decorrer do tempo, porém, o petiz se fez homem e entrou pela vida, lutando. Foi só então que ele compreendeu o horror que Papai Noel tem pelo calçado de crianças pobres.

Passa de largo!...

Lembramos aqui esses episódios distantes, para dizer às crianças que não têm no dia de hoje um presente de Natal que lhes faça sorrir de alegria e inundar a alma de contentamento, que assim, em outros tempos, o mesmo acontecia com os pequeninos humildes e sem sapatos...

1º de agosto de 1930

A cidade está com um problema sério de resolver. Esse problema refere-se à extinção dos pardais.

À primeira vista parecerá uma desumanidade o combate aos pássaros que habitam os nossos logradouros públicos. Mas essa desumanidade tem a sua explicação. A malandragem dos pardais da cidade está tomando caráter assustador. A princípio, quando essas aves surgiram, tudo ia muito bem. O bando, então constituído de vinte ou trinta casais, dava uma nota de viva alegria às nossas praças arborizadas, principalmente à praça 15 de Novembro e à da Alfândega. Os malandros enchiam-nos de ruído, de animação e de pitorescos idílios amorosos, mal agosto desaparecia, e mal entrava setembro com seus prenúncios de primavera estimulante...

Com a presença dos pardais, que, em aqui chegando, tomaram de assalto os melhores pontos do centro da cidade, os poucos tico-ticos de Porto Alegre desapareceram, vencidos, ante a invasão do bando intruso. E nunca mais se soube notícia dos tico-ticos, caça, aliás, muito procurada pelos amigos da polenta com passarinhos...

E os pardais ficaram, então, de donos da praça. E o bando aumentou. Vinte ou trinta casais no primeiro ano; cem ou duzentos no segundo; quinhentos a mil no terceiro. E, daí por diante, a proliferação foi de tal ordem que hoje eles ascendem a dezenas e dezenas de milhares. À hora do pouso a família pardalesca cobre de um negro pardacento os plátanos onde se empoleiram estrepitosamente numa algazarra infernal que entra pela noite adentro.

Não há banco das nossas praças públicas que não fique no outro dia em deplorável estado – lembrança desagradável daquela multidão de boêmios e vagabundos que tomaram conta de todas as árvores da capital. Os empregados municipais da limpeza não têm mãos a medir a fim de deixarem em condições os bancos e os respectivos passeios.

A municipalidade está empenhada em ver se consegue mudar a passarada para o parque da Várzea. O local, porém, devido à falta de árvores, não oferece o atrativo que os pardais reclamam com toda razão.

Sem dúvida estamos ante um problema difícil de resolver.

7 de agosto de 1930

Os leitores devem naturalmente ter ficado estupefatos ao terem conhecimento, ontem, através de uma sensacional notícia publicada por esta folha, do doloroso fim que teve a atribulada existência de Antônio Alves do Vale Quaresma.

A sua própria morte parece envolta em profundo mistério, pois, falecido há quase um mês, só agora se veio a saber de tal desfecho, isso mesmo graças a um lance de reportagem bem-sucedida.

Por que o caso ficou em segredo?

Que mal haveria em ser divulgada a sua morte?

Porventura tratar-se-á de um crime?

Um suicídio?

Um assassinato?

Não podemos absolutamente insinuar nada disso. Mas o sigilo que se quis guardar até em alguma de tais hipóteses poderia fazer acreditar.

A parte mais impressionante da vida desse desgraçado Antônio Quaresma é, sem dúvida, a que se refere à fortuna que lhe coube por morte do seu irmão Manuel.

Desde o dia em que lhe veio às mãos a vultosa herança avaliada em cerca de dois mil contos de réis, desde esse dia começou o seu martírio.

O primeiro passo contra a modesta tranquilidade da sua existência de cidadão pacato foi a interdição. Um homem que surgia assim sozinho na vida, com 2.000 contos no bolso, tinha que ter alguém que lhe velasse a fortuna, sob pena de ir esta água abaixo.

E a interdição foi feita. Daí por diante tudo correu às mil maravilhas. Embora com tanto dinheiro, Quaresma começou a sofrer as maiores necessidades. Não podia comprar coisa alguma sem prévia licença da sua curadoria. Um cigarro, uma fruta, o presente de um par de tamancos para a comadre, uma garrafa de vinho, pois

Quaresma havia de gostar de tomar, de quando em quando, uma garrafa de legítimo Berdasco³⁶, lá da terra, – tudo isso e tudo o mais que ele desejasse não se fazia senão com ordem prévia, com muita choradeira, quando não lhe negavam redondamente.

A todas essas o cobre ia-se evaporando. A despesa com a curadoria, a despesa com a alimentação, a despesa com o tratamento médico, a despesa com a internação na própria casa da qual ele era sócio remido (!) – toda essa enorme complicação de despesas cuja relação foi ontem publicada por esta folha – consumiu em curto espaço de tempo centenas e centenas de contos. A fortuna ficou reduzida a nada, já não só a que lhe tocou por morte do seu irmão Manuel, mas a sua própria, que ele ganhou com muito trabalho, com duras economias em anos e anos a fio. Tudo evaporou-se, tudo desapareceu. Enquanto Quaresma tinha dinheiro, o sequestro continuava, a interdição prosseguia. Depois que Quaresma esbanjou tudo (!), Quaresma resolveu morrer.

Pobre Quaresma!

No céu ou no inferno, onde quer que estejas a esta hora, perdoa aos que por todos os modos rondaram essa última fase aflitiva da tua existência. Não foi por mal que eles tomaram parte na tua imensa fortuna. Foi por bem; foi para que não gastasses à toa 2.000 contos de réis...

Pobre Quaresma.

Se te lembrares de voltar à Terra noutra encarnação, vem sem vintém, vem “pronto”, porque do contrário te “aprontarão” outra vez...

28 de setembro de 1930

A direção do Forno de Lixo vai iniciar forte perseguição contra os cães vadios que infestam as ruas da cidade.

³⁶ Berdasco: por verdasco, vinho verde.

A numerosa família canina de Porto Alegre já está mais ou menos inteirada de tão terrível ameaça. Sabem perfeitamente que os representantes da classe que, uma vez nas mãos dos seus perseguidores, daí não mais escaparão, isso pela simples razão de serem as vítimas uns pobres galgunchas vagabundos, sem donos, sem eira nem beira, e que aí andam pelas ruas ao léu da sorte, muitas vezes sem encontrar um triste osso para roer. A nova sensacional que nos informa das últimas providências tomadas pelo Forno de Lixo obrigou a cainçalha, como era de prever, a se reunir em assembleia permanente, a que não falta uma senhora cachorra, muito pouco respeitável, é verdade, mas que mesmo assim dá mais vida a essas reuniões, animando os debates dos mais estranhos latidos.

Fala um cão leproso:

– É só com os pobres e os miseráveis que eles fazem isso. Além de enxotado e perseguido de toda parte, pretendem agora me levar para o forno crematório. Aí termina a minha vida. Ninguém me salvará. Só a mim acontece isso. Desgraçado que sou!...

Fala um cão magro:

– Não diga isso, colega. Eu, apesar de não ser leproso, estou também ameaçado. Além de ser cidadão sem dono, gosto da pândega, vivo livremente pelas ruas da zona, sem, entretanto, fazer mal a ninguém, quem quer que seja. O mais que faço é cheirar os colegas que encontro. É o meu inocente divertimento favorito. Fora disso, sigo o meu destino. Mesmo com fome, mesmo com toda esta magreza que você está vendo, não avanço no osso, não reviro as latas de lixo. Sou um cachorro pacífico.

Pois mesmo assim estou também ameaçado. Creia o colega que tudo isso não passa de uma perseguição, pois não temos coleira, não pagamos imposto...

Um rafeiro pelado:

– Pois eu também estou sob a mesma ameaça de morte. É verdade que eu incomodo um pouco a vizinhança, principalmente à noite. Ladro muito. Os meus latidos se ouvem longe e prolongam-se sem cessar pela madrugada adentro.

Tenho um outro defeito, é verdade. Gosto do flerte, principalmente quando encontro alguma cachorra perdida. Mas qual é o cão que não gosta de fazer roda às damas da nossa família?

Esse mal não é da espécie, é de todos os seres vivos.

A Fuzarca³⁷:

– Eu cá não dou confiança nem para cachorros, nem para o pessoal do Forno do Lixo. Se me meterem na gaiola da carrocinha, tenho certeza que dezenas e centenas de pessoas correrão em meu auxílio. Portanto, deixo correr o marfim. A resolução do Forno de Lixo não me assusta.

Um cachorrinho mascote:

– Quanto a mim, olho para vocês todos com superioridade. Moro na rua Bento Gonçalves³⁸. A dona é pessoa de trato e excessivamente bondosa de coração. Não há carícia que ela não me faça. Vivo com ela na janela. É verdade que, de quando em quando, ela me esconde num reservado da casa, mas isso é tão só para evitar que eu seja furtado pelas pessoas que vão somente com essas intenções. No que o sujeito dá o fora, entro de novo na posse dos carinhos da minha dona.

Isso é que é vida...

Como veem os leitores, nem toda a família canina está alarmada com as tremendas medidas que serão adotadas pela alta direção do Forno do Lixo.

³⁷ Na crônica de 14 de fevereiro de 1930, Callage publica uma carta de leitor sobre “a popular cachorrinha ‘Fuzarca’ muito conhecida e querida na rua da Praia e suas adjacências”. A crônica encontra-se reproduzida neste volume.

³⁸ Rua Bento Gonçalves: atual rua 24 de Maio, concentrava então os prostíbulos da cidade.

23 de outubro de 1930

Um dos aspectos mais nobres que apresenta Porto Alegre nesta grande cruzada da redenção nacional, a par da sua contribuição de sangue, é o apresentado pelo concurso espontâneo e altruístico das nossas associações, leigas e religiosas, e pelo concurso individual de muitos de nossos habitantes, todos procurando, por todas as formas possíveis, auxiliar os que embarcam e proteger as famílias pobres dos que foram combater pelo Brasil.

A caridade jamais esteve em tamanha atividade. De toda a parte chovem contribuições. De toda parte aparecem auxílios, e o movimento toma proporções que valem por uma consagração ao espírito de fraternidade e de carinho do nosso povo para com seus semelhantes.

É um nobre movimento este. Nobre pelos fins que objetiva, nobre pelo altruísmo que demonstra numa hora em que todo o Rio Grande se congraça para o reerguimento nacional. E ele traduz, perfeitamente, a característica do povo gaúcho nos seus sentimentos de solidariedade e de amor ao próximo, abrindo sempre o seu coração generoso a todos os apelos de caridade, que nele encontra os mais vivos e mais puros reflexos.

Se, em outras horas, quando a paz prestigia todas as iniciativas e apoia todas as atividades, a nossa capital foi sempre um centro onde medraram com facilidade todas as instituições beneficentes, na hora que vivemos, empenhados numa luta da qual o Brasil há de triunfar e surgir maior e mais belo, ela soube intensificar o seu trabalho caridoso, procurando amparar de modo eficiente aqueles que foram pelear lá longe e os que deles dependiam e aqui ficaram.

As nossas instituições criaram serviços especiais de assistência; a sociedade toda voltou-se à organização de centro de abastecimento às famílias pobres; e cada indivíduo, de *per si*, contribui com quanto pode para essa cruzada benemérita e louvável.

São empregados públicos que se desfazem de parte de seus vencimentos; são casas comerciais que auxiliam com gêneros alimentícios as associações organizadas; são entidades de toda a classe que angariam donativos para a grande obra; são particulares que contribuem de seu bolso com quantias necessárias à subsistência de famílias numerosas que ficaram sem o seu amparo, com a partida de seus chefes para o *front*.

Não é necessário mais. Dia a dia, a nossa imprensa traz longas listas de contribuições, traz notícias detalhadas do que se vem fazendo para esse fim. Fica aqui apenas o registro de mais essa grande e nobre contribuição de Porto Alegre à grande causa que empolga neste momento todo o Brasil, de Norte a Sul.

5 de novembro de 1930

Quanta gente pobre, quanto indigente que vive com o estômago a dar horas, não tem louvado com infinito reconhecimento a iniciativa do Rotary Club³⁹, instituindo as cozinhas populares de Porto Alegre! Sem conta deve ser o número dos reconhecidos por esse gesto de amor e solidariedade, porque sem conta é o número de necessitados, porque grande é o número dos que ali vivem à míngua, sem terem um prato de alimento para lhes matar a fome.

Ao Rotary Club desta capital devemos mais essa iniciativa benemérita à qual logo se aliaram as damas de caridade da Comunidade Evangélica, que muitos e muitos benefícios já têm distribuído no seio das classes desamparadas e fazendo sempre – o que mais ainda é de louvar – sem alarde, sem espalhafato, com o mais puro e elevado sentimento cristão.

A Cozinha Popular já está assim oficialmente instalada em Porto Alegre, com pleno funcionamento da que se encontra na zona da Azenha.

³⁹ Rotary Club de Porto Alegre: entidade agremiativa com fins sociais e culturais fundada em Porto Alegre, em 10 de outubro de 1928.

Essa cozinha, que é a primeira inaugurada entre nós, já vem, há vários dias, atendendo, gratuitamente ou mediante a apresentação de uma ficha de 500 réis, a centenas de pessoas – homens, mulheres e crianças que, providas de uma alimentação sofrível, encontraram no refeitório público um prato de comida farta, variada e asseada, servida com alegria, com indizível prazer, tal como fazia o patriarca do deserto⁴⁰:

Entra, meu irmão!

A choupana é tua.

Do que eu comer

Tu comerás.

Do que eu beber

Tu beberás.

Entra, meu irmão.

Louvemos com indizível contentamento a iniciativa que ora se cria na cidade em benefício dos pobres, dos necessitados, dos desamparados da sorte. Ela merece o aplauso e o apoio de todos os corações bem formados, de todas as almas que, fugindo por um momento do seu egoísmo individual, podem olhar em derredor e ver o seu semelhante que se debate no sofrimento e na miséria, nessa luta tremenda pela vida onde a fome é, sem dúvida, o mais pavoroso dos quadros.

12 de novembro de 1930

Ali na rua 7 de Setembro, em frente ao edifício em construção do Banco Nacional do Comércio⁴¹, tem a Companhia Telefônica uma pequena estação de taxa para o recebimento de fonogramas e radiofonogramas.

⁴⁰ Referência à virtude da hospitalidade atribuída ao primeiro patriarca bíblico, Abraão, no Gênesis, capítulo 18.

⁴¹ Banco Nacional do Comércio: banco fundado no Rio Grande do Sul em 1895 como Banco do Comércio. Sua sede, inaugurada em 1932, localiza-se na praça da Alfândega e atualmente dá lugar ao Santander Cultural.

Nessa modesta repartição, cujo recinto é compridamente acanhado, talvez o pior de quantos a telefônica possui, trabalham diariamente três moças que são, para com o público, as criaturas mais solícitas que se pode imaginar.

Pois bem. Não há naquela acanhadíssima saleta, onde as pobres funcionárias ganham com honra e aprimoramento a sua vida, um vestiário, uma pia de lavar as mãos, não há sequer um esconderijo sanitário. Não há nada. Nem uma quartinha. Nem um copo para água!... A sede das dignas funcionárias da Companhia Telefônica é satisfeita pela generosidade dos empregados do Café Nacional, que fica contínuo ao referido cubículo.

Não estamos exagerando o quadro: todos quantos ali vão entregar seus fonogramas para serem taxados e transmitidos ao seu destino notam a precariedade daquela dependência, que é um verdadeiro contraste com a solicitude e gentileza das funcionárias, que ali exercem a sua atividade sem uma queixa, sem denunciar a menor mágoa.

Nós é que espontaneamente resolvemos registrar aqui o caso, certos de que a direção da importante Companhia, a quem naturalmente passam despercebidas certas falhas, tomará uma providência a respeito, melhorando a situação daquelas que, com tanto zelo e boa vontade, cumprem seus deveres de funcionárias.

Já que estamos tratando da Companhia Telefônica, devemos acrescentar que alguém ontem nos reclamou contra o fato de ter ido passar um fonograma urbano, de felicitações a um amigo que se encontra no arrabalde da Tristeza, a pagar pelo mesmo a taxa de 300 réis por palavra, ou seja, 6\$600 pelo grupo de vinte palavras contidas no mesmo despacho, quando a taxa é de 1\$000 para os fonogramas urbanos com igual número de palavras e de 1\$500 para os suburbanos.

Realmente, o caso não deixa de ser deveras original.

PÓS-ESCRITO

Escrever sobre Roque Callage como avô não é um exercício simples, embora prazeroso. O autor do clássico *Terra Gaúcha* (1914) e cronista que representou Porto Alegre nos anos 1920 com sua coluna *A Cidade*, considerado o flâneur vibrante e cuidadoso de todas as nuances públicas, só seria figura íntima dos netos a partir dos anos 1990, quando editamos uma antologia de suas obras – e desencantamos o tipo ideal que habitava nosso imaginário. Ele se foi muito antes de nosso nascimento na década de 1950, e não tivemos o privilégio de desfrutar de seus afagos, histórias, narrativas orais, e mesmo de sua bonomia, conhecida no cotidiano em família e síntese da relação de avô e netos. Foi quando passamos a experimentar não apenas o narrador prodigioso do bulício da cidade, o arguto, humanitário e atento participante dos contextos da cidadania, civilidade e modernidade que os porto-alegrenses construíam, mas também os contrastes pungentes da fábrica amontoada, do cortiço empobrecido, da concentração de renda e das mulheres operárias mal pagas. Trouxemos sua vida da sociedade civil para sua vinculação ao âmbito familiar generoso e forte com nossa avó Anita, filha de imigrantes de Pressano di Lavis, assim como seus precoces e dolorosos embates com infortúnios. A perda do filho primogênito, Paulo, com cinco anos, seguida do que lhe secundava, Alcides, aos 19, por doenças graves à época, difteria e hepatite, deixando-o em um trio solidário com minha avó e meu pai. Filho também de um imigrante italiano que se casara com senhora luso-brasileira de Santa Maria, meu avô cedo

despertara para o significado do duro embate da existência – mas, mesmo assim, não adotara o comportamento spenceriano comum à época: a seleção implacável dos mais fortes. Ao contrário, desde sempre seu olhar era o de solidariedade ativa aos menos afortunados e defesa intransigente de chances às suas aptidões. Aos 18, já dava aula de português aos grupos de imigrantes. Não dispunha de recursos para seguir estudando e então logo tornou-se autodidata na artesanial das palavras e do jornalismo, passando por várias redações, inclusive em um período no Rio de Janeiro. Sua visão social fundamental transparece no escritor e cronista rural e urbano e permeia toda a extensa produção de *A Cidade*. Embora geralmente sóbrio, relatos dos descendentes atestam que fazia da convivência em família uma prática buliçosa, alegre, dadivosa e compartilhada com os irmãos Francisco, Fernando, Vicentina ou Philomena, ainda Hermínia e João, como as celebrações de origem italiana. Depois de vir para Porto Alegre, sempre residiu na Cidade Baixa, reduto de italianos. Quando já acometido de forte asma, foi descrito por colegas levantando a cabeça do papel, na redação do jornal, a pena caída, e expressão dolorosa no rosto. Faltava-lhe o ar, respirava com dificuldade. O cronista consagrado pelo enamoramento completo por sua cidade de adoção morreria em 23 de maio de 1931, antes dos 45 anos, testemunhando a Revolução de 1930 e deixando seu último livro exatamente sobre ela. Seu legado social prolongar-se-ia por suas obras. Já o familiar se transmitiu pelo fenômeno ímpar da expressão da palavra, recolhida por meu pai, Carlos, autodidata como ele, cultor permanente e apaixonado de livros por toda a sua vida, livreiro e editor.

Roque Callage Neto

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- A Cidade* (aniversário): 54-55
A Cidade (autocrítica): 68-70
A Cidade (cartas e pedidos): 90-94, 361-362
A Cidade (repercussão): 76-77
A Cidade (temas e objetivos): 51-57, 62-63, 64-65, 68-70, 75-77, 80, 86-87, 90-92, 97-101, 103-104, 123-125, 375-376
Abastecimento: 133-135, 159-160, 175-177, 199-200, 259-260, 262-264, 268-269
Abastecimento de água: 60, 161
Aborto ver Crime (aborto)
Administração pública: 255-256, 301-303
Afogamento: 190-191
Agropecuária: 123-125, 247-248, 249-251
Albergues públicos: 80
Alcoolismo: 155-156, 253, 274, 298-300
Alimentação: 159, 165, 175-176, 200, 259, 262-263, 268-269, 289-290, 384-385, 390-392
Animal (apreensão): 247-248
Animal (bovino): 112, 134, 136-137, 162, 248, 259-260, 262, 289
Animal (apreensão): 133-135
Animal (cão): 312-313, 128-130, 378-379, 287-289, 386-387
Animal (caprino): 214-215, 248
Animal (controle): 384-385, 386-387
Animal (equino): 114, 117-118, 127, 131, 134, 141, 248, 252-253, 277
Animal (formiga): 357-359
Animal (garça): 287-289
Animal (joão-grande): 287-289
Animal (lontra): 289
Animal (joão-grande): 288

- Animal (maus-tratos): 312-313, 328-329, 334-335, 174-175, 378-379, 287-289, 386-387
- Animal (mosquito): 84-85, 104-105, 228-229
- Animal (pardal): 101-102, 132, 309, 384-385
- Animal (proteção): 328-329, 378-379, 384-387
- Animal (sacrifício): 214-215
- Animal (socó): 288
- Animal (tartaruga, cágado): 289
- Animal (tico-tico): 385
- Ano Novo: 72-73, 321
- Armas: 240-241, 256-257
- Armas (porte): 113, 119-120, 235-236
- Árvore (paineira): 163-165
- Assistência social: 336-337, 364-368, 365-367, 367-368, 373-374
- Automóvel: 74, 110, 116, 130-131, 135-137, 144-145, 157-158, 161, 167, 174-175, 178, 180-181, 184, 198, 202, 212, 223, 232, 234-235, 251-252, 255-256, 258, 314, 323, 331, 334, 373, 379-380
- Automóvel (estacionamento): 294, 324, 359
- Automóvel (frota): 181
- Automóvel (furto): 251
- Automóvel (miniatura): 360
- Automóvel (sorteio): 212
- Automóvel (táxi): 158, 175, 294
- Automóvel (velocidade): 145, 158, 174-175, 203, 223, 235, 258, 286
- Automóvel oficial: 234-235, 255-256
- Aviação ver Transporte aéreo
- Bairrismo ver Identidade regional
- Bairros e subúrbios: 42, 63, 88, 93-94, 101, 110, 135, 216, 393
- Banheiro público: 132-133, 138
- Banho de rio: 252-253
- Bares: 179-180, 299
- Bebida alcoólica (consumo): 179-180
- Belvedere: 32, 260-261, 277
- Boi ver Animal (bovino)
- Bonde: 24, 40-41, 43, 74, 80, 124, 145, 162, 167, 184, 202, 203, 239, 258, 265-266, 276-277, 284-285, 331, 340, 350
- Brinquedo: 307, 321-322, 359-361, 372-373, 382, 384
- Brinquedo (produção): 360
- Cachaça: 299

- Campanha do agasalho: 315-316
- Canibalismo: 187
- Cargo público (nomeação): 197-198
- Carnaval: 178, 310, 323
- Cargo público (nomeação): 177-179
- Carne (comércio): 55-56, 161-162, 165-166, 199-200, 268-269, 289-290
- Carne (preço): 159-160, 175-177, 199-200, 259-260, 262-263, 268-269, 289-290, 316-317
- Carne (qualidade): 199-200
- Carteirada: 198
- Cartomancia e quiromancia: 187-188, 193-194, 214-215, 224-226, 319-320
- Cartomancia e quiromancia (preço): 169-170, 319-320
- Casamento (procura de esposa): 253-255
- Cavalo ver Animal (equino)
- Cemitério: 313-315
- Cena urbana: 73-75, 80, 111-112, 137-139, 152-153, 211-212, 234-235, 247-248, 275-276, 287-289, 292-295, 322-324, 352-354
- Cerveja: 59-60, 155-156, 162-163, 298-300
- Cerveja (preço): 59-60, 155-156, 162-163
- Charlatanismo: 193-194, 214-215, 224-227, 233-234, 130-132, 297-298
- Chimarrão: 128-130, 132-133, 137-139
- Cianureto de potássio: 345
- Cigano: 187-188, 310, 319-320
- Cigano (preconceito): 319-320
- Civismo: 99-102, 114-115, 139-140, 249-251, 315-316, 390-391
- Clima: 67-68
- Clima (calor): 57-58, 59-60, 64-65, 70-71, 73-75, 80, 82-83, 87-88, 89-90, 104-105, 114-115, 118-119, 122-123, 135-137, 370-371, 228-229, 331-333, 361-362
- Clima (chuva): 86-87
- Clima (enchente): 57-58, 61-62, 64-68, 70-71, 77-78, 84-87, 96-97, 126-128, 335-337, 342-343, 365-368, 329-330, 347-348, 364-365
- Clima (ensolarado): 114-115
- Clima (frio): 140-142
- Clima (instabilidade): 57-58, 122-123, 67-68
- Clima (inverno): 315-316, 118-119, 87-88, 96-97
- Clima (névoa): 78-79
- Clima (primavera): 57-58, 81-82, 101-102, 103-104
- Clima (tufão): 81-82, 365-367, 115-118, 118-119, 126-128, 87-88, 140-142
- Clima (vento): 89-90, 103-104, 101-102, 206-208

- Cocaína: 207, 300-301
Código de Menores: 374, 378, 174-175
Código de posturas municipais: 211-212
Código penal: 206-208
Comerciário: 331-333, 354-355
Comércio: 133-135, 150-152, 159-160, 190-192, 199-200, 212-214, 231-232, 259-260, 331-333, 354-355, 372-373
Comércio (feira livre): 154
Comércio (fiscalização): 165-166, 199-200, 266-268, 298-300
Comércio (fraude): 241-243
Comércio (horário de funcionamento): 354-355
Comércio (onomástica): 148-150, 163-165
Comércio (pesos e medidas): 199-200
Comércio (placas): 246-247
Comércio (quiosque): 238-240
Comércio (regulamentação): 175-177, 263-264, 266-268, 268-269, 298-300
Comércio (venda a prazo): 212-213
Comércio ambulante: 193-194, 211-212, 231-232, 182-183, 212-213, 215-220
Construção civil: 291-292
Contabilidade: 190-192
Corpo de bombeiros: 90-91, 138, 219, 278-279
Corpus Christi: 65-66
Cosmorama: 80
Crescimento demográfico: 92-94, 182-183, 212-213
Criança: 287-289, 321-322, 340-341, 347-348, 359-360, 361-362, 364-365, 372-373, 383-384
Criança (crime): 355-357
Criança (desaparecimento): 187-188
Criança (exploração): 329-330, 339-340, 364-365, 373-374, 377-378
Criança (mendicância): 329-330
Criança (no crime): 355-357
Criança (proteção): 320-321, 329-330, 333-334
Criança (sequestro): 187-188
Criança (trabalho): 330-331, 376-378, 380-381
Criança (vício de jogo): 171-172
Crime: 86-87, 193-194
Crime (aborto): 233-234
Crime (agiotagem): 339-340

- Crime (furto e roubo): 55-56, 161-162, 166-167, 185-190, 194-195, 201-202, 205-206, 212-214, 226-227, 228-229, 240-241, 241-243, 248-249, 251-252, 256-257, 269-270, 274-275, 279-284, 300-301, 339-340
- Crime (golpe do bilhete premiado): 300-301
- Crime (golpe do pacote): 156-157, 190-192, 194-195, 201-202, 205-206, 212-214, 237-238, 241-243, 253-255, 269-270, 277-281, 300-301
- Crime (golpe): 281-282
- Crime (grilagem): 120-121, 241-243, 251-252, 344-345
- Crime (homicídio): 240-241
- Crime (jogo das tampinhas): 150-152, 161-162, 172-171, 190-192, 211-212, 221-222
- Crime (jogo do bicho): 229-231
- Crime (sedução): 51-52, 292-295
- Crime (tráfico de drogas): 170-171, 193-194, 206-208, 233-234, 300-301
- Crise econômica: 103-104
- Custo de vida: 153-155, 155-156, 315-316, 159-160, 316-317, 160-161, 161-162, 162-163, 182-183, 182-18m, 3 e 215-218, 259-260, 262-263, 289-290, 291-292, 325-326, 339-340
- Deficiência física: 345-346
- Desemprego: 170-171
- Desigualdade social: 182-183, 215-220, 316-317, 321-325, 345-348, 359-360, 372-374, 338-339, 352-354, 383-384
- Dia da flor: 370-371
- Dia de Reis: 321-322
- Doença: 67-68, 70-71
- Doença (febre tifoide): 229-231
- Doença (tifo): 229-231
- Doença (tuberculose): 329-330
- Doença mental: 349-351
- Domingo: 59-60, 65-66, 78-79, 114-115, 252-253, 292-295, 298-300
- Educação: 113
- Eleição: 68-70, 89-90
- Esporte e lazer: 114-115, 240-241
- Esporte e lazer (futebol de rua): 183-184
- Esporte e lazer (futebol): 114-115, 240-241
- Esporte e lazer (hipismo): 114-115
- Esporte e lazer (tênis): 114-115
- Esporte e lazer (torcida de futebol): 240-241
- Éter: 207, 301
- Exílio político: 342-343

- Ex-presidiário: 368-369
Falência fraudulenta: 191-192, 278
Feitiçaria: 214-215, 224-226, 233-234, 297-298
Férias (direito a): 332
Festa cívica: 322-324
Festa do Divino: 122, 127-128, 215, 232
Filantropia e caridade: 391-392
Filantropia e caridade (instituições): 310-311
Finanças públicas: 95-97, 87-88, 65-66, 101-102, 152-153, 170-171, 208-209, 292-295, 301-303, 324-325, 373-374
Footing: 65-66
Forno de lixo: 152-153, 260-261, 312-313, 324-325, 386-387'
Freak show: 211-212
Fumo: 276-277
Funcionalismo público: 235-236, 255-256, 286, 302, 357, 370, 375, 377-378,
Funerária: 313-315
Guaíba (lago, pôr do sol): 97-98
Habeas corpus: 56, 93, 226-227, 283, 300-301
Habitação: 212-220
Habitação (aluguel): 212-213, 182-183, 215-218, 218-220, 291-292, 301-303, 113, 128-130, 132-133
Hábitos e costumes (maledicência): 293-294
Herança: 87-88, 165-166, 341-342, 363-364, 386-387, 182-183, 199-200, 215-218, 218-220, 260-261, 263-264, 266-268, 377-378
Higiene e saúde pública: 104-105, 183, 200, 263-264, 267-268,
Homossexualismo: 224, 356,
Identidade regional ver também Civismo
Iluminação pública: 63-65, 69, 86, 93, 68-70, 260-261, 277
Imagem da cidade para o visitante: 231-232, 246-247, 328-329, 339-340, 345-346, 373-374
Imigração: 237, 348-349
Imigração: 249-251, 348-349
Imigração russa: 306-307
Imprensa: 120-121, 184, 201, 206-208, 222, 226-227, 234, 237-238, 241, 251, 254, 256, 258, 266, 268, 275, 281, 297, 300, 315, 325, 329, 336, 340, 342-345, 351, 354, -355, 358, 364, 373, 377-378, 386-387
Imprensa (anúncios): 224-226, 253-255
Imprensa (comércio): 330-331, 238-240
Imprensa (ética): 224-226

- Impunidade: 300-301
 Incêndio: 357-359
 Incêndio (seguro contra): 277-279
 Incêndio fraudulento: 277-279
 Independência do Brasil: 100
 Indústria: 167-169, 170-171, 249-251, 376-377, 380-381
 Indústria (condições de trabalho): 376-377
 Indústria (salário): 376-377
 Industrialização (política): 167-169
 Intendência Municipal (subintendências): 180, 195-198
 Interdição judicial: 68-70, 171-172, 179-180, 341-342, 386-387
 Jogo (*bacarat*): 221-222
 Jogo (crítica): 68-70, 171-172, 206-208, 221-222, 229-231, 233-234
 Jogo do bicho ver Crime (jogo do bicho)
 Jogo: 101, 150-151, 171-172, 179, 182-184, 221-222, 229-231, 233, 240
 Judaísmo: 215
 Lança-perfume: 322-324
 Legislação social: 380-381
 Leite (adulteração): 165-166
 Leite (comércio): 298-300
 Leite (preço): 165-166
 Leite (qualidade): 165-166
 Liberdade profissional: 169-170, 214-215, 221-222, 224-226, 228-229, 233-234, 312-313, 336-337, 247-248, 257-258, 260-261
 Limpeza urbana: 85, 105, 337, 385
 Língua portuguesa: 52-53, 149-150, 246-247
 Literatura portuguesa: 52-53, 59-60
 Literatura regional: 97-98, 140-142, 115-118
 Literatura regional (polêmica Barcellos X Vellinho): 115-118
 Loteria: 150, 152, 211-212, 232, 280
 Luta pela vida: 101, 148, 155, 317, 321, 331, 337, 341, 344, 355, 366, 372-373, 376-377, 380-381, 384, 386, 392
 Luxo: 177-179, 313, 316-317, 324
 Maio (mês): 84-85, 122-123
 Mau cheiro: 211-212, 260-261
 Medicina (análises clínicas): 295-296
 Medicina (psiquiatria): 349-351
 Medicina (radiologia): 295-296
 Medicina: 325-326, 295-296, 349-351

- Mendicância: 59-60, 61-62, 73-75, 73-75, 77-78, 82-83, 84-85, 89-90, 96-97, 115-118, 122-123, 125-126, 152-153, 205-206, 211-212, 292-295, 316-317, 322-324, 324-325, 329-330, 339-340, 341-342, 345-346, 347-348, 373-374
- Moda e vestuário (traje de banho): 59-60
- Moda e vestuário: 59-60, 370-371
- Modernismo: 92-94, 82-83, 77-78, 73-75, 68-70, 115-118, 122-123, 161-162, 179-180, 183-184, 195-197, 203-205, 206-208, 218-220, 226-227, 246-247, 252-253, 255-256, 260-261, 270-271, 281-284, 298-300, 338-339, 355-357, 357-359, 375-376
- Moralidade: 183, 195-197, 204-205, 208, 227, 252, 256, 270-271, 284-285, 294, 300-301, 323
- Morfina: 206-208, 300-301
- Mortalidade: 63, 121, 202, 315-316
- Mulher: 51-52, 61-62, 64-65, 65-66, 73-75, 77-78, 82-83, 96-97, 115-118, 122-123, 190-191, 205-208, 237-238, 297-298, 317-319, 327-328, 237-238, 338-339, 344-346, 352-357, 370-371
- Mulher (beleza): 96-97
- Mulher (crime contra a): 51-52, 297-298
- Mulher (direito de voto): 237-238
- Mulher (educação superior): 327-328
- Mulher (esporte): 190-191
- Mulher (feminismo): 327-328, 237-238
- Mulher (importunação sexual): 122-123
- Mulher (na política): 206-208
- Mulher (no crime): 205-208, 355-357
- Mulher (papel social): 327-328
- Mulher (parto): 233-234
- Mulher (sedução): 187-188, 228-229, 292-295, 297-298, 376-377, 380-381
- Mulher (trabalho): 392-393
- Música (banda): 218-220, 222-224
- Música (instrumentos): 249-251
- Música (jazz): 292-295
- Música (serenata): 292-295
- Música popular (jazz): 137-139
- Música popular: 125-126
- Nacionalismo ver Civismo
- Natação: 190-191
- Natal: 321-322, 340-341, 359-360, 361-362, 372-373, 383-384
- Natal dos pobres: 361-362

- Normas de comportamento: 64-65, 92-94, 115-118, 125-126, 128-130, 183-184, 247-248, 252-253, 276-277, 287-289, 292-295, 348-349, 361-362, 383-384
- Nostalgia: 140-142
- Obras públicas: 68-70, 243-244, 348-349
- Obras públicas (aterro): 243-244
- Obras públicas (desapropriação): 260-261
- Ônibus: 74, 124, 202, 223, 235, 244-245, 257-258, 265-266, 276-277, 378-379
- Ônibus (acidente): 202, 244-246
- Operariado: 170-171, 376-377, 381
- Ópio: 206-208
- Pacifismo: 100
- Paisagem natural/rural: 57-58, 64-65, 67-68, 73-75, 83-84, 111-112, 133-135, 137-139, 161-162
- Paisagem urbana: 55-56
- Pão (comércio): 160-161, 161-162, 263-264, 266-268, 268-269, 160-161
- Pão (preço): 263-264
- Páscoa: 326-327
- Patriotismo ver Civismo
- Personagens urbanas: 73-75, 125-126
- Pichação: 215-218, 260-261, 276-277
- Planejamento urbano: 218-220
- Pobreza e miséria: 313-316, 320-321, 321-326, 329-330, 335-337, 339-340, 345-346, 347-348, 359-360, 364-367, 367-368, 371-374, 376-378, 380-381, 383-384, 386-387, 391-392, 331-333
- Poeira/lama: 60, 90, 103, 362
- Polícia: 55-56, 68-70, 92-94, 119-120, 120-121, 150-152, 161-162, 166-167, 172-171, 174-175, 183-184, 185-187, 188-190, 197-199, 201-202, 205-206, 206-208, 212-214, 224-226, 226-227, 228-229, 229-231, 231-232, 233-234, 240-241, 241-243, 247-248, 248-249, 251-252, 252-253, 256-257, 256-257, 260-261, 274-275, 276-277, 277-279, 281-282, 282-284, 287-289, 292-295, 297-298, 300-301, 319-320, 334-335, 336-337, 355-357, 373-374
- Polícia (abuso de poder): 275-276
- Polícia (custeio): 240-241
- Polícia (treinamento): 269-270
- Polícia (violência): 248-249, 256-257, 269-270, 274-275, 275-276
- Política: 76, 87, 120, 141, 198, 233, 237, 273
- Polícia de costumes: 179-180, 195-197, 203-205, 226-227, 247, 270-271
- Política (federalismo): 208-209
- Política estadual: 68-70, 120-121, 221-222

- Política municipal: 75-76, 198-199
Política nacional: 87, 141, 170-171, 237-238, 390-391
Políticas públicas: 329-330, 331-333, 336-337, 354-355, 365-367, 367-368
Políticas sociais: 332, 364-365
Poluição sonora: 101-102, 115-118, 211-212, 222-224, 231-232
Pornografia: 261, 276-277
Praças e parques públicos: 287-289, 361-362, 128-130, 132-133, 135-137, 287-289, 384-385
Preconceito racial (cigano): 187-188
Preconceito racial (negro): 92-94
Progresso e modernidade: 68-70, 72-73, 83-84, 92-94, 111-113, 115-120, 120-123, 125-126, 128-130, 130-132, 133-137, 137-139, 163-165, 169-172, 179-180, 185-187, 195-197, 203-205, 212-213, 215-220, 224-226, 226-227, 233-234, 240-243, 249-251, 253-255, 270-271, 272-273, 276-277, 291-295, 329-330, 368-369, 373-374
Prostituição: 69, 86-87, 179, 204, 207, 222-225, 233, 283-284
Publicidade e propaganda: 212, 225, 226, 231-232, 360
Quaresma (religiosidade): 150, 341
Regionalismo ver Civismo
Regionalismo ver Identidade regional
Regionalismo ver Política estadual
Relações amorosas: 187-188, 253-255, 292-295, 344-345
Religiosidade: 214-215, 297-298, 326-327, 333-334, 340-341
Religiosidade (cristianismo): 326-327, 333-334, 340-341
Religiosidade (preconceito): 214-215
Religiosidade (umbanda): 214-215, 297-298
Remodelação urbana: 68-70
República (regime): 215-218, 130-132
Revolução de 1930: 390-391
Revolução Farroupilha: 100
Rural-urbano: 83-84, 111-143, 156
Sábado: 65, 370
Saneamento: 63, 69, 88, 92, 105, 124, 219
Segunda-feira: 78-79
Seguros: 277-279
Serviços públicos: 55-56, 190-192, 206-208, 226-227, 235-236, 255-256, 341-342, 363-364, 386-387, 392-393
Sistema Judiciário: 227, 300-301, 341-342, 363, 369
Sistema prisional: 355-357, 368-369
Sistema prisional (população): 355-357

- Suicídio: 340-341, 120-121, 344-345, 357-359, 187-188
Superstição: 193-194
Telefonia: 392-393
Toponímia e hodonímia: 163-165
Toxicomania: 193, 206-208, 300-301
Trabalho (condições de): 392-393
Trabalho (greve): 380
Trabalho (regulamentação): 331-333, 354-355, 377-378, 380-381
Trabalho (salário): 377-378
Tradicionalismo: 98, 116-117, 131, 140
Trânsito: 63, 74, 123-125, 153, 157-158, 174-175, 180-181, 183-185, 197-199, 202-203, 222-224, 235-236, 244-246, 257-258, 264-266, 264-266, 331, 335, 378-380
Tráfico de drogas ver Crime (tráfico de drogas)
Trânsito (acidente): 158, 175, 181, 184-185, 198, 202-203, 222-223, 244-245, 257-258, 265, 286-287, 331
Trânsito (carteira de habilitação): 157-158, 174-175, 180-181, 244-246
Trânsito (fiscalização): 174-175, 235-236, 244-246, 257-258, 269-270, 286-287, 180-181, 222-224
Trânsito (multa): 235-236
Trânsito (regulamentação): 73-75, 123-125, 157-158, 174-175, 180-181, 185-186, 197-199, 202-203, 222-224, 234-236, 255-256, 257-258, 269-270, 284-286, 335, 378-380
Transporte: 74, 78, 124, 137-139, 202-203, 223, 235-236, 244-246, 272-273, 272-273
Transporte aéreo: 272-273
Transporte ferroviário: 163-165, 184-185
Transporte ferroviário (acidente): 184-185
Transporte hidroviário: 348-349
Travestismo: 224, 228
Tributação: 135, 150, 154, 162-163, 171-172, 180-181, 185-187, 201-202, 208-209, 212-214, 215-220, 240-241, 248-249, 255-256, 218-220, 281-282
Tributação (décimas urbanas): 301-303
União Noelista: 361-362
Vaca ver Animal (bovino)
Veículo de tração animal: 89-90, 128-130, 133-135, 135-137, 184-185, 314, 328-329, 334-335, 378-379
Veraneio: 59-60, 252-253
Vias públicas: 161-162, 59-60, 238-240, 331-333
Vias públicas (calçadas): 238-240
Vias públicas (conservação): 331-333

Vias públicas (pavimentação e calçamento): 67-68, 69, 84-85, 86-87, 124, 133-140, 284-286, 334-335, 361-362

Vida Social: 65, 102, 126-128, 292, 307, 360

ÍNDICE TOPONÍMICO

- 15 de Novembro (praça): 281-284, 385
- 17 de Junho (rua): 297
- 1º distrito (região): 174, 282-284, 175-175, 179-180, 196, 216-219, 283-284
- 2º distrito (região): 172, 174, 179-180, 195, 198-199
- 24 de Maio (antiga rua): 217
- 24 de Maio (travessa): 172
- 24 de Maio (rua) ver Bento Gonçalves (rua)
- 24 de Outubro (avenida) ver Moinhos de Vento (rua)
- 30º distrito (região): 283-284
- A Moda Infantil (loja): 360-362
- Águas Mortas (bairro): 137-139
- Alberto Bins (avenida) ver São Rafael (avenida):
- Alfândega (edifício): 73-75
- Alfândega (praça da) ver Senador Florêncio (praça)
- Amazonas (vale do): 193
- Andradas (rua dos): 65, 78, 83, 89, 93, 125-126, 144, 152, 158, 211-212, 214, 217, 232, 234-235, 256, 266, 274, 291, 293, 296, 307, 321, 323, 324, 329, 345-346, 371, 374, 389
- Arvoredo (rua do) ver Coronel Fernando Machado (rua)
- Azenha (bairro): 149, 312-314, 391-392
- Azenha (ponte da): 314
- Bagé (cidade): 91
- Banco Nacional do Comércio (edifício): 392
- Beco do Jaques ver Bento Gonçalves (rua)

- Beirute (rua) ver Central (avenida)
- Benjamin Constant (rua): 133
- Bento Gonçalves (rua): 271, 389
- Bom Fim (avenida): 275
- Bom Fim (campo do) ver Redenção (campo da)
- Bombeiros (praça dos) ver Visconde do Rio Branco (praça)
- Borges de Medeiros (avenida): 91-92, 217, 281
- Buenos Aires (cidade, Argentina): 238-239
- Café Nacional: 232, 393
- Cais do porto: 73, 98, 243, 348
- Cais do porto (avenida) ver Mauá (avenida)
- Caixa d'água: 161
- Caixa Econômica Federal (edifício): 132
- Caldas Júnior (rua) ver Paissandu (travessa)
- Calvário (monte bíblico): 327
- Caminho do Meio (estrada): 136, 164, 210, 236
- Caminho Novo ver Voluntários da Pátria (rua)
- Campanha gaúcha (lugar): 112, 119, 125, 126, 128, 131, 137-140, 137-139
- Caridade (farmácia): 300-301
- Carlos von Koseritz (rua): 300
- Carretas (praça das) ver Redenção (campo da):
- Casa de Correção (presídio): 356-357, 368-369
- Catete (palácio do): 99
- Caxias do Sul (cidade): 250
- Cemitério da Santa Casa: 164
- Central (avenida): 165
- Central (avenida, Rio de Janeiro): 165
- Central (cinema): 80, 238
- Central (estação ferroviária): 184
- China (país): 104
- Cidade Baixa (região): 105, 260

- Clara (rua): 260
Coliseu (teatro): 167
Conceição (rua da): 185
Coqueiros (rua dos): 297, 331
Coronel Bordini (rua): 150
Coronel Fernando Machado (rua): 187, 260, 277
Correios e Telégrafos (edifício): 73
Cristal (bairro): 356
Cristóvão Colombo (rua): 105, 133, 150, 258, 283, 291, 330
Demétrio Ribeiro (rua): 148-150
Demétrio Ribeiro (rua) ver Varzinha (rua da):
Depósito da Azenha (monturo): 312-313
Dilúvio (arroyo): 69, 105, 161, 172, 244, 312, 366
Dom Feliciano (praça): 257
Dom Vital (rua) ver Evolução (rua)
Domingos Crescêncio (rua) ver Larga (rua)
Dr. Flores (rua): 172
Dr. Timóteo (rua): 183
Duque de Caxias (rua): 158, 174, 271, 277, 291
Eldorado (lugar mítico): 193, 205
Ervedoza (drogaria): 283
Estrada de ferro do Riacho à Tristeza ver Trenzinho da Tristeza
Evolução (rua da): 164
Existência (rua da): 164
Faculdade de Direito: 327
Feliz (rua): 164
Felizardo (chácaras): 210
Flores (rua das): 165
Floresta (bairro): 105, 133, 283, 330
Floresta (rua) ver Cristóvão Colombo (rua)
Formiga (morro da): 260

- General Câmara (rua): 329
General Paranhos (rua): 92
General Vitorino (rua): 256-257
General Vitorino (rua) ver também Alegria (rua da)
Getúlio Vargas (avenida) ver Menino Deus (avenida, rua)
Glória (bairro): 138, 164, 210, 256-257
Gravataí (campo de): 87-88, 274, 337
Gravataí (rio): 335-337, 367-368
Gravataí (bairro): 244, 335-337, 366-367
Guaíba (lago): 69, 88, 98, 152, 177, 190-191, 210, 243, 260, 335, 349, 366
Guaíba (município): 177
Higienópolis (bairro): 210
Humaitá (ilha): 191
Independência (rua): 158, 265, 283, 292
Intendente Alfredo Azevedo (rua) ver Porvir (rua do)
Israel (país): 215
João Manuel (rua) ver Clara (rua)
João Pessoa (avenida) ver também Redenção (avenida)
José do Patrocínio (rua): 149
José do Patrocínio (rua) ver também Concórdia (rua da)
José Montauray (rua) ver 15 de Novembro (rua)
Júlio de Castilhos (avenida): 91, 132, 217
Lajeado (cidade): 250
Larga (rua): 164
Livramento (cidade): 273
Livramento (rua): 283-284
Marechal Deodoro (praça): 122, 217
Marechal Floriano (rua): 198, 232, 266, 283, 291, 329
Marquês do Herval (rua): 183
Matadouro Municipal: 146, 177
Matriz (praça da) ver Marechal Deodoro (praça)

- Mauá (avenida): 185
Menino Deus (bairro): 105, 137, 151, 172, 297
Mercado Público Municipal: 176, 200, 232, 289
México (país): 42, 104
Minas Gerais (estado): 26, 100
Moinhos de Vento (bairro): 161, 247, 283
Mont'Serrat (bairro): 210, 283
Monte Carlo (cassino): 230
Montenegro (cidade): 188, 250
Montevideu (praça): 86, 217
Morro do Cemitério (lugar): 138
Navegantes (bairro): 60, 105, 165, 210, 244, 336-337, 366, 376
Navegantes (estação ferroviária): 184-185
Niterói (avenida): 164
Nossa Senhora da Conceição (igreja da): 292
Nova York (cidade, Estados Unidos): 217, 220
Orfanotrófio Santo Antônio do Pão dos Pobres (edifício): 320, 370
Orion (cinema): 275-276
Oscar Schneider (rua) ver Existência (rua da)
Osvaldo Aranha (avenida) ver Bom Fim (avenida)
Otávio Rocha (avenida) ver Travessa 24 de Maio
Paissandu (rua): 238
Palácio do Catete: 99
Paraíba (estado): 100
Paraná (estado): 153, 356
Paris (cidade, França): 139, 220
Partenon (bairro): 210, 350
Passo d'Areia (estrada do): 135
Pedra Redonda (praia): 31, 210, 252-253
Pedras Brancas (distrito): 177
Pedras Brancas (distrito) ver Guaíba (município)

- Pereira Parobé (praça): 86, 217, 289
 Petrópolis (bairro): 210-211
 Poço (beco do): 34
 Porvir (rua do): 163-165
 Praia de Belas (lugar): 105, 105, 210, 244, 333
 Protásio Alves (avenida) ver Caminho do Meio
 Redenção (campo da): 111, 129, 138
 Redenção (parque da): 32, 95, 111, 218, 360, 381
 República (rua da): 321
 Riacho (região): 172, 244, 366
 Riacho ver Dilúvio (arroyo)
 Riachuelo (rua): 34, 150, 291
 Rio Branco (bairro): 210, 283, 311
 Rio de Janeiro (cidade): 120, 272, 279, 316-317, 323, 350, 396
 Rio Grande do Norte (estado): 237
 Rosário (rua do): 282
 Santa Casa de Misericórdia (hospital): 314
 Santa Cruz (cidade): 250
 Santa Teresa (bairro): 210-211
 São Francisco de Paula (cidade): 153
 São João (bairro): 60, 104-105, 133, 135, 210, 244, 248, 336-337, 366-367, 376
 São José (rua): 367
 São Paulo (cidade): 89, 114, 161, 191-192, 210, 238, 241, 279, 309, 329
 São Paulo (estado): 279, 356-357
 São Pedro (hospital): 349-350
 São Pedro (teatro): 58, 167
 São Rafael (avenida) ver também Travessa 24 de Maio
 São Rafael (avenida): 172, 217, 218
 Sarandi (bairro) ver Várzea do Gravataí (bairro)
 Sarmiento Leite (rua) ver Conceição (rua da)

- Senador Florêncio (praça): 58, 73, 132, 177, 232, 238, 294, 323, 385, 392
Sete de Setembro (rua): 281, 392-393
Siqueira Campos (rua) ver Flores (rua das)
Sodoma (cidade bíblica): 196
Taquara (cidade): 273
Telégrafo Nacional (edifício): 73, 294, 232
Teresópolis (bairro): 60, 210
Triunfo (rua): 164
Várzea (avenida da) ver Redenção (avenida)
Várzea (parque da) ver Redenção (parque)
Várzea do Gravataí (bairro): 88, 274, 336
Venâncio Aires (rua): 150
Vigário José Inácio (rua) ver Rosário (rua do)
Vila Nova (bairro): 356
Visconde do Rio Branco (praça): 90, 138
Voluntários da Pátria (rua): 28, 88, 167, 185, 291, 334
Zona O: 295
Zona U: 295

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- 1ª Guerra Mundial (1914-1918): 131
- 1º Congresso de Criadores do Rio Grande do Sul: 109, 123-124
- 3ª Delegacia de Polícia: 275
- 4ª Delegacia de Polícia: 286
- A Moda Infantil (loja): 360-362
- A onda verde* (livro): 241
- A.C. (cronista): 345
- Abraão (personagem bíblico): 392
- Abramo Eberle (industrial): 250
- Adão e Eva (personagens bíblicos): 156, 199, 271, 292
- Agência Pupe (loja): 238
- Alaíde Carneiro (dama de caridade): 318
- Anatole France (escritor): 320
- Antônio Alves do Vale Quaresma (herdeiro): 69, 310, 341-342, 363-364, 386-387
- Arthur Schopenhauer (filósofo): 237
- Artur Bernardes (político): 171, 227, 332, 343
- Artur Grecco (médico): 296
- Asilo de Mendicidade Padre Cacique: 333-334
- Asilo de Órfãos Padre Cacique: 333-334
- Associação Comercial dos Varejistas: 332
- Associação das Damas de Caridade: 318, 391
- Banco do Brasil: 173, 279
- Banco Nacional do Comércio: 392

- Banda Municipal: 58, 219, 223
Beneficência Portuguesa (hospital): 325
Berdasco (vinho): 387
Borges de Medeiros (político): 168
Bruno Kuene (médico): 325
Café Nacional: 232, 393
Caridade (farmácia): 300
Carlos Gayer (médico): 295
Casa de Correção (presídio): 356-357, 369
Chaves Barcellos (Pia Instituição): 311
Código de Menores: 306, 374, 378
Companhia Carris Porto-alegrense (empresa): 162, 285
Companhia telefônica: 392-393
Condor Syndikat (empresa): 273
Congresso Nacional: 332
Conselheiro Acácio (personagem literária): 94, 272
Conselho Municipal: 147, 180, 215-216, 219, 200
Conselho Penitenciário: 357
Correio da Manhã (jornal): 120, 332
Cozinha popular: 391-392
Danúbio Azul (valsa): 295
Danúbio Azul ver Professor Hindu
Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional: 173
Diário de Notícias (jornal): 52, 54, 75, 143, 283, 342, 383
Diretoria de Higiene e Saúde Pública: 263-264, 267-268, 299-300, 309, 377-378
Donat-Alfred Agache (urbanista): 218
Eça de Queirós (escritor): 59, 94, 123, 272
Edmundo de Sousa (suicida): 383
Exposição Industrial Agropecuária: 249
Fiódor Dostoiévski (escritor): 369

- Francesco Antonio Maria Matarazzo (conde de Matarazzo, industrial): 260
 Garage Central: 255-256
 Getúlio Vargas (político): 92, 221, 260
 Hospício Nacional de Alienados: 350
 Inspetoria de Veículos: 63, 158, 175, 181, 185, 197-199, 203, 222-224, 234-236, 258, 265-266, 270, 275, 285-286, 294, 309, 329, 334-335, 378-380
 Irineu Machado (político): 279
 Jean de La Fontaine (escritor): 53
 Jesus Cristo: 340
 João Alfredo da Silva (pai de santo): 298
 João Rodrigues (deficiente físico): 325-326
 Joaquim Fernandes (deficiente físico): 325
 José Luís Brisolara (coronel, industrial): 120
 José Marcelino de Figueiredo ver Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda
 José Marcelino de Sousa Bittencourt (religioso): 334
 Júlio Prestes (político): 89, 279, 297
 Koch & Montauray (empresa): 211
 Manuel Bernardes (padre escritor): 52-53
 Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda (militar, fundador de Porto Alegre): 53
 Manuel Quaresma Júnior (empresário): 69, 341, 363, 386-387
 Maria Crioula (carro fúnebre): 314
 Marinetti (Filippo Tommaso, escritor): 161, 219
 Mário Totta (médico): 361
 Monteiro Lobato (escritor): 241
 Nestor Barbosa (médico): 296
 Orion (cinema): 275
 Pão dos Pobres ver Santo Antônio do Pão dos Pobres (Orfanotrófio)
 Papai Noel: 321-322, 359, 373, 384
 Pátria e Trabalho (padaria): 266
 Pedro Arão (coronel): 120

- Pereira Filho (médico): 296
Pia Instituição Pedro Chaves de Barcellos: 311, 334
Picucha Amorim (dama de caridade): 318
Plínio da Costa Gama (médico): 295-296
Professor Hindu (místico): 130, 224-225, 227-228
Quaresma (Antônio Alves do Vale, herdeiro): 69, 310, 341-342, 363-364, 386-387
Recordações da casa dos mortos (livro): 368-369
Renato Barbosa (médico): 295-296
Rotary Clube: 391-392
Saint-Pastous (Instituto de Radiologia): 296
Santa Casa de Misericórdia (hospital): 195, 257, 314, 320
Santo Antônio do Pão dos Pobres (Orfanotrófio): 320-321, 326-327, 338, 370
Seção de Obras Novas: 261
Secretaria do Interior: 336
Sherlock Holmes (personagem literária): 189
Sindicato dos Marchantes: 259, 289, 259-260
União Noelista: 361-362
Urupês (livro): 241
Vaz Antão Luís ver Washington Luís
Viação Aérea Rio-grandense (VARIG): 272-273
Viação Férrea do Rio Grande do Sul: 184-185, 236
Voltaire (filósofo): 157
Waldemar Castro (médico): 295
Washington Luís (político): 87, 167, 273, 297
William Shakespeare (escritor): 314, 358

PLANO DA OBRA

Volume 1: Campo e cidade, sobrevivência, compaixão

Apresentação: um vasto empório de miscelâneas: a cidade em seu tempo

1. Os tempos vareiam e avariado tá tudo: a cidade vista do campo
2. As altas exigências do estômago e as precárias situações da nossa bolsa: a luta pela vida na selva urbana
3. O raro perfume da solidariedade humana: a capital dos desafortunados

Volume 2: Reformas urbanas, cultura e lazer

4. A aldeia se fez cidade, e a capital se fez metrópole: atualização, remodelação e embelezamento urbano
5. A deliciosa chama da felicidade que se busca: cultura, festas, esporte e lazer em Porto Alegre

Volume 3: Serviços públicos, política

6. Os anseios e as necessidades imperiosas da comuna: manutenção, obras e serviços urbanos
7. O Brasil há muito que anda de pernas para o ar: o debate político no cotidiano de Porto Alegre



E-mail: edipucrs@pucrs.br

Site: editora.pucrs.br



facebook.com/edipucrs



twitter.com/edipucrs



instagram.com/edipucrs



E-mail: editora@ufsm.br

Site: www.ufsm.br/editora



facebook.com/editoraufsm



instagram.com/editoraufsm

Nas colunas reproduzidas no capítulo 1 dessa coletânea, a cidade é vista a partir de fora, observada por forasteiros que a contrapõem a seu universo de referência, o mundo rural, à contracorrente da desvalorização do campo típica do olhar modernizador.

No capítulo 2, encontramos a cidade em uma de suas alcunhas mais comuns: a selva urbana. Aqui, as crônicas encontram os habitantes da cidade em momentos de exasperação em face da carestia, da desordem urbana e de uma percebida degradação dos padrões de vida das camadas médias e da população mais pobre.

A miséria dos doentes, dos pobres, dos injustiçados, dos que restavam à margem da cidade “oficial” é o tema do capítulo 3, dedicado às crônicas escritas por Callage em favor dos “esquecidos” de Porto Alegre.



PUCRS UFSM